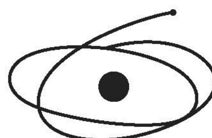
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XIII nº 51-52 1970



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

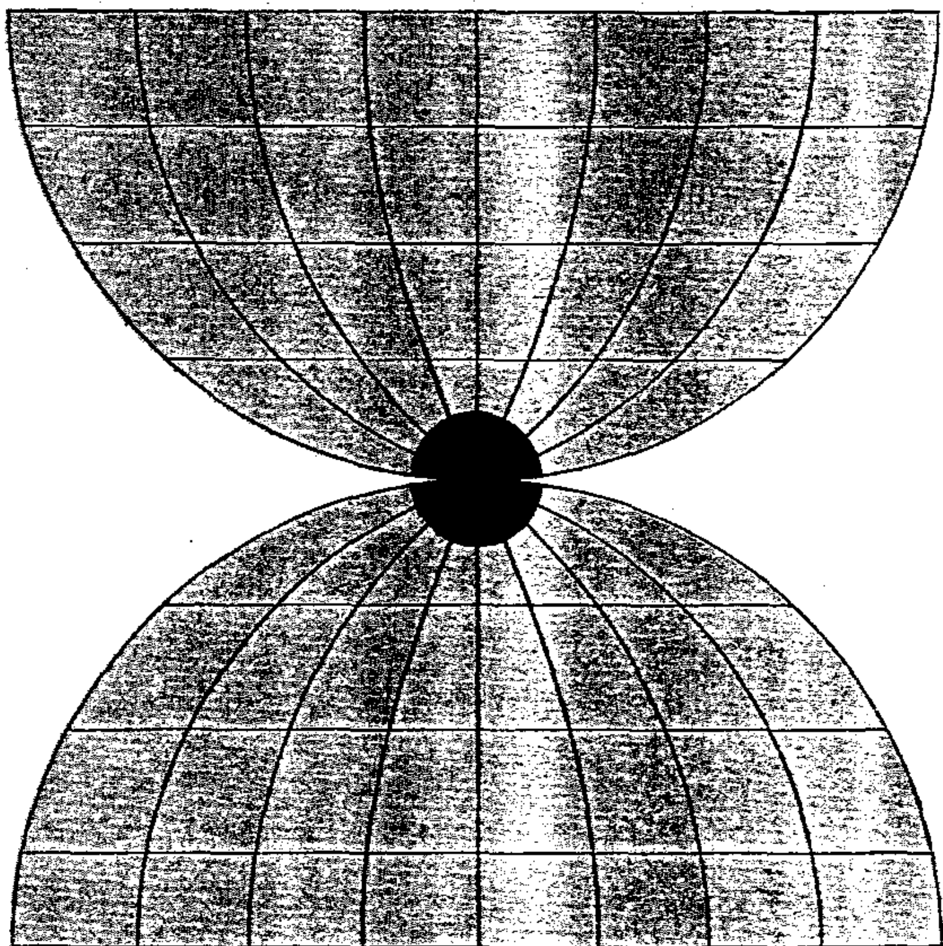
Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano XIII n° 51-52 Setembro-Dezembro 1970

SETEMBRO/DEZEMBRO DE 1970 ANO XIII N.º 51/52 Cr$ 10,00

Revista Brasileira de Política Internacional



IBRI

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

NESTE NÚMERO:

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário:

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 246-9542

Rio de Janeiro — GB - BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 20,00 — Para o exterior: US$ 12,00

Número avulso: Cr$ 5,00 — Número duplo: Cr$ 10,00

Revista Brasileira de Política Internacional

Year XIII — N.º 51/52 — Sept/Dec 1970 — Págs. 1 a 212

SUMMARY

ARTICLES

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano XIII — Nº 51/52 — Set/Dez 1970 — Págs. 1 a 212

SUMÁRIO

Composto e impresso nas oficinas da
GRAFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72

NOTA LIMINAR

O tema dêste número especial da *Revista Brasileira de Política Internacional* é um dos que mais tem sido debatidos nos organismos internacionais nos últimos vinte anos.

A produção e o comércio dos chamados "produtos primários", "produtos de base" ou "produtos básicos" representam uma parte importante da economia dos países menos desenvolvidos. Cêrca de 90% das receitas em divisas dêsses países resultam dêsses produtos. Além disso — e o que é ainda mais grave — metade dêsses países retiram cêrca de 50% de suas receitas cambiais de um único produto.

No caso do Brasil, apesar do aumento das exportações de manufaturados, os produtos de base ainda representam cêrca de 80% das receitas de exportação, percentagem que possìvelmente se manterá nos próximos anos, se continuarem favoráveis as perspectivas de vendas de minérios e carnes.

Quase todos os países industrializados têm se oposto à adoção de mecanismos permanentes e eficazes para assegurar uma remuneração adequada às matérias-primas ou aos produtos agrícolas que têm influência no seu custo de vida ou nos preços dos bens manufaturados. As várias tentativas internacionais de corrigir as flutuações excessivas dos preços de produtos de base não tiveram êxito. Entre os poucos resultados positivos o sistema de financiamento compensatório do Fundo Monetário, o convênio internacional do café, os sistemas de consultas nos órgãos da FAO refletem, embora de forma limitada, as preocupações constantes dos países do Terceiro Mundo.

O presente número especial, realizado em grande parte graças à cooperação da Subsecretaria para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, divulga alguns estudos sôbre vários dos produtos de base de interêsse para a política internacional do Brasil: café, cacau, açúcar, algodão, trigo, borracha, carne e estanho. Os estudos sôbre produtos específicos são precedidos de uma análise geral do problema de produtos de base de autoria do Ministro Ronaldo Costa. O problema do cobre, visto

especialmente da perspectiva chilena, é chamado pelo ex-Embaixador do Chile no Brasil, Sr. Hector Correa.

Em face da atualidade do tema, publicamos artigo do Ministro Paulus da Silva Castro sôbre a integração da faixa de fronteira.

Na seção de "Documentos" divulgamos um trabalho do Embaixador Maury Valente sôbre comércio intra-zonal na ALALC e outro do Sr. Delio Seixas sôbre investimentos estrangeiros no Brasil.

Na parte final da *Revista*, além de uma *Resenha* dos principais acontecimentos do segundo semestre de 1970, há várias *Resenhas de livros* novos, uma *Bibliografia* (resumida) sôbre Produtos de Base e uma *lista de livros estrangeiros* de interêsse na área do estudo das Relações Internacionais.

MERCADO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE BASE PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO DO BRASIL

Ronaldo Costa

Introdução

É notório o estímulo dado pelo atual Govêrno à exportação. Segundo estimativas recentemente apresentadas pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, o Brasil deverá exportar, em 1971, mercadorias no valor de 3 bilhões de dólares, dos quais cêrca de 600 milhões de dólares em manufaturados.

Êsse último aspecto põe em relêvo a razão primordial da ênfase atribuída pelo Govêrno, no plano externo, aos problemas do mercado de produtos de base: apesar do aumento vertiginoso da exportação de manufaturas, os produtos de base ainda constituirão 4/5 da exportação brasileira em 1971. Tendo presentes, por outro lado, as projeções de aumento das vendas brasileiras para o exterior de minérios e de carnes, é provável que no próximo decênio a relação manufaturas-produtos de base não se afaste substancialmente dessa proporção.

É bem verdade que alguns dos problemas do comércio de produtos de base são comuns ao de manufaturas; o exemplo flagrante é a forte tendência protecionista manifestada em alguns setores dos países industrializados. Outros, porém, são por assim dizer, particulares do comércio internacional de produtos de base, como, por exemplo, uma sensível tendência à instabilidade conjuntural da receita de exportação exagerada pela maioria dêsses produtos.

Antes de se passar a uma análise sumária do relacionamento entre desenvolvimento econômico e comércio de produto de base, cabe uma palavra sôbre as razões que impelem uma alta taxa de crescimento das exportações de determinado país. Embora o Brasil esteja numa fase altamente dinâmica de suas exportações, o exemplo extremo é o caso japonês. Em

15 anos, isto é, de 1953 a 1968, as exportações japonêsas passaram de 1.275 milhões de dólares (ou seja, menos de 1/3 da cifra total das exportações da América Latina, na época — então de quase 6 bilhões de dólares) para 12.780 milhões de dólares, isto é pràticamente o mesmo valor das exportações latino-americanas em 1968. Em outras palavras, enquanto estas dobraram em quinze anos, as exportações japonêsas mais do que duplicaram, com uma taxa cumulativa anual de crescimento da ordem de 16%.

As razões de uma alta taxa de crescimento são, na verdade, duas: (1) a capacidade do setor exportador de se ajustar às mudanças da demanda mundial; e (2) a manutenção — ou melhoria — da capacidade competitiva de seus produtos em relação à de seus concorrentes.

No tocante à primeira dessas razões, o Japão aumentou, no período 1953-1967, a participação de "maquinaria" em sua pauta de exportação de 15 para 42%, enquanto os itens "alimentos" e "têxteis" decresceram de 46 para 20%.

Com respeito à melhoria de sua capacidade competitiva, note-se que no período 1960-1967, o preço médio das exportações japonêsas caiu em 5%. Nos demais países industrializados, com exceção da Itália, em que se observou também pequena baixa, os preços de exportação aumentaram no período em questão.

É explicável, pois, por êsses fatôres, o comportamento japonês em matéria de sua crescente participação no comércio internacional.

Aplicado o exemplo japonês ao caso brasileiro, chegar-se-ia às seguintes conclusões gerais:

1) é necessário estimular a exportação de manufaturas, minérios e carne, produto em que existe demanda crescente mundial;
2) a capacidade competitiva só pode ser mantida com uma relativa estabilidade de preços e com um incremento substancial na produtividade.

O exemplo japonês parece ainda contrariar a tese sustentada pelo Brasil — e por quase todos os países em desenvolvimento — de que existe uma tendência inerente de deterioração dos têrmos de intercâmbio dos exportadores de bens primários: mais adiante ver-se-á que tal não é o caso e que, na verdade, é válida a tese brasileira.

Cabe agora menção ao relacionamento do comércio de produtos de base — ou do comércio internacional em geral — com o desenvolvimento econômico.

Se se equaciona desenvolvimento econômico com taxa de aumento do produto nacional líquido de um país, chega-se à premissa inicial de que a taxa dêsse aumento é função do volume anual de investimentos e da eficiência relativa de sua aplicação. O volume anual de investimento depende, por sua vez e estreitamente, do nível geral de poupança do país, que se compõe da poupança interna e do influxo líquido de recursos externos. Êste último, por seu turno, compõe-se do fluxo líquido financeiro não relacio-

nando com a importação de mercadorias (contas de capitais) e do saldo das transações de bens e serviços.

É óbvio que o valor total das exportações é, na maioria dos casos, o componente-chave dêsse saldo. Introduza-se porém, aqui uma nota qualitativa; a expansão das exportações — e o conseqüente aumento da capacidade de importar — não é um fim em si mesmo e não é necessàriamente útil ao processo de desenvolvimento econômico: só o é na medida em que as importações venham a fazer crescer o volume de recursos destinados a investimento.

Evidentemente, o esfôrço exportador tem, por si só, efeitos qualitativos benéficos sôbre o custo da produção e a escala do mercado, o nível de emprêgo interno, e importação de tecnologia mais avançada e a especialização da mão-de-obra, fatôres que resultam em maior eficiência produtiva.

Problemas Genéricos do Mercado de Produtos de Base

Pode-se dividir em três categorias principais os problemas genéricos do mercado internacional de produtos de base:

1) a deterioração de seus têrmos de intercâmbio, isto é, a tendência de se tornarem relativamente baratos quando comparados com as manufaturas importadas;
2) a forte instabilidade no nível de preços — e portanto da receita de exportação — de alguns dêsses produtos;
3) a relativa inelasticidade da demanda no mercado interno pela maioria dos produtos básicos.

A deterioração dos têrmos de intercâmbio dos países em desenvolvimento pode ser vista em tôda sua magnitude, se se tiver presente que, segundo dados da UNCTAD, no período 1960/1967 sua perda líquida foi de 17,2 bilhões de dólares, ou seja, o eqüivalente a 42% da ajuda externa que receberam.

Outro exemplo mais recente e que toca mais diretamente ao Brasil prende-se ao caso do café. Apesar de 3 anos sucessivos de consumo mundial superior à produção, da forte redução dos estoques brasileiros e da perspectiva incerta sôbre a capacidade produtiva brasileira a médio prazo os preços atuais dos cafés Arábica, em têrmos de dólar, são pràticamente idênticos, em têrmos nominais, aos que vigoraram há duas décadas. Se se deflacionarem êsses preços por qualquer índice que reflita a perda do poder aquisitivo do dólar, poder-se-á ter em mente, na sua devida proporção o drama da deterioração dos têrmos o intercâmbio dos produtos primários.

A forte instabilidade no nível de preços de alguns produtos primários pode ser ilustrada com o comportamento errático dos preços do cacau. Recentemente, no curto espaço de 18 meses, os preços dêsse produto sofreram flutuações da ordem de 240%. Tal oscilação não foi resultante de uma gigantesca defasagem entre produção e demanda, mas, na realidade,

da existência de regras, condições e instituições que propiciam a especulação.

Tomando dados mais gerais, verifica-se que:

a) entre 1945 e 1960, as variações médias de preços dos produtos primários foram 37% superiores;
b) em 1958, o valor das exportações de produtos primários sofreu uma redução de cêrca de 3 bilhões de dólares em relação aos níveis de 1957;
c) as variações de estoques nos países importadores — a par de atividades especulativas — tendem a ser uma das causas principais da instabilidade conjuntural; a utilização de uma tonelada ou de uma saca acumulada em estoque no ano anterior, leva, no ano seguinte, a um decréscimo real de 2 toneladas ou sacas na exportação é comum aumentarem de 2 a 3 vêzes de um ano para outro estoques de determinadas mercadorias, como café, cacau e minérios não-ferrosos.

A relativa inelasticidade da demanda pelos produtos chamados tradicionais dos países em desenvolvimento vem tomando feições dramáticas.

Podem ser apontadas como principais causas:
a) a política protecionista e autárquica dos países industrializados;
b) a competição de sintéticos e substitutos e as inovações tecnológicas em geral;
c) a mudança de padrões do consumo mundial;
d) a inelasticidade no consumo de determinados bens, quando a população atinge certo nível alto de renda.

Os seguintes exemplos comprovam a asserção da relativa inelasticidade pela maioria dos bens primários exportados por países em desenvolvimento:

i) em 1938, o comércio internacional totalizava 50 bilhões de dólares, dos quais 65% era praticado pelos países industrializados; em 1957, o comércio mundial já montava a 442 bilhões, mas a percentagem dos desenvolvidos subira para 70%;
ii) entre 1960 e 1968, a participação dos países subdesenvolvidos no comércio de matérias primas caiu de 36,1 para 31,9%;
iii) entre 1960 e 1968, as exportações dos países desenvolvidos cresceram de 100%, ao passo que as dos subdesenvolvidos em apenas 60%; se êstes tivessem o mesmo ritmo daqueles teriam tido um acréscimo de 11 bilhões de dólares em suas receitas de exportação;
iv) tomando uma base de comparação mais remota, verifica-se que, em 1928, a receita de exportação dos países subdesenvolvidos superava suas despesas de importação em 1,7 bilhões de dólares; em

1957, o panorama se havia invertido, com um saldo negativo de 3,4 bilhões de dólares;

v) a tendência autárquica de áreas industrializadas, como a CEE, as leva a ter que dar, em determinados momentos, subsídios irracionais para se desfazer de excedentes.

Convém salientar que não se pode generalizar em relação a todos êsses pontos. A situação dos países exportadores de petróleo e derivados tem sido das mais favoráveis, em virtude do rápido incremento do consumo dêsses produtos; da mesma forma, estêve longe de ser desesperadora a posição dos exportadores de minérios não-ferrosos; a situação, no entanto, tem sido particularmente difícil para os produtores de matérias primas não-agrícolas, de alimentos tropicais e de clima temperado.

Diretrizes Gerais da Posição Brasileira em Matéria de Produtos de Base

A experiência brasileira indica que existem dois caminhos principais, a serem trilhados simultâneamente, para o rompimento do círculo vicioso do subdesenvolvimento.

São êles:

i) a industrialização interna, e
ii) *a mudança das regras que regulam o comércio internacional.*

Êsses dois caminhos são baseados nas seguintes premissas:

a) o esfôrço de desenvolvimento deve concentrar-se primordialmente na criação de um grande mercado interno e requer uma relativa estabilidade econômico-financeira, assim como uma ação governamental-administrativa eficiente;

b) como alternativa atual e, ao mesmo tempo, pré-requisito para a criação do grande mercado interno, torna-se indispensável contar, a curto e médio prazos, com volume crescente de aporte externo, sob as formas de receitas de exportação e financiamento internacional;

c) a cada estágio de desenvolvimento do país corresponderá a necessidade de absorver, principalmente através de transações no mercado internacional, determinado volume (de determinado tipo) de tecnologia gerada no exterior.

A opção da abertura para o mercado externo decorre, essencialmente:

a) da necessidade de aumentar a capacidade de importação do país, a fim de permitir a aquisição, em volume crescente, dos insumos

e bens de equipamento destinados a manter o desenvolvimento acelerado do processo de industrialização;

b) da conveniência de, numa fase prévia à criação do grande mercado interno, utilizar plenamente a capacidade de produção instalada no país e criar condições para sua expansão;

c) da necessidade de manter em nível adequado a capacidade de endividamento externo do país;

d) da impossibilidade prática e inviabilidade econômica de se percorrer, em matéria de ciência e tecnologia, os mesmos caminhos percorridos pelos países desenvolvidos (necessidade do "salto tecnológico").

Em conseqüência, a política brasileira em matéria de comércio internacional persegue, nos campos bilateral e multilateral, os seguintes objetivos:

a) ampliação das receitas de exportação geradas pelo comércio de produtos de base, manufaturas e invisíveis;

b) expansão do volume e melhoria dos têrmos e condições de financiamentos internacional;

c) criação de condições de acesso pleno, e a custos mais baixos, a tôda a gama de soluções técnológicas disponíveis nos países industrializados.

A ampliação das receitas de exportação é buscada precipuamente através:

a) de uma política de taxa de câmbio flexível e de incentivos à exportação;

b) de medidas internas que favorecem investimento e racionalização dos setores e indústrias com disponibilidade ou potencial de exportação;

c) da conclusão de convênios internacionais de produtos de base para evitar a deterioração dos têrmos de intercâmbio e outras medidas para melhorar o acesso de produtos de países em desenvolvimento aos mercados de países industrializados.

A expansão do volume e melhoria dos têrmos e condições de financiamento internacional influenciam a orientação das correntes de comércio do país. Exemplo flagrante mais recente foi a conclusão do convênio para importação de trigo do Canadá, em bases concessionais; exemplos mais rotineiros são os que se referem à aquisição de equipamento e à implantação de indústrias com grande componente de material importado.

A preocupação governamental de importar tecnologia para acelerar o desenvolvimento também afeta o intercâmbio comercial do país, tanto no

tocante a seu volume como quanto à sua orientação. Não só a tecnologia importada leva à substituição de importações de produtos, como também gera importações de equipamentos de países ou regiões capazes de propiciar a tecnologia requerida pelo processo de desenvolvimento nacional. Idealmente, um dos critérios prioritários para a seleção de investimentos externos, privados ou públicos, é o de estimular aquêle que traz um aporte de *know-how* não disponível no país.

Os Convênios Intergovernamentais de Produtos de Base

Os Convênios intergovernamentais de produtos de base, que podem ser bilaterais ou multilaterais, têm como propósitos fundamentais: (a) minorar as flutuações dos preços dêsses produtos no mercado internacional; (b) assegurar preços remuneradores para produtores e eqüitativos para consumidores; (c) proporcionar o ordenamento do mercado e assegurar o suprimento.

De forma simplificada, pode-se admitir quatro possíveis modalidades de convênios sôbre produtos de base:

i) de quotas
ii) de "buffer-stock" ou estoques de reserva
iii) de preços
iv) contratos multilaterais de compra e venda.

Os convênios de quotas se caracterizam por limitações físicas, isto é, contingentes quantitativos impostos à exportação, importação, vendas, ou à produção.

Os esquemas de tipo "buffer-stock" são essencialmente mecanismos financeiros, pelos quais excedentes temporários são retirados do mercado por uma autoridade aceita pelos participantes e repostos em determinadas condições de preços.

Os acôrdos de preços giram em tôrno de compromissos de comprar e vender sòmente a determinados níveis de preços. Na sua forma mais simples, é um cartel de produtores.

Os contratos multilaterais de compra e venda estabelecem obrigações definidas de transacionar quantidades determinadas a preços também prèviamente estabelecidos. Os exportadores se comprometem a vender e os importadores a comprar nessas condições.

Na realidade, porém, nenhum esquema vigente é uma expressão "pura" de uma dessas modalidades. Incorpora elementos de outras ou é uma combinação delas.

Os mais importantes convênios de produtos de base em vigor são os relativos a café, açúcar, estanho e trigo; o Brasil é membro dos dois primeiros; o último, que está com sua cláusulas econômicas suspensas, após

violenta guerra de preços entre Canadá, Estados Unidos, Austrália e Comunidade Econômica Européia, foi objeto de recente conferência renegociadora.

As opiniões sôbre a validade e eficiência dêsses instrumentos são muito controvertidas. Pessoalmente, situo-me entre os que consideram que os dois acôrdos de que faz parte o Brasil — café e açúcar — foram benéficos não só para o Brasil, mas para o conjunto de países membros, inclusive importadores.

A principal crítica que se faz aos convênios de produtos de base é a de que tendem a "congelar" determinadas situações, que, tendo um dinamismo próprio, tornam, em pouco tempo, obsoletos ou superados os instrumentos que as regulam. Essa crítica seria válida se os convênios não incorporassem, via de regra, cláusulas de revisão periódica, que permitem sua adaptação e evolução. É forçoso, reconhecer, porém, que certos convênios são elaborados a partir da premissa de que é fixa determinada conjuntura tida como permanente ou semi-permanente; uma reversão estrutural torna, pois, difícil fazer funcionar o instrumento de forma satisfatória.

É o que ocorreu, por exemplo, com o Convênio Internacional do Café, que, negociado dentro de um regime crônico de superprodução, vê-se a braços com três anos sucessivos de déficit de produção mundial e com perspectivas bastante diversas daquelas que lhe deram origem. Isso levou os países importadores, na sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, em agôsto de 1970, a forçar uma decisão política com vistas a provocar deliberadamente uma substancial baixas nos preços; o Convênio, que já fôra abalado pela controvérsia sôbre café solúvel entre o Brasil e os Estados Unidos, receberia, além dêsse impacto, o provocado pela demora e pelas qualificações com que o Congresso norte-americano aprovaria a legislação que habilita o Executivo a aplicá-lo.

O futuro do Convênio Internacional do Café é, pois, dos mais incertos e as perspectivas de sua renegociação, que deverá ocorrer nos últimos meses de 1972 e primeiros meses de 1973, são já de si difíceis e podem vir a ser agravadas pela atitude final dos Estados Unidos em relação ao denominado "caso do solúvel".

Um balanço objetivo do Convênio nos seus 8 anos de existência há de reconhecer seus benefícios. Apenas para dar exemplo, as relativas estabilidade e tranqüilidade que proporcionou, permitiram ao Govêrno brasileiro, — sem dúvida com erros e equívocos — encetar uma maciça reestruturação da economia cafeeira, que há de produzir vantagens para o país a médio e longo prazos.

O Convênio Internacional do Açúcar apresenta feições ainda mais alentadoras do ponto-de-vista de esforços integovernamentais de estabilização do mercado de produto de base.

Existente desde antes da II Guerra Mundial, o Convênio do Açúcar funcionava graças à estreita cooperação existente entre Cuba, o maior produtor, e os Estados Unidos. Rompido êsse estado de coisas no início da

década de 60, o Convênio do Açúcar desintegrou-se ràpidamente, agravando-se a situação com a crescente compartimentalização do comércio internacional do açúcar: o Reino Unido, de um lado, com a quase totalidade de seus suprimentos regulada por um acôrdo preferencial que reserva seu mercado aos fornecedores da Comunidade Britânica; a legislação açucareira norte-americana, de outro, dividindo, através de um sistema de quotas, o mercado dos Estados Unidos entre produtores domésticos e países estrangeiros selecionados; a Comunidade Econômica Européia, finalmente, dentro de seu regime de subvenção à produção agrícola, passando de importador *líquido a exportador*.

O mercado "livre" tornou-se, por conseguinte, um mercado residual, onde as cotações se aviltavam dia a dia. Nem por isso deixava, porém, de ser importante para uma série de países, como o Brasil, que colocava nesse mercado 50% ou mais de sua disponibilidade de exportação.

Após ingentes esforços, e um período de preços extremamente deprimidos, conseguiu-se, em fins de 1968, negociar um nôvo Convênio Internacional de Açúcar, sem a participação dos Estados Unidos e da CEE. Apesar disso, os resultados são extremamente satisfatórios: os níveis de preços são duas vêzes e meia superiores ao nível de fins de 1968, havendo a ascenção se processado de forma paulatina e colocado o preço do produto em nível pelo menos eqüivalente ao custo médio dos exportadores membros do Convênio.

Êsses dois exemplos de êxito de Convênios internacionais não significam que esforços em outras áreas não hajam malogrado. Ademais da referência já feita ao Acôrdo sôbre o trigo, cabe salientar numerosas iniciativas que não deram frutos. Há 14 anos que se tenta negociar um Convênio Internacional de Cacau, havendo permeio ainda extemporâneo acôrdo de produtores. Tentativas no tocante a sisal, algodão, chá, óleos vegetais, banana, cobre, borracha e minério de ferro fracassaram ou ainda se encontram em fase de gestação.

ACÔRDOS DE TRIGO: UM CASO DE ACÔRDO ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS

Celso de A. M. Relvas

Introdução

No quadro de acôrdos de produtos primários, os referentes ao trigo ocupam uma posição à parte, uma vez que pràticamente a totalidade dos exportadores são países desenvolvidos, enquanto os outros produtos primários são, na sua generalidade, provenientes sobretudo de países em desenvolvimento. No mercado de trigo, Estados Unidos, Canadá, Austrália e União Soviética são responsáveis pela maior parte das exportações mundiais. Por outro lado, sendo o trigo um dos alimentos básicos de grande parte da humanidade, é natural que os países em desenvolvimento realizem importações maciças, com gastos elevados de suas divisas.

É nesse contexto que se insere o interêsse brasileiro sôbre o trigo e os acôrdos que regulam o seu comércio internacional. Situando-se, no momento, o consumo brasileiro em cêrca de 3,2 milhões de toneladas métricas, parcela substancial deve ser atendida ainda através de importações. A presente política tritícola do Govêrno brasileiro, contudo, vem incentivando o setor, buscando, a um tempo, o aumento da produção e a elevação dos níveis de produtividade. Basta lembrar que, no período 1964 — 1968 o Brasil produziu uma média anual de 379 mil toneladas métricas, tendo em 1969 produzido mais de 1,1 milhões de toneladas métricas e em 1970 superado a casa de 1,7 milhões.

O Comércio Mundial de Trigo e os Acôrdos de Trigo

O comércio mundial de trigo tem sido regulado por diversos acôrdos, todos êles, bàsicamente, do tipo de contrato multilateral. Em todos predomina um objetivo estabilizador do mercado, através do estabelecimento de faixas de preço para as diversas qualidades e tipos de trigo, com preços mínimos abaixo dos quais não poderiam os países-membros transacionar e

preços máximos que só poderiam ser excedidos depois de satisfeitos todos os direitos dos países-membros importadores. Com algumas exceções não foram previstos nos acôrdos ajustamentos de estoques nem contrôles de produção, deixados à competência individual de cada país.

Pelo fato de as exportações de trigo se originarem, predominantemente, de países altamente desenvolvidos, figurando a Argentina como o único país exportador em desenvolvimento, é natural que os acôrdos do trigo, em seu histórico, se tenham mantido como instrumento estabilizador de mercado, não tendo acompanhado a evolução "desenvolvimentista" que se pode descobrir em outros acôrdos sôbre produtos primários.

A multilateralidade dos acôrdos de trigo, porém, tem sido mais pròpriamente formal do que efetiva,, uma vez que, em última análise, o comportamento do mercado mundial de trigo tem sido decorrência das políticas tritícolas dos Estados Unidos da América e do Canadá, e da sua intenção e capacidade de se coordenarem. Estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) mostram certa estabilidade do mercado e funcionamento relativamente satisfatório dos acôrdos de trigo, sempre que êsses dois países souberam atuar em consonância, coincidindo os períodos de grave instabilidade e fracasso dos acôrdos com as conjunturas de discordância e até confrontação entre êles. Nêsse quadro têm desempenhado papel menos marcante as políticas tritícolas, de uma parte, da Austrália e da Argentina e, de outra, da União Soviética.

Os Acôrdos Anteriores a 1967

O primeiro acôrdo internacional de trigo que funcionou pelo período previsto remonta a 1949. Antes, em 1933 fôra concluído um acôrdo, com a participação dos principais importadores e exportadores, estabelecendo quotas de exportações e restrições à área plantada. Não teve resultados, em virtude da falta de observância por parte dos países-membros e da mudança radical nas condições de mercado ante a ocorrência de várias safras más. Data dessa época o estabelecimento do "Comitê Consultivo do Trigo", depois transformado em Conselho Internacional do Trigo. Posteriormente, em 1942, foi negociado em Washington outro acôrdo, com quotas de exportação, contrôle de produção, estoques máximos e mínimos, e faixes de preços, com máximos e mínimos, não chegando, porém, a entrar em vigor.

De 1949 a 1953 vigorou o primeiro Acôrdo Internacional de Trigo do após-guerra, com a participação dos principais exportadores (excetuada a Argentina) e importadores. Nêle os países exportadores se comprometiam a fornecer determinadas quantidades dentro de uma faixa com um preço máximo de US$ 1,80 por "bushel", enquanto os países importadores asseguravam aos primeiros determinado nível de compras, com um mínimo de US$ 1,50 por "bushel", mínimo que, durante a vida do Acôrdo, seria reduzido gradualmente para US$ 1,20 por "bushel". O acôrdo beneficiou principalmente os membros importadores, uma vez que, situando-se os preços

mundiais acima do máximo, êles tiveram assegurado o fornecimento a US$ 1,80 por "bushel".

Nessas circunstâncais, a renegociação do acôrdo em 1953 levou os exportadores a pleitearem uma elevação da faixa de preços para US$ 1,55 — US$ 2,05 por "bushel", do que resultou a retirada do Reino Unido. Em 1956, nôvo acôrdo foi negociado, situando-se a faixa em US$ 1,50 — US$ 2,00 por "bushel", prevalecendo uma posição altista que levou outros países a acompanharem o Reino Unido, retirando-se também do acôrdo. Nessas circunstâncias, a cobertura do acôrdo caiu de 60 para 25 por cento do comércio mundial de trigo. Ao sair do acôrdo, argumentavam os importadores que a conjuntura tritícola levaria a uma baixa acentuada de preços, a qual só não foi maior por ter sido refreada, não pelo funcionamento do acôrdo e sim pela aplicação conjunta de políticas de contrôle de estoques por parte dos principais exportadores.

A renegociação de 1959 introduziu algumas alterações básicas, eliminando o sistema de quotas absolutas e estabelecendo obrigações relativas. Os países importadores se comprometiam a comprar, dentro da faixa de preços, uma proporção mínima de suas importações nos países-membros, não tendo obrigações quanto a outras transações, mesmo quando os preços caíssem. Por seu turno, os países exportadores, no caso de os preços atingirem o máximo, estavam obrigados a fornecer a cada país importador, na faixa de preços, uma quantidade eqüivalente à média das vendas realizadas nos últimos 4 anos. Estas alterações trouxeram de volta para o acôrdo diversos países importadores que não eram membros em 1953 e 1956, estabelecendo-se uma faixa de US$ 1,50 a US$ 1,90 por "bushel".

Em 1962 essa faixa foi elevada para US$ 1,625 — US$ 2,02 por "bushel". Aparentemente, com o maior número de países-membros, haveria maior cobertura, mas na realidade a proliferação de transações "concessionais", não vinculadas à faixa de preços, representou um sério enfraquecimento do acôrdo como instrumento estabilizador. Se os preços permaneceram na faixa prevista no acôrdo, isto se deveu não aos méritos próprios de cláusulas de direitos e obrigações, e sim às políticas de manipulação de estoques empreendidas pelos principais exportadores particularmente os Estados Unidos.

O Acôrdo de Trigo de 1967

Em 1967 foi convocada, em Roma, no seio da FAO, uma conferência negociadora de um nôvo acôrdo, precedida de diversas reuniões preliminares nas quais os principais países exportadores tomaram posições pràticamente definitivas, consolidadas num "Memorandum of Agreement". Tratava-se, em verdade, de obter o assentimento dos países importadores para uma fórmula pré-negociada, de cunho altista, cujo objetivo principal era salvaguardar os interêsses dos países exportadores.

Dentre os pontos principais do Acôrdo de 1967 quatro mereciam exame mais pormenorizado: trigo de referência, faixa de preços, pontos básicos de referência e Convenção sôbre Ajuda Alimentar.

a) Trigo de referência.

Dada a multiplicidade de tipos e qualidades de trigo, é necessária, para o funcionamento de um acôrdo regulador de preços, a identificação de um ou mais tipos de trigo, em relação aos quais se estabeleça para os outros tôda estrutura de preços. No acôrdo de 1962 funcionara como trigo de referência o canadense Manitoba Northern n. 1, colocado em Pôrto Arthur Fort Williams (pontos interiores do Canadá). Com relação ao preço dêsse trigo seriam, depois, estabelecidos os preços para outros trigos canadenses e os provenientes da Argentina, Austrália, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Suécia, União Soviética.

No acôrdo de 1967 preferiram os países exportadores enumerar 14 variedades de trigo, com os respectivos preços. Previstos para funcionar com algum grau de flexibilidade, o sistema mostrou-se, em realidade, bastante rígido, daí resultando que, em última análise, os trigos norte-americanos assumiram, na prática, a função de trigos de referência. Nessas condições ficavam êles em evidência, pràticamente imobilizados, enquanto os outros países exportadores, através da utilização hábil de outros fatôres (sobretudo taxas de frete) podiam contornar os dispositivos de preço do Acôrdo.

b) Preços.

Para as 14 variedades de trigo já mencionadas foram estabelecidas faixas de preço, em regra geral superiores em 20% aos níveis do acôrdo de 1962 e acima dos níveis do mercado por ocasião da Conferência. O Brasil, entre outros países importadores, reafirmou a inanidade dêsse esfôrço altista, inteiramente injustificado naquela conjuntura e, de resto, altamente prejudicial para os importadores, se por acaso viessem realmente a elevar os preços. Não tendo as suas ponderações acolhidas pelos signatários de "Memorandum of Agreement", o Brasil para salvaguarda de seus interêsses, recusou-se a participar do Acôrdo de 1967.

c) Pontos básicos de referência.

O acôrdo de 1967 escolheu como ponto básico de referência os portos norte-americanos do Gôlfo do México, procurando obviar os inconvenientes do sistema de 1962, em que figuravam pontos internos do Canadá. Com efeito, a fixação de um ponto interior do Canadá levava a distorções dos preços, em virtude da suspensão sazonal da navegação nos Grandes Lagos e da inclusão de altos custos de transporte interno no Canadá, numa fórmula que transpunha indevidamente, para tôdas as variedades de trigo do mundo, fatôres que só afetavam o trigo canadense. Se, de um lado, a al-

teração eliminava séria distorção, por outro expunha bastante os trigos norte-americanos, cuja posição já estava comprometida pela condição de trigos de referência.

d) Convenção sôbre a Ajuda Alimentar (CAA).

Na Conferência de 1967, criou-se uma Convenção sôbre a Ajuda Alimentar que visaria, de uma parte, a ajudar os países em desenvolvimento e, de outra, a atender aos interêsses dos países exportadores de cereais. Nos moldes da referida Convenção, as contribuições de cêrca de 12 países se elevaram a 4,5 milhões de toneladas métricas de cereais por ano, devendo ser feitas ou em cereais ou em recursos destinados à aquisição de cereais em favor de países em desenvolvimento.

Em relação à CAA, procurou o Govêrno brasileiro conseguir a aceitação das seguintes teses:

1) Adicionalidade de Programa. Deveria ser uma operação real, adicional, e não meramente contábil que resultasse de simples mudança de rótulo de contribuições já em andamento;
2) Multilateralização do Programa, no sentido de minimizar tanto a possibilidade de uso da CAA como instrumento de ação política dos países doadores, quanto à possibilidade de interferência nas políticas de produção interna dos países recipiendários.

O Acôrdo de Trigo de 1971

De 18 de janeiro a 19 de fevereiro de 1971 realizou-se em Genebra uma Conferência das Nações Unidas para renegociação do Acôrdo do Trigo de 1967, o qual, embora deva expirar formalmente a 30 de junho de 1971, deixou pràticamente de operar pelo menos um ano e meio antes dessa data.

Diversos motivos explicam o fracasso do Acôrdo de 1967, entre os quais caberia citar alguns. De uma parte, a inviabilidade mesma das cláusulas de preços, as quais, conforme diagnosticou na ocasião representação Brasileira eram impostas em níveis absurdamente altos por um "Memorandum of Agreement" inteiramente esquecido das realidades da conjuntura tritícola mundial. Por outra parte, os Estados Unidos, na posição de trigo de referência, se sentiram indevidamente expostos, sem poder realizar os ajustes de que, na prática, se beneficiaram os outros grandes exportadores. Nesse contexto, tornou-se inevitável uma guerra de preços entre os principais países exportadores, o que esvaziou as cláusulas econômicas do Acôrdo e possibilitou aos Estados Unidos a recuperação de alguns mercados que começara a perder.

Após diversas reuniões prenegociadoras, realizadas em 1969, foi convocada a Conferência de 1971. Seu objetivo inicial, de negociar um Acôrdo integral que viesse a substituir o de 1967 não pôde ser realizado. De-

veu-se esta impossibilidade ao divórcio radical, no seio dos exportadores, entre os Estados Unidos, de uma parte, e o Canadá (e parcialmente a Austrália e Argentina) de outra.

Considerando-se gravemente prejudicado pelo Acôrdo de 1967, o Govêrno dos Estados Unidos recusou-se a que um trigo norte-americano fôsse o trigo de referência ou participasse sequer de um eventual trigo coletivo de referência. De resto, dispondo ainda de estoques e não tendo recuperado plenamente os mercados que considera haver perdido dentro do Acôrdo de 1967, preconizou a adoção de uma faixa de preços mais baixa, consentânea com a qualidade de seus trigos. Nesses têrmos a posição norte-americana favorecia a criação de um Acôrdo bem menos rígido que o de 1967.

Já o Canadá, secundado pelos demais exportadores, argumentava que as deficiências do Acôrdo de 1967 eram devidas à sua flexibilidade, sendo preciso elevar as faixas de preços, precisar mais as obrigações dos países-membros e criar mecanismos mais rigorosos de contrôle.

Ante a impossibilidade de solucionar, na presente conjuntura, o impasse verificado na Conferência entre os dois grandes exportadores, restou apenas, como alternativa, a conclusão, a título quase temporário, de um acôrdo desprovido de cláusulas econômicas, contendo apenas dispositivos administrativos, visando a preservar a atividade do Conselho Internacional do Trigo e a institucionalizar um mecanismo de consulta que, mudadas eventualmente as presentes condições do mercado, possa servir de fôro preparatório para os trabalhos de uma futura conferência negociadora. Nesse contexto, reveste-se de relevância especial a atuação do Subcomitê Consultivo sôbre Condições de Mercado, criado, na Conferência, dentro do Conselho Internacional do Trigo.

É natural que os resultados (ou sua ausência) da Conferência de 1971 devam ter um impacto sôbre as condições de mercado. Na medida em que resultaram de um desencontro de posições dos países exportadores e de uma afirmação de posição dos Estados Unidos que se opunham a dispositivos altistas, pode-se identificar, no mercado tritícola, a existência de fôrças que tenderiam, se livres, a abaixar os preços de trigo. Dada, porém, a presente conjuntura em que as forrageiras estão com preços bastante altos, pressionando para cima os preços de trigo (que, aliás, está substituindo certas forrageiras no consumo animal), poderá muito bem ocorrer que a tendência baixista deixe de se traduzir numa baixa concreta.

Também foi debatida e decidida, na Conferência de 1971, a prorrogação da Convenção sôbre a Ajuda Alimentar, a qual contudo, foi substancialmente mutilada. O golpe aparentemente mais sério na Convenção foi dado pelo Reino Unido, o qual anunciou a sua retirada, por não considerá-la como o melhor instrumento a ser utilizado na canalização dos recursos destinados à cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta atitude teve, além do óbvio impacto político, conseqüências concretas, uma

vez que dessa forma se afastava o país que contribuíra com a quase totalidade dos recursos em dinheiro que haviam sido aplicados na compra de trigo em um país em desenvolvimento (no caso, a Argentina).

A Dinamarca tomou a mesma decisão, quase seguida também pela Noruega, que finalmente acedeu em permanecer, a instâncias de países recipiendários.

Mais sério, porém, foi o corte, em têrmos reais, sofrido pela Convenção sôbre a Ajuda Alimentar pelo alargamento conceitual obtido pelos Estados Unidos da América, passando a ser contabilizadas dentro da Convenção transações realizadas nos têrmos da P.L. 480. A prevalecer as estimativas sugeridas durante a Conferência, a alteração conceitual introduzida em Genebra redundará, provàvelmente, num corte, em têrmos reais, de quase um milhão de toneladas métricas anuais nos montantes da CAA. Especificamente em relação ao Brasil, a nova conceituação — aliás impugnada pela delegação brasileira — terá a conseqüência esdrúxula de fazer com que o Brasil, sem qualquer aumento real das transações concessionais de que participe, possa, por mero artifício contábil, vir a figurar na relação dos países beneficiários de operações de ajuda alimentar.

Conclusões

Os acôrdos de trigo demonstram que os países desenvolvidos reconhecem, na prática, os benefícios resultantes de um acôrdo internacional, em um produto no qual têm interêsses vitais como exportadores.

Em realidade, porém, os acôrdos de trigo refletem a vontade e o poder político e econômico dos principais países exportadores interessados na sua manutenção, quer fazendo respeitar as suas cláusulas, quer recorrendo a medidas unilaterais estabilizadoras quando fracassa o mecanismo multilateral.

Por outro lado, deve-se salientar que o impasse, verificado em 1971, deveu-se totalmente à dissenção entre os países exportadores desenvolvidos, não tendo havido falta de cooperação por parte dos importadores em desenvolvimento, que pudesse vir a ser transferida, pelos primeiros, para outros acôrdos em que os últimos participem como exportadores.

ALGODÃO

Celso de A. M. Relvas

O algodão ocupa posição de relêvo na economia brasileira, não só como matéria-prima para a indústria têxtil (e de óleos, pelo aproveitamento da semente), mas também como grande produto de exportação, figurando entre as principais fontes de divisas para o Brasil. Sua cutlura no País ultrapassa as fronteiras de atividade econômica, revestindo-se de amplos aspectos sociais, particularmente no Nordeste.

Nesse contexto, tem sido alvo da continuada atenção dos setores governamentais e privados, que atuam tanto nacional quanto internacionalmente para salvaguardar os interêsses do País.

Características básicas da economia algodoeira mundial

Nos últimos vinte anos, tem a economia algodoeira mundial sofrido flutuações consideráveis, com alto grau de instabilidade. Nesse período, verificaram-se três fases de acúmulo excessivo de estoques, patenteando-se, ao mesmo tempo, uma tendência à deterioração dos preços do produto.

Em estudo recente, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento procuraram quantificar a flutuação dos preços, quantidades e renda de divisas dos principais produtos primários, para o período de 1953 a 1965. Definindo a flutuação como a média, no período, das diferenças percentuais anuais entre as observações reais e os valôres calculados para a tendência, negligenciados os sinais, chegou o estudo à conclusão, para o período em exame, de que os preços do algodão sofreram flutuação menor do que a dos outros produtos agrícolas, enquanto as quantidades negociadas internacionalmente e

as receitas de divisas provenientes do algodão patentearam alto grau de instabilidade, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1
Índices de Flutuação para Preços, Quantidades e Ingresso de Divisas
1953 — 1965
(percentagens)

	Preços	Quantidades	Divisas
Borracha	13,1	3,9	15,5
Algodão	4,3	7,1	9,1
Madeiras	8,8	4,7	10,3
Têxteis de juta	7,2	4,5	6,7
Juta	7,7	6,6	5,2
Peles	6,0	5,2	6,6
Sisal	16,0	5,4	11,8
Abaca	12,1	9,2	14,4

Fonte: International Monetary Fund. *The Problem of Stabilization of Prices of Primary Commodities*, passim. Washington, D. C., 1968.

Os índices de flutuação acima verificados conjugam-se com diversas tendências a longo prazo de fácil identificação intuitiva e de rápida comprovação estatística. No período que se estende de 1953/54 a 1967/68 (convencionou-se começar o ano algodoeiro a 1 de agôsto), podem-se descobrir:

a) a existência de uma tendência para um crescimento nos níveis absolutos de produção, consumo, comércio internacional e estoques de algodão;
b) ligeira tendência para que o consumo cresça mais ràpidamente que a produção. Aparentemente isto deveria redundar em tendência a uma redução progressiva dos estoques, o que não se verificou devido ao fato de que, sendo a produção bem mais instável do que o consumo, ocorreram períodos de grande acúmulo de estoques;
c) tendência clara para uma queda dos preços do algodão.

Produção

Ampliando o exame para um período um pouco mais longo, de 1930 para 1966, e tentando identificar ciclos de produção (o que se fará através da determinação de ciclos brutos e da média móvel de três pontos), obtêm-se três períodos principais:

a) período antecedente à Segunda Guerra Mundial, (1930-1940);
b) período de guerra e recuperação no imediato após-guerra (1941-1950);
c) período a partir de 1951.

Suas características básicas aparecem no Gráfico I, no qual é evidente o efeito perturbador decorrente do conflito mundial. Verifica-se também que o período a partir de 1951 foi bastante mais estável do que o primeiro, fato para o qual contribuíram, entre os outros, os seguintes fatôres:

a) maior estabilidade econômica dos principais países importadores de algodão, o que reduziu a instabilidade do lado da procura;
b) aumento no número de países produtores, o que reduziu a instabilidade do lado da oferta;
c) competição crescente das fibras artificiais, o que, de certa forma, requereu e provocou maior estabilidade da economia algodoeira.

Consumo

Embora o consumo mundial de algodão tenha, ao longo das duas últimas décadas, crescido em números absolutos, a taxa de crescimento tem caído sensìvelmente nos últimos anos. De uma parte, o consumo de algodão nos países desenvolvidos de economia capitalista tem caído a uma taxa anual média de cêrca de 0,5 por cento (em benefício das fibras artificiais), queda que mal vem sendo compensada pelo aumento do consumo nos países menos desenvolvidos.

Tabela 2
Consumo Mundial de Algodão
1953/54 — 1967/68
(ano iniciado a 1 de agôsto)
(*milhões de fardos*)

Ano	Real	Tendência estimada [1]	Flutuação [2] (percentagem)
1953/54	38,8	39,6	2,1
1954/55	39,9	40,6	1,8
1955/56	41,2	41,5	0,8
1956/57	43,0	42,4	1,4
1957/58	42,9	43,3	1,0
1958/59	45,7	44,2	3,3
1959/60	48,3	45,2	6,9
1960/61	47,0	46,1	1,9
1961/62	46,0	47,0	2,2
1962/63	45,1	47,9	5,9
1963/64	47,7	48,9	2,5
1964/65	50,1	49,8	0,6
1965/66	50,9	50,7	0,4
1966/67	52,2	51,6	1,2
1967/68	52,6	52,5	0,2

Fonte: Estatísticas do Comitê Consultivo Internacional do Algodão; ajustamentos pelo autor.

1 Ajustamento pelo método dos mínimos quadrados.

2 Índice de flutuação segundo o critério do FMI e do BIRD mencionado anteriormente.

Comércio Internacional

O aumento do número de países produtores de algodão, bem como o fato de que o consumo tem crescido primordialmente nos países que são também produtores, têm levado a um crescimento um tanto mais lento do comércio internacional. Originam-se hoje as exportações de cinco países principais (Estados Unidos, União Soviética, México, República Árabe Unida e Brasil), dirigindo-se principalmente para a Europa Ocidental e o Japão.

Têm as exportações mundiais passado por oscilações significativas, conforme se depreende da Tabela 3.

Tabela 3
Exportações Mundiais de Algodão
1953/54 — 1967/68
(ano iniciado a 1 de agôsto)
(milhões de fardos)

Ano	Real	Tendência estimada [1]	Flutuação [2] (percentagem)
1953/54	13,4	13,2	1,5
1954/55	12,3	13,5	8,9
1955/56	13,0	13,9	6,5
1956/57	15,8	14,2	11,2
1957/58	14,1	14,5	2,8
1958/59	13,5	14,9	9,4
1959/60	17,3	15,2	13,8
1960/61	16,8	15,6	7,6
1961/62	15,4	15,9	3,2
1962/63	15,8	16,3	3,1
1963/64	17,9	16,6	7,8
1964/65	16,8	17,0	1,2
1965/66	16,8	17,3	2,9
1966/67	17,9	17,7	1,1
1967/68	17,1	18,0	5,0

Fonte: Estatísticas do Comitê Consultivo Internacional do Algodão; ajustamentos pelo autor.

1 Ajustamento pelo método dos mínimos quadrados.

2 Índice de flutuação segundo o critério do FMI e do BIRD mencionando anteriormente.

Fator particularmente relevante para os níveis de comércio internacional de algodão têm sido os preços do produto, os quais apresentaram, de

1953/54 a 1967/68, marcada tendência para a baixa, conjugada com amplas flutuações, conforme se depreende da Tabela 4.

Tabela 4
Algodão — Preços
1953/54 — 1967/68
(centavos de dólar por libra-pêso)

Ano	Preço *	Tendência estimada [1]	Flutuação [2] (percentagem)
1953/54	38,14	35,62	7,0
1954/55	38,54	35,02	10,0
1955/56	34,79	34,42	1,0
1956/57	32,69	33,82	3,4
1957/58	33,40	33,22	0,5
1958/59	28,78	32,62	11,8
1959/60	29,16	32,02	9,0
1960/61	30,39	31,42	3,3
1961/62	30,28	30,82	1,8
1962/63	29,26	30,22	3,2
1963/64	29,30	29,62	1,1
1964/65	28,84	29,02	0,7
1965/66	27,91	28,42	1,8
1966/67	28,43	27,82	2,1
1967/68	31,46	27,22	15,5

* Preços médios anuais c.i.f. Liverpool para o SM 1 1/16 do México, Nicarágua, Síria e Irã; os preços correspondem a algodão entregue ao industrial na Grã-Bretanha. (Ver *Foreign Agricultural Circular, USDA, Cotton, FC7-69*, abril 1969, págs. 10 e 14).

1 Ajustamento pelo método dos mínimos quadrados.

2 Índice de flutuação segundo o critério do FMI e do BIRD mencionado anteriormente.

Note-se que as estatísticas mundiais de preços do algodão são computadas em dólares correntes. Nesse contexto, acentua-se ainda mais a redução na remuneração real decorrente da exportação de algodão.

O Mercado de Fibras Têxteis em Geral

Para melhor entendimento, contudo, da economia algodoeira mundial é necessário situá-la dentro do mercado de fibras têxteis em geral, onde as fibras artificiais vêm apresentando crescimento constante nos últimos quinze a vinte anos.

No período 1958-68, o consumo mundial de fibras têxteis cresceu de 64,4 milhões de fardos (medidos em equivalente de algodão) para 106,1 milhões, com um aumento médio anual de 5,1 por cento. Dentre as principais fibras, as artificiais (celulósicas e não-celulósicas) obtiveram a taxa

mais rápida de crescimento, com aumento anual médio de 11,3 por cento, enquanto o consumo de algodão crescia apenas a uma taxa anual média de 1,8 por cento.

Obviamente, disparidade tão marcada entre as taxas de aumento do consumo de algodão e das fibras artificiais vem alterando profundamente as respectivas parcelas de mercado. No período de 1958 a 1968, a quota do mercado têxtil dominada pelo algodão caiu de 68,4 por cento para 49,6 por cento, enquanto a das fibras artificiais subiu de 26,6 para 46,8 por cento.

Não se evidenciando, no momento, sinais de alteração da tendência, é de se prever que as fibras artificiais continuem, pelo menos em futuro próximo, conquistando parcelas adicionais do mercado têxtil mundial. Note-se, de resto, que a agressividade das fibras sintéticas é bem maior se considerarmos períodos mais curtos e mais recentes, como, por exemplo, 1963-1968.

A competição das fibras artificiais, antes fenômeno verificado apenas nos países desenvolvidos, amplia-se ràpidamente, abrangendo também os mercados dos países em desenvolvimento, nos quais se vem verificando, dentro do processo de rápida industrialização, crescimento vertiginoso da produção de fibras artificiais.

A Economia Algodoeira e o Brasil

Como grande produtor e tradicional exportador de algodão, pràticamente todos os problemas da economia algodoeira mundial interessam ao Brasil. A relativa instabilidade de preços do produto, a tendência predominante a uma queda dêsses mesmos preços, são fatôres que influenciam estreitamente os agricultores brasileiros nas suas decisões de plantar e os exportadores nas suas atividades de comercialização internacional.

O impacto das flutuações internacionais tem sido, de certa forma, atenuado através do aumento progressivo da eficácia das medidas governamentais de apoio regulador, tais como os preços mínimos de produção e exportação, conjugados, em anos mais recentes, com incentivos governamentais à indústria têxtil brasileira, quer para o consumo nacional, quer para a exportação.

A par das medidas internas tendentes a fortalecer e dinamizar sua economia algodoeira, tem o Brasil longa tradição de atuação, em foros internacionais, na despesa do algodão. O Brasil é membro fundador do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), organização sediada em Washington, da qual fazem parte mais de quarenta países exportadores e importadores de algodão e que, através de reuniões e consultas realizadas periòdicamente, procura identificar os problemas da economia algodoeira mundial e indicar as possíveis soluções

No CCIA, tem o Brasil concentrado seus esforços na análise das principais tendências da economia algodoeira mundial, no que se refere a níveis

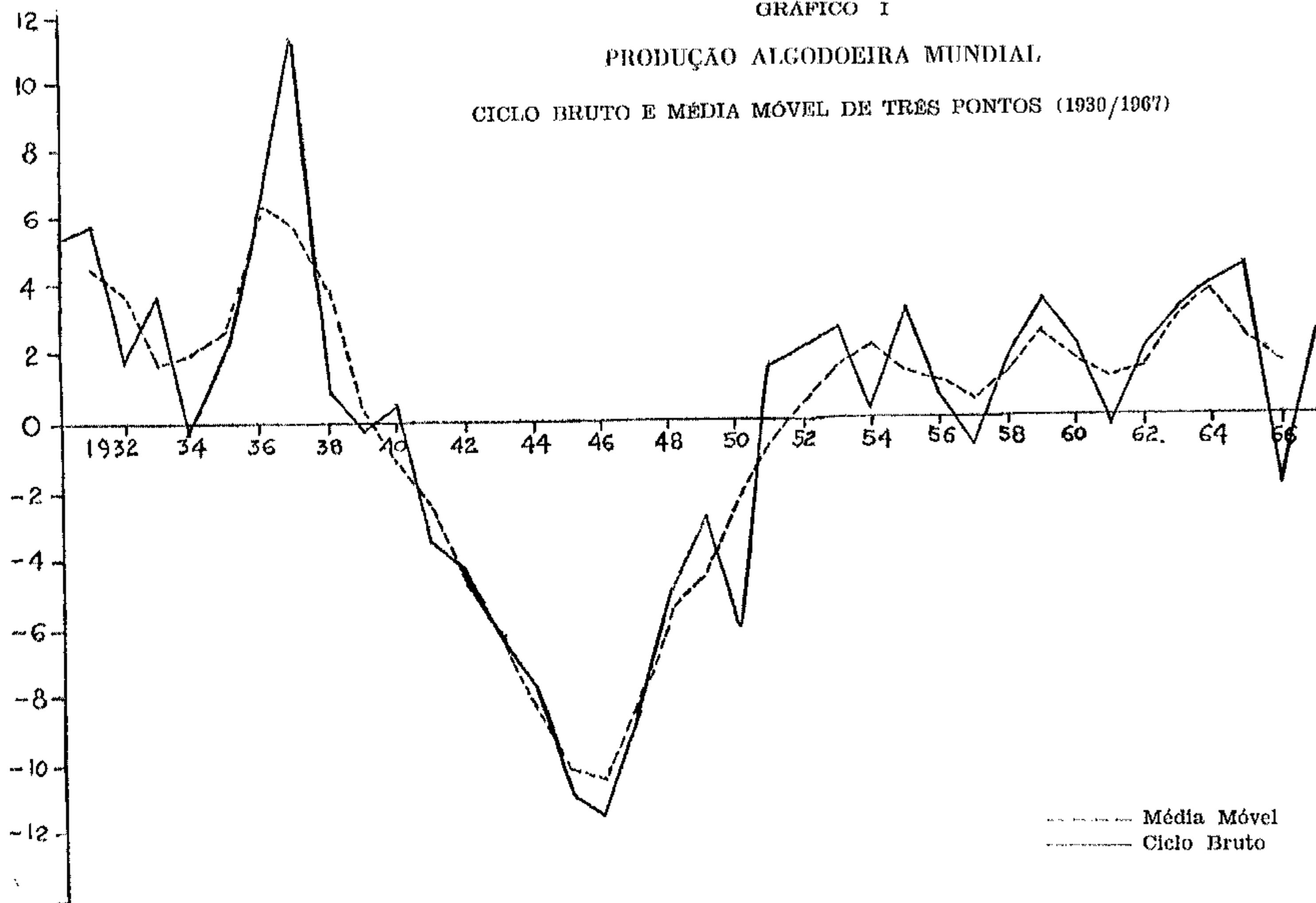


GRAFICO I
PRODUÇÃO ALGODOEIRA MUNDIAL
CICLO BRUTO E MÉDIA MÓVEL DE TRÊS PONTOS (1930/1967)
12
10
8
6
4
2
0
-2
-4
-6
-8
-10
-12
1932
34
36
38
40
42
44
46
48
50
52
54
56
58
60
62
64
66
Média Móvel
Ciclo Bruto

de preços, produção, consumo, estoques e comércio internacional, bem como ao impacto da crescente competição das fibras artificiais. Não tem o Brasil silenciado em apontar aquelas políticas e práticas em relação à produção e exportação que desorganizem e distorçam o mercado internacional do produto e que prejudiquem as economias dos países exportadores em processo de desenvolvimento. O Govêrno brasileiro tem também manifestado a mais séria preocupação com relação ao agravamento e à proliferação de medidas protecionistas, por parte de países desenvolvidos, contra as exportações de têxteis de algodão provenientes dos países em desenvolvimento e as quais, indubitàvelmente, afetam também a agricultura algodoeira.

Também no CCIA participou o Brasil em diversas ocasiões, de debates sôbre a viabilidade e oportunidade da conclusão de um Acôrdo Internacional do Algodão. Mais recentemente, em 1969, em Kampala, Uganda, quando alguns países da América Central colocaram o tema em discussão, sustentou o Brasil a posição de que, presentemente, dada a conjuntura algodoeira mundial e tendo em vista as características específicas dêsse mercado e do seu principal competidor — as fibras artificiais — se poderia encontrar mais fácil e adequadamente a solução dos problemas através da consulta, pesquisa e promoção do que através da tentativa de criação de um Acôrdo Internacional do Algodão.

É, aliás, a convicção da necessidade de um esfôrço conjugado de todos os países interessados que levou à criação, recentemente, do Instituto Internacional do Algodão (IIA), entidade internacional que se dedica à realização e coordenação de atividades de pesquisa e promoção do algodão nos principais mercados da Europa Ocidental e Japão. Tendo aderido em 1970 ao IIA, vem o Brasil trazer-lhe, a par de acréscimo considerável em seus recursos disponíveis, todo o empenho de um país disposto a colaborar com êle na tarefa de explorar e aproveitar ao máximo as possibilidades do algodão.

AÇÚCAR: COMÉRCIO INTERNACIONAL E MERCADOS

Raul E. A. d'Escragnolle Taunay

Introdução

O comércio internacional do açúcar (compreendido aqui o de cana e o de beterraba) pode ser dividido em vários compartimentos, não totalmente estanques, representados, de um lado, por mercados preferenciais e, de outro, pelo chamado mercado livre, êste último regulado pelo Acôrdo Internacional do Açúcar.

O mercado internacional do açúcar se caracteriza, assim, principalmente:

a) por uma divisão entre mercados preferenciais — dos quais os principais são o norte-americano e o da Comunidade Britânica — e um mercado livre;

b) *pelo comportamento imprevisível dos preços no chamado mercado livre*, os quais se situavam, até bem pouco tempo, abaixo do custo médio de produção da grande maioria dos produtores (como quase todo produto de base, o açúcar sofreu, por exemplo, desde 1964 — época em que, devido à escassez do produto no mercado internacional, alcançou o preço recorde de sua história, 12,60 centavos de dólar por libra-pêso — um marcado declínio em suas cotações, que baixariam de 12,60 centavos para 1,37 centavos em 1968); foi esta conjuntura que levou aos esforços que se coroariam com a celebração do Acôrdo Internacional do Açúcar, em fins de 1968;

c) pelo fato de quase todos os países importadores serem também produtores;

d) pela marcada tendência protecionista que caracteriza a política seguida pela maioria dos países importadores em relação a sua produção doméstica;

e) pelos esforços perenes que fazem os países importadores para incrementar sua produção doméstica e, dêsse modo, atingir a auto-suficiência. Por ser o açúcar um bem de primeira necessidade, cuja escassez pode provocar conturbações de ordem política e social (e até mesmo religiosa, como é o caso de Marrocos), procuram os países importadores depender, cada vez menos, do abastecimento, às vêzes inconstante, proporcionado pelos exportadores;

f) pela tendência à estagnação das dimensões do mercado livre, provocada:

  (i) pelas políticas autárquicas de muitos países ou grupos de países;

  (ii) pela extensão dos mecanismos preferenciais;

  (iii) pela estabilização ou declínio dos níveis de consumo *per capita* nos países desenvolvidos;

  (iv) pela concorrência de adoçantes sintéticos;

  (v) pela forte taxação interna em alguns países;

  (vi) pelo lento crescimento da demanda global pelo produto;

g) pela exportação subsidiada de excedentes, método utilizado em larga escala, por exemplo, pela CEE;

h) por uma expansão de vendas de exportadores desenvolvidos para o mercado livre, em detrimento de países exportadores tradicionais subdesenvolvidos.

Mercado Livre

O mercado livre é o segmento do mercado internacional do açúcar não regulado por acôrdos preferenciais. A partir de 1.º de janeiro de 1969, as transações comerciais de açúcar no mercado livre passaram, em grande parte, a ser reguladas pelo Acôrdo Internacional do Açúcar, que será examinado adiante.

A importância relativa do mercado livre pode ser medida em função dos volumes da produção mundial e do comércio internacional do açúcar; a produção mundial de açúcar em 1968 e 1969, atingiu, respectivamente, 66,6 e 69,6 milhões de toneladas métricas, estando estimada, para a safra 1970/1971, em cêrca de 71,5 milhões de toneladas.

As importações mundiais brutas, nos anos de 1968 e 1969, foram de cêrca de 20,7 e 18,5 milhões de toneladas, respectivamente. Em números líquidos (isto é, deduzindo-se as exportações das importações nacionais), o volume das importações mundiais, naquele período, foi de 19,3 e 18,7 milhões de toneladas (dados da OIA).

O mercado livre representou, em 1968, um volume de exportações e importações de açúcar da ordem de, respectivamente, 10,5 e 9,2 milhões de toneladas. Em 1969 e 1970, as importações do mercado livre ficaram em tôrno de 8,2 e 8,7 milhões; para 1971, as necessidades líquidas de importação do mercado livre são estimadas em 8.751.000 toneladas.

Como se pode verificar, o mercado livre é responsável por quase metade do comércio internacional do açúcar, sendo o restante comercializado dentro dos esquemas preferenciais.

Além disso, vale assinalar que, ao contrário de alguns anos, em que o preço do açúcar no mercado livre se situava abaixo dos custos médios de produção da maioria dos países, hoje em dia o produto é negociado para aquêle mercado a preços relativamente remunerativos, cuja média, no mês de janeiro de 1971, por exemplo, foi de 4,76 centavos de dólar por libra-pêso.

Mercado Norte-Americano

O mercado preferencial norte-americano se mantém isolado do mercado livre mundial pela operação de mecanismos de contrôle contemplados no "U. S. Sugar Act" (existente desde 1934 e renovado, pela última vez, em 1965), instrumento que determina a política açucareira dos Estados Unidos, tanto em têrmos de produção doméstica, quanto de importação e consumo.

O "Sugar Act" tem como objetivos declarados proteger a indústria açucareira dos Estados Unidos, prover os consumidores norte-americanos de amplas quantidades de açúcar a preços razoáveis e fortalecer o comércio de exportação dos Estados Unidos.

Para cumprir tais objetivos, a legislação açucareira requer a execução de operações como as seguintes:

a) determinação das necessidades anuais de consumo a preços razoáveis para os produtores e equitativos para os consumidores;
b) divisão, por meio de quotas, do mercado em áreas de suprimento atendidos por produtores nacionais e por fornecedores estrangeiros;
c) ajustamento da produção, nas áreas nacionais, às quotas estabelecidas; e
d) divisão equitativa da receita gerada pelo açúcar entre os vários grupos interessados em sua produção e comercialização nos Estados Unidos.

Pode-se dizer que o elemento chave do "Sugar Act" para disciplinar o mercado é o estabelecimento de um mecanismo de restrições quantitativas à oferta, que permitem a vigência nos Estados Unidos, de preços bem superiores aos do mercado livre.

Na prática, são atribuídas quotas de fornecimento às áreas nacionais de produção e a países e territórios estrangeiros. Desta forma, os plantadores norte-americanos, que produzem a altos custos e que, portanto, não teriam condições de competividade, são protegidos da concorrência estrangeira.

A legislação açucareira prevê um complexo mecanismo para a distribuição dos aumentos estimados de consumo anual (no fim de cada ano, o Departamento de Agricultura elabora as bases que servirão para o ano subseqüente) e também das deficiências ("shortfalls") declaradas pelos países fornecedores; do aumento estimado do consumo anual, os fornecedores estrangeiros participam em 35%, enquanto que os "shortfalls" são distribuídos, de um modo geral, entre fornecedores locais e estrangeiros, de acôrdo com as quotas respectivas.

Os preços pagos dentro do esquema previsto no "Sugar Act" são os ditados pela oferta e procura dentro dos Estados Unidos, que, por sua vez, são função das quotas de importação e da quota de fornecimento local, bem como da política interna de sustentação (subsídios) de preços (em algumas das últimas vendas efetuadas pelo Brasil para os Estados Unidos, obteve-se, por exemplo, um preço FOB equivalente a 8,35 centavos de dólar por libra-pêso, enquanto que no mercado livre o preço vigente era de 4,80 centavos).

Para o ano de 1971, o Departamento de Agricultura estimou o consumo em 10,9 milhões de toneladas curtas (1 tonelada curta equivale a 0,9072 tonelada métrica), distribuídas de acôrdo com a tabela abaixo:

Quotas

Produtores domésticos	*Toneladas curtas*
Área da beterraba (EUA)	3.263.333
Área da cana (EUA)	1.186.667
Havaí	1.180.000
Pôrto Rico	1.140.000
Ilhas Virgens	15.000
T O T A L (EUA)	6.785.000

Produtores estrangeiros	*Toneladas curtas*
Filipinas	1.126.020
México	476.527
República Dominicana	466.048
BRASIL	466.048
Peru	371.729
Índias Ocidentais Britânicas	164.079
Equador	67.811
Índias Ocidentais Francesas	51.614
Argentina	57.331
Costa Rica	54.865
Nicarágua	54.865
Colômbia	49.317

Guatemala	46.234
Panamá	34.522
El Salvador	33.905
Haiti	25.892
Venezuela	23.426
Honduras Britânicas	11.953
Bolívia	5.548
Honduras	5.548
Austrália	194.965
China Insular (Formosa)	81.235
Índia	77.986
África do Sul	57.406
Ilhas Fíji	42.784
Tailândia	17.872
Ilha Maurício	17.872
República Malgache	9.206
Suazilândia	7.041
Irlanda	5.351
Baamas	10.000
TOTAL (estrangeiros)	4.115.000
TOTAL GERAL	10.900.000

Nota: as quotas acima incluem as quantidades embargadas (quotas total) de Cuba e Rodésia.

O "Sugar Act" vigorará até 31 de dezembro de 1971, ocasião em que será revisto pelas autoridades norte-americanas.

O Mercado Preferencial da Comunidade Britânica de Nações

O Acôrdo da Comunidade Britânica de Nações foi negociado em 1951 por um período não determinado, embora se especifique que, em cada três anos, se efetuará uma revisão dos aspectos econômicos, quotas e preços. Existe, entretanto, cláusula que libera o Reino Unido de continuar com as obrigações do Acôrdo d.pois de 31 de dezembro de 1974 e na eventualidade seu ingresso na CEE.

Os propósitos do Acôrdo são os de garantir um suprimento adequado ao Reino Unido, fomentar a indústria açucareira dos países e territórios da Comunidade Britânica e regular a comercialização do produto. O Acôrdo da comunidade mas, sim, pelas organizações econômicas que representam os produtores britânicos e os exportadores da Comunidade.

O Acôrdo define o Reino Unido e o Canadá como "mercados preferenciais" e determina que o açúcar produzido por países integrantes da Comunidade Britânica se beneficia de uma tarifa preferencial de impor-

tação de 3,15 libras esterlinas por tonelada dentro da quota global estabelecida. Ademais, os países abastecedores se comprometem a limitar suas exportações, e a "Corporação Açucareira" do Reino Unido a restringir sua produção.

A última revisão foi realizada em 1968 e nela se estabeleceram quotas globais, fixando-se separadamente as quantidades a serem exportadas a "preço negociado", de acôrdo com a tabela abaixo:

Países	Quota global (ton.)	Quota a preço negociado (ton.)
Austrália	672.592	340.360
Ilhas Fiji	246.888	142.240
Honduras Britânicas	37.592	20.828
Índia	144.272	25.400
Maurício	544.576	386.080
Suazilândia	128.016	86.360
Indias Ocidentais Britânicas	1.014.984	736.600
África Oriental	21.336	7.112
TOTAL	2.810.256	1.744.980

Nota: o preço negociado equivale a um máximo de 5,09 centavos de dólar por libra-pêso.

Acôrdo Comercial Cuba-URSS

Depois de 1960, quando os Estados Unidos puseram sob ambargo a quota cubana para o mercado norte-americano, Cuba passou a desviar as exportações antes feitas aos Estados Unidos para a União Soviética. Em janeiro de 1965, Cuba e URSS firmaram um Acôrdo comercial pelo qual a primeira se comprometia a embarcar para a segunda, durante o período 1965-1970, 24,1 milhões de toneladas métricas, de acôrdo com a seguinte tabela:

Ano	*Compromisso de vendas*	*Vendas efetuadas*
1965	2.100.000 t.m.	2.456.144 t.m.
1966	3.000.000 t.m.	1.814.930 t.m.
1967	4.000.000 t.m.	2.473.305 t.m.
1968	5.000.000 t.m.	1.831.727 t.m.
1969	5.000.000 t.m.	1.352.329 t.m.
1970	5.000.000 t.m.	*não existem dados*

Importância do Açúcar para os Países em Desenvolvimento, e para a América Latina e Brasil em Particular

O açúcar é um produto pràticamente exportado apenas por países subdesenvolvidos, constituindo-se exceções a Austrália e a República da África do Sul.

Pode-se afirmar que alguns países subdesenvolvidos, para puderem sobreviver econômicamente, dependem quase que exclusivamente das receitas auferidas com as exportações de açúcar. São mais notórios os casos de Cuba, República Dominicana, Filipinas (açúcar e côco) e Ilha Maurício.

De uma maneira geral, o mercado norte-americano de açúcar, tanto em têrmos de volume como de valor, é o mais importante para os países subdesenvolvidos em geral, e principalmente para os latino-americanos. Nos últimos três anos, 66 a 70% da tonelagem total de açúcar exportada pelos países latino-americanos (exclusive Cuba) foram absorvidos pelo mercado norte-americano.

Em 1969, do total de 3.657.571 toneladas exportadas pelos mesmos países latino-americanos, 2.657.552 o foram para os Estados Unidos, sendo os restantes 1.000.019 encaminhadas ao mercado livre.

Para se ter uma idéia da importância, para os países latino-americanos citados, das exportações de açúcar convém dizer que:

a) sòmente o Chile e o Uruguai, embora produzam açúcar, não o exportam;
b) o total do açúcar exportado pela América Latina em 1969, excetuando-se Cuba, rendeu a soma de 454 milhões de dólares;
c) 54% do total das divisas estrangeiras obtidas pela República Dominicana são representadas pelas exportações de açúcar (Haiti 11,4%, México 7%; Peru 5,8%, Brasil 5,1%);
d) a economia açucareira da cana representa um exemplo clássico de uma indústria de mão-de-obra intensiva, que geralmente está localizada em zonas relativamente menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste do Brasil.

Brasil

O açúcar contribui com substancial parcela das divisas geradas pelas exportações brasileiras, tendo sido, em 1969, o 5.º produto da pauta de exportação (é possível que sua posição relativa haja melhorado ainda mais em 1970).

O açúcar tem tão maior importância relativa (dentro de um prisma político-social) para o Brasil, se se considera o fato de que a quase totalidade do açúcar exportado se origina no Nordeste, região cujos custos de produção são, entretanto, bem mais altos do que os do Sul do país.

A produção de açúcar no Brasil tem crescido constantemente e a exportação do produto tem acompanhado seus passos nesses últimos três anos; o Brasil é, atualmente, o 4.° produtor mundial de açúcar (abaixo da União Soviética, Cuba e Estados Unidos), constituindo-se também em grande exportador do produto.

A tabela abaixo consigna a totalidade das exportações de açúcar e das divisas auferidas pelo Brasil:

Ano	*mil toneladas*	*milhões de dólares*
1960	855	57,8
1961	745	65,6
1962	479	39,5
1963	487	72,3
1964	265	32,9
1965	818	56,7
1966	1.010	80,5
1967	1.000	80,4
1968	1.079	101,6
1969	1.061	115,0
1970	1.090	126,0 (est.)

Acôrdo Internacional do Açúcar

Desde 1933, o mercado livre vem sendo regulado por acôrdos multilaterais, que tinham Cuba como ator principal.

No Acôrdo de 1953 foi atribuída uma quota diminuta ao Brasil, o que motivou sua não-participação. O Brasil, entretanto, voltaria a participar do Acôrdo, quando da renegociação de 1968, ocasião em que lhe foi atribuída uma quota-básica de 550 mil toneladas.

O Acôrdo de 1958 entrou em colapso a partir do rompimento EUA-Cuba e da conseqüente exclusão de Cuba do mercado preferencial norte-americano. Ao se tentar, em 1961, a renegociação do instrumento de 1958, Cuba exigiu que sua quota dentro do Acôrdo fôsse aumentada num volume equivalente à perda que sofrera no mercado americano, impossibilitando, dêsse modo, a acomodação dos interêsses em jôgo. Permaneceram então em vigor apenas as cláusulas administrativas do Acôrdo, renovadas periòdicamente, por protocolos, a partir de 1963.

Os Acôrdos acima referidos eram do tipo quota-preço, em que Cuba desempenhava papel fundamental, não só em vista de sua importância no mercado, como pelo fato de que eram mínimas as obrigações impostas aos importadores. O ordenamento do mercado dependia da disposição de Cuba de manter maiores ou menores estoques.

A suspensão das cláusulas econômicas do Acôrdo de 1958 provocou a "debacle" dos preços, momentâneamente interrompida em 1963-64,

quando a escassez de açúcar, aliada a uma carregada atmosfera política mundial, levou os preços no mercado livre a mais de 12 centavos de dólar por libra-pêso; em meados de 1968, porém, os preços chegariam a menos de 1,4 centavos.

Diante dessa situação, era evidente que a conjuntura estava a exigir medidas efetivas, que, na prática, teriam que redundar na negociação de um nôvo pacto açucareiro.

Desenvolveram-se, assim, já sob os auspícios da UNCTAD, diversos esforços coletivos, sob a liderança dos grandes exportadores; tais esforços levariam, em fins de 1968, à conclusão do Acôrdo Internacional do Açúcar, atualmente em vigor, do qual não participam, contudo, os Estados Unidos da América nem a CEE.

As principais características do instrumento negociado em 1968 são:

a) limitação da oferta do produto através da fixação de quotas básicas para cada país membro exportador;
b) flexibilidade na colocação da oferta, por meio do aumento ou da diminuição das quotas anuais de exportação (em 1969, foi autorizada a exploração de 90% das quotas básicas); o mecanismo opera a partir de estimativas de necessidades de importação feitas anualmente pelo Conselho Internacional do Açúcar;
c) obrigações dos países membros importadores de não importar açúcar de países não-membros, exceto dentro de quantidades fixadas pelo Conselho da Organização Internacional do Açúcar, criada pelo Acôrdo;
d) obrigação dos países membros exportadores de, atingido um preço que possa indicar perspectivas de escassez, fornecer o produto sòmente a países importadores membros do Acôrdo;
e) não interferência no direito de países membros exportadores participarem de mercados preferenciais;
f) estabelecimento de estoques mínimos (15 ou 10% das quotas básicas, respectivamente para países exportadores desenvolvidos e subdesenvolvidos), e máximos (20% da produção ou da quota básica);
g) mecanismo de preços, que passa a atuar quando os preços se situam na faixa de 3,25 a 4,00 centavos de dólar por libra-pêso (liberando ou contraindo a oferta do produto, conforme o caso);
h) cláusulas de proteção aos países-membros subdesenvolvidos, como prioridade na redistribuição de "shortfalls", quando as quotas estão acima de 100% das quotas básicas, e distribuição de quantidades adicionais pelo Comitê do Fundo de Crises.

Ao entrar o Acôrdo em vigor, em 1.º de janeiro de 1969, logo se fêz sentir maior sentido de confiança no mercado de açúcar, refletidos em alta inicial de preços, seguida de uma estabilidade de há muito desconhecida.

O mecanismo de preços do Acôrdo, como já foi dito, passa a atuar na faixa de 3,25 a 4,00 centavos de dólar por libra-pêso, retirando açúcar do mercado ou nêle colocando-o, conforme o caso. Em 1969, por exemplo, êsse mecanismo só foi acionado uma vez, em dezembro, quando o preço prevalecente (média de 17 dias) caiu abaixo de 3,25 centavos, tendo o Comitê Executivo da O.I.A. proibido então os membros importadores de comprar açúcar de países não-membros, enquanto em 1970 prevaleceu uma situação de estabilidade, referida no parágrafo anterior, o que implicou na não utilização do mecanismo de preços.

Entretanto, iniciado o ano de 1971 e estando o preço acima de 4,00 centavos, foi acionado o dispositivo previsto no artigo 48 2) b), pelo qual "o total das quotas em vigor não é fixado abaixo do total das tonelagens básicas de exportação", ou seja, 100%. Não obstante, o preço continuou a subir, atingindo o nível de 4,50 centavos, ocasião em que o Comitê Executivo decidiu, de acôrdo com o artigo 48 2) c), elevar as quotas anuais para 110% das quotas básicas.

Regulando a quantidade ofertada, o mecanismo de quota tem sido integralmente observado pelos países membros exportadores, não tendo ocorrido quaisquer excessos consideráveis. Em 1969 e 1970, o volume de exportação anual autorizado correspondeu a 90% das quotas básicas; em 1971, o preço médio prevalecente levou à fixação de um nível de exportação autorizada inicialmente da ordem de 100% das quotas básicas, já se encontrando, porém, a 110%, em virtude da alta ocorrida.

Há no Acôrdo Internacional do Açúcar cláusulas que dizem respeito sòmente aos países exportadores subdesenvolvidos. Entre elas, vale destacar, além das relativas à distribuição prioritária de "shortfalls" em determinadas circunstâncias, a que cria o Comitê do Fundo de Crises, que se destina a distribuir, anualmente, com anuência do Conselho, quotas adicionais entre países subdesenvolvidos mais necessitados. A totalidade a ser distribuída não pode, entretanto, exceder 150 mil toneladas. O mecanismo de ajuda já funcionou em 1969 e 1970, quando o Comitê do Fundo de Crises distribuiu em cada um dêsses anos 70 mil toneladas. Em 1970, 20 mil toneladas couberam ao Brasil.

Em maio e setembro de cada ano, os países membros exportadores devem informar o Conselho se estão em condições de preencher integralmente suas quotas de exportação e, em caso negativo, declarar a quantidade que esperam preencher. Conhecido o montante dos "shortfalls", o Comitê Executivo estabelece as condições mediante as quais os mesmos poderão ser redistribuídos. O Comitê Executivo pré-seleciona, via de regra, um preço diário e um médio, acima dos quais certa quantidade dos "shortfalls" declarados será distribudída; em 1970, foram distribuídas 125 mil toneladas de "shortfalls" ao serem atingidas as condições de preço então estabelecidas. Posteriormente, alcançadas novas condições de preço estabelecidas pelo Comitê Executivo, a Organização distribuiu mais 320 mil toneladas dos "short-

falls" declarados. Ao Brasil foram atribuídas 41.922 toneladas da totalidade dos "shortfalls" distribuídos.

O Acôrdo Internacional do Açúcar tem preenchido satisfatòriamente suas finalidades, atendendo às exigências dos países membros. Seus dispositivos vêm sendo acatados, de um modo geral, pela totalidade dos países membros, cujo número tem aumentado com a adesão de novos Estados.

Os mecanismos de ajuste do Acôrdo vêm operando com relativo sucesso, tendo a Organização Internacional do Açúcar demonstrado, em duas ocasiões — em 1969 (com o mercado em baixa) e em fevereiro de 1971 (mercado em alta) — poder controlar flutuações exageradas de preços, e exercer razoável influência estabilizadora sôbre o mercado.

Nos têrmos do artigo 70 do Acôrdo, o Conselho examinará o seu funcionamento em 1971, e, se julgar necessário, poderá recomendar aos membros ou emendar o Acôrdo ou negociar um nôvo Acôrdo. Valeria mencionar aqui que, caso se positive o ingresso do Reino Unido na CEE, as repercussões que adviriam sôbre o funcionamento do mecanismo base do instrumento — o contrôle da oferta através de quotas — poderiam ser bastante sensíveis, já que desapereceria o mercado preferencial da Comunidade Britânica, sem que se conheça que ajustes serão negociados, a respeito, entre o Reino Unido e a CEE. De qualquer modo, o ano de 1971 será extremamente importante na vida do Acôrdo.

O Acôrdo Internacional do Açúcar de 1968 tem-se provado, entretanto, uma experiência bastante satisfatória como instrumento regulador de um mercado que, por longos anos, viveu situações altamente caóticas. E tem servido não só aos exportadores — em sua maioria países subdesenvolvidos — mas também aos importadores, cujos suprimentos lhes têm chegado em condições de marcada estabilidade.

BORRACHA

Raul E. A. d'Escragnolle Taunay

O comércio internacional da borracha pode ser dividido em dois compartimentos não estanques; o comércio internacional da borracha natural e o da borracha sintética, competitivas entre si.

Comércio Internacional da Borracha Natural

A borracha natural é um dos poucos produtos produzido exclusivamente em países subdesenvolvidos. O grosso da produção mundial provém do Sudeste asiático, que contribui com 92,6 por cento do total, sendo o restante oriundo da África (a quase totalidade) e da América Latina.

A produção de borracha natural vem crescendo continuamente, tendo atingido, em 1969, o nível recorde de 2.853.540 toneladas métricas, das quais coube à Malásia produzir 1.109.817 toneladas. Em 1967 e 1968, a produção da borracha natural atingiu 2.489.476 e 2.640.424 toneladas, respectivamente.

Em 1969, a exportação mundial total de borracha natural elevou-se a 2.693.005 toneladas, envolvendo mais de 800 milhões de dólares. Coube aos quatro tradicionais países exportadores a seguinte posição:

Malásia	1.291.980
Indonésia	717.000
Tailândia	274.843
Ceilão	143.151

Sobretudo nesses países, a produção de borracha natural é: a) a principal ou importante ocupação econômica da população; b) a principal fonte de receita cambial; e c) responsável por parcela considerável dos orçamentos governamentais, através dos impostos de exportação.

Para se ter uma idéia da importância da exportação de borracha para os países subdesenvolvidos basta dizer que, conforme está assinalado no quadro abaixo, em 1969, das divisas entradas na República do Vietnã e na Malásia, a borracha contribuiu respectivamente com 80,5% e 41,6%.

O quadro abaixo mostra a contribuição das exportações de borracha, em percentagem, na entrada de divisas estrangeiras:

	1959	*1962*	*1964*	*1965*	*1966*	*1967*
Malásia	69,5	51,1	46,9	44,1	44,7	41,6
Indonésia	44,1	43,7	32,3	31,4	32,8	28,3
Tailândia	30,9	22,1	16,7	15,4	12,9	11,4
Ceilão	17,0	16,3	15,6	15,9	20,2	17,3
Nigéria	7,2	6,9	5,7	4,1	4,1	2,7
Cambódia	37,6	37,5	22,5	33,3	37,1	24,6
Vietnã	62,5	67,0	68,7	73,2	82,2	80,5
Congo (Rep. Dem.)	6,8	16,6	4,4	2,7	2,7	2,8

O consumo de borracha natural, que atingiu em 1969 o nível de 2.941.099 toneladas, é caracterizado atualmente por uma alta concentração da demanda em um número relativamente pequeno de países desenvolvidos industrializadores de borracha.

Em 1969, da quantidade de borracha natural consumida, 1.231.461 toneladas foram absorvidas por apenas 5 países, ou sejam, EUA (599.246), Grã-Bretnha (191.400), Alemanha Ocidental (191.241), França ..... (147.574) e Itália (102.000).

A produção de borracha natural tem atingido, nestes últimos anos, níveis inferiores ao do consumo, tendo sido a diferença coberta, desde 1959, pela liberação e exportação dos estoques estratégicos norte-americanos de borracha natural. Em alguns anos, essas quantidades liberadas para exportação têm excedido o déficit de produção, acarretando o aumento dos estoques e a baixa das cotações.

No entanto, os preços da borracha natural têm caído desde 1960, e em 1967 o preço médio da borracha natural "IRSS", em Cingapura, atingia a metade do preço médio vigente em 1960.

Além dos fatôres inerentes à própria seringueira — como o longo intervalo existente entre o plantio, o início da produção e a maturidade, o que ocasiona dificuldade de ajustamento da oferta à demanda pelo produto — a principal causa da deterioração dos preços da borracha natural tem sido a competição que ela sofre das borrachas sintéticas, cujos preços tem caído consideràvelmente, acompanhando o aumento de produção e o aparecimento de uma capacidade ociosa de produção cada vez maior. Essa queda

dos preços da borracha sintética provoca, da mesma forma, a queda das cotações da borracha natural no mercado internacional.

Comércio Internacional de Borracha Sintética

Ao contrário da borracha natural, a sintética é produzida em sua grande maioria por países desenvolvidos e altamente industrializados. Da quantidade de 4.575.000 toneladas de borracha sintética produzida em 1969, 3.652.414 toneladas foram produzidas em sòmente cinco países, a saber: Estados Unidos da América (2.286.301), Japão (526.480), Alemanha Ocidental (291.677), França (274.963) e Grã-Bretanha (272.993).

Seguem-se por ordem decrescente de produção: Países-Baixos ..... (213.000), Canadá (198.000), Itália (135.000), Brasil (61.671), Polônia (40.000) e outros, entre os quais, Argentina, México e Índia.

Dos dezoito países produtores de borracha sintética, sòmente quatro são considerados subdesenvolvidos, três da América Latina (os três mais desenvolvidos, Brasil, México e Argentina) e um da Ásia, a Índia.

A maior parte da produção de borracha sintética destina-se ao consumo do país onde é produzida. Sòmente 1.161.927 toneladas, das ...... 4.575.000 produzidas, foram exportadas para outros países, inclusive para os próprios países produtores, que, embora produzindo alguns tipos de borracha sintética, necessitam de outros tipos para a fabricação de produtos manufaturados diversos. Assim é que os Estados Unidos exportaram em 1969 mais de 53.000 toneladas de borracha sintética para o Canadá, 23.000 para a Alemanha Ocidental e 16.000 para o Japão.

Por outro lado, os Estados Unidos, embora sejam o maior exportador mundial de borracha sintética, importaram, em 1969, 19.000 toneladas de borracha sintética do Japão, 3.500 da Alemanha, 1.800 da França e 550 da Grã-Bretanha.

Devido ao fato de existirem mais de 950 tipos de borracha sintética, e de nenhum país possuir a capacidade de produzir todos os tipos, verifica-se o fato curioso de todos os países produtores serem, também, importadores de borracha sintética.

O consumo de borracha sintética atingiu, em 1969, 4.452.500 toneladas para um total produzido de 4.575.000, tendo ocorrido um excesso de produção de 122.500 toneladas sôbre o consumo.

Depreende-se que as borrachas natural e sintética não poderiam, isoladamente, satisfazer a demanda total por elastômeros. A tendência atual é a de que a borracha sintética caberá satisfazer uma parte cada vez maior da demanda, tanto em têrmos de quantidade como de qualidade.

Problemas de Competição entre as Borrachas Natural e Sintética

A produção de borracha natural vem sendo, de uns anos para cá, sèriamente ameaçada pelas possibilidades de aumento da produção de bor-

racha sintética; tal ameaça não se resume sòmente a têrmos de complementaridade mas, também, a têrmos de competição, como se pode concluir pelos seguintes números:

a) em 1952, o consumo mundial de elastômeros elevou-se a 2.353.000 toneladas, com a participação de 62% de borracha natural e 38% de borracha sintética; em 1964, para um consumo de 4.940.000, a participação foi de 45% de borracha natural e 55% de borracha sintética; já em 1969, para um consumo total de 7.372.479 toneladas, a mesma participação foi de 39% e 61% para as borrachas natural e sintética, respectivamente;
b) o Grupo Internacional de Estudos sôbre a Borracha estimou o consumo total de elastômeros, para 1971 em 8.105.000 toneladas, sendo 5.015.000 (61,8%) para borracha sintética e 3.090.000 (38,2%) para a borracha natural;
c) as projeções feitas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicam uma estimativa de consumo de elastômeros, para 1975, da ordem de 8.175.000 toneladas, partilhadas da seguinte maneira:

borracha sintética	—	5.225.000 ou 63,9%
borracha natural	—	2.950.000 ou 36,1%

d) finalmente, há perspectivas de que o processo de substituição se acelere, sobretudo nos países da Europa Ocidental e no Japão.

Nesse processo de competição, a posição relativa da borracha sintética em relação à natural pode ser avaliada pelos seguintes fatôres:

a) a estrutura do processo de produção. A produção de borracha sintética se faz, em geral, pelo complexo industrial, que a emprega, depois, em produtos para o consumo final (pneus, por exemplo); daí a sua versatilidade em atender às posições da demanda (em seis semanas), tornando-se desnecessária a manutenção de estoques, que são grandes e custosos no caso da borracha natural;
b) qualquer alteração na demanda sôbre a qualidade pode ser imediatamente atendida pelo setor industrial;
c) as dimensões mínimas para uma instalação industrial para a produção econômica de borracha sintética é de 50.000 toneladas, e o setor é sempre um subproduto do complexo petroquímico, em expansão em todos os países do mundo.

O problema do tipo de borracha requerido em certos manufaturados tem impedido, até agora, a expansão mais rápida do emprêgo da borracha sintética. Essa desvantagem, no entanto, pode desaparecer graças aos esfor-

ços de pesquisas técnicas; em 1967, por exemplo, a pesquisa para aperfeiçoar a qualidade da borracha sintética absorveu, sòmente nos Estados Unidos, cêrca de 140 milhões de dólares, ao passo que às pesquisas sôbre borracha natural, em todo mundo, eram destinadas apenas 6 milhões de dólares.

Se, no futuro, não houver qualquer vantagem de especificações técnicas da borracha natural sôbre a sintética, a posição competitiva da primeira só poderá ser assegurada através de um preço inferior ao da segunda, o que não ocorre ainda. Isso só será possível se houver a implementação de programas para o aumento da produtividade da primeira, o que poderá implicar em: a) rejuvenescimento das seringueiras; b) plantação; c) trato e colheita mais sistemáticas; e d) aplicação de produtos químicos, como o ETHEROL, que aumentem a produtividade das seringueiras.

Êsse programa tem sido adotado na Malásia, principal país produtor de borracha natural, bastando atentar para os seguintes números, que mostram a produção das grandes propriedades daquele país em têrmos de libra-pêso por acre:

Anos		*libras-pêso p/acre*
1944	—	412
1964	—	817
1970	—	961

Outros países produtores (Indonésia, Ceilão e Nigéria)têm adotado o mesmo programa de expansão, sem conseguirem, no entanto, o sucesso da Malásia.

Em conclusão, mesmo um declínio considerável dos preços nos próximos dez anos não deverá provocar declínio considerável da produção de borracha natural. Os países cujos custos de produção não puderem ser reduzidos a longo prazo e que puderem diversificar suas plantações, deverão contrair sua produção de borracha natural. Os países que puderem produzir a baixo custo, deverão estimular a produção. Em ambos os casos, o incremento da produtividade por acre torna-se essencial.

O Brasil e o Mercado Internacional da Borracha

Colocado hoje entre os dez maiores consumidores de borracha, apresentando uma taxa média de aumento de consumo da ordem de 11% ao ano, abrange o Brasil, no setor da borracha, tôdas as posições: produtor de borracha vegetal; fabricante de borrachas sintéticas; exportador de borrachas sintéticas; importador de borrachas vegetais e de borrachas sintéticas de uso especial.

Uma visão geral do comércio internacional da borracha no Brasil é dada pelos quadros abaixo:

Importações brasileiras (toneladas)

	1967	*1968*	*1969*	*1970*(jan./out.)
Borracha natural	4.688	12.657	10.231	10.659
Borracha sintética	11.033	16.222	14.137	11.789

Exportações brasileiras (toneladas)

	1967	*1968*	*1969*	*1970*(jan./out.)
Borracha natural	394	—	—	—
Borracha sintética	5.997	922	4.492	3.740

Mercado Interno Brasileiro

Embora vigore hoje no mercado brasileiro da borracha a livre emprêsa, tem-se um mercado planejado. Através do Conselho Nacional da Borracha, órgão normativo, e da Superintendência da Borracha, autarquia executiva, estabelecem-se programas periódicos de ação, a fim de manter o equilíbrio entre o suprimento e o consumo, que no Brasil é altamente complexo em face da existência de tipos variados de borrachas sintéticas e vegetais, que são consumidas em proporções as mais diversas, por mais de 600 fábricas.

Apesar disso, desde 1942 se evitaram no Brasil especulações baixistas ou altistas: o produtor tem seu preço mínimo garantido efetivamente, sem interferência de intermediários; à Superintendência da Borracha cabe assegurar êsse preço, comprando à cotação base o produto que não encontrar mercado.

Os estabelecimentos manufatureiros contam com tôdas as borrachas de que necessitam para o seu consumo, sejam elas nacionais ou estrangeiras, de uso geral ou específico.

Produção e Consumo

O mercado brasileiro de consumo de borracha, em 1968, foi dividido da seguinte maneira, por categorias de manufaturas: 50,11% para pneumáticos; 38,32% para artefatos em geral; 6,4% para material de consêrto; 3,47% para câmaras de ar para automóveis; e outros.

Para o ano de 1970, estimou-se uma produção total de borracha de 99.000 toneladas para um consumo de 113.541; há, portanto, um déficit de 14.541 toneladas, das quais 12.500 de borracha vegetal.

O Acre é o maior produtor de borracha natural do país e São Paulo é o maior consumidor tanto de borracha natural como de borracha sintética.

O Brasil possui duas grandes fábricas de borracha sintética, que produzem o bastante para atingir, dentro de um ou dois anos, a auto-suficiência em relação àquele produto, embora haja sempre necessidade de importar certos tipos de borracha sintética: a Fábrica de Borracha Sintética (FABOR), da Petrobrás, criada em 1962, produz, atualmente, cêrca de 60.000 toneladas anuais, enquanto que a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), iniciada em 1969, produziu, naquele ano, 10.164 toneladas.

Tendo sido único exportador de borracha natural durante fins do século XIX e comêço do século XX, o Brasil se vê fadado a continuar importando borracha para suprir as deficiências do mercado interno. As estimativas abaixo dão uma idéia dos déficits brasileiros de borracha nos próximos anos:

Previsão do Consumo de Borracha
(em toneladas)

Ano	*Produção*	*Consumo*	*Déficit*
1971	105.000	121.131	16.131
1972	108.500	129.288	20.788
1973	110.500	137.939	27.439
1974	113.500	147.030	33.830
1975	116.500	158.090	41.590

Atuação de Organismos Internacionais

O Brasil é membro efetivo do Grupo Internacional de Estudos sôbre a Borracha (GIESB), desde 1963. Não constituindo um Acôrdo, nem sequer um embrião de Acôrdo, o GIESB é um organismo bàsicamente técnico, destinado a elaborar trabalhos que abrangem os campos econômicos, comercial, científico, bem como o complexo domínio das estatísticas internacionais do produto.

Criado em 1944, o GIFSB já realizou, com resultados profícuos, 85 reuniões de grupo e 21 assembléias, contando com a participação de todos os países-membros, que hoje sobem a mais de 30.

O GIESB desenvolve em conjunto com a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), bem como com outras agências técnicas e financeiras internacionais, trabalhos no sentido de

promover não só a estabilização dos preços da borracha vegetal no mercado internacional, como a cooperação em programas modernos de plantio, de pesquisa técnica, de aumento da produtividade e de organização do mercado da borracha.

Não há perspectivas, em futuro próximo, de ser celebrado um Acôrdo que regule o mercado internacional da borracha. O que há são tentativas dos países produtores — como a criação da Associação dos Produtores de Borracha Natural — de organizar racionalmente a produção e a venda do produto, com vistas a impedir a deterioração dos preços e a poder melhor enfrentar a concorrência da borracha sintética.

CARNE

Fernando Cacciatore de Garcia

Características do Comércio Internacional

Entre os produtos de base, a carne, especialmente bovina, é dos que apresentam mercado internacional dos mais promissores. Ao contrário do que ocorre com outros produtos brasileiros de exportação, o efeito da elevação da renda, sobretudo em países desenvolvidos, ainda se faz sentir dinâmicamente na demanda. Ademais, a oferta internacional da carne, embora em expansão, é insuficiente para cobrir a demanda, o que se reflete favoràvelmente nos preços. Projeções realizadas pela FAO indicam que o comércio internacional da carne continuará a se expandir a longo prazo.

Depois de 1945, produção e consumo mundiais cresceram ràpidamente, fato acompanhado pela expansão ainda mais rápida do comércio internacional do produto, que atualmente atinge 4.5 bilhões de dólares, sendo portanto maior do que o de vários produtos de base (inclusive café). O comércio da carne bovina cresceu de 0.98 milhões de toneladas em 1961/63, para 1.9 milhões em 1969.

No entanto, a importação mundial representa ainda pequena parcela do consumo total da maioria dos países importadores; em virtude da demanda crescente, incentivos de preço e políticas oficiais de fomento (inclusive subsídios) têm permitido a expansão da produção doméstica, que vem assim, satisfazendo ainda parcela substancial dos aumentos de demanda.

A expansão do comércio internacional foi, porém, possível porque aos aumentos de disponibilidades de exportação nos principais países exportadores associaram-se:

a) um grande aumento de demanda na Europa Ocidental:
b) o aparecimento de novos mercados, especialmente EUA, mas também Espanha, Canadá, Suíça, Portugal, Grécia, Itália e Suécia; e

c) políticas comerciais relativamente liberais em alguns dos mercados importadores mais importantes.

As perspectivas da presença de carne são melhores do que as da maioria dos produtos de base, embora desiguais, segundo cada categoria do produto. De acôrdo com a FAO, a auto-suficiência será crescente para a carne de porco e aves; mas a produção interna nos países importadores será insuficiente quanto às carnes bovina e ovina; contudo, a demanda interna nesses países continuará a ser atendida, em grande parte, por produção local. Projeções para a carne bovina indicam que, em 1975, mantidas as tendências atuais, haverá uma demanda de 2,6 a 3,0 milhões de toneladas, enquanto a oferta doméstica poderá atingir um máximo de 2,3 milhões de toneladas; ocorreria, portanto, um déficit da ordem de 300 a 700 mil toneladas nesses mercados.

No entanto, a expansão do comércio internacional da carne não se fêz suavemente. Segundo a FAO, tal comércio caracteriza-se por substancial instabilidade no volume, preços e receitas de exportação. Além dos aspectos ligados ao fato de ser a produção de carnes sazonal e depender de fatôres naturais imprevisíveis, essa instabilidade pode ser explicada por outros elementos, sobretudo produção interna nos países importadores.

O dinamismo interno da demanda, originado por sua alta elasticidade-renda, associado aos altos custos da produção nos países importadores (particularmente os desenvolvidos), levou êstes a apelarem para políticas de natureza protecionista, que, seja através do contrôle da importação ou do fomento à produção interna, têm efeito direto ou indireto sôbre o comércio do produto. Aliás, as tendências mais recentes nessas políticas resultam em séria deterioração das condições de acesso aos mercados, pois existem agora novos e graves obstáculos à expansão do comércio da carne; as medidas protecionistas nos países importadores são hoje de tal ordem, que poderão agravar — e não reduzir — a instabilidade do mercado mundial. Isto se explica pela pequena dependência relativa dos principais importadores no que se refere ao mercado externo, o que faz com que pequenos aumentos relativos de sua produção interna tenham repercussão desproporcional no mercado internacional. Estas considerações são válidas quanto às políticas nacionais de carne da CEE, Reino Unido e EUA, os três maiores importadores mundiais.

Associados ao protecionismo, algumas outras medidas são adotadas para dificultar o acesso aos mercados: as principais são as chamadas "normas sanitárias". Segundo a FAO, "embora, em princípio, sirvam apenas o propósito de prevenir a expansão de doenças animais através do comércio de animais vivos e carne, pode ser aplicadas, na ausência de padrões de aceitação geral, com vistas à discriminação contra importações em geral, ou importações de determinadas fontes". Não menos importantes são as barreiras tarifárias e não-tarifárias, particularmente estas — sob a forma de

contingenciamentos de importação, limitações sazonais, licenciamento de exportações, classificação tarifária e proibição de produtos específicos.

Certas características da produção e comércio mundiais da carne são de especial interêsse para os países subdesenvolvidos. Em primeiro lugar, vários dêstes, especialmente da África e América Central, incluíram a pecuária em seus programas de diversificação, e prevêem excesso exportável num futuro próximo. Por outro lado, para um grande número de países subdesenvolvidos, a exportação de carne proporciona uma parcela substancial da receita de exportação e é vital para seu desenvolvimento econômico, tanto no caso de países de nível de renda mais elevado, como Uruguai e Argentina, quanto no de países mais pobres em têrmos de capacidade colinzadora da pecuária.

Contudo, os países desenvolvidos são, a um tempo, os principais consumidores e os principais produtores mundiais. A produção neste grupo de países cresce bem mais ràpidamente que entre os subdesenvolvidos e os fluxos principais do comércio mundial de produto ocorrem, assim, entre os primeiros. Pode-se concluir, portanto, que a expansão do comércio internacional de produto beneficiará com certeza, em primeiro lugar, os países desenvolvidos exportadores, pois sua participação no comércio em questão tende a aumentar, podendo chegar a alijar do mercado fornecedores tradicionais subdesenvolvidos e dificultar a obtenção de novos mercados para os subdesenvolvidos que estão expandindo sua produção.

Conclui-se, finalmente:

1) que o comércio internacional da carne, especialmente bovina, é altamente promissor, quanto a demanda e preços;
2) que assume importância estratégica para os países subdesenvolvidos, por possibilitar nova fonte segura de divisas para seu desenvolvimento econômico, a diversificação de suas exportações e produção, e a própria ocupação de seu território;
3) que existe uma série de problemas que podem minimizar substancialmente os aspectos positivos do comércio de produto (dificuldade de acesso a mercados, instabilidade e predominância das exportações dos produtos desenvolvidos);
4) que a ação internacional seria benéfica para a solução dêsses problemas (protecionismo, regras sanitárias, barreiras tarifárias ou não, ordenamento do mercado);
5) que as soluções internacionais para êstes problemas teriam que ser originais em relação às encontradas para os demais produtos de base, uma vez que inexistem superprodução e queda histórica de preços;
6) que a solução de tais problemas beneficiaria tanto os fornecedores tradicionais como os novos fornecedores, especialmente os subdesenvolvidos, porque se asseguraria uma expansão ordenada do mer-

cado mundial, que é de igual interêsse para países importadores e exportadores.

Brasil e Exportação de Carnes

Desde a I Guerra, com a instalação no país de frigoríficos estrangeiros, o Brasil participa do comércio internacional da carne. As exportações brasileiras durante o período de entre-guerras atingiram níveis elevados (60 a 90 mil toneladas) com alguma regularidade, chegando a 100.000 toneladas em 1930. Durante o segundo conflito mundial, com o esfôrço de guerra, as exportações brasileiras atingiram seu recorde, com 130 a 150 mil toneladas. As exportações mantiveram-se, até 1947, pouco abaixo dos níveis do período entre-guerras, para depois declinar ràpidamente, até chegar a apenas 1.000 toneladas em 1954. Desde então, as exportações tornaram-se erráticas (entre 10 e 30 mil toneladas), para se recuperarem recentemente (estimativas de 80 mil toneladas em 1969 e 100 mil em 1970).

Depois da II Guerra, a instabilidade das exportações deveu-se principalmente a dois fatos: o abalo na criação, causado pelo esfôrço de guerra, e o aumento da demanda interna pela elevação da renda no país. A êstes fatos somaram-se uma política pouco feliz de recuperação do rebanho, que só surtiu efeito em fins da década de 50, e uma política oficial de barateamento artificial dos preços internos da carne, com vistas ao aumento de seu consumo nos grandes centros do país. Êstes quatro elementos determinaram incertezas na condução da política do país em matéria de carne (se concentrada em esforços visando o mercado interno, ou a exportação), o que explica, em última análise, a instabilidade das exportações no período do após-guerra.

Recentemente, a retomada das exportações pode ser explicada pela recuperação do rebanho, pela perda de dinamismo da demanda interna e pelo fim da política oficial de barateamento artificial dos preços da carne, o que aumentou as disponibilidades de exportação. Ademais, o desenvolvimento das exportações de carne do Brasil pode parecer um tanto ilusório, no que diz respeito pròpriamente à indústria de gado no país, pois a recuperação do rebanho é, na verdade, estimada, não havendo dêle uma avaliação fidedigna (estimativas entre 70 e 90 milhões de cabeças). O aumento das exportações não foi, portanto, conseqüência de grande aumento do rebanho brasileiro, que parece ter apenas alcançado os níveis tradicionais, isto é, equivalência aproximada com a população humana.

Na verdade também contribuiu para a retomada das exportações a aparente redução do consumo "per capita"; se o consumo de carne tivesse permanecido nos mesmos níveis do princípio da década de 60, o Brasil não teria, provàvelmente, muito que exportar. Entretanto, segundo informação da SUNAB, o consumo de carnes no Rio de Janeiro caiu em 50% nos últimos anos. A recente retomada do desenvolvimento econômico brasileiro

poderá, porém, introduzir novos elementos de análise e comparação; ligam-se êles ao aumento do consumo interno pelo aumento da renda, o que poderá reduzir as disponibilidades de exportação. Com efeito, no corrente ano, foram mais graves as conseqüências da escassez no período de entre-safra. As grandes quantidades exportadas em 1970 repercutiram na oferta interna de tal maneira que foi necessário importar, naquele período, carne de procedência argentina, uruguaia e paraguaia, para satisfação da demanda interna.

O aumento do consumo de outras fontes de proteínas animais — principalmente aves — explica também, mas em pequena escala, o aumento das disponibilidades de exportação.

Importante elemento conceitual para justificar o aumento dessas disponibilidades foi sim o término da política de subsídio ao consumo através da SUNAB, que vinha mantendo artificialmente certos níveis elevados de consumo interno, à custa de prejuízo econômico, não desprezível: mais livres agora as fôrças da oferta e da procura, os preços seguramente alcançarão níveis mais elevados, que poderão fazer diminuir o consumo interno em benefício da exportação.

Conclui-se, portanto, que a diminuição do consumo interno, associada à substituição de carne bovina por outros produtos animais, possibilitará ao Brasil, *nos próximos anos, retomar, e talvez aumentar, sua participação* no comércio do produto, embora a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro possa alterar êste quadro; sua influência será, na verdade, tanto *maior quanto melhor distribuído fôr o aumento da renda nacional*. Contudo, caso êste aumento se venha a concentrar em setores da população tradicionalmente consumidores do produto, sua influência na demanda da carne *poderá ser inexpressiva ou até nula*.

Quanto à competividade do produto brasileiro, deve-se considerá-la sob dois aspectos: qualidade e preço. Em têrmos de qualidade, o produto brasileiro *goza de excelente posição no que respeita às características físicas do* produto. Atualmente, a demanda nos principais países importadores dá preferência às carnes magras, uma vez que, hoje em dia, a oferta de outras *gorduras (vegetais principalmente) aumentou consideràvelmente. A carne* brasileira, como conseqüência dos processos de criação e das raças utilizadas, possui as características do produto atualmente em maior demanda. No entanto, *prejudicam a qualidade do produto brasileiro as condições sanitárias* de uma parte dos frigoríficos do país e a escolha do gado para o abate. A êsse respeito, entretanto, a situação tende a melhorar. A inspeção federal *nos frigoríficos tem tido bons resultados, que seguramente seguirão aprimo*rando, enquanto existem no Brasil fábricas de equipamento para frigoríficos, cujos índices técnicos de produção as tornam plenamente capazes de *se ajustar às especificações da moderna indústria de carnes*.

Quanto ao preço, o Brasil possui também boas condições de competividade. Em 1966, o preço médio das exportações brasileiras (US$662) foi *inferior às médias de preços dos exportadores europeus (US$ 938 médio, com*

um máximo de US$ 1.432 e um mínimo de US$ 776), da América Central e do Norte (US$ 938, US$ 1.652 e US$ 828 respectivamente), da Ásia (US$ 1.114 média), da África (US$ 654, US$ 681 e US$ 635 respectivamente) e Oceania (US$ 741, US$ 773 e US$ 749 idem). No entanto, os preços médios brasileiros são superiores aos dos demais exportadores da América do Sul (média US$ 598), com a Argentina a US$ 603, o Uruguai a US$ 560 e outros a US$ 491, em média.

As vantagens comparativas do Brasil no setor não devem, contudo, ser atribuídas à produtividade dos rebanhos do país. A criação brasileira destinada à exportação (Rio Grande do Sul e Brasil Central), embora tenha apresentado grande melhoria de alguns anos para cá (raças européias, cruzamentos com zebu, experiências com pastagens, vacinas), continua um tanto primitiva (extensiva e baseada em capim natural). Isto faz com que o desfrute médio anual brasileiro seja de 11%, enquanto o dos EUA chega a 37% e o argentino a 25%. A idade média brasileira para o abate (cêrca de 4 anos) é, por sua vez, muito alta (2 anos e meio, em geral, em outros países).

Quanto aos custos de produção, as opiniões são contraditórias. Os criadores (e alguns outros especialistas no assunto, como, por exemplo, o Representante do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em São Paulo) afirmam receber preços mais baixos que seus custos, o que estaria causando a estagnação da produção de carnes no Brasil; outros afirmam entretanto, serem os custos brasileiros (cêrca de US$ 0,20) dos mais baixos do mundo, inferiores mesmo aos da Argentina (US$ 0,22). Como os preços médios argentinos são, na verdade, mais baixos que os brasileiros e naquele país a produção de carnes ainda se expande, a alegação dos criadores brasileiros pareceria, assim, não proceder. Os que afirmam serem baixos os custos brasileiros explicam o fato, principalmente, em função de baixos salários que seriam pagos pelos criadores.

No entanto, as margens de competividade do país no setor são efetivamente corroídas pelas condições do transporte internacional e pela manipulação do produto nos portos brasileiros. Além de haver pouco espaço para a carne bovina brasileira, pois os navios já vêm carregados da Argentina e do Uruguai, o custo médio do transporte por tonelada é 20% mais caro para o Brasil, e já se espera, para breve, nôvo reajuste da ordem de mais 20%. A esta situação em si altamente desfavorável, soma-se o congestionamento dos portos brasileiros (especialmente Santos) e a demora dos serviços no cais.

De qualquer forma, prejudicados criadores ou trabalhadores e apesar do problema dos fretes, os preços internacionais do produto brasileiro são suficientemente baixos para serem competitivos; o Brasil tem, assim, condições de aumentar consideràvelmente sua participação no comércio de carnes: a demanda internacional é das mais dinâmicas, os preços brasileiros são competitivos, a qualidade do produto nacional é boa e continua melhorando, e existem disponibilidades para a exportação. Contudo, alguns fatôres, de

natureza externa e interna, não devem ser esquecidos, pois podem vir a dificultar, com maior ou menor intensidade, a plena exploração das potencialidades brasileiras no setor.

Ação Internacional

Segundo estudo do IPEA, as exportações brasileiras poderiam triplicar em futuro próximo, levando-se em consideração apenas a demanda externa. No entanto, já se viu antes que qualificações podem limitar esta assertiva e como, em conseqüência, poderia vir a ser aconselhável algum tipo de ação internacional para a solução dos problemas que afetam o comércio do produto.

Baseado nesta ordem de idéias, o Govêrno brasileiro tem dado especial atenção aos problemas internacionais da carne. O tratamento do assunto nos diferentes foros internacionais é bastante recente, podendo-se mesmo indicar 1969 como o marco inicial de um tratamento multilateral dos problemas do comércio internacional da carne, com a realização de uma Reunião de Consulta *ad hoc* da FAO sôbre Carne e Aves, em junho/julho em Roma. O principal propósito da reunião foi o estabelecimento de um fôro específico para debates internacionais sôbre o assunto, de que pudessem resultar eventualmente soluções para os problemas que afetam o comércio mundial do produto. Esta reunião foi, porém, inconclusiva, uma vez que se decidiu apenas promover nova reunião do mesmo tipo para aprofundar o estudo da questão.

A II Reunião de Consulta *ad hoc* da FAO sôbre Carne e Aves (Buenos Aires, agôsto de 1970) teve como objetivos principais examinar os problemas internacionais do produto e os critérios que presidem o estabelecimento de Grupos de Estudo setoriais da FAO, com vistas a recomendar, ou não, ao Comitê de Produtos de Base desta Organização, a criação, em bases permanentes, de um Grupo de Estudo sôbre Carne e Aves.

A nítida divergência de opiniões entre países desenvolvidos — contra o estabelecimento do Grupo, e subdesenvolvidos — a favor de sua criação, só pôde ser solucionada, em Buenos Aires, mediante uma solução de compromisso, que foi a recomendação de se estabelecer, no âmbito da FAO, um Grupo de Estudos sôbre Carne e Aves, cujos têrmos de referência, entretanto, ficaram bastante aquém dos que lhe queriam atribuir os países subdesenvolvidos.

O Grupo de Estudos a ser criado, embora esvaziado de uma das funções primordiais que se lhe pretendia atribuir, a saber, a análise dos problemas relativos ao acesso a mercados, reveste grande importância potencial, pois representará um fôro permanente para o confronto das posições — e políticas — de exportadores e importadores de carne bovina, além de lhe ter sido reservado o estudo aprofundado dos problemas veterinários internacionais, com vistas a proceder à uniformização dos regulamentos sanitários que se aplicam ao comércio internacional do produto.

Em matéria de carne, tem o Brasil procurado defender, no campo internacional, os seguintes princípios:

a) acesso livre aos mercados:

i) redução e extinção nos países desenvolvidos, de políticas e práticas de natureza protecionista em matéria de produção de gado, carne e derivados;
ii) diminuição e extinção de barreiras tarifárias e não-tarifárias existentes nos países desenvolvidos;
iii) sistematização das normas sanitárias ora vigentes no comércio internacional do produto;

b) reserva, para os países subdesenvolvidos exportadores, de uma parcela ou da totalidade dos aumentos que ocorram na demanda mundial em função do crescimento do consumo;
c) correlação entre aumento da oferta e conseqüente normalização dos fluxos internacionais, em decorrência da garantia de livre acesso do produto aos mercados consumidores;
d) crítica sistemática à política protecionista dos países desenvolvidos, que: anula vantagens comparativas, cristalizando a oferta em níveis mais baixos que os possíveis, desestimula a produção-oferta pelo fechamento dos mercados, diminui a renda de exportação dos países subdesenvolvidos, causa ônus financeiros aos países subdesenvolvidos (transferência dêstes para os desenvolvidos: "prélevement", sistema inglês), impede que os países subdesenvolvidos se beneficiem do comércio de um dos raros produtos primários cujos preços e demanda continuam aumentando, e para o qual possuem vantagens comparativas, e contribui para a instabilidade dos preços e da oferta internacionais;
e) atribuir a FAO (e não ao GATT ou à UNCTAD) o tratamento dos problemas internacionais da carne bovina no estágio atual, pois o assunto não seria o tema exclusivo do Comitê de Agricultura do GATT, os órgãos da UNCTAD se acham sobrecarregados e a FAO tem maiores conhecimentos e tradição no exame da matéria;
f) recomendar a preparação pela FAO de estudo exaustivo sôbre a comercialização internacional do produto, com vistas, de uma parte, a avaliar a influência das práticas que, hoje em dia, sôbre ela incidem, em relação aos níveis de preço e fluxos internacionais e, de outra, a sugerir possíveis soluções;
g) uniformização do conjunto de regulamentos sanitários que ora se aplicam ao comércio do produto;
h) introduzir, entre as atribuições da Comissão de *Codex Alimentarius* da FAO, e também da Organização Mundial de Saúde, que realiza

trabalho semelhante quanto a outros produtos, o exame da uniformização referida em g).

Quanto a fatôres de natureza interna que podem vir a prejudicar as possibilidades brasileiras de exportação de carne, cabe reiterar, de um lado, a instabilidade da oferta e, de outro, a baixa produtividade da criação no país. Segundo o IPEA, a instabilidade da oferta brasileira é o principal responsável pela constante "perda de mercados" que sofre o produto nacional. A baixa produtividade, por seu turno, tem efeitos negativos evidentes.

A solução dêstes problemas requer uma ação complexa; teriam que receber *tratamento sistemático — e conjunto — os aspectos relativos à produção*, ao consumo interno e à exportação, o que parece requerer a elaboração — e execução ordenada — de uma política global de produção e exportação de carnes em geral (tem sido, assim, sugerida a criação de uma Junta Nacional de Carnes, integrada por representantes de entidades públicas e privadas com interêsse direto na matéria, a quem caberia formular e fiscalizar a execução das diretrizes adotados).

Os objetivos de uma política dêsse tipo deveriam incluir, em linhas gerais:

— normalização da oferta, com vistas a uma canalização ordenada para os mercados;
— *aumento das disponibilidades para exportação;*
— solução do problema interno do consumo de proteínas animais; e
— aumento da competividade do produto.

O primeiro objetivo poderia ter como aproximação lógica inicial, por *exemplo, o estabelecimento de quotas a serem exportadas*, porquanto a consecução dos três outros objetivos requer tratamento mais progressivo e necessàriamente a prazo mais longo. Várias medidas podem ser tomadas, entretanto, para aumentar as disponibilidades exportáveis, a mais evidente das quais é um aumento de produtividade pela melhoria geral das condições da criação do rebanho. No entanto, muito seria obtido também caso se agisse sôbre a demanda interna de carnes, fazendo com que se diminuísse a preferência do consumidor brasileiro pela carne vacum. Assim, uma política de exportação de carnes deve ligar-se à criação no país de outras fontes produtoras de proteínas animais; deveria ser incentivada, *inter alia*, a criação de animais de ciclo de vida mais curto, corrigindo-se as distorções que, no Brasil, a têm tornado mais cara que a criação de gado vacum. Caso *isto fôsse conseguido, poder-se-ia mesmo vislumbrar uma solução para* o problema nacional de baixo consumo de proteínas animais, que passariam a contar com uma oferta mais abundante e barata.

O aumento da competividade teria como fim último o aproveitamento das reais possibilidades brasileiras quanto à criação de gado, já de si bem *amplas. Para tanto, é necessário que se estude mais profundamente a estru-*

tura dos custos brasileiros de produção, com o objetivo de evitar a degradação a longo prazo dos rebanhos, no caso de a atual competitividade do Brasil no setor estar sendo realmente conseguida à custa de preços inadequados para o criador. Em função de tal análise, poder-se-ia, por exemplo, dar preferência à melhoria da criação em áreas onde já há aprimoramento técnico, especialmente o Rio Grande do Sul (estar-se-ia, assim, aliás, incentivando uma tendência natural da economia pecuária brasileira, que se traduz na especialização em áreas de criação para a exportação); paralela e conseqüentemente, poder-se-ia fomentar — no Brasil Central, Nordeste e Norte — a criação para consumo interno. Ao aumento da competividade estão também diretamente ligados, claro está, um aprimoramento constante das condições sanitárias dos frigoríficos e uma atuação sempre racional em matéria de fretes.

É, pois, evidente que as exportações racionais de carnes poderão ter conseqüências altamente vantajosas para a economia brasileira. Não se fale apenas na influência benéfica que as exportações teriam nos métodos de criação de bovinos, permitindo, de um lado, seu aprimoramento, que defluiria naturalmente das exigências de alta qualidade da demanda internacional, e impedindo, de outro, que os rebanhos se venham a estagnar nos níveis da procura interna. Nem mesmo se raciocine em têrmos do desenvolvimento e crescente sofisticação tecnológica que poderiam provocar nas indústrias da carne, produtos de carne e equipamentos para frigoríficos. Não se as quantifique também apenas do prisma do grande aporte adicional de divisas que poderiam gerar ou do que representariam no esfôrço perene de diversificação das exportações. Bastaria simplesmente, para as situar em justa medida, uma correlação com a capacidade catalizadora que teriam, por representar um estímulo suficientemente forte para corrigir distorções crônicas e históricas da economia brasileira de carnes, que se multiplicam, como se viu, tanto no lado da produção, quanto no do consumo.

ESTANHO

Fernando Cacciatore de Garcia

Características do Comércio Mundial

O estanho, originário da cassiterita, é um dos metais não-ferrosos mais raros, estando sua produção limitada atualmente a três pequenas áreas: sudeste asiático (Malásia, Indonésia, Tailândia), Bolívia e África Ocidental (Nigéria e Congo); como se verá abaixo, o Brasil poderá tornar-se nova e importante área produtora.

A produção mundial anual de estanho (minério e metal) oscila em tôrno de 160.000 toneladas. O consumo do metal gira também em tôrno desta cifra; os aumentos de preço do produto (£ 700 em 1956 a £ 1.500 em 1970) são em parte explicáveis pelo aumento dos custos de produção, *decorrente do esgotamento das minas de alto teor, exploradas desde o início* do século (quando o preço estava a pouco mais de £ 100), e da utilização de depósitos de difícil acesso (marítimos) ou de baixo teor.

Os principais produtores, na ordem de importância por produção média, são: Malásia (70.000 t), Bolívia (25.000 t, em expansão), Tailândia (20.000 t), Indonésia (12.000 t), Nigéria (9.000 t), Congo (7.000 t) e Austrália (5.000 t). Outros produtores são Brasil (4.000 t), Argentina (2.000 t) e África do Sul (1.800 t). As exportações do produto são preferencialmente feitas sob a forma de metal, que é reduzido nos países produtores de cassiterita. A única exceção é a Bolívia, que exporta minério, especialmente para o Reino Unido. No entanto, no corrente ano, a própria Bolívia passará a produzir metal, diminuindo, pois, ainda mais, o comércio do minério.

O *consumo do estanho, típico de países altamente industrializados*, concentra-se em pequeno número de países. Os Estados Unidos são responsáveis por um têrço do consumo mundial (55.000 t); Japão (20.000 t, em expansão), Reino Unido (17.000 t), Alemanha Ocidental (10.000 t), e França (10.000 t) são responsáveis por outro têrço do consumo; o têrço

restante (55.000 t) é repartido entre 44 países. Portanto, apenas cinco países consomem mais de 60% da produção mundial.

O Brasil e a Economia do Estanho

Atualmente, ocupa o Brasil uma posição pouco expressiva na economia mundial do estanho. Em 1957, segundo dados do Conselho Internacional do Estanho, sediado em Londres, sua produção representou 0,93% mundial, enquanto produção e consumo do metal combinados representavam 1,2% do total. No entanto, após a Índia, o Brasil é o principal consumidor do produto no mundo subdesenvolvido e, considerando a grande concentração em poucos países da produção e do consumo do minério e do metal, o Brasil pode considerar-se bem situado como produtor ou consumidor: é o 10.º produtor mundial de minério, o 9.º produtor de metal e o 14.º consumidor; é também um dos poucos países que possui usinas estaníferas, produzindo pouco menos que os Estados Unidos da América.

Contudo, essas considerações que dão maior relêvo ao Brasil na economia global do estanho são quase completamente anuladas, se verificada sua participação no comércio internacional do produto.

Depois da exploração das jazidas de Rondônia, o Brasil passou a importar cada vez menos, tendo chegado, há três anos, a altíssimo grau de auto-suficiência; de 2.110 t de minério importadas em 1963, passou-se a 228 t em 1966 e a 80 t em 1968. Em 1967, a participação da cassiterita nacional na produção brasileira de estanho foi de 100%.

Quanto ao metal, são reduzidas as importações brasileiras, sendo também elevado o grau de auto-suficiência do país no setor. A média das importações brasileiras de estanho (bruto e trabalhado), no últimos anos (1960/68), atingiu apenas 20 t, ou 0,93% do consumo interno. Mais importantes são as importações do metal sob a forma de estanho incorporado na fôlha de flandres, que atingiram uma média de 210 t entre 1960 e 1968, ou 9,8% do consumo do metal. Nesse mesmo período, a importação média de metal (bruto, trabalhado e incorporado) foi de 220 t, ou 10,3% do consumo.

Contudo, tanto as importações de metal pròpriamente dito, como as de metal incorporado, apresentaram grandes variações anuais no período considerado (60/68), com tonelagens mínimas 20 vêzes inferiores às máximas, no primeiro caso, em 22 vêzes no segundo. Além disso, as importações do metal incorporado são um problema da siderurgia e não da produção de estanho. Sendo assim, as 20 t médias de importação de metal são melhor indicador para medir-se o grau de dependência do Brasil (0,932%) da produção externa de estanho.

Pode-se concluir que, hoje em dia, o Brasil atingiu auto-suficiência tanto na mineração como na fundição do estanho, tendo-se tornado erráticas as importações do produto, pois se destinam a preencher necessidades esporádicas

oriundas de problemas internos associados, no caso da cassiterita, ao transporte das usinas para os centros de fundição, e, no caso do metal, principalmente à capacidade da siderurgia brasileira para produção de fôlhas de flandres.

São evidentes, pois, o pequeno pêso do Brasil na produção mundial do minério, do metal e em seu consumo (0,93%, 1,2% e 1,2% respectivamente) e a pequeníssima participação do país no comércio internacional do produto (0,01% das importações).

As exportações brasileiras de estanho (metal), indicadas em 1969 com 300 t, são igualmente inexpressivas, se consideradas internacionalmente; entretanto, têm um amplo significado potencial, uma vez que parecem representar o início de uma tendência que se acentuará de ano para ano.

Com efeito, a descoberta das jazidas de cassiterita em Rondônia pode alterar profundamente a posição Brasil na economia mundial do estanho, transformando-o em importante exportador. Excetuando-se êsse Território, as reservas conhecidas no país limitam-se a 15.000 t de estanho contido no minério. Porém, o conhecimento atual da Província Estanífera de Rondônia (612.075 km^2) permite afirmar que as reservas prováveis do Brasil são, pelo menos, iguais aos totais admitidos para todo o resto do mundo, que são calculados entre 5 e 7 milhões de toneladas.

Pode-se prever que, nos próximos 5 anos, o Brasil deverá estar exportando, pelas razões que se indicam abaixo, de 3 a 9.000 toneladas de estanho.

Assinale-se, desde logo, a convergência de grandes investimentos para pesquisa e lavra em Rondônia; a riqueza dos depósitos da região despertou o interêsse dos setores público e privado, que já estão despendendo boa soma de esforços e capitais. O Govêrno Federal procedeu à cobertura aerofotogramétrica da região e a seu mapeamento geológico, tendo criado, através do Ministério das Minas e Energia, a Residência Especial de Rondônia, dividida em sub-residências, com o sentido de aumentar o conhecimento geológico da região e de fomentar a lavra racional. Além disso, o Govêrno Federal, depois da abertura da rodovia Brasília-Acre, está construindo a rodovia Ariquemes-Alto Candeias, que penetra em regiões produtoras de cassiterita.

Quanto ao setor privado, vários grupos mineradores já afluíram para Rondônia, sendo os principais: FERUSA (Billington, de capital holandês), CESBRA (ligado à Philip Brothers, de capital americano), BEST (antigo grupo português), MACISA, Sabbá e São Lourenço. Seus investimentos em pesquisas são calculados em Cr$ 30 milhões e, em lavra, em Cr$ 120 milhões, o que atinge um total de quase US$ 40 milhões, apenas no setor privado.

Segundo cálculos do Departamento Nacional de Produção Mineral, a produção de cassiterita em Rondônia crescerá paulatina e seguramente até 1975. Para estabelecer-se quantidades prováveis, foram consideradas duas hipóteses:

a) continuação da presença de garimpeiros em áreas indiscriminadas;

b) racionalização da lavra, segundo proposta do Ministério das Minas e Energia.

A partir das duas hipóteses de produção, deduziu-se a projeção do consumo brasileiro de estanho, calculado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, obtendo-se o quadro abaixo, que mostra o excedente disponível para a exportação de estanho contido no minério, nos próximos cinco anos:

Anos	*Projeção da Produção Interna*		*Projeção Consumo Interno Aparente*	*Excedente ao Consumo Aparente Destinado à Exportação*	
	Hipótese I	*Hipótese II*		*Hipótese I*	*Hipótese II*
1970	3.107	3.107	2.387	720	720
1971	3.903	3.903	2.495	1.408	1.408
1972	4.615	9.230	2.605	2.010	6.625
1973	5.135	10.270	2.371	2.371	7.506
1974	5.655	11.310	2.870	2.785	8.440
1975	6.435	12.870	3.120	3.315	9.750

(em toneladas métricas)

Entretanto, como não foram considerados investimentos no período em questão, ambas as hipóteses podem ser consideradas conservadoras. A grande utilidade do cálculo está em esclarecer que forçosamente. haverá excedentes na produção brasileira de estanho até 1975. Se não forem exportados. o Brasil acumulará estoques de pelo menos 12.609 t na primeira hipótese, e de 33.449 na segunda.

Para o cálculo das projeções da produção foram colhidas informações em Rondônia, diretamente nos centros de garimpagem, e consultadas as firmas mineradoras quanto a sua decisão de produzir, nos próximos 5 anos. Ao que parece, todo o trabalho, em Rondônia, está sendo executado com vistas à expansão da produção de cassiterita, na pressuposição da possibilidade de acesso do mercado externo. Desta maneira, a impossibilidade eventual de se exportar a produção esperada poderá trazer sérios prejuízos para uma região, onde possibilidades econômicas verdadeiramente atrativas não são comuns.

Ao contrário das outras jazidas mundiais, já bastante exploradas (o que faz com que seja considerada econômica a mineração de depósitos com 0,3 kg/m³ de cassiterita), as jazidas brasileiras são absolutamente virgens, com teor médio presumido em 1,5 kg/m³ para tôda a Província Estanífera de Rondônia. Êsse teor médio, no entanto, aparenta ser muito baixo, pois são comuns depósitos com teores de entre 10 e 100 kg/m³.

Além disso, sendo grossa a textura da cassiterita brasileira, sua recuperação é mais fácil e são menores as perdas, o que não se passa em relação às cassiteritas finas (asiáticas), para cujo beneficiamento são necessários caros investimentos e trato. Leva também vantagem a cassiterita brasileira no que diz respeito aos elementos a ela associados, uma vez que não dificultam seu beneficiamento ou metalurgia.

Êsses fatos tornam extremamente rentáveis os investimentos em mineração no Território de Rondônia, e dão ao Brasil grandes vantagens comparativas quanto à produção de cassiterita, o que lhe garante enorme poder de concorrência, pois o custo de produção está na razão inversa do teor de minério por metro cúbico.

Ao contrário do que se poderia esperar, a cassiterita brasileira é a segunda mais barata em todo o mundo. Apesar de 92% da produção brasileira ser a mais primitiva possível, por garimpagem em bateias, as vantagens indicadas acima são tão importantes que o custo da cassiterita brasileira equipara-se ao dos produtores asiáticos, empregadores das técnicas mais modernas e requintadas de extração.

Os custos em dólares americanos por quilo de estanho contido no concentrado (65% de Sn) são os seguintes para os principais produtores:

Malásia	US$	1.12
Rondônia	US$	1,40
Tailândia	US$	1,40
Indonésia	US$	1,54
Nigéria	US$	2,64
Bolívia	US$	2,75 a 2,37

Conclui-se que, já agora, poderia o Brasil competir, no que se refere à cassiterita, com os principais produtores mundiais. Nesse minério, a importância do teor e da qualidade é tão determinante que corrige, quanto aos custos, uma série de problemas associados à extração em Rondônia, que vão desde condições extremamente difíceis de sobrevivência humana, até meios de transporte, precários ou custo. Sendo a descoberta de minas de estanho semelhante à de Rondônia pouco provável nos atuais países produtores, fica o Brasil em posição de comp tividade pràticamente inatingível por êstes últimos.

Com o início da operação das companhias mineradoras que utilizam técnicas racionais e que ainda se encontram em fase de instalação, com o

acabamento de estradas de penetração ainda em construção, com melhor apoio logístico, o que necessàriamente ocorrerá, com o melhor conhecimento geral da região e com a adoção de medidas governamentais (como a obrigação de as usinas fundirem a produção das lavras e a absorção da garimpagem pelas mineradoras) visando à racionalização da mineração em Rondônia, espera-se que os custos baixem nos próximos 5 anos de tal maneira que o Brasil ficará em posição única quanto à capacidade de competir no setor em escala internacional.

O Ministério das Minas e Energia calculou a capacidade ociosa atual das usinas estaníferas brasileiras, sem contar as de pequeno porte, em 5.000/t-ano. Em 1975, não ocorrendo novos investimentos no setor da fundição, o que parece pouco provável, será ela de 4.180/t-ano. Será possível, então, anular (hipótese b) ou diminuir substancialmente (hipótese a) a capacidade ociosa das usinas brasileiras, o que reduzirá sobremaneira seus custos de operação. Êste fato, associado à baixa prevista no custo do minério, que é o de maior pêso na fabricação do metal, poderá resultar em que o Brasil não venha a ter competidores na venda do produto sob forma metálica.

Em relação às jazidas asiáticas, de onde provém a maior parte dos fornecimentos de estanho, as de Rondônia estão bem mais próximas, tanto dos Estados Unidos da América, quanto da Europa Ocidental, que são os maiores consumidores. Para atingir os Estados Unidos da América, um navio carregado do produto leva, vindo da Ásia (via Suez), cêrca de 2 meses, e da Bolívia (via Panamá), duas semanas. Os carregamentos do produto brasileiro, se embarcados por Santos ou pelo Rio de Janeiro, deverão demorar-se mais que os bolivianos, mas, se embarcados diretamente em Pôrto Velho, cujo pôrto, pelo menos durante seis meses por ano, recebe atualmente navios transoceânicos, poderão ver sensivelmente reduzido o fator tempo. Estas características, associadas às anteriores, aumentam ainda mais o poder de concorrência do Brasil no setor; nessas condições, é inclusive possível pensar-se que poderá o Brasil vir a abastecer o mercado japonês, atualmente o mais dinâmico em todo o mundo.

Entretanto, pode-se considerar, em princípio, os Estados Unidos da América como o mercado mais provável para o estanho brasileiro pelas seguintes razões:

a) os Estados Unidos da América são o maior consumidor do produto (1/3 do consumo mundial) e dependem completamente de fornecimentos externos;

b) os preços atuais são considerados extremamente altos pelos consumidores americanos; tanto é assim que a General Services Administration vê-se obrigada a lançar parte de seus estoques estratégicos no mercado internacional para tentar baixar os preços;

c) interêsse dos Estados Unidos da América em restabelecer seu estoque estratégico, em virtude da exaustão progressiva das reservas

conhecidas, e de possíveis problemas de abastecimento, oriundos da incerteza da situação política no Sudeste da Ásia e na Bolívia.

A conclusão final a respeito das perspectivas que se abrem para o Brasil nos próximos 5 anos quanto a sua posição na economia mundial do estanho é a de que poderá êle tornar-se importante exportador do produto, ganhando com seu comércio, mantidos os preços atuais, uma receita da ordem de 22,5 a 35 milhões de dólares em 1975.

Ação Internacional Relativa ao Estanho

O estanho, produto de mercado extremamente sensível, foi objeto, há mais de 45 anos, de acôrdos internacionais objetivando à estabilização dos preços e contrôle do mercado. Concluídos antes da última guerra entre produtores, êstes acôrdos posteriormente adquiriram fisionomia diferente, associando consumidores e produtores; os últimos instrumentos, em vigor desde julho de 1956, foram colocados sob a égide das Nações Unidas, tendo sido o último dêstes (1970), negociado sob o patrocínio da Conferência das Nações Unidas sôbre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Antes da última guerra, os principais acôrdos entre produtores foram: o "Pool" de Bandung (1921-23); a Associação dos Produtores de Estanho (1929-1930) e os acôrdos de 1931, 1934, 1937 e 1942. Vê-se por seu grande número que não conseguiram êles sucesso desejado. Pode-se explicar o fato, principalmente, porque a maioria dêles previa restrições apenas voluntárias de produção, o que levava à acumulação de grandes estoques com influência negativa sôbre os preços. Dentre os citados, os mais importantes foram o "Pool" de Bandung, que instituiu um estoque regulador ("buffer-stock"), que, embora provisório, estabeleceu o mecanismo de ação típico sôbre o mercado de estanho, e o Acôrdo de 1931, que iniciou as restrições obrigatórias de produção e estabeleceu um Comitê Internacional para gerir a aplicação do acôrdo. O insucesso dêste último deveu-se principalmente a *razões políticas, originárias da distribuição original das restrições à* produção.

Depois da guerra, apesar do aumento do consumo ter diminuído a instabilidade dos preços, decidiram os produtores, através do Comitê Internacional, continuar a prática de acôrdos sôbre o produto, cientes de que, com o fim do conflito, poderia voltar-se à situação de superprodução. Fruto desta linha de ação foi a Conferência de 1946, que, pela primeira vez, reuniu produtores e consumidores. A Conferência não resultou em acôrdo, mas na criação de um Grupo Internacional de Estudos sôbre o Estanho (1947-56), que poderia fazer recomendações aos países membros (produtores e consumidores) e estudar a possibilidade e a necessidade de celebração de um acôrdo internacional sôbre o produto. Embora não aceita internacionalmente, a Carta de Havana sôbre o comércio internacional influenciou tanto o estabelecimento do Grupo de Estudos (mecanismo que previa para

o estudo e apresentação de soluções para os problemas de produtos de base). como a idéia de um acôrdo sôbre o produto, apresentada pela Bolívia, no Grupo de Estudos, em 1948. Depois das Conferências de março de 1950 em Paris e de outubro/novembro de 1950 em Genebra, que não tiveram resultados práticos, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocou uma terceira conferência, que teve lugar em Genebra em novembro/dezembro de 1953, quando se chegou à redação do I Acôrdo Internacional do Estanho, que estabeleceria também o Conselho Internacional do Estanho. Foi preciso esperar ainda quase três anos para que as assinaturas e ratificações necessárias à sua entrada em vigor fôssem suficientes; e foi apenas em 1.° de julho de 1956 que começou a ser aplicado o I Acôrdo e a funcionar o Conselho Internacional do Estanho.

O I Acôrdo (1956-1961) foi renovado, em 1960, em Nova York, durando até 1966. Em 1965, também em Nova York, foi negociado o III Acôrdo. Êste, que durará até meados do ano em curso, já foi renegociado em abril/maio de 1970, em Genebra. O IV Acôrdo tem duração prevista até 1976. Os objetivos básicos de todos êstes acôrdos foram os de ajustar oferta e demanda, de tal maneira que se evitassem flutuações nos preços, que deverão ser justos para os consumidores e remunerativos para os produtores; objetiva-se também aumentar a receita de exportação dos países produtores, todos subdesenvolvidos, com vistas a seu desenvolvimento econômico e social.

O Acôrdo Internacional do Estanho, que entrará em vigor em 1971, é operado pelo Conselho Internacional do Estanho. Os países membros são produtores e consumidores. Cada categoria de país-membro detém mil votos, que são distribuídos segundo as importações (ou produção) e exportação (consumo) do produto. Nenhum país pode ter mais de 450 votos. Os Estados Unidos, principal consumidor, com um têrço do total mundial, não participou de nenhum dos quatro acôrdos. A Alemanha Ocidental, terceiro consumidor mundial, que não participara dos três primeiros acôrdos, anunciou, durante a negociação do quarto, que participaria dêste último.

O Acôrdo estabelece uma faixa de preços, com um preço-máximo e um preço-mínimo. O Conselho examina êstes preços regularmente e pode alterar um ou ambos. Presentemente, os preços extremos são respectivamente £ 1.280 e £ 1.630. A faixa de preços é dividida em três setores.

O Conselho considera, pelo menos uma vez em cada trimestre, a demanda provável para o estanho no trimestre subseqüente, a quantidade de metal do estoque regulador, os estoques nos países produtores, a evolução provável dos estoques comerciais, o preço vigente do estanho-metal e qualquer fator relevante. À luz destas considerações, o Conselho pode, em certas circunstâncias, declarar um "*trimestre de contrôle*", quando é determinada uma quantidade exportável máxima para todos os produtores. A quantidade exportável máxima assim distribuída é dividida entre os países produtores proporcionalmente ao número de votos que detêm. Há dispositivos que prevêem ação em caso de exportações acima ou abaixo das quotas específicas.

O Conselho utiliza também, para a obtenção dos objetivos de estabilização do mercado e defesa dos preços. um estoque regulador equivalente a 20.000 toneladas de estanho metal, 7.500 toneladas das quais devem ser pagas para a entrada em vigor do acôrdo. O Conselho pode, a qualquer momento, determinar quando e com que prestações o restante deverá ser pago. O Conselho decide também que partes das contribuições deverão ser pagas em dinheiro ou em metal. O financiamento do estoque regulador é feito exclusivamente pelos países produtores. Êste fato causa sérias controvérsias entre as duas categorias de países, tanto no Conselho, como nas Conferências negociadoras, uma vez que os países consumidores comprometeram-se a fazer contribuições apenas voluntárias. Espera-se que, sob a vigência do próximo acôrdo, a Holanda seja o primeiro país a usar desta faculdade.

O Gerente do estoque regulador, funcionário graduado do Conselho, segue instruções dêste e é responsável, perante o Presidente, pela operação do estoque regulador. Em linhas gerais, o Gerente deverá vender estanho no setor superior da faixa de preços, comprá-lo na faixa inferior, tendo flexibilidade de comprar ou vender nas faixas intermediárias, e nos preços limitados desta faixa.

O Conselho ou o Presidente poderão restringir ou suspender as operações do estoque regulador se consideram que a ação do Gerente não alcançará os objetivos do Acôrdo. O Conselho poderá contrair empréstimos com vistas à operação do estoque regulador, e o Gerente poderá ser autorizado a realizar compras ou vendas de estanho pertencente a um estoque não comercial de um país qualquer. Existem também disposições relativas à limitação dos estoques nos países produtores durante períodos de contrôle, e a medidas a serem tomadas em caso de escassez.

O Brasil não participa do Acôrdo Internacional do Estanho, havendo sido observador nas negociações anteriores ao IV Acôrdo. Em 1970, na negociação dêste, o Brasil enviou delegação e tentou encontrar posição que conciliasse seus interêsses concretos na economia do produto: suas possibilidades de se tornar grande exportador do produto, de um lado, e seu interêsse em cooperar nos esforços de estabilização dos preços dos produtos de base em geral, de outro. Embora contando com a cooperação dos países produtores, não foi encontrada fórmula que compatibilizasse a expansão espontânea da produção no Brasil com restrições diretas e indiretas que a ela seriam impostos pelos mecanismos de ação sôbre o mercado previstos no instrumento. Sendo assim, é de se esperar que o Brasil não venha a participar do IV Acôrdo, que ajudou a negociar. No entanto, o Brasil, mesmo fora do Acôrdo, tem auxiliado os trabalhos do Conselho, através de sua participação como observador no Comitê de Estatísticas. A cooperação do Brasil, na medida do possível, poderá igualmente estender-se a ações que diretamente auxiliam o funcionamento do Acôrdo, uma vez que êste prevê tal tipo de cooperação por países não-membros.

CACAU

José Antônio C. B. de Macedo Soares

Características do Comércio Internacional

Entre as principais características permanentes do comércio internacional do cacau, que condicionam o jôgo das fôrças de oferta e procura, cabe ressaltar a própria natureza do cacaueiro que, após o plantio, demora de dois a cinco anos, dependendo do tipo, para entrar em produção; esta será ascendente nos primeiros 15 anos e poderá continuar por mais de 50 anos, embora as árvores mais antigas apresentem menor produtividade e sejam mais sujeitas a pragas. Em decorrência, observa-se uma inflexibilidade estrutural por parte da oferta, que não pode às vêzes responder, com a rapidez desejada, a uma alteração de preços.

Ademais, ocorre alta concentração, tanto do lado da oferta como do lado da procura: cinco países (Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Países-Baixos, Reino Unido e União Soviética) são responsáveis por mais de 70% das importações, enquanto cinco outros países (Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões) são responsáveis por mais de 80% do que é produzido no mundo. Em resumo, é um produto tropical cujo consumo se concentra em regiões temperadas e frias, daí resultando o fato de grande percentagem da produção ser destinada ao comércio internacional e não ao consumo interno dos países produtores.

Em conseqüência, é importante característica do mercado internacional de cacau a "baixa elasticidade de demanda" para o produto, ou seja, uma alteração do volume da produção provoca, em geral, uma alteração de preço em sentido contrário e em proporção muito mais acentuada. Por exemplo, um acréscimo da produção mundial de 10% pode ocasionar uma queda de 25% nas cotações, podendo ocorrer o inverso no caso de uma queda na produção.

Cabe ainda salientar a importância das expectativas na determinação das cotações. Em grande parte, o preço é estabelecido com base no que se espera seja produzido e consumido, tendo também presentes os estoques que os consumidores detêm (medidos êstes em têrmos de "meses de consumo"), o que explica as violentas flutuações que, por vêzes, resultam de notícias relativas ao montante das safras dos países produtores (caso especial é o de Gana, cujas cifras de compras semanais a seus produtores é um dos principais meios de avaliação prévia do volume da colheita).

Finalmente, deve ser destacado o papel desempenhado pelo especulador no mercado do cacau, que é especialmente sensível; de um lado, o especulador exerce função positiva, na medida em que alimenta a existência de um mercado de futuros, o que assegura liquidez ao cacau, mas, em compensação, sua ação tende a tornar muito mais acentuadas as flutuações nas cotações, com prejuízos tanto para os produtores, como para os consumidores. Para ter-se idéia da extensão da sua presença no mercado, basta citar que determinados técnicos calculam que apenas 1/8 das transações neste mercado correspondem verdadeiramente a cacau físico; o restante corresponderia ao que se poderia denominar "cacau-papel", ou seja, transações com objetivos especulativos.

Importância para os Países em Desenvolvimento

Em virtude da alta concentração da produção, o cacau é para diversos países, sobretudo na África Ocidental, o principal produto de exportação; Gana, cuja pauta de exportação é integrada em 60% por cacau em amêndoas ou processado, é o exemplo mais evidente. Por serem, aliás, as primeiras fases de beneficiamento das amêndoas bastante simples, também foi o cacau responsável pelo início da implantação de indústrias nestes países, novamente Gana sendo um exemplo interessante, por serem mais de 10% de suas exportações compostas de manteiga ou de pasta de cacau.

Tendo em vista tanto esta dependência, como as constantes oscilações dos preços dêste produto, fica patente o quanto prejudica a êste países o fato de não existir um acôrdo internacional que regulamente o mercado, garantindo estabilidade nas receitas cambiais, sem o que se torna impossível qualquer planejamento a prazo mais longo.

Para a América Latina, região de onde é originário o cacau, a importância do produto é bem menor, excetuando-se o Equador, onde o cacau, que é o do tipo aromático, se apresenta como o terceiro produto de exportação.

No tocante ao Brasil, cabe assinalar a alta concentração geográfica da produção na região sul do Estado da Bahia e o fato de as exportações terem atingido, em 1969, US$ 136,2 milhões, dos quais mais de US$ 30 milhões corresponderam a cacau processado. Em resumo, o item cacau foi responsável nesse ano por 5,92% das exportações brasileiras; por ter

uma área de produção muito concentrada, os efeitos sócio-econômicos de qualquer oscilação no seu valor de exportação são, assim, muito danosos.

Histórico das Tentativas de Estabelecimento de Acôrdo Internacional

Desde 1956 se vem procurando negociar um acôrdo que regulamente o mercado internacional de cacau. As primeiras tentativas tiveram como fôro a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por intermédio do Grupo de Estudos de Cacau. A partir de 1964, contudo, os esforços de negociação passaram para a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ficando a FAO apenas encarregada de tarefas técnicas e estatísticas.

Em grandes linhas, pode-se resumir o históricos de tais esforços assinalando: que já foram convocadas três conferências negociadoras entre produtores e consumidores, que não puderam estabelecer um acôrdo; e que chegou a ser concluído, e logo após abondonado, um acôrdo entre produtores.

A primeira conferência negociadora foi convocada para Genebra, em setembro de 1963, e, desde o início, ficou patente total divergência entre produtores e consumidores, êstes últimos demonstrando pouco entusiasmo por um acôrdo que regulamentasse o mercado, ao que se acrescentava firme oposição dos setores comerciais e Bôlsas dêstes países. Por outro lado, por serem os produtores, de um modo geral, muito dependentes do cacau, sua posição negociadora apresentou-se inflexível.

Em vista do fracasso da conferência de 1963 e de fase baixista nas cotações, diversos produtores, tendo como fôro a Aliança dos Produtores de Cacau, negociaram um acôrdo de produtores, que foi assinado no Rio de Janeiro em set.mbro de 1964. Não pôde, contudo, êsse acôrdo resistir à situação extremamente desfavorável do mercado e à queda de preços resultante de uma safra super-abundante, que terminou por provocar a suspensão do instrumento.

Uma terceira fase se inicia a partir dos últimos meses de 1965, com o reinício das negociações entre produtores e consumidores, tendo em vista que estava superada a fase de excesso de oferta. Em Grupo de Trabalho reunido em Nova York, discutem-se as linhas fundamentais de um futuro acôrdo, mais tarde reestudadas em Grupo de Trabalho reunido em Genebra, no início de 1966. Ficou então assentado, por meio de sucessivas soluções de compromisso, que se deveria adotar um mecanismo misto: estoque regulador e preço-quota. No entanto, inúmeros outros aspectos técnicos ainda não tinham sido estudados com suficiente profundidade, o que, aliado ao fato de ter sido impossível um consenso com relação à faixa de preços a vigorar no acôrdo, levaria ao fracasso da Segunda Conferência Negociadora, que se reuniu em maio de 1966.

Em sucessivas reuniões técnicas, continuou-se a estudar e debater os pontos controversos do acôrdo, tendo-se julgado, em 1967, que já havia

um grau de consenso que permitiria uma reconvocação da conferência negociadora, o que ocorreu no final do ano. Contudo, ainda por impossibilidade de conciliar posições, esta conferência seria suspensa, dela restando um projeto de acôrdo, que continua a ser até hoje o documento básico de trabalho nas negociações cacaueiras.

Nos últimos dois anos, muito trabalho tem sido desenvolvido, com o objetivo de tornar claro o funcionamento de um futuro acôrdo, com base no projeto de 1967, mas continuam a existir os mesmos obstáculos que levaram ao insucesso as negociações anteriores — em especial no que se refere à faixa de preços.

A êsse respeito, o projeto de 1967 previa uma faixa de US$ 0,20 a 0,29, não aceita por vários consumidores, que consideravam o preço mínimo muito alto. Com o correr do tempo, ficou evidente, contudo, o irrealismo desta posição; em junho de 1969, a Delegação Brasileira à Reunião Técnica de Genebra propôs, entre outros pontos, a revisão desta faixa para 25 a 34 centavos de dólar, tendo como base o fato de que sòmente um ano, dentro de um período de 23 anos, teve preço médio inferior a US$ 0,20, e de que se, por hipótese, estivesse o acôrdo funcionando a partir de 1946 com aquela faixa de preços, os países produtores teriam recebido US$ 700 milhões de dólares a menos do que efetivamente auferiram.

Esta posição brasileira tornou-se o consenso dos produtores em tôdas as reuniões multilaterais, continuando os consumidores a insistir na faixa estabelecida no projeto de 1967, apesar de que a própria inflação verificada nos Estados Unidos torna a faixa de 25 a 34 centavos de dólar, em 1971, pràticamente igual, em poder real de compra, à faixa de 20 a 29 centavos de 1967.

Cabe ressaltar o esfôrço do Secretário-Geral da UNCTAD que, através de consultas, tem procurado conciliar estas posições e também tornar o acôrdo, na sua forma atual, mais simples e operacional: persiste, entretanto, o elemento impeditivo fundamental da falta de vontade política dos países consumidores no tocante a diversos pontos do projeto de 1967, sobretudo na parte relativa à faixa de preços que irá vigorar.

Finalmente, deve ser evidenciada a ação da Aliança dos Produtores de Cacau, que tem procurado fazer com que seja mais sentida a presença dos produtores no mercado. Neste sentido, na XIV Assembléia Geral da Aliança, realizada em Lomé, no Togo, foi estabelecido um mecanismo de convocação automática dos Gerentes de Vendas dos países-membros da organização cada vez que o preço caísse 300 pontos num período de 15 dias. Em 1970, realizaram-se duas reuniões ordinárias e três extraordinárias de Gerentes de Vendas, onde foram debatidos os problemas gerais do mercado e de comercialização da safra, sem que os produtores se prejudiquem mùtuamente; os resultados foram satisfatórios, tendo sido, inclusive, reconhecidos por publicações especializadas de firmas importadoras. Todavia, são apenas soluções parciais e temporárias, até que se alcance um acôrdo que ordene de modo definitivo o mercado do cacau.

CAFÉ

Marcos Camacho de Vincenzi

Antecedentes Históricos da Organização Internacional do Café

A Organização Internacional do Café representa o coroamento de longos e penosos esforços desenvolvidos pelos países produtores, principalmente o Brasil, para disciplinar o mercado mundial de café.

As primeiras tentativas de estabelecimento de um acôrdo, ou de simples entendimento entre países produtores, foram, de modo geral, mal sucedidas, mas, aos poucos, foi crescendo a consciência de que era necessário criar um instrumento capaz de disciplinar o mercado mundial do café, importante fonte de divisas para a maioria dos países produtores. Ajudada pela preocupação global com os problemas do subdesenvolvimento, tal tendência se iria cristalizando em uma série de acôrdos limitados, mais e mais eficientes, e que abrangiam número crescente de países, até a negociação, em 1962 do Acôrdo Internacional do Café.

A criação de um Convênio Internacional de Café, que incluísse tanto países exportadores quanto importadores, foi proposta pela primeira vez na reunião de Ministros de Finanças e Economia do CIES, em novembro e dezembro de 1954, em Quitandinha. Foi aprovada, ao fim da reunião, resolução estipulando que o Comitê Especial do Café do CIES procedesse a um estudo detalhado da situação do mercado mundial de café e de suas perspectivas. Em 1956, o CIES aprovou a elaboração de um projeto de Convênio Internacional do Café (naquela oportunidade, por exemplo, os Estados Unidos da América se declarariam impossibilitados de negociar de eventualmente participar de um Convênio dêsse tipo). Os esquemas recomendados pelo CIES tiveram seus projetos elaborados pela Secretaria Geral da OEA, sob a orientação da Comissão Especial do Café, durante 1956 e 1957. Em 1958, na Conferência Internacional do café, que se realizou no Rio de Ja-

neiro, foi aprovado por 14 países latino-americanos e Portugal um projeto de convênio, de natureza promocional.

Já em outubro de 1957, entretanto, fôra celebrado o Convênio do México, entre êste país, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua. A conjuntura era preços declinantes, tendo sido criada a maquinaria necessária para a execução do convênio e fixadas quotas trimestrais de exportação. Ao expirar o Convênio, as cotações se refizeram e permaneceram firmes durante os primeiros meses de 1958.

O nôvo declínio sofrido pelas cotações de café, após a recuperação dos primeiros meses de 1958, causou crescentes preocupações nos círculos governamentais e ligados ao comércio exterior, tanto nos países produtores quanto importadores. As perspectivas de maiores dificuldades no balanço de pagamentos dos países produtores e conseqüentes complicações no comércio internacional criaram um clima favorável ao reexame dos problemas mundiais de café. Foi criado, assim, um Grupo de Trabalho para Estudos do Café, com participação dos Estados Unidos. Êste grupo, em que estavam representados tanto os países produtores, quanto os principais importadores, reuniu-se freqüentemente em Washington, entre junho e setembro de 1958. Essas reuniões resultariam na adoção de um Convênio Latino-americano de Café e, mais tarde, na criação de um Grupo de Estudos de Café, formalmente constituído. Outras tentativas extra-oficiais foram empreendidas por tôdas as partes interessadas — principalmente pelos representantes dos Estados Unidos, com vistas à formulação de um plano que pudesse merecer aceitação geral, mas os esforços malograram; assim, a 27 de setembro, o Grupo Latino-americano concluiu o Convênio Latino-americano de Café, assinado por 15 países.

Em 1.º de outubro, o Convênio Latino-americano passou a vigorar. Além de fixar quotas e criar um sistema de retenções, foi adotado e pôsto em execução um sistema de verificação contábil das exportações e retenções dos países membros (redução de 5% da percentagem média cumulativa das exportações semestrais). Embora não tivesse sido possível obter um convênio mundial nesta data, a conclusão dêsse instrumento foi, sem dúvida, uma realização significativa, pois os estudos e as negociações que o precederam criaram, de um lado, uma sistemática de exame dos problemas mundiais de café e, de outro, todos os principais produtores latino-americanos se reuniram, pela primeira vez num pacto ativo.

Já em 24 de agôsto de 1959, após haverem os países latinos-americanos chegado a um acôrdo entre si, com respeito às bases para um nôvo convênio, o Grupo de Estudos de Café se reunira para examiná-las e determinar se seriam aceitáveis para os africanos. Foi anunciado, na oportunidade, que representantes dos produtos africanos se reuniram em Londres para discutir as condições de um futuro acôrdo e tentar assumir uma posição conjunta. Pouco depois, a Junta do Convênio Latino-americano constituiu missão, composta de representantes do Brasil, México, El Salvador e Gua-

temala para ir à Europa e explicara o convênio às autoridades responsáveis da França e Portugal. Finalmente, foi êle assinado. Representava um grande passo pois, pela primeira vez, reunia tanto produtores africanos quanto latino-americanos, representando 85% da produção mundial exportável de café. O nôvo convênio diferia do precedente sob certos aspectos de caráter essencial. Continha fórmula para a fixação de quotas específicas, ficando assim abandonada a idéia de retenção da produção exportável. Continha também o princípio da distribuição trimestral equitativa, entre os membros, da produção exportável, a ser determinada em função do nível da procura. Foi, também, estabelecido um programa de propaganda de café nos países importadores e relacionados em um anexo os países que constituiriam os "novos mercados" (em oposição aos mercados tradicionais), para os quais os participantes podiam exportar além da quota respectiva.

O Convênio Internacional do Café completou seu primeiro ano de operações em setembro de 1960, tendo sido prorrogado por 2 anos sucessivamente.

Durante êsse período inicial, a função mais importante da Junta Diretora do CIC foi a de estabelecer quotas trimestrais de exportação e promover a propaganda do produto, através de um de seus principais órgãos o Comitê de Propaganda Mundial de Café.

O ano de 1962 teria enorme significado para a indústria cafeeira mundial, *pois nêle seria negociado um convênio de longo prazo*, assinado pelos Governos de 54 países. O Convênio Internacional do Café de 1962 tinha como principal objetivo alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura, em bases que assegurassem, a preços eqüitativos, fornecimentos adequados aos consumidores e mercados para os produtores. Foram fixadas quotas de exportação, incluiram-se dispositivos para o estabelecimento de um programa de redução ou eliminação de obstáculos ao consumo do café, previram-se medidas para o estabelecimento de metas de produção e implementação do respectivo contrôle.

O Convênio de 1962 representou a etapa final de longo esfôrço empreendido pelo Brasil no sentido de contar com a cooperação internacional para a estabilização do mercado cafeeiro internacional. O Convênio começou a vigorar efetivamente em fins de 1963, com a participação de 42 países membros exportadores e 25 importadores. Durante os três anos subseqüentes, a produção mundial de café, que havia atingido cifras sem precedentes em 1959-60 e 1961-62, reduziu-se consideràvelmente. Em 1965-66, contudo, foi colhida uma safra excepcional, passando a ser preocupação dominante a manutenção dos níveis de preço de 1964. O Brasil contribuiria decisivamente para êsses esforços, em virtude de um decréscimo acentuado no montante de suas exportações.

Nessa conjuntura, adotou-se um dispositivo de vinculação de quotas e preços, que também contribuiria para que se verificasse, em têrmos concretos, um aumento aproximado de 550 milhões de dólares no ingresso total de

divisas dos países produtores de café, desde a vigência até a renegociação, em 1968, do Convênio Internacional do Café.

Por outro lado, a existência do Convênio com a conseqüente estabilidade média relativa que provocou na conjuntura de preços, levou alguns países a expandir sua produção, criando pressões sôbre as quotas legalmente fixadas. Começaram a surgir, assim, durante a vigência do Convênio de 1962, práticas nocivas ao ordenamento do mercado a médio, longo e mesmo curto prazo. Para corrigi-las, a Organização Internacional do Café não dispunha de elementos coercitivos suficientes.

As limitações do Convênio de 1962 eram atribuídas a circunstâncias de ordem conjuntural e estrutural:

— conjunturais, tais como o não cumprimento das quotas de exportação, ausência de contrôles eficazes no tocante à movimentação internacional do café; e

— estruturais, caracterizadas pela inexistência de vinculação, e conseqüentemente compatibilização, dos objetivos e políticas internas dos países produtores de café.

De ponto-de-vista brasileiro, ficou claro, desde o início, que a remoção das circunstâncias de natureza conjuntural asseguraria ao Convênio um mero equilíbrio precário, a não ser que complementada por uma ação em profundidade no tocante às circunstâncias estruturais. Para o Brasil, que sempre projetou no exterior uma política baseada em elementos coerentes de preços internos, remuneração do setor café e desestímulo à superprodução, era necessário multilateralizar os ônus decorrentes dessa política para que fôsse obtido um instrumento fortalecido, que pudesse, efetivamente, atender aos objetivos de médio e longo prazos de ordenamento de mercado.

A capacidade brasileira de compatibilizar as políticas externa e interna do café demonstrava a viabilidade de um esquema análogo em escala mundial. Fundamentada nesta convicção, a posição brasileira norteou-se, ao correr das negociações, na premissa básica de que só interessava ao Brasil a participação num convênio forte.

A posição brasileira visava a obter o refôrço jurídico e prático dos sistemas de contrôle de exportação e importação, a fim de evitar violações das quotas de exportação, assim como melhorar os mecanismos de contrôle de produções e verificação de estoques, para diminuir pressões indevidas sôbre o sistema de quotas, criadas estas por aumentos indiscriminados de produção, incentivados pela estabilização dos preços em níveis remuneradores. Êsse conjunto de medidas foi considerado pelo Brasil como condição *sine qua non* para a prorrogação do Convênio.

Assim, ao ser renegociado em 1968, o Convênio previu:

— Contrôles mais efetivos de exportação e importação, reforçados substancialmente, incorporando-se à sua mecânica os elementos operacionais e as restrições que a experiência já havia indicado. Embora

não se possa dizer que estas medidas garantam um contrôle cem por cento eficiente, o volume do tráfico ilícito do café será marginal e não prejudicará o funcionamento do Convênio.

— Eliminação de exoneração de obrigações e com relação a quotas — O artigo 60 do Convênio de 1962, redigido com a finalidade real de atender a "circunstâncias excepcionais de emergência", teve sua aplicação totalmente desvirtuada, pois passou a dar amparo legal a reivindicações de aumentos anuais de quota, em vista da disponibilidade de excedentes exportáveis superiores às quotas, ou a legalizar, a posteriori, excessos verificados na exportação. Grande número de produtores, em particular da América Central e da África, recorreu sistemàticamente a êsse artigo; na realidade, estas deturpações, de certo modo, tinham um sentido positivo, pois correspondiam à necessidade de uma válvula legal de escape para tensões dentro do Convênio; altamente negativo, no entanto, foi o ônus político que o Brasil, e, em menor grau, a Colômbia tiveram que suportar, na sua tentativa de limitar a concessão de "waivers". O artigo 57 do Convênio atual, juntamente com a revisão das quotas básicas, impedirá, no futuro, a concessão de "waivers" de cunho político, assim como por excesso de produção ou existência de estoque.

— Política de contrôle de produção — As disposições adotadas refletem também as emendas apresentadas pelo Brasil e deverão contribuir para minorar o crescimento da produção mundial e evitar o agravamento do problema da superprodução.

— Seletividade — As modificações incorporadas no nôvo artigo 37 não só limitam a possibilidade de o Conselho Internacional do Café introduzir, no futuro, mecanismos que distorçam o princípio básico de distribuição, *pro-rata*, do mercado, como confere a necessidade flexibilidade ao Conselho para adotar sistemas de quotas que atendam tanto aos interêsses dos produtores quanto dos consumidores;

— Quotas básicas — O parágrafo (2) do antigo artigo 28 constituiu-se, durante a vigência do Convênio de 1962, em elemento sensível de perturbação para o funcionamento normal da Organização e operação dos mecanismos do Convênio, uma vez que previa a possibilidade da revisão das quotas de exportação pelo Conselho. Várias crises se sucederam em virtude dêsse fato, sobretudo nos momentos de fixação das quotas anuais de exportação. Com o objetivo de contornar estas crises periódicas, institucionalizou-se, por assim dizer, o sistema de exoneração de obrigações. Com vistas a evitar êstes obstáculos ao bom funcionamento do Convênio, foi eliminada a possibilidade de revisão das quotas básicas, por simples decisão do Conselho.

durante a vigência do Convênio renegociado. (Para solucionar o problema das quotas básicas, a orientação do Brasil era a de atender às reinvidicações que fôsssem justas e realistas, e, ao mesmo tempo, obter progressos substanciais no que se referia aos contrôles de exportação e importação, política de contenção de produção e concessão de "waivers". O esquema finalmente aprovado consistiu em remover do anexo A os pequenos produtores, submetendo-os a um regime especial de autorização de exportação, independente dos critérios aplicáveis aos outros produtores. Esta decisão implicou num acréscimo de 616 mil sacas; somadas as subtrações de 100 mil sacas de "café papel", que não seriam distribuídas, mais 145 mil para novos membros (Bolívia, Paraguai e Jamaica), aumento resultante foi de apenas 371 mil sacas, rateadas entre todos os países do anexo A. A solução teve, ainda, a vantagem apreciável de ser uma repartição homogênea de ônus, que poderiam ter recaído sôbre o Brasil, pôsto que os casos mais difíceis de resolver eram os dos latinos-americanos).

Operação do Acôrdo Internacional do Café

O contrôle do volume das exportações através da atribuição de quotas à cada país membro expotador é o meio principal de que dispõe o Acôrdo para influenciar os preços. A quota básica de cada pais foi estabelecida durante a negociação do Acôrdo Internacional do Café, em 1968. Pelo menos 30 dias antes do comêço de cada ano-cafeeiro (1.° de outubro/30 de setembro), o Conselho, por uma maioria distribuída da 2/3 dos votos, adota uma estimativa das importações mundiais para o ano cafeeiro que se vai iniciar e uma iniciativa das exportações prováveis dos países não-membros. À luz destas estimativas, o Conselho estabelece a quota anual de cada país-membro exportador, em proporção a sua respectiva quota básica individual. Os produtor s que exportam menos de 100.000 sacas por ano recebem uma quota baseada nas exportações anteriores. Se fôr necessário, a quota anual pode ser ajustada, durante o ano cafeeiro, pelo Conselho. Logo após a fixação da quota anual, o Conselho fixa quotas de exportação trimestrais, com o propósito de manter a oferta em permanente equilíbrio com a demanda. As quotas trimestrais representam, na medida do possível, 25% da quota anual de cada membro. Se as quotas anuais são ajustadas durante o ano cafeeiro, as quotas trimestrais também o são. Se as exportações de um trimestre são inferiores à cifra prevista para aquêle trimestre, o "shortfall" é acrescentado à quota do trimestre seguinte. Nenhum "carry over" de quota é, entretanto, permitido de um ano cafeeiro para outro.

A experiência tem mostrado que é necessário, às vêzes, promover ajustes na oferta durante o ano cafeeiro. Para tanto, o Conselho, em março de 1965, estabeleceu em sistema semi-automático de ajuste de quotas em relação a níveis de preços. Em suma, o sistema previa que, se o preço médio

diário, no mercado de Nova York, permanecesse acima ou abaixo de uma faixa de preços de 38 a 44 centavos de dolar por 15 dias consecutivos de mercado, a Junta Executiva ficava autorizada, dentro de certos limites, a aumentar ou diminuir quotas de exportação para fazer com que a oferta se ajustasse à demanda. De modo a tornar o sistema mais flexível e mais sensível às necessidades dos consumidores, o Conselho estabeleceu um sistema de ajustamento seletivo de quotas para o ano de 1966-67. Sob êste sistema, a quota de cada um dos quatro principais tipos de café (suaves colombianos, outros suaves, arábicos não-lavados e robustas) podia ser ajustado independentemente, de acôrdo com as necessidades do mercado e o movimento dos preços de cada tipo de café. Estabeleceram-se então faixas de preço (limites máximo e mínimo) para cada um dos 4 tipos. O sistema seletivo foi mantido até hoje, com ligeiras modificações, e faz parte do Acôrdo de 1968. Em função do movimento dos preços respectivos, as quotas anuais de exportação de cada tipo de café são aumentadas ou diminuídas. As faixas de preço são ajustadas anualmente de modo a refletir as condições do mercado durante o ano anterior.

O objetivo fundamental de longo prazo do Convênio é ajustar a oferta de café à demanda. O Acôrdo de 1968 prevê que cada produtor deve ajustar sua produção a um nível que não exceda o requerido para cobrir as necessidades do consumo interno, das exportações permitidas e da manutenção de estoques. Metas de produção para cada produtor já foram estabelecidas para o ano-cafeeiro de 1972-73, baseadas numa procura mundial para 1972-73 de 80 milhões de sacas, ou seja, 59 milhões para exportação e 21 milhões para consumo interno. Uma vez estabelecida a meta, o Conselho é obrigado a fazer com que os membros a cumpram. Se algum país não o fizer, não receberá aumentos anuais de quota e pode ser obrigado, eventualmente, a retirar-se da Organização.

Fundo de Diversificação e Financiamento Internacional de Planos de Diversificação

Criado pelo Artigo 54, Capítulo XVI, do Convênio Internacional do Café, o Fundo tem como principais objetivos auxiliar os países membros produtores a limitar a produção de café mediante prestação de assistência financeira destinada à diversificação de suas economias, de forma a estabelecer um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura mundiais, bem como a lhes permitir o efetivo cumprimento das metas individuais de produção fixada pela Organização.

O Fundo conta uma Assembléia de Participantes, uma Junta Diretora e um Diretor Executivo. O Fundo dispõe do pessoal que lhe possa ser necessário, sob a responsabilidade direta do Diretor-Executivo. À Assembléia cabe estabelecer os critérios gerais de operação do Fundo, enquanto à Junta Diretora, composta de 15 países, cabe decidir sôbre aplicações específicas.

A partir de 1.º de outubro de 1968, cada Participante Obrigatório assumiu a obrigação de contribuir para o Fundo; as contribuições se desdobram por cinco anos cafeeiros consecutivos; tôdas as prestações e reajustes eventualmente em atraso continuam a ser devidas, e só após sua total liquidação estará o Fundo em si também liquidado.

A participação no Fundo é obrigatória para as partes contratantes do Convênio Internacional do Café que não sejam membros importadores e que tenham direito de exportação anual superior a 100.000 sacas (participantes obrigatórios: alínea *a*, do artigo 4º., dos Estatutos do Fundo). A participação pode ser facultativa (alínea *b*, (i) e (ii) dos mesmos Estatutos) tanto para partes contratantes do Convênio que não sejam membros importantes e que tenham um direito de exportação anual de até 100.000 sacas, quanto para partes contratantes que sejam membros importadores. Todo participante obrigatório contribui para o Fundo com uma quantia equivalente a US$ 0,60 (sessenta centavos de dolar dos EUA), por saca de café (acima de 100.000 sacas) efetivamente exportada em cada ano-cafeeiro para mercados sob regime de quota.

A contribuição é portanto diretamente proporcional ao volume da exportação anual, devendo ser efetuados, no ano cafeeiro subseqüente, quaisquer ajustamentos de contribuição que se tornem necessários seja em virtude do volume efetivamente exportado (artigo 6.º, alínea *d*, dos Estatutos), seja como decorrência de diferenças entre as taxas de paridade da moeda nacional do participante e o dolar dos EUA, tal como estabelecido no Artigo 10.º dos mesmos Estatutos.

A contribuição total é distribuída por 4 trimestres e cada parcela trimestral é subdividida em 3 parcelas (A, B e C):

Parcela A — equivalente a 78% do total da contribuição trimestral, pagáveis em moeda nacional ou dólares norte-americanos, e que se destina a aplicação exclusiva em financiamento de programas ou projetos a executar no território do contribuinte;

Parcela B — equivalente a 2% da contribuição trimestral, pagáveis exclusivamente em dólares norte-americanos e destinados a cobrir as despesas gerais administrativas do Fundo;

Parcela C — equivalente a 20% da contribuição trimestral, destinada a ser utilizada em financiamento de programas ou projetos a executar no território de qualquer contribuinte exportador.

O Fundo de Diversificação tem financiado projetos em diversos países e constitui, indubitàvelmente, um dos mais eficazes instrumentos para a realização do principal objetivo de longo prazo do Convênio, a saber, o equilíbrio entre o consumo e a produção mundiais.

Conclusões

A situação da oferta e procura do café, na década dos 50, caracterizou-se por flutuações bastante acentuadas de preços. Em 1959-60, a produção ex-

portável mundial tinha atingido 66 milhões de sacas, enquanto o consumo mundial, excetuados os países produtores, era de apenas 43 milhões de sacas. Os preços cairam diante dêsse volume de excedentes, tornando-se evidente, em 1961, que a superprodução afetaria o comércio do café por muitos anos. Nesta conjuntura, países consumidores e produtores se reuniriam para negociar o Acôrdo Internacional do Café de 1962. Criou-se o sistema de quotas de exportação com vistas a ajustar as exportações de café às necessidades de mercado e, assim, procurar alcançar um dos objetivos declarados do Acôrdo, que era não permitir que o preço do café atingisse níveis inferiores aos de 1962.

O Acôrdo de 1962 foi bem sucedido em seus objetivos de preço. Com exceção de uma elevação em 1963-64 (geada e sêca no Brasil), os preços se mantiveram estáveis e acima dos níveis de 1962. Em 1967 e 68, quando estava sendo preparada a renegociação do Acôrdo, os preços eram estáveis, mas já se começara a manifestar um declínio gradual. Em julho de 1969, os preços dos cafés "colombianos" e "centros-americanos" tinham atingido níveis quase iguais aos de 1962; esta tendência foi, no entanto, ràpidamente corrigida, em virtude de severa geada que afetara os cafèzais brasileiros na mesma época.

A tendência baixista dos preços em 1969 pode ser explicada por uma série de fatôres, entre os quais: a conclusão de contratos a longo prazo, em bases concessionais, pelo Brasil; a liquidação de enormes estoques, feita em 1968, em preparação para a greve nos portos americanos e, além disso, a desproporção entre as quotas de exportação e as necessidades do mercado de então. Com a geada, a situação de preços mudou radicalmente. Embora tivesse pouco efeito sôbre a oferta em 1969-70, ficou evidente que a safra brasileira de 1970-71 seria bastante reduzida. Quando a extensão dos efeitos da geada se tornou conhecida e uma longa sêca tornou as perspectivas para a colheita de 1970-71 ainda mais sombrias, os preços de mercado para todos os cafés começaram a subir. Importadores de café na Europa e Estados Unidos começaram a acumular estoques para se prevenir contra uma futura escassez de café, conseqüentemente, futuros aumentos de preços. O movimento altista ganhou ímpeto com a concorrência entre compradores para a formação de seus estoques. Em novembro os preços mantiveram-se estáveis, mas em dezembro nova preocupação com os efeitos da geada gerou compras especulativas para acúmulo de estoques, o que fêz com que os preços retomassem seu movimento altista.

Embora 1969 tenha presenciado uma grande flutuação nos preços, esta poderia ter sido mais grave caso não existisse o Acôrdo. A história de épocas anteriores ao Govêrno fornece alguns exemplos: na década dos 50, o preço do café brasileiro em Nova York chegou a subir de 49 para 89 cents (um aumento de 82%), para depois baixar até 36 cents (uma queda de 60%).

Estas flutuações desordenadas não ocorreram tanto, porque uma aproximação racional ao problema foi possível dentro da mecânica operacional da OIC, mediante os sistemas de contrôle e ajuste da oferta em função das necessidades conhecidas da demanda. Em suma, embora o Acôrdo não possa — nem tente — eliminar flutuações razoáveis de preço, particularmente em períodos de procura anormal de café, impede que movimentos normais de preços degenerem nos "boom and bust cycles" que caracterizavam o comércio de café antes do Convênio.

O Acôrdo Internacional do Café, durante os oito últimos anos, se tem mostrado um exemplo, efetivo de cooperação internacional; o pacto tem sido considerado também como uma das experiências mais válidas em matéria de cooperação econômica mundial. O café afeta a vida de mais pessoas, tanto nas regiões desenvolvidas, quanto nas subdesenvolvidas, do que qualquer outro produto de base. A relativa estabilidade dos preços do café ao longo da vigência do Acôrdo significou receitas estáveis para os países produtores, pois é sabido que a queda de um centavo por libra-pêso nos preços do café verde significa uma perda de 60 milhões de dólares em divisas para a América Latina.

No entanto, cabem algumas ressalvas. Com tôdas as vantagens que o Acôrdo possa ter proporcionado aos produtores, houve uma queda real nos preços do café entre 1960 e 1969 (da ordem de 6,3% em têrmos de dólares, ou de 16,6% em têrmos reais de dólares deflacionados). Assim, se em 1960 eram necessários 21,6 minutos de trabalho para que um operário americano pudesse comprar uma libra de café, em 1969 eram necessários apenas 15,1 minutos...

INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E DOS PAISES LIMITROFES

Paulus da Silva Castro

Na estratégia do processo de desenvolvimento brasileiro, observam-se dois movimentos "concêntricos" que entrosam perfeitamente e, ainda que o ponto de partida de ambos não seja o mesmo, pois um, vindo da periferia, se desloca para o eixo Centro-Norte-Oeste, transformando-se, por fôrça de expressão, numa pinça centrípeta, e o outro, pelo contrário, tipicamente centrífugo, procura alcançar as extremidades do território nacional, o que em parte já é viável, no *plano rodoviário,* pela Belém—Brasília (BR-010 — 2.161.000 km, dos quais 360 pavimentados), complementada, em direção ao sul, pela BR-050 no trecho Brasília a Limeira, pela BR-373 de Limeira a Piracicaba, pela BR-373 de Piracicaba a Curitiba, pela BR-116 ou BR-101 no trecho de Curitiba a Pôrto Alegre, pela BR-116 de Pôrto Alegre a Pelotas e pela BR-471 no trecho de Pelotas ao Chuí, sendo que, dentro em breve, êsse movimento propulsor se tornará uma realidade pela construção da *Transamazônica,* vinculando o Nordeste à Grande Região Norte. (só o trecho a construir vai a *2.075 km*, sendo que sua extensão total ascende a mais de *5.000 km* — (cifra aproximada). As suas especificações são: ponto de partida: João Pessoa e Recife pelas BR-230 e BR-232 que se unem em Picos (Piauí), prosseguindo a BR-230 por Floriano, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas e alcançando Carolina onde entronca com a Belém—Brasília, na cabeceira da ponto sôbre o Rio Tocantins. Cruza o Rio Tocantins em Estreito, onde começa *efetivamente* a *Transamazônica.* Continuando, cruza o Rio Araguaia em direção à BR-153 até alcançar Marabá, de onde prossegue até Tucuruí. Desta cidade, dirige-se para Altamira, cruzando o Xingu até Itaituba, no Tapajós, (entre os vales dos rios Xingu e Tapajós, entronca com a BR-165 Cuiabá—Santarém, outra rodovia a ser construída), daí dirige-se para Jacaréacanga, chegando a Hu-

maitá, no rio Madeira, de Humaitá segue pela BR-406 até Lábrea. Uma vez construído o trecho da BR-317, ligará Lábrea a Bôca do Acre. Prossegue até Rio Branco pela mesma BR-317 que vai encontrar-se com a rodovia Brasília—Lima, já aberta ao tráfego até Pôrto Velho. E como acaba de ser inaugurado o trecho Pôrto Velho—Rio Branco, a rodovia, em direção ao Peru, passa por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul numa extensão aproximada de 700 km. Ao alcançar a cidade de Pucalpa, a 120 km da fronteira brasileira, entronca-se com sistema rodoviário peruano. Fica, assim o país cruzado por duas artérias, de norte a sul e de leste a oeste.

Não é sem razão, pois, que nesse esfôrço de desenvolvimento regional (SUDAM — SUDENE — SUDECO — SUDESUL), com vistas à integração social e nacional do país, cujos *Programas* (PIS: Lei Complementar n.º 7, de 8-9-70 e PIN: Decreto-lei n.º 1.106, de 16-6-70) acabam, há pouco, de ser lançados pelo Govêrno Federal, se há de procurar, mediante uma "colonização interna" e ocupação efetiva da região, pôr têrmo aos vazios demográficos existentes, no sentido de criar condições favoráveis à lavoura, não precisando que seja ela florescente, mas pelo menos satisfatória às necessidades da comunidade mediante o emprêgo de adubos e fertilizantes e de técnicas novas para um melhor rendimento da terra, (a experiência Japonêsa no norte a êsse respeito é prova do que se pode conseguir, o que confirma o acêrto de Pero Vaz de Caminha em sua Primeira Carta, ao frizar que "em ela se plantando, tudo dá"), fomentar o aproveitamento de recursos naturais e riquezas minerais até hoje desconhecidas, irradiar uma campanha deletiva de assistência médica e sanitária em proveito da comunidade e, acima de tudo, levar os benefícios da alfabetização a uma massa humana que não soube valer-se do privilégio ou direito de ler e escrever ou então não teve ainda essa oportunidade, (do que a MOBRAL é já uma louvável iniciativa) num mundo em que o avanço tecnológico muda dia-a-dia os padrões de vida dos povos. Nesse programa de ação política se esconde o verdadeiro sentido de confraternização humana preconizada pelo Santo Padre Paulo VI, a que não pode fugir todo govêrno bem intencionado, mormente numa época em que pressões de ordem materialista se fazem sentir a cada passo.

Diante dêste quadro, não é de estranhar-se que se manifeste uma vontade férrea de vivificar a moldura dêste país — continente (8.511.965 km^2), numa ação multinacional, ou seja, em perfeita sintonia com os povos dos 10 (dez) países limítrofes ao longo de uma fronteira terrestre que alcança a cifra de 16.453.548 km, partindo da embocadura do Arroio Chuí até chegar a foz do Rio Oiapoque.

PAÍSES	*EXTENSÃO* (km)
Brasil—Uruguai	1.003.071
Brasil—Argentina	1.262.910
Brasil—Paraguai	1.339.057
Brasil—Bolívia	3.125.951
Brasil—Peru	2.995.272
Brasil—Colômbia	1.664.180
Brasil—Venezuela	2.199.267
Brasil—Guiana	1.605.800
Brasil—Suriname	593.040
Brasil—Guiana Francesa	665.000
TOTAL	16.453.548

A Bolívia é o país de maior extensão fronteiriça terrestre com o Brasil. passando a linha divisória pela Rondônia, Acre e Mato Grosso (num total de 3.126 km).

Suriname é o país de menor extensão fronteiriça terrestre com o Brasil, passando a linha divisória pelo Pará e Amapá (num total de 593 quilômertos).

Pontos extremos do território nacional:

SUL: Arroio Chuí, na Curva do Sul (Uruguai)
NORTE: Serra de Caburaí (Guiana)
LESTE: Ponta do Seixas, Cabo Branco (Paraíba)
OESTE: Serra de Contamana (Peru)

Distâncias:

NORTE — SUL: 4.377.037 km;
LESTE — OESTE: 4.326.688 km (uma diferença de um pouco mais de 50 quilômetros).

E não é sem tempo êsse propósito, porquanto alguns países limítrofes já vêm dando caráter prioritário a êsse assunto e é fácil observar, por quem passa pelos confins do território nacional, um movimento bem mais intenso do lado oposto nas rarefeitas povoações limítrofes, sinal da existência de vida comunitária, de que se valem inclusive os próprios brasileiros, com tôdas as implicações que decorrem dessa situação.

E tanto é assim que, há poucos dias, o Chefe do Serviço de Relações Públicas do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, Senhor Vicente José N. Brasil, distribuiu nota, transcrevendo a Rádio-circular n.° 996/70, que determina o cadastramento de 50 mil estrangeiros residentes na faixa de fronteiras do Brasil, cuja íntegra vai abaixo reproduzida:

"A Polícia Federal vai realizar o cadastramento de estrangeiros localizados na faixa de fronteiras, com o objetivo de regularizar a situação de aproximadamente 50 mil estrangeiros que residem ao longo de cêrca de 15.719 quilômetros de extensão da faixa de fronteiras do Brasil com o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e as Guianas. O Departamento de Polícia Federal, por intermédio da sua Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, promoverá um cadastramento de todos êsses estrangeiros residentes nos Municípios limítrofes, que no Brasil como naqueles países com o nosso, fornecem a cada um dêles Cartão de Identidade, regularizando sua permanência na fronteira. O Cartão de Identidade para estrangeiro nacional de país limítrofe com o Brasil, criado por Lei e fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, autoriza seu portador a livre circulação entre o Município brasileiro e o seu país e o credencia a requerer a Carteira Profissional para o exercício regular de atividades remuneradas naquelas áreas. O documento será concedido mediante a apresentação de prova de identidade, Atestado de Bons Antecedentes e de Residência, mais exame de saúde, acompanhado de 3 fotos 3x4. O nôvo trabalho da Polícia Federal que abrangerá em sua fase inicial as fronteiras do Brasil com quatro países vizinhos, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia, está inserido no contexto do Decreto 66.689, de 11 de julho de 1970, que define a situação jurídica do estrangeir ono país, ressaltando que para a sua aplicação ter-se-á em vista preservar a Segurança Nacional, o contrôle sistemático do fluxo estrangeiro nos limites fronteiros, os interêsses políticos, sócio-econômicos e culturais. A primeira etapa do cadastramento abrangerá os Municípios de Chuí, Livramento e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; Foz de Iguaçú, no Paraná; Dionísio Cerqueira em Santa Catarina; Cáceres, Corumbá e Ponta Grossa, em Mato Grosso e Guajamirim em Rondônia, estando previsto o seu início para meados de outubro, através de uma equipe composta de elementos especializados em polícia emigratória da Polícia Federal".

Cabe ao Estado pleno domínio sôbre uma faixa de 10 léguas, ao longo da fronteira com os países vizinhos (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, e arts. 82 a 86 do Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854), confirmado êsse poder pelas Constituições de 1891, 1934, 1937, 1967 e 1969, que em seus artigos 4.º e 5.º estabelece o seguinte :

Art. 4.º — Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de *terras devolutas* indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais;

II — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limite com

outros países ou se estendam a território estrangeiro; *as ilhas oceânicas*, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III — *a plataforma continental;*

IV — as terras ocupadas pelos silvícolas;

V — os que atualmente lhe pertencem; e

VI — *o mar territorial.*

Art. 5.º — Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios que nêles têm nascentes e foz, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Além dêsses dispositivos legais, confirmados por decisões do Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Segurança Nacional (Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, integrada na Secretaria do CSN) exerce poder de fiscalização numa faixa de 150 quilômetros.

O Professor Moacyr M. F. Silva, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia, citado no trabalho "As Fronteiras", do Coronel Fidelis Chaves Silveira, propôs a seguinte classificação:

— terras despovoadas	abaixo de 1 hab/km²
— terras fracamente povoadas	de 1 a 5 hab/km²
— terras semipovoadas	de 5 a 10 hab/km²
— terras povoadas	de 10 a 25 hab/km²
— terras densamente povoadas	de 25 a 100 hab/km²
— terras superpovoadas	acima de 100 hab/km²

E de tal importância é êsse envolvimento que, por motivos de ordem política e econômica, nem a fronteira marítima atlântica (7.408 km) escapou aos efeitos dessa ação propulsora, haja visto a fixação do mar territorial em duzentas milhas (Decreto-Lei n.º 1.098, de 25 de março de 1970), englobando nessa faixa tanto as águas interiores e territoriais como a zona contígua, pois imperativos de segurança nacional, no sentido em que essa expressão é entendida na doutrina da Escola Superior de Guerra, não permite mais uma atitude passiva face aos interêsses de maior vulto do país, em particular no terreno da pesca, no aproveitamento dos recursos naturais, vivos ou não vivos, e minerais, existentes no leito ou subsolo marítimo, em tôda a extensão da plataforma continental, não mais resistindo, pois, a tradição clássica das 3 ou 12 milhas aos argumentos da própria realidade econômica do século XX na América do Sul.

À primeira vista, particularmente para o leigo, poderá parecer que, tomada essa decisão governamental, se tenha, de vez, resolvido tôda a questão sôbre Mar Territorial no Brasil. O assunto, porém, não é tão simplório, pois obrigou o Executivo a reformular tôda a sua política nesse campo es-

pecífico, assim com a dar forma jurídica a um ato unilateral, não previsto pela Convenção de Genebra sôbre o Mar Territorial e a Zona Contígua, (29-4-1958), aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 45, de 15-10-68, mas não ratificada, e talvez nem seja mais do interêsse do Govêrno brasileiro ratificá-la hoje.

Coube, assim, à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), órgão técnico do Ministério da Marinha, proceder à confecção de nova Carta Náutica (pelo que consta, sanadas certas dúvidas e resolvidos determinados assuntos pendentes, a referida Carta Náutica Geral, para fins de pesca ou não, deverá estar pronta dentro em breve, que *determinará* as *linhas-base* do Mar Territorial (linha de Baixa-Mar do litoral continental e insular brasileiro), pois convém lembrar que a costa atlântica do país não é de todo homogênea, ainda que sejam poucas as reentrâncias existentes, entre outras, as Baías do Oiapoque, de Todos os Santos, de São Marcos e da Guanabara, e fixará também o *limite externo* das águas territoriais brasileiras, assunto êsse da maior importância jurídico-política, dados os reflexos imediatos que pode suscitar em relação a terceiros, no campo da liberdade de navegação marítima e aérea internacional. Por outro lado, cabe ao País ribeirinho em si, ou seja, ao Brasil, ter um conhecimento preciso da extensão terrritorial marítima, examinados, é certo, dada a sua natureza peculiar, os pontos que partem da Baía do Oiapoque e da Foz do Arroio Chuí, o que tornaria uniforme o critério de fixação da costa, da Argentina à Guiana Francesa, caso contrário, ficarão as autoridades competentes tolhidas no seu poder de contrôle, (fiscalização aduaneira ou repressão ao contrabando), na proteção ao aproveitamento racional dos recursos marítimos vivos, como é o caso da pesca, no desempenho de missões de natureza estratégico-militar com vistas à manutenção da segurança nacional e, mais particularmente, na defesa da soberania nacional.

Pelo visto, o cumprimento dêsse encargo não é nada fácil, pois além de o custo operacional ser bastante elevado, requer, para que seja executado a contento, a existência de pessoal devidamente treinado e de equipamento técnico especializado, em quantidade e qualidade (os jornais de domingo 4-10-70 — em Brasília, já noticiam neste sentido a compra de vários navios por parte da Marinha de Guerra), e a situação pode agravar-se, no caso de operações de natureza militar, uma vez que êsse material nem sempre é disponível ou então impossível de adquirir por falta de recursos financeiros. Ora, se já se observava êsse ônus no tempo do Mar Territorial de 12 milhas, com mais razão ainda há de se verificar essa limitação operacional ao passar a faixa para 200 milhas. Basta atentar ao fato que a área marítima de proteção ou outra, passa de 55 mil milhas quadradas para 920 mil milhas quadradas (3.021.060 km^2) em relação ao país ribeirinho, o que representa, sem dúvida, um espaço bastante expressivo, uma vez que acrescida essa cifra à área terrestre do Brasil, obter-se-á uma área total soberana de 11.533.025 km^2.

Não obstante todos êsses reparos, por se tratar de um País em processo de desenvolvimento e é certamente êsse o caso, não há dúvida que é, a longo prazo, do interêsse do Govêrno brasileiro resguardar interêsses vitais para o progresso do País, ainda que se veja na contingência hoje de não poder manter um contrôle efetivo sôbre essa fronteira marítima, mas ocorre que a técnica moderna está transformando ràpidamente o *statu quo* e já é do conhecimento público o emprêgo neste sentido de *sensores remotos*, *ou de observação feitas via satélite* ou não, para a consecução de uma série de objetivos.

E o político avisado parece ter-se dado conta dessa situação peculiar, pois desde 1950 foram incorporados ao território nacional 760 mil km² da plataforma submarina (Decreto n.º 28.840, de 8-11-1950), sendo que, anos depois, a Constituição de 1967 (Item 3 do Artigo 4.º), incluiu como "Bem da União" a *plataforma submarina*, sendo a exploração e aproveitamento de seus recursos naturais, vivos ou não, ou das riquezas minerais existentes no leito ou subsolo do mar, devidamente regulamentado pelo Decreto n.º 62.837, de 6-6-1968, pois a cobiça humana em relação à fauna marítima, sedentária ou não, mediante uma exploração intensiva e irracional, feita à revelia do País, poderia levá-la a sua própria destruição. A Constituição de 1969, indo além, incluiu como "Bem da União" (Item 3 do Artigo 4.º), ambos, o *mar territorial* e a *plataforma continental*, numa terminologia mais consentânea com o disposto na Convenção de Genebra de 1958 e, para tal, constante foi a participação, de início ao fim, do Ministério das Relações Exteriores (Consultoria Jurídica, e Departamento Jurídico e Serviço de Demarcação de Fronteiras que contou com a Assessoria direta e permanente de um Oficial General da Armada, Representante do Ministério da Marinha junto a êsse órgão do Ministério das Relações Exteriores).

O Atrito diplomático com a França que surgiu com a "famosa guerra das lagostas", ao largo de Pernambuco, mobilizou a consciência da opinião pública nacional, e, neste sentido, foi um bem.

Essa "Nova Fronteira" subjacente pode chegar a uma profundidade de 1.000 metros (embora a lei ordinária tenha fixado, em princípio, uma profundidade de 200 metros, seguindo assim o disposto na Convenção de Genebra de 1958), variando a sua largura de 100 a 400 km, e, no caso particular do Brasil, em sua fronteira marítima, ora se alarga (Marajó), ora se estreita (Pernambuco e Paraíba), não havendo assim uma faixa igual de Estado para Estado. Em Alto-mar, a profundidade é bem maior, indo de 2.000 a 8.000 metros, a partir da *linha divisória da plataforma continental*, como é o caso dos fundos abissais no Oceano Atlântico. Como prolongamento da costa, divide-se em *sessões*, em direção ao Alto-Mar, de extensão indefinida e profundidade variável, o que não sucede no caso do Oceano Pacífico em que não existe pròpriamente Plataforma Continental pois a inclinação do talude é brusca e imediata a partir da costa.

Além da pesca, que se transformou numa indústria de todo lucrativa, ficou provado por estudos geológicos que grande parte das reservas de petróleo e gaz natural se encontram na plataforma continental. A Petrobrás, não é de hoje, explora o petróleo na plataforma submarina da Baía de Todos os Santos, sendo que lençóis dêsse precioso mineral foram descobertos ao largo de Sergipe (Poços do Campo de Quaricema) e Alagoas, chegando o rendimento diário de um só poço a 100 barris. Outras riquezas minerais existem na plataforma continental, entre outras, a monazita, a fosforita, nódulos metálicos, em que o teor de manganês é elevado (50%), descobertos por japonêses ao largo do Amapá, nas suas andanças pesqueiras, o minério de ferro, o cobre, o níquel, o molibdênio e outros mais. Para não falar em certas algas, aproveitadas para fertilizantes, dado o seu conteúdo de cálcio e magnésio.

Finalmente, convém lembrar que o fundo do mar, longe de ser uniforme e retilíneo como se costuma imaginá-lo, apresenta, pelo contrário, um relêvo ou saliências, que vai da planície à montanha, dando origem à formação de ilhas, como é o caso de Fernando de Noronha.

Tôdas essas considerações justificam sobremodo a extensão do mar territorial para 200 milhas, pois, *grosso modo*, plataforma continental e mar territorial se confundem (do ponto de vista geográfico, e tudo leva a crer que hoje, com a extensão do mar territorial para 200 milhas, a Plataforma Continental nêle esteja incluída *in totum*), desprezando-se a conceituação jurídica de uma ou de outra, e tão-sòmente levando-se em conta a importância econômica que representa essa fronteira *sui-generis* "sôbre e sub jacente" do mar, devendo, por isso mesmo, resguardar-se os interêsses nacionais, pois podem constituir essas riquezas em potencial uma das vias de redenção no processo de desenvolvimento por que passa o País, desde que *fixados* os limites do Mar Territorial e de Plataforma Continental, o que é de tôda conveniência.

Cabe agora uma referência, ainda que ligeira, às chamadas "*fronteiras aéreas*" do País, pois de certo modo foram elas tratadas indiretamente nas observações feitas acima, uma vez que o direito internacional público reconhece como exclusivo do Estado subjacente o domínio do espaço aéreo cobrindo a superfície terrestre e marítima do País, que passa a ser patrimônio soberano do Estado. A fronteira aérea pròpriamente dita seria uma linha vertical a um ponto colocado no limite externo do mar territorial e ligada a outra vertical a um ponto situado na linha divisória da faixa terrestre, surgindo apenas uma dúvida, qual seja, a altura a que chegaria essa vertical, uma vez que o direito Internacional Público a êsse respeito considera como domínio exclusivo do Estado subjacente o espaço aéreo, ainda que indefinido, distinguindo-o apenas do espaço sideral ou cósmico, tido por livre, em princípio, ou pelo menos res *nullius*.

Há tão sòmente uma série de exigências e formalidades para que uma aeronave estrangeira possa sobrevoar o território nacional, *lato sensu*, tais

como autorização prévia de sobrevôo, determinação específica do local de ingresso, a que se dá o nome de "corredor de entrada", válido tanto para os aviões civis ou militares, matéria devidamente regulamentada pela legislação interna e por normas e recomendações da OACI.

O estudo da faixa de fronteiras terrestres requer um exame mais aprofundado, primeiro, pelo flagrante contraste que se observa no grau de desenvolvimento sócio-econômico entre as zonas lindeiras do eixo norte-oeste e as sulinas, suscitando, assim, um diagnóstico diferente para os problemas locais com que se defrontam as respectivas áreas, e, segundo, pelos vários obstáculos que a própria natureza em si se encarrega de apresentar, travando sobremodo o esfôrço de congraçamento humano nos dois sentidos, de dentro para fora e de fora para dentro.

O "approach", para usar-se uma expressão anglosaxônica corrente, que se seguirá no trato dos problemas dessas regiões, tão distantes umas das outras, será por isso mesmo todo especial. Em vez de entrar no mérito das questões, não raro, penosas e lamentáveis e de que se ressentem tanto as áreas interessadas como as populações que nelas vivem, achou-se preferível usar outro método.

Não são poucos os trabalhos, sem dúvida de grande valor e interêsse, em que se procura fixar as razões de ordem ecológica dessa situação, justificando ou não a reação do elemento humano dentro de um determinado meio geofísico e suas implicações de natureza sócio-econômica no âmbito regional, assim como os seus efeitos em relação aos interêsses nacionais.

Se a situação continua a mesma, se o mal persiste ou se o remédio aplicado não deu certo, por não se terem mudado os processos de correção ou solução, nada se faria senão repetir afirmações mais do que conhecidas, transformando-se em lugares comuns, sem resultado prático algum.

Já que o presente trabalho se relaciona com "fronteiras", *lato sensu* torna-se aconselhável empregar um tratamento de choque para apreciar a "moldura" do *statu quo*. Ao retratar a situação vigente, é melhor valer-se do efeito *impacto*, que terá a vantagem de sensibilizar o homem da rua mobilizando assim a consciência nacional, fato êsse comprovado pelos modernos estudos sociológicos. Não se tenciona impressionar o público em geral, mesmo porque a grande massa humana, por mais que desconheça os meandros da história e os reais propósitos do Govêrno, goza do alto grau de perspicácia, que resulta talvez do fato de viver num meio-ambiente que não lhe é de todo favorável e por isso mesmo não há ninguém que seja capaz de iludi-la.

Aqui, portanto, será apenas reproduzido um quadro dessa dicotomia geo-sócio-econômica existente no País, e quem sabe, possa êle, desde os confins do território nacional, despertar o povo brasileiro, dada suas peculiaridades psicossomáticas de gente impulsiva e realizadora. Tal *quadro-impacto*, é o que vai abaixo delineado em números que dispensam qualquer comentário, pois falam por si só:

BRASIL — Área total: 8.511.965 km² (47,5% da América do Sul);

População: (1970) 95.305.000 habitantes;
Taxa média anual de crescimento: 3,1%;
Densidade demográfica média: 11 habitantes por km²;
Composição etária abaixo dos 20 anos: 53%;
Taxa média da população rural: 54,9% por km²;
Taxa média da população urbana: 45,1% por km²;
Maior densidade demográfica de Federação: 3.000 habitantes por km² (Estado da Guanabara);
Menor densidade demográfica da Federação: 0.19 habitantes por km² (Roraima).

Região Norte

Amazônia (clássica, ou seja, composta pelo *critério fisiográfico)*

Pará — Amazonas — Acre — Amapá — Rondônia — Roraima;
Área: 3.581.189 km² (42,07 do total);
População: 3.602.000 habitantes (sendo que 904.000 concentrados nas cidades de Manaus e Belém (37,7% do total);
Taxa média da população: 0,95 habitantes por km²;
Fronteira terrestre: Bolívia — Peru — Colômbia — Venezuela — Guiana — Suriname — Guiana Francesa (11.951 km²):
Fronteira marítima: (costa Atlântica): 1.800 km.

Amazônia (Grande Região Norte, composta pelo *critério geodésico* Lei número 1.806, de 6-1-1953): Pará — Amazonas — Acre — Amapá — Rondônia — Roraima — parte do Oeste do Maranhão até a Baía de São Marcos e Rio Mearim — Parte Setentrional de Mato Grosso e parte Setentrional de Goiás.
Área: 5.033.081 km²;
População: 7.155.626 habitantes — IBGE, estimativa de 1969 — (podendo comportar 215 milhões de habitantes).
Fronteira terrestre: Bolívia — Peru — Colômbia — Venezuela — Guiana — Suriname — Guiana Francesa (10.948 km);
Bacia Hidrográfica — área (4.787.717 km²).

Amazonas

Área: 1.564.445 km² (18,38% do total);
População: 961.000 habitantes (1970);
Fronteira terrestre: Peru — Colômbia — Venezuela (3.869 km², 16.2% do total).

Região Sul

Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul
Área: 562.071 km² (6,79% do total);
População: 17.240.000 habitantes (18,9% do total);
Taxa média da população: 38,6 habitantes por km²;
Fronteira terrestre: Uruguai — Argentina — Paraguai (2.432 km²).

Grande Região Sul

São Paulo — Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul
Área: 825.600 km²;
População: 36.513.000 habitantes (podendo chegar a 60.000.000 de habitantes dentro de alguns anos, segundo geógrafos especializados).

Fronteira terrestre: Uruguai — Argentina — Paraguai (2.432 km²).

Colocado o panorama em têrmos periféricos Norte-Sul, aí estão, pois, os números que se defrontam, de forma implacável, e não resta agora ao leitor senão tirar as suas próprias conclusões.

Nessa campanha de integração e uniformização fronteiriça, considerando que os Municípios são áreas-político-administrativas criadas por lei cujo *número total no momento (3.941)* só tende, com o alto índice de natalidade, a aumentar ou por acréscimo ou por desdobramento dos que existem (neste sentido, há um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que visa a harmonizar a situação *de facto* com a situação *de jure* devendo-se-lhe atribuir de preferência um caráter nacional e não apenas regional), a preocupação atual do SDF, baseado em fontes estatísticas do IBGE e na valiosa assistência prestada pela Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CSN) e pelo Departamento de Cartografia e Geografia-(EMBA) num perfeito trabalho de equipe, foi a de proceder a um levantamento geral dessas circunscrições administrativas em tôda a faixa fronteiriça brasileira (Lei n.º 5.449, de 4-6-68), levando em conta as suas peculiaridades e grau de desenvolvimento, para que o poder federal possa fixar as diretrizes de uma política consentânea com os interêsses nacionais.

No presente momento, ascende o número de Municípios fronteiriços *a oitenta e três (83)* e, embora tôda a linha divisória separando o Brasil dos dez países limítrofes já houvesse sido *demarcada* por ato internacional ou por sentença arbitral, cabe reconhecer que a *caracterização* dessa linha não foi ainda concluída (a título de simples ilustração, na fronteira com a Venezuela, faltam ainda cêrca de 100 km a serem caracterizados, o que requer, pelo menos, um trabalho contínuo de 20 anos), tarefa de campo das mais árduas a cargo das duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, uma a CBDL — 1.ª Divisão, com sede em Belém e subsede em Manaus sob a chefia do General Ernesto Bandeira Coelho, que negocia *in loco* com

as Comissões de Limites dos países vizinhos, e a quem compete a caracterização da fronteira com Guiana Francesa — Suriname — Guiana — Venezuela — Colômbia e Peru; e a outra, a CBDL — 2.ª Divisão, com sede no Rio de Janeiro-GB e subsede em Santana do Livramento, Ponta Porã e Corumbá, sob a chefia do Coronel Juvenal Milton Engel, à qual corresponde a mesma tarefa na faixa de fronteira com a Bolívia — Paraguai — Argentina e Uruguai. Ambas as Comissões Demarcadoras de Limites são subordinadas ao Serviço de Demarcação de Fronteiras, (SDF), órgão do Ministério das Relações Exteriores. Além do trabalho de *caracterização*, há ainda outra atividade, a constante inspeção e fiscalização dos Marcos que existem em tôda a linha fronteiriça terrestre, assim como das pontes internacionais que cruzam a fronteira, para não esquecer a execução de trabalhos técnicos e especializados de levantamentos aerofotogramétricos e mapeamento. E, finalmente, a solução, de quando em vez, de delicadas questões cujas implicações de ordem política, econômica e social e quiçás militar exigem prolongadas negociações diplomáticas, ou seja, entendimento direto de govêrno a govêrno.

A relação nominal completa dos Municípios fronteiriços brasileiros com cada país limítrofe vai abaixo mencionada. A população de todos os 83 Municípios limítrofes ascende a 19.545.910 habitantes (estimativa do IBGE de julho de 1968).

1) *Fronteira Brasil-Uruguai*

Uruguaiana — Quaraí — Santana do Livramento — Dom Pedrito — Bagé — Erval — Jaguarão e Santa Vitória do Palmar (no Estado do Rio Grande do Sul). — Total 8

2) *Fronteira Brasil-Argentina*

Tenente Portela — Três Passos — Crissiumal — Horizontina — Tucunduva — Tuparendi — Alecrim — Pôrto Lucena — Pôrto Xavier — Roque Gonzales — São Nicolau — São Borja — Itaqui e Uruguaiana (no Estado do Rio Grande do Sul); Dionísio Cerqueira — São José do Cedro — Guaraciaba — São Miguel d'Oeste — Descanso e Itapiranga (no Estado de Santa Catarina); Foz do Iguaçú — São Miguel do Iguaçú — Medianeira-Capanema — Planalto — Pérola d'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão (no Estado do Paraná). Total 27

3) *Fronteira Brasil-Paraguai*

Foz do Iguaçú — Marechal Cândido Rondon — Santa Helena — São Miguel do Iguaçú e Guaíra (no Estado do Paraná); Corumbá — Pôrto Murtinho — Caracol — Bela Vista — Antônio João — Ponta

Porã — Amambaí e Iguatemi (no Estado de Mato Grosso). — Total 13

4) *Fronteira Brasil-Bolívia*

Corumbá — Cáceres e Mato Grasso (no Estado de Mato Grosso): Guajará-Mirim e Pôrto Velho no Território de Rondônia; Brasiléia — Rio Branco e Xapuri (no Estado do Acre). — Total 8

5) *Fronteira Brasil-Peru*

Brasiléia — Sena Madureira — Feijó — Tarauacá e Cruzeiro do Sul (no Estado do Acre); Atalaia do Norte e Benjamin Constant (no Estado do Amazonas). — Total 8

6) *Fronteira Brasil-Colômbia*

São Paulo de Olivença — Santo Antonio do Içá — Japurá e São Gabriel da Cachoeira (ex-Uaupés) Benjamin Constant (no Estado do Amazonas). — Total 5

7) *Fronteira Brasil-Venezuela*

São Gabriel Cachoeira (ex-Uaupés) — Ilha Grande e Barcelos (no Estado do Amazonas); Caracaraí e Boa Vista (no Território de Roraima). — Total 5

8) *Fronteira Brasil-Guiana*

Boa Vista e Caracaraí (no teritório de Rondônia); Faro e Oriximiná (no Estado do Pará). — Total 4

9) *Fronteira Brasil-Suriname*

Oriximiná — Obidos e Almerim (no Estado do Pará); Mazagão (no Território do Amapá). — Total 4

10) *Fronteira Brasil-Guiana Francesa*

Mazagão e Oiapoque (no Território do Amapá). — Total 2

Obs.: O levantamento do IBGE (setembro, 1970), cujo total é 83, não confere com outras fontes, pois o cálculo de Município limítrofes se faz em função do país fronteiriço, podendo haver, assim, um Muni-

nicípio limítrofe com mais de um país, e neste caso, a contagem é feita duas ou mais vêzes. Daí a diferença observada na soma final.

Com vistas à Integração Regional e no propósito de facilitar o turismo, fomentar o intercâmbio comercial e, principalmente, regularizar o livre trânsito de pessoas que pertencem às comunidades fronteiriças, situação essa que já existe na prática (sobretudo em certos pontos em que a linha divisória passa por uma simples rua que separa duas cidades, cada qual parte do território dos países limítrofes, como é o caso de Rivera e Santana do Livramento na fronteira Brasil-Uruguai), pois sempre difícil será cercear o movimento de indivíduos ou a circulação de mercadorias com tôda espécie de restrições, é que se cogita, em atenção ao disposto no artigo 37 do Decreto n.º 66.689, de 11-6-70, (que regulamenta o Decreto-Lei n.º 941, de 13-10-69, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e dá outras providências) de estabelecer um *modus vivendi* para as pessoas domiciliadas nos Municípios fronteiriços, permitindo-lhes, respeitadas as prescrições que a lei estabelecer, de exercer atividade remunerada, privilégio êsse válido tanto para o brasileiro como para o nacional do país vizinho.

Como já foi observado, varia, e muito, o estilo da vida da zona fronteiriça, de acôrdo com o grau de desenvolvimento regional ou local, o que se torna fácil verificar ou sentir, conforme esteja na faixa Norte-Oeste ou Sul do País, por isso mesmo essa integração da faixa de fronteiras, entre os seus aspectos positivos, teria o mérito de favorecer, pelos contatos estabelecidos, o nivelamento das condições de vida numa área bem maior, estimulando a ação produtiva de povoações que vivem lado a lado, desde que providas, é certo, de um sistema de transportes e vias de comunicação adequado, e de uma infraestrutura correspondente, só assim, hão de esvair-se as visíveis discrepâncias existentes, de norte a sul, via oeste. Tudo leva a crer que essa aproximação vertical e horizontal no campo econômico e social, inclusive a longo prazo, não há de criar problemas de natureza política, ou seja motivo de preocupação eventual em matéria de relações internacionais.

Mesmo porque, para a manutenção da própria segurança nacional, *lato sensu*, existe a fiscalização do Ministério da Justiça (Departamento de Polícia Federal) a supervisão do Conselho de Segurança Nacional e do Estado Maior das Fôrças Armadas, a mediação do Ministério das Relações Exteriores, contando-se sempre com o apoio logístico das Fôrças Armadas: Ministério do Exército: Estado Maior — Destacamentos de Fronteiras — Batalhões de Engenharia e Construção — Diretoria do Serviço Geográfico; Ministério da Marinha: Estado Maior — Diretoria de Hidrografia e Navegação — Grupamentos de Fuzileiros Navais; Ministério da Aeronáutica: Estado Maior — Diretoria de Rotas Aéreas — COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, há pouco integrada à Primeira Zona Aérea, com sede no Belém do Pará) — SAR (Serviço de Busca e Salvamento), cuja ajuda é expressiva por dois motivos: 1) pela própria autoridade que

a sua simples presença representa na área; 2) por ser um polo ativo de irradiação comunitária que a todos impressiona, pois é do conhecimento geral que a permanência das Fôrças Armadas nessas zonas lhes permite desenvolver intensa atividade na realização de tarefas técnicas ou especializadas, no campo educacional, na construção de estradas de rodagem, na proteção aos indígenas, na assistência em caso de emergência, na manutenção da soberania e, particularmente, na formação de pequenas núcleos populacionais que, aos poucos, se vão densificando, daí surgindo a mão-de-obra necessária à locação de pequenas indústrias, à exceção de trabalhos de artesanato e ao fomento da lavoura. Quando muito, servem de instrumento que facilita a identificação do país a que pertencem, o que é de suma imortância numa faixa de fronteiras.

Ao criar novas condições de vida para o "fronteiriço", condição *sine qua non*, para que êle não abandone a região limítrofe, emigrando para os centros urbanos de maior movimento e mercado de trabalho, são as nossas Fôrças Armadas, sem dúvida, um estímulo para que outros venham a êle juntar-se numa atividade produtiva em tôda a zona limítrofe do país, por mais longínqua, despovoada e carente de confôrto moderno da cidade que seja ela.

À guisa de conclusão, tudo faz crer que com os *Planos* de grande envergadura social e política em vista, não se ouça mais falar num futuro próximo em fronteiras vivas ou mortas, por estar-se numa época em que a tecnologia transforma tudo num golpe mágico, dia a dia. Cabe tão sòmente aos brasileiros, mormente num país em que cinqüenta e três por cento (53%) da população está numa faixa etária abaixo dos 20 anos, não mais olhar o futuro numa atitude passiva ou depressiva quando o presente só dêles agora depende. Capacidade e inteligência para tal não lhes faltam.

Nesta marcha para o Oeste e para Norte, que o povo brasileiro, livre de qualquer preconceito de côr ou xenofobia e, por isso mesmo, exemplo de *democracia racial no mundo, siga o exemplo de seus antepassados que* enveredaram pelo mesmo caminho, com a ajuda dos povos vizinhos e os de além-mar, pois à frente dessa aventura nada há que possa frear a arrancada para o pleno desenvolvimento dêsse país, e o pronunciamento feito, há pouco, neste sentido, pelo Ministro do Exterior do Japão, Senhor Aichi Kichi, por partir de quem partiu, merece tôda a consideração, pois o seu país provou o acêrto dessa afirmativa, não obstante as duras experiências por que passou o seu povo, o que não é o caso dêsse "gigante pela própria natureza". Êsse é o *desafio* que aguarda o brasileiro no presente.

Fontes Bibliográficas — Estatisticas — Cartográficas — Legais

1) História das Fronteiras do Brasil — *Hélio Vianna* — Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1948;
2) História Diplomática do Brasil — *Hélio Vianna* — Edições Melhoramentos, Rio de Janeiro, 1961;

3) História do Brasil — *Hélio Vianna* — Edições Melhoramentos, Rio de Janeiro, 1968;
4) Traité de Droit International Public — *Embaixador Hildebrando Accioly* — Recueil Sirey — Paris, 1940 — Vol. I, II e III;
5) A Amazônia e a Cobiça Internacional — *Arthur Cesar Ferreira Reis* — Gráfica Record Editôra — 1968;
6) Limites e Demarcação na Amazônia Brasileira — *Arthur Cesar Ferreira Reis* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948. Vol. I e II;
7) Paisagens e Problemas do Brasil — *Manuel Correia de Andrade* — Editôra Brasiliense — 1968;
8) Fronteiras e Fronteiros — *Castilho Goycochêa* — Companhia Editôra Nacional — 1943;
9) Homens e Idéias — *Castilho Goycochêa* — Irmãos Pongetti Editôres — Rio de Janeiro, 1942;
10) Gusmão, Bolívar e o Príncipe do "Uti Possidetis" — *João Gualberto de Oliveira* — São Paulo, 1958;
11) Amazônia: Nova Dimensão do Brasil — *Amália Martelli* — Editôra Vozes Limitada — 1969;
12) O Desafio Brasileiro — *Murilo Melo Filho* — Edições Bloch — Rio de Janeiro, 1970;
13) Brasil em Perspectiva — *Manuel Nunes Dias* — *Fernando A. Novais* — *Emília Viotti da Costa* — *Virgílio Noya Pinto* — *José Ribeiro Júnior* — *Maria do Carmo Campello de Souza* — *Boris Fausto* — *Lourdes Sola* — *Gabriel Cohn* — *Paula Beiguelman* — *José Pinsky e Nilo Odalia* — Difusão Européia do Livro — São Paulo, 1968;
14) Geografia do Brasil — (Roteiro de Uma Viagem) — IBGE — Conselho Nacional de Geografia — 1960;
15) História da Política Exterior do Brasil — *Renato de Mendonça* — Tomo I, México, 1945;
16) Terra Encharcada — *Jarbas Gonçalves Passarinho* — Sá Cavalcante Editôres — 1970;
17) Limites do Brasil — *J. S. da Fonseca Hermes* — *Murillo de Miranda Bastos* — Gráfica Laemmert Limitada, 1940;
18) Mar Territorial e Marinha de Guerra — *Senador Vasconcelos Torres* — Brasília—DF, 1970;
19) Dicionário Geográfico Brasileiro — *Gen. Amyr Borges Fortes* — *Prof. Lourenço Mário Prunes* — *Prof.ª Maria Irone Bonvenutti Castro* — *Prof.ª Sylvia Regina Piva* — Editôra Globo, 1967;
20) A Constituição do Brasil — *Paulo Sarasate* — Livraria Freitas Bastos — Rio de Janeiro, 1967;
21) Paisagens do Brasil — *Fundação IBGE* — Instituto Brasileiro de Geografia — 1968;
22) O Japonês no Brasil — *Hiroshi Saito* — Editôra Sociologia e Política — São Paulo, 1961;
23) Efemérides Brasileiras — *Barão do Rio Branco* — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 1946;
24) Direito de Navegação — *Theophilo de Azeredo Santos* — Companhia Editôra Forense — Rio de Janeiro, 1968;
25) Formação Histórica do Brasil — *J. Pandiá Calógeras* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo, 1945;
26) As Fronteiras — *Coronel Fidélis Chaves Silveira* — Escola de Comando e Estado Maior do Exército — Rio de Janeiro, 1968;
27) Cartografia General — *Erwin Raisz* — Ediciones Omega S/A — Barcelona, 1966;
28) Proteção Continental do Brasil — *Coronel Mário Travassos* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo, 1938;

29) Do Guairá aos Saltos do Iguaçú — *Silveira Netto* — Companhia Editôra Nacional — Rio de Janeiro, 1938;
30) Mar Territorial — *Celso de Albuquerque Mello* — Livraria Freitas Bastos — 1965;
31) Ratificação de Tratados — *Celso de Albuquerque Mello* — Livraria Freitas Bastos — Rio de Janeiro, 1966;
32) O Desafio Japonês — *Hakan Hedberg* — Lia Editôra S.A. — Rio de Janeiro, 1970;
33) Grande Enciclopédia da Amazônia — *Carlos Rocque* — Vol. I a VI — Amazônia Editôra Ltda., Rio de Janeiro, 1667;
34) Geografia do Brasil — *Mário da Veiga Cabral* (3.ª e 4.ª série), Editôra A Noite — Rio de Janeiro, 1945;
35) Fronteiras do Brasil no Regime Colonial — *José Carlos de Macedo Soares* — Livraria José Olympio Editôra — Rio de Janeiro, 1939;
36) Expansão Geográfica do Brasil Colonial — *Basílio de Magalhães* — Companhia Editôra Nacional — Rio de Janeiro, 1935;
37) Curso de Conhecimentos e Informações sôbre Cartografia — *Vários* — Conselho Federal de Cultura — Sociedade Brasileira de Cartografia — Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara — Ministério das Relações Exteriores — Vol. I, II e III — Rio de Janeiro, 1969;
38) Plataforma Continental — Principais Aspectos — *Celso de Albuquerque Mello* — Livraria Freitas Bastos — Rio de Janeiro, 1965;
39) Plataforma Submarina y la nueva extensión del Mar Territorial — *Teodoro Alvarado Garaicca* — Guaiaquil, Equador, 1955;
40) Droit International Public — *Charles Rousseau* — Librairie du Recueil — Paris, 1953;
41) Amazônia — Paraíso e Inferno — *Renato Ignácio da Silva* — Biblioteca do Exército Editôra — Rio de Janeiro, 1970;
42) Princípios de Educação Moral e Cívica — *Amaral Fontoura* — Gráfica Aurora Ltda. — Rio de Janeiro, 1970;
43) Geografia Econômica do Brasil — *Lamartine Cardoso* — Editôra Obelisco — São Paulo, 1967;
44) Geografia Econômica — *R. Haddock Lobo* — Editôra Atlas — São Paulo, 1968;
45) Caminhos do Desenvolvimento — *Antônio Dias Leite* — Zahar Editôres — Rio de Janeiro, 1966;
46) Brasil 2001 — *Mário Henrique Simonsen* — Apec, Rio de Janeiro, 1969;
47) Geopolítica do Brasil — *Gen. Golbery do Couto e Silva* — José Olympio Ed. — Rio de Janeiro, 1967.

---

1) Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — O Brasil, o Direito Internacional Americano e "o Uti Possidetis" — *Paulus da Silva Castro* — Janeiro-junho Ano IV — N.º 7 — Rio de Janeiro, 1948;
2) Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — Aspectos Fundamentais da Doutrina Brasileira sôbre a Plataforma Continental — *Raymundo Nonnato L. de Castro* — Janeiro-dezembro Ano XXIV — Ns.º 47 e 48 — Rio de Janeiro, 1968;
3) Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — Mare Liberam et Mare Clausum — *Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano* — Janeiro-dezembro Ano XXII — Ns.º 43 e 44 — Rio de Janeiro, 1966;
4) Boletim da Sociedade Brasileira do Direito Internacional — O Direito Fluvial Internacional — *Magdalena Londero* — Janeiro-dezembro Ano XXII N.ºs 43 e 44 — Rio de Janeiro, 1966;

5) Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — Mar Territorial e Direito de Pesca — Parecer do Professor Haroldo Valladão — Janeiro-dezembro Ano XXII n.º 43 e 44 — Rio de Janeiro, 1966;
6) Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — Limites do Mar Territorial — Parecer do Professor Haroldo Valladão — Janeiro-dezembro Ano XXII N.º 43 e 44 — Rio de Janeiro, 1966;
7) Segurança e Desenvolvimento — Revista da ADESG — A Escola Superior de Guerra — *General de Exército Augusto Fragoso* — Áreas Brasileiras — A Região do Centro-Oeste — *Maria Rita da Silva de La Rocque Guimarães, Lindalvo Bezerra dos Santos e Speridião Faissol e outros* — O Estatuto dos Estrangeiros no Brasil — *Des. Oscar Accioly Tenorio* — Ano XVIII N.º 132 — Rio de Janeiro, 1969;
8) Segurança e Desenvolvimento — Revista da ADESG — Áreas Estratégicas e Levantamentos Estratégicos — *Equipe do Departamento de Estudos da ESG* — As Dimensões do Espaço Brasileiro — *Prof. Speridião Faissol* — Aspectos da Problemática do Desenvolvimento Sócio-Econômico do Brasil — *Engenheiro Mário Trindade* — Ano XVIII N.º 133 — Rio de Janeiro, 1969;
9) Segurança e Desenvolvimento — Revista da ADESG — O Desenvolvimento Regional Integrado — Ano XVIII N.º 134 — Rio de Janeiro, 1969;
10) Segurança e Desenvolvimento — Revista da ADESG — Aspectos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Aproveitamento do Fundo do Mar além dos Limites da Jurisdição Nacional — *Emb. Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro* — Ano XIX N.º 136 — Rio de Janeiro, 1970;
11) Revista do Clube Militar — A Fôrça Transporte da Marinha e o Desenvolvimento Nacional — Ano 44 N.º 175 — Rio de Janeiro, maio de 1970;
12) Revista do Clube Militar — Presidente Médici define Diplomacia Nacional — O Desenvolvimento Regional como fator de unidade Nacional — Ano 44 N.º 176 — Rio de Janeiro, junho de 1970;
13) Estudios Internacionales — Estudio Comparativo sobre Zonas Pesqueras en el Mundo — Los Países del Pacífico Sur y el Mar Territorial — Año IV, N.º 13 — abril-junio — Santiago, Chile — 1970;
14) Boletim do Clube Naval — O Mar e o Direito — Direito exclusivo do Estado à exploração de sua Plataforma Continental — *Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano* — N.º 183 — Rio de Janeiro, 1965;
15) Boletim do Clube Naval — Fronteiras Laterais Marítimas do Brasil — *Contra-Almirante (FN) (RRm) Roberval Pizarro Marques* — O Brasil e o Mar *CMG (RRm) Lauro N. Furtado de Mendonça* — Ano 81 — N.º 204 — Maio-junho — Rio de Janeiro, 1970;
16) Revista do Clube Militar — Transamazônica — Uma Nova Fronteira — Ano 44 N.º 177 — Julho — Rio de Janeiro, 1970;
17) Atualidade Estatística do Brasil — Fundação IBGE — Rio de Janeiro, 1970;
18) Anuário Estatístico don Transportes, 1970 — Ministério dos Transportes — Departamento Gráfico, Rio de Janeiro, 1970;
19) A Nova Política de Fronteiras — Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1968;
20) Limites do Brasil na Amazônia — Densificação Demográfica e Econômica das Fronteiras — Ação do Exército, Marinha e Aeronáutica — *Embaixador Álvaro Teixeira Soares* — Clube de Engenharia — Rio de Janeiro, 1969;
21) Emprêgo de Sensores Remotos na Geodésia e na Topografia — (Separata) — LASA — GEOFOTO — (Associadas à Cruzeiro do Sul S. A.), Rio de Janeiro, 1969;
22) Formação dos Limites do Brasil — *Almirante José Cândido Guillobel* — Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — sem data — Rio de Janeiro;
23) Almanaque de Seções — 1970 — Rio de Janeiro, 1970;
24) Amazônia é Brasil — Vitória Régia Editôra — Brasília, sem data;

25) Transamazônica — *Mário David Andreazza* — Brasília, julho de 1970;
26) Manchete — A Fabulosa Transamazônica — N.º 954 — Rio de Janeiro, 1-8-1970;
27) Ministério do Interior — Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM) — Belém, 1970;
28) O Papel da Rodovia no Desenvolvimento da Amazônia — Ministério dos Transportes — Rio de Janeiro, 1969;
29) A Amazônia — Ministério do Interior — Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) — Vol. II — Belém, 1969;
30) Revista Visão — O Milagre Japonês — Vol. 37 — N.º 3 — 1-8-1970;
31) Revista Visão — A *Política dos Transportes no Brasil* — *Vol. 37* — *N.º 2* — 18-7-1969: (São Paulo)
32) Revista Visão — Iniciativa Privada e Transportes — Vol. 37 — N.º 2 — 18-7-1970 (São Paulo);
33) Revista Visão — A Receita da Integração — Vol. 37 — N.º 5 — 12-9-70 — São Paulo:
34) Revista Visão — Brasil na Década de 70 — São Paulo, fevereiro de 1970;
35) Boletim do Clube Naval — O Alto Mar. Natureza dos Direitos do Estado sôbre o Mar Territorial e Zona Contígua — *Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano* — N.º 186 — Rio de Janeiro, 1966;
36) O Cruzeiro — "Escola Superior de Guerra, a Fôrça das Idéias" — *Elias Nassel* "A Transamazônica" (Editorial) — N.º 42, de 13-10-70, — Rio de Janeiro, 1971:
37) Veja — A Década da Amazônia — N.º 110 — 14-10-70;
38) Fronteiras do Brasil — (Delimitações e demarcação) — Limites com Argentina, Paraguai e Peru — Serviço de Demarcação de Fronteiras — Rio de Janeiro, 1968;
39) Natureza Jurídica e Delimitação do Mar Territorial — *Vicente Marotta Rangel* — São Paulo, 1965;
40) La anchura del Mar Territorial — *Alfonso Garcia Robles* — México — 1966;
41) Livro dos Transportes — *Dinah Silveira de Queirós* — Ministério dos Transportes — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1970;
42) La Frontière — *P. de La Pradelle* — Paris, 1928.

---

1) Planta da Rodovia Belém-Brasília — SPEVEA — RODOBRAS — DNER — (onde já existe uma população flutuante avaliada em 2 milhões e meio de habitantes residindo em 82 localidades que margeiam a Rodovia, sendo que 52 cidades e alguns povoados em Goiás, 16 no Maranhão e 16 no Pará);
2) Planta da Rodovia Transamazônica — Ministério dos Transportes — DNER — Brasília, 1970; (custo operacional Cr$ 320 milhões, término: Janeiro de 1972);
3) Plano Nacional de Viação 1970 — Ministério dos Transportes — DNER — Brasília, 1970;
4) Carta Náutica do Brasil (parcial) para a pesca — Ministério da Marinha DHN — Rio de Janeiro, setembro de 1970;
5) Bacia do Amazonas — 1969;
6) Mapa da Amazônia — SDF — CBDL-1.ª Divisão — Belém, setembro de 1970;
7) Mapa do Brasil — 1970 — IBGE — Rio de Janeiro, 1970;
8) Atlas do Brasil — IBGE — Rio de Janeiro, 1968;
9) Atlas of the World — National Geographic Society — Third Edition — Washington, 1966;
10) *South America* — *National Geographic Society* — *Washington* — *USA* — *1968*.

---

1) 1914 — Circular expedida pelo Ministério das Relações Exteriores em 1914 — Limite do Mar Territorial;
2) 1923 — Decreto N.º 16.183, de 25-10-1923 — Regulamento da Diretoria de Pesca e Saneamento;
3) 1933 — Convênio para fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira entre o Brasil e o Uruguai — Montevidéo, 20-12-1933;
4) 1934 — Decreto N.º 23.702, de 4-1-1934 — Organização das Comissões de Limites;
5) 1938 — Decreto N.º 794, de 7-9-1938 — Código de Pesca;
6) 1939 — Decreto-Lei N.º 1.171, de 24-3-1939 — Modifica a Organização do Serviço de Demarcação das Fronteiras do Brasil;
7) 1940 — Decreto N.º 5.798, de 11-6-1940 — Regulamento da Capitania dos Portos;
8) 1940 — Declaração da Zona de Segurança Continental (Declaração do Panamá) — 3-10-1940;
9) 1944 — Segurança Nacional — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1944;
10) 1945 — Declaração do Presidente Truman, Washington, 28-9-1945 (incorporando aos Estados Unidos assim uma área de 1.942.500 km² de plataforma continental, figura bastante expressiva dada a existência de petróleo nessa faixa. Os geólogos asseguram que 20% do petróleo no mundo provém de poços submarinos, sendo que a indústria nesse campo inverteu 8 milhões de dólares na sua exploração, cifra que poderá alcançar 16 milhões em 1977);
11) 1950 — Decreto N.º 28.840, de 8-11-1950 — Plataforma Submarina;
12) 1952 — Acôrdo Brasil-Estados Unidos da América para o Estabelecimento de um Programa de Colaboração para o preparo de Mapas Topográficos e Cartas Aeronáuticas no Brasil — Rio de Janeiro(2-6-1952;
13) 1952 — Declaração de Santiago sôbre Zona Marítima (Chile-Peru-Equador), Santiago do Chile, 18-8-1952 — (com uma orla marítima de 4.280 km, coube ao Chile uma área de 1.600 mil km² de Mar Territorial);
14) 1955 — Lei N.º 2.597, de 12-9-1955 — Que dispõe zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências;
15) 1956 — Decreto N.º 39.605-B, de 16-7-1956 — Regulamenta a Lei N.º 2.597 de 12-9-1955, sôbre zonas indispensáveis à defesa do País;
16) 1956 — Recomendação do Conselho Jurídico Interamericano, México, em 3-2-1956 — Princípios sôbre o Regime Jurídico do Mar;
17) 1958 — Nações Unidas — Conferência sôbre o Direito do Mar.
Convenção sôbre o Mar Territorial e a Zona Contígua — 29-4-1958,
Convenção sôbre Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto Mar, 29-4-1958;
Convenção sôbre a Plataforma Continental — 29-4-1958;
Convenção sôbre o Alto Mar — 29-4-1958;
Protocolo de assinatura facultativa relativa à solução obrigatória de litígios — 29-4-1958; (embora não ratificadas as 4 Convenções acima referidas, foram elas aprovadas pelo Govêrno Brasileiro por Decreto Legislativo N.º 45, de 15-10-1968, não sendo Parte o Brasil do Protocolo firmado na Conferência sôbre Direito do Mar (Nações Unidas), em abril de 1958, na cidade de Genebra);
18) 1965 — Comissão Jurídica Interamericana — Declaração sôbre a largura do Mar Territorial — Rio de Janeiro, 21-7-1965;
19) 1966 — Decreto N.º 57.775, de 1-2-1966 — Define o exercício de função militar e dá outras providências;
20) 1966 — Decreto-Lei N.º 44, de 18-11-1966 — Limite do Mar Territorial e Zona Contígua;
21) 1967 — Constituição do Brasil — (24-1-1967) — Departamento de Imprensa — Princípios sôbre o Regime Jurídico do Mar;

22) 1967 — Decreto-Lei N.º 221, de 23-2-1967 — Código de Pesca;
23) 1968 — Documentos de Política Externa — Vol. I e II (de março de 1967 a maio de 1968) — Ministério das Relações Exteriores — Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro de 1968;
24) 1968 — Decreto N.º 62.232, de 6-2-1968 — Cria a Comissão Interministerial sôbre a Exploração e Utilização do Fundo dos Mares e Oceanos;
25) 1968 — Decreto N.º 62.837, de 6-6-1968 — Dispõe sôbre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial *e nas águas interiores e dá outras providências;*
26) 1968 — Decreto N.º 63.164, de 26-8-1968 — Dispõe sôbre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas de mar territorial e nas águas interiores e dá outras providências;
27) 1969 — Constituição do Brasil — (17-10-1969) — Editôra Mandarino — Rio de Janeiro;
28) 1969 — Amazônia: Legislação Desenvolvimentista — Ministério do Interior — Banco da Amazônia — Belém, 1969;
29) 1969 — Decreto-Lei N.º 494, de 10-3-1969 — Que dispõe sôbre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro;
30) 1969 — Decreto-Lei N.º 553, de 25-4-1969 — Altera os Limites do Mar Territorial do Brasil e dá outras providências;
31) 1969 — Decreto-Lei N.º 756, de 11-8-1969 — Dispõe sôbre a Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências;
32) 1969 — Decreto-Lei N.º 941, de 13-10-1969 — Estatuto dos Estrangeiros — Departamento de Imprensa Nacional, 1970;
33) 1969 — *Questão do Aproveitamento dos Recursos do Fundo do Mar* — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 1960;
34) 1970 — Decreto-Lei N.º 1.093, de 17-3-1970 — Dá nova relação ao Artigo 43 do Decreto-Lei n.º 200, de 25-2-1967, alterado pelo Decreto-Lei N.º 900, de 29-9-1969;
35) 1970 — Decreto-Lei N.º 1.094, de 17-3-1970 — Dispõe sôbre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências;
36) 1970 — Decreto-Lei N.º 1.098, de 25-3-1970 — Altera os limites do Mar Territorial do Brasil e dá outras providências;
37) 1970 — Conferência sôbre Direitos Marítimos — (Brasil, Argentina, Chile, Equador, Peru, Panamá, Nicarágua, Salvador e Uruguai) — Declaração sôbre a extensão do Mar Territorial para 200 milhas — Montevidéo, maio de 1970;
38) 1970 — Tratado sôbre princípios reguladores das atividades dos Estados na exploração e uso do Espaço Cósmico, inclusive a lua e demais corpos celestes, Washington, 27-1-1967 — (in "Direito Internacional Público — *Tratados e Convenções* — *Celso de Albuquerque Mello* — Editôra Renes — Rio de Janeiro, 1970.

EM TEMPO: Revista Brasileira de Política Internacional — O Fundo do Mar — N.º 47-48 — Set-Dez de 1969.

DOCUMENTOS

VOTO DO EX-MINISTRO PAULO EGYDIO MARTINS SÔBRE O CAFÉ SOLÚVEL (RAZÕES DO ÁRBITRO)

O presente discurso, aqui reproduzido, foi proferido em Londres, no recinto da Organização Internacional do Café, no dia 28 de fevereiro de 1969, pelo Senhor Paulo Egydio Martins, na ocasião Ministro da Indústria e Comércio do Presidente Artur da Costa e Silva, durante a última reunião da Junta Arbitral na disputa entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, dentro do contexto do Artigo 44 do Acôrdo Internacional do Café.

A questão trazida à apreciação da Junta Arbitral apresenta diferentes aspectos que devem ser examinados para a formulação de um juízo, não só em relação à interpretação do Artigo 44, do Convênio Internacional do Café, como também em relação à sua aplicabilidade ao caso.

Todos êsses aspectos serão apreciados a partir, fundamentalmente, de um critério ditado pelos princípios da eqüidade, como convém, sempre que se trate de disputa entre Estados:

"A concepção de *eqüidade* deve ser entendida num sentido bem amplo, de modo a justificar a necessidade de decidir disputas políticas entre Estados. (. . .) Na decisão dessas disputas a imparcialidade é, òbviamente —, necessária e inevitável, mas não é suficiente. O homem que é meramente imparcial, o 'honest broker' assim chamado por Bismark, vê apenas os interêsses, individuais dos Estados litigantes, mas não os interêsses gerais do bem comum da comunidade internacional. Êle pode chegar a uma solução de compromisso entre os Estados disputantes, mas não àquela justiça que é superior a ambos. Compromisso — a linha central no paralelograma da fôrça — tende a favorecer a parte mais importante. O juiz, que permanece simplesmente com um árbitro imparcial *entre* duas partes, será inevitàvelmente levado, pelas leis da mecânica, a inclinar-se para o lado do mais forte e do mais inescrupuloso. Sòmente o juiz que permanece acima dos litigantes, o juiz que considera a questão de superior ponto de vista do bem comum internacional, é capaz de uma verdadeira decisão fundada na eqüidade". (Gustav Radbruch, "Justice and Equity in International Rela-

tions", págs. 12 e 13 de "Justice and Equity" London Constable and Co. Ltd. — 1936).

A primeira observação a fazer-se consiste em que o Artigo 44 constitui o único dispositivo referente a produto industrializado, no contexto de um Convênio pertinente à comercialização de um produto primário — o café verde — o que muito bem caracteriza sua marginalidade em relação ao próprio Convênio. Tal dispositivo, todavia, integra o inteiro contexto do documento, não podendo ser interpretado de maneira que venha a se constituir em instrumento de sua extinção. Em função dessa ameaça, nunca deveria ter sido incorporado, pois existem outros foros, como o GATT, com a competência específica de tratar dêstes tipos de disputa.

É evidente que o Capítulo IX — Café Industrializado — incorporado ao texto do Convênio em 1968, quando de sua renegociação, se ressinta muito mais da falta de tempo e experiência necessários para o melhor conhecimento de seu comportamento, no processo de operação dêsse tratado multinacional, que é complexo, poderoso, desejado por uns, indesejado por outros, mas que existe e deve ser preservado, quando mais não seja pela alta expressão política que o gerou e o deve manter.

Dispuseram os membros da Junta Arbitral, para a formação de seu juízo, da soma dos conhecimentos adquiridos pela operação do Convênio desde 1962 e dos antecedentes que levaram as Nações, por ato político e soberano, a subscrevê-lo e a estender essa experiência de colaboração internacional por mais cinco anos, contados a partir de 1968, quando de sua renegociação. Nessa oportunidade, introduziram-se sensíveis aperfeiçoamentos, mantendo-se na integridade seus objetivos políticos e econômicos.

Dispôs também a Junta de conhecimentos específicos sôbre a problemática do café industrializado e sôbre a disputa surgida entre o Brasil e os Estados Unidos em conseqüência de uma fase nova no desenvolvimento das relações econômico-comerciais internacionais.

A referida questão, no âmbito da Organização Internacional do Café, transcende à clássica disputa entre países produtores de matéria-prima e países industrializados consumidores, e apresenta pela primeira vez o confronto de interêsses de um país industrializado consumidor e de um país produtor em processo de industrialização. É de se esperar a ampliação dêsse confronto nos anos vindouros, envolvendo diversos países produtores e conflitos análogos ao que hoje coloca o Brasil frente a frente com os Estados Unidos, pois isto é decorrência do próprio processo do desenvolvimento econômico.

Essa situação constitui a substância da reclamação americana, em cuja justificativa se lê:

"... O Artigo 44 foi incluído no Convênio Internacional do Café em 1968 a fim de dar resposta a solução a um dos mais difíceis e importantes problemas surgidos nos últimos anos do Convênio Internacional do Café de 1962. Os Estados Unidos não visam a impedir o legítimo desejo do Brasil

de estabelecer uma indústria capaz de transformar para exportação um importante material de base. Acredita, todavia, que no contexto de um acôrdo de produtos de base, como o Convênio Internacional do Café, e à luz da obrigação imposta a todos os Membros pelo Artigo 44, constitui manifesta discriminação do Brasil o fato de êsse país impor o que equivale a uma taxa às exportações sôbre o café verde mas que não lança às exportações de café solúvel. O Convênio Internacional exige a eliminação dêste tratamento discriminatório." (Documento ICC-13-8, página 4).

"... É neste contexto que devem ser encaradas as medidas adotadas pelo Brasil, bem como deve ser determinado se os países importadores concordaram com a imposição desta desvantagem aos seus produtores. Afinal, a questão se resume em saber se um convênio de produtos de base pode sobreviver quando utilizado para dar aos produtores de um país exportador acesso a fornecimentos baratos que são negados aos seus competidores dos países importadores em conseqüência dêsse Convênio." (Resposta dos Estados Unidos, página 8).

Essa afirmação fundamental foi reiterada diversas vêzes na série de documentos apresentados pelos Estados Unidos e nas exposições orais de seu Agente. Constitui, no meu entender, uma tentativa de reformulação da própria política inspiradora do Convênio.

Pretende-se, com isso, subtrair aos países produtores de matérias-primas e participantes de Convênios, quaisquer vantagens naturais que possuam para sua industrialização, reservando-se aos países industrializados consumidores a manutenção do *status quo*. Tal não se justifica, ante os princípios inspiradores do Convênio que visam, fundamentalmente, a dar às Nações menos desenvolvidas vantagens econômicas visando ao aceleramento de seu desenvolvimento.

Quando da renegociação do Convênio, pretenderam os Estados Unidos introduzir no contexto do documento multinacional dispositivo que lhes permitisse, como país industrializado importador, decidir unilateralmente e a seu único arbítrio aplicar medidas punitivas contra o país exportador, a título de correção de comportamentos considerados, a seu juízo discriminatórios.

É interessante observar o sentido tutelar que os Estados Unidos incorporam à sua pretensão e reclamação, quando se apresentam como defensores dos países industrializados consumidores e protetores de outros países produtores de matéria-prima.

Nas audiências realizadas pela Junta Arbitral ficou claramente caracterizado o processo intimidador que os Estados Unidos haviam utilizado para obter a inclusão do Artigo 44 no contexto do Convênio. Tal recurso intimidador foi novamente utilizado com relação ao próprio processo arbitral, durante as audiências da Junta.

É interessante observar que tanto o unilateralismo da posição dos Estados Unidos, como tal processo intimidatório, se apresentam revestidos de

boa fé, de crença sincera de que, assim agindo, os Estados Unidos não estão senão defendendo princípios invioláveis e "sagrados", como o do "free trade", o do "equal access to row materials".

A adoção de um Convênio garantidor de amparo econômico e segurança de preços aos países menos desenvolvidos resultou do princípio político-econômico da contenção de "free trade" e do "laissez-faire", dentro de limites definidos pelos próprios objetivos do Convênio; isto é a criação de condições artificiais criadas para beneficiar os países menos desenvolvidos, com um "quid pro quo" —, ou seja a estabilização do preço das matérias-primas para os países consumidores, evitando-se, assim, o impacto em suas economias das grandes flutuações de preços no mercado internacional.

Pretender negar aos países menos desenvolvidos um estágio normal na sua evolução econômica, tal seja o de industrializar suas próprias matérias-primas —, o que só poderá ser feito através de incentivos capazes de contrabalançar a crescente disparidade econômica, tecnológica e cultural com os países industrializados —, é incoerente para quem, dentro do mesmo convênio, aceita uma política para a matéria-prima e a recusa para o produto industrializado.

Diz ainda o memorial americano:

"Os Estados Unidos mostraram-se dispostos a admitir a hipótese de um arbitramento dos fatos, mas não puderam aceitar a proposta, colhida pela Missão Especial de anteriores propostas brasileiras, de subordinar a obrigação do membro exportador a fatôres intangíveis, tais como a necessidade dos países em desenvolvimento de se industrializarem ou o espírito da UNCTAD." (3)

Observa-se que a necessidade de os países menos desenvolvidos de industrializarem-se é considerada "fator intangível".

A posição declarada pelos Estados Unidos contraria o espírito da UNCTAD, marginaliza a Declaração de Punta del Este e solapa o Convênio Internacional do Café.

Feitas estas considerações, passo a examinar os aspectos técnicos da disputa.

Interpretação do Artigo 44 do Convênio Internacional do Café de 1968

Diante da existência, todavia, do Artigo 44 no contexto do Convênio Internacional do Café de 1968, cabe à Junta Arbitral interpretar tal dispositivo. Essa interpretação, à luz da chamada legislação internacional, usos e costumes, princípios gerais de Direito, escritos doutrinários, precedentes judiciais internacionais e princípios de eqüidade — há de partir necessàriamente da verificação da *excepcionalidade* da regra do Artigo 44 e, pois, deverá obedecer à regra: — "*odiosa restringenda*".

Os Estados Unidos alegam que o Artigo 44 representa verdadeira cláusula *"ad-hoc"*, fruto de transação entre os dois países litigantes, para específica solução do problema da quota de contribuição sôbre café verde. O Brasil respondeu que o texto do Artigo 44, resultante das negociações, está longe de conter o significado que lhe quer agora emprestar o país reclamante. Respondeu o Brasil, ademais, que tal texto tomou a atual redação a duras penas, apesar da pressão para a adoção das propostas originais norte-americanas.

Pela leitura e releitura do Artigo 44, vê-se que em nada contribuiu sua redação para maior clareza e certeza quanto à intenção das partes. Entendo cabível, neste passo, a observação de MANLEY O. HUDSON, citada na *rejoinder* brasileira: — "Não é necessário dispor de qualquer grande experiência de conferências internacionais para saber que, muitas vêzes, empregam-se em tratados têrmos a respeito dos quais ainda não se chegou a uma prévia compreensão comum. Em alguns casos, uma falta de clareza pode mesmo constituir-se em desiderato; o desejo dominante pode ser o de dar prosseguimento às dúvidas." ("The Permanent Court in International Justice", The Macmillan Co., 1943, páginas 644-645).

Ante tal insuficiência de dados históricos, recorramos à interpretação meramente gramatical da palavra "discriminação".

O Estado reclamante entende que a existência de quota de contribuição no referente ao café verde e a sua inexistência com referência ao café solúvel constituem "discriminação". O Brasil respondeu que a palavra "discriminação" tem necessàriamente — para que se lhe possa aferir o sentido jurídico-gramatical —, duas conotações, implícitas: a) existência de um *dano* ou *lesão* como resultado do tratamento diferenciador dispensado aos dois produtos; b) *a existência de uma preferência ou preterição,* de um ou mais países com relação aos demais, como conseqüência daquele tratamento diferenciador dispensado aos dois produtos (que são objetivamente diferentes).

Entendo que, se alguma dúvida existir quanto à necessária co-implicação *"ad personam"* da palavra "discriminação", nenhuma hesitação é permissível quanto à exigência de uma *lesão* ou *dano* ou *prejuízo*, para a exata tradução do conceito ou idéia representados por êsse têrmo.

Nesse ponto, os próprios dicionários esclarecem o sentido especializado, técnico-jurídico, da palavra questionada (of. "Webster's New International Dictionary", 2.ª ed., verbete "discrimination", n.º 4; "Encyclopedia International", Grolier Inc., New York, 1968, vol. 6, pág. 42).

Quanto aos glossários de terminologia especializada, nenhuma dúvida restou em meu espírito após o ensinamento de OLIVER LISSITZYN: — "Discriminação é palavra de más implicações. Sugere *deslealdade*, prevenção e favoritismo..." ("Equality of treatment and trade discrimination in International Law", Hague, M. Nijhoff, 1968, de Khursid Hyder, foreword).

E, se assim não fôsse, o máximo que eu poderia aceitar é que: "o têrmo discriminação é de uso grandemente ambíguo" (THOMAS WILSON, "*Restrictive practices*" — in "Competition, Cartels and their Regulation, Amsterdão, North Holland Publish Co., págnia 149) e, então, longe estaria de poder aceitar a tese de País reclamante, no sentido de que a palavra "discriminação" pudesse vestir como luva a noticiada existência de um tratamento diferente do café verde e do solúvel brasileiros.

Pouco útil é, como se viu, a pesquisa da exata compreensão a extensão da palavra questionada, enquanto a examinarmos isolada, fria, morta e separada do inteiro texto do próprio Artigo 44, em que ela se insere.

"Cada palavra pode ter mais de um sentido... Por isso, da interpretação puramente verbal resulta ora mais, ora menos do que se pretendeu exprimir. Contorna-se, em parte, o escôlho referido, com o examinar não só do vocábulo *em si*, mas também em conjunto, em conexão com outros; e indagar de seu significado em mais de um trecho da mesma lei ou repositório". (cf. CARLOS MAXIMILIANO, "Hermenêutica", Freitas Bastos, 1965, 8.ª ed., página 121).

Sob êsse aspecto, duas observações devem ser feitas.

A primeira refere-se à expressão: "em relação *a êsse* outro Membro", que se lê no texto do Artigo 44; a seguida referir-se-á à expressão: — "que afetam as suas exportações" —, que restringe a extensão das palavras "medidas governamentais".

A primeira observação consiste em que o sentido da palavra "discriminação", tal como se encontra no texto em relação à cláusula acima mencionada, vai se mostrando mais claro do que o permitia o simples e mero exame dessa palavra isoladamente considerada. "A Lei de Tratados — pondera IAN BROWNLIE —, "a Lei de Tratados diz respeito à questão do que existe como obrigações entre países considerados individualmente; a incidência de obrigações *in personam* (Principles of public international law", Oxford, Clarendon Press, 1966, parte I, cap. I, página 1). Não é outro o sentido da expressão — "a êsse outro Membro", no texto questionado. O Direito Internacional, como qualquer outro ramo do Direito, consiste em elenco de *relações jurídicas*, que são vínculos que ligam *pessoas* (sujeito ativo o sujeito passivo das obrigações), não *coisas* (estas são mero *objeto* das relações). Para que haja *direito* ou *pretensão*, é indispensável a titularidade *pessoal* dêsse direito.

A segunda observação consiste em que *não são* discriminatórias quaisquer medidas governamentais, senão aquelas *que afetem suas exportações*, como teremos oportunidade de demonstrar em nossas considerações finais.

Mais relevante do que a pergunta do significado da palavra "discriminação", quer isoladamente considerada, quer apreciada em relação à oração em que se situa e às demais orações do texto do Artigo 44, é a indispensável indagação sôbre os fins e as razões do próprio Convênio e do Artigo 44. "O significado deve transparecer no contexto do tratado como

um todo através de seus *objetivos e intenções*". (IAN BROWNLIE, "*Principles of public international law*", Oxford, Clarendon Press, 1966, página 503).

É o que continuamos a examinar.

Os Estados Unidos alegam que a "quota de contribuição" existente na exportação de café verde e inexistente na exportação de café solúvel brasileiro constitui medida discriminatória desde que inexiste outra medida governamental que a compense parcial ou totalmente. Alega, ainda, que a "quota de contribuição" tem os mesmos efeitos de impôsto de exportação e obriga o industrial norte-americano a adquirir o café verde do Brasil com êsse encargo, em tese, de US$ 0,51, por libra pêso de solúvel produzido nos Estados Unidos, desde que a "quota de contribuição" na exportação de café verde é de aproximadamente US$ 0,17 por libra-pêso e o Convênio, para efeito de quota de exportação, determina a proporção de três libras-pêso de café verde por uma de solúvel exportado.

O produtor de café solúvel brasileiro poderia, assim, estabelecer o preço do seu produto sem o custo adicional resultante da "quota de contribuição". Alegando que o tratamento dito discriminatório é igual ao montante proporcional da referida "quota de contribuição", requer à Junta Arbitral que determine ao Brasil a aplicação de medidas compensatórias, sem especificar, contudo, se essas medidas seriam mutáveis, não só quanto às medidas aplicadas na exportação do café verde, como fator de comparação, mas também quanto aos fatôres de custo de fabricação do café solúvel no Brasil e nos Estados Unidos. *Por outro lado, o Brasil contesta tal reclamação afirmando que a* "quota de contribuição" não constitui medida discriminatória frente ao Artigo 44 do Convênio Internacional do Café e, por isso, não aplicou nenhuma medida para modificar os regimes de exportação do café verde e do solúvel. Prossegue nas suas razões afirmando que, obrigado pelo Convênio em limitar as suas exportações, é compelido a tomar uma série de medidas internas para tornar possível a existência do próprio Convênio e, entre elas, a referida "quota de contribuição" na exportação do café verde. Argüi ainda que o Brasil, desde 1930, sempre adotou medidas especiais para a cafeicultura em face da sua superprodução e da importância que o café representava e representa para todo o seu sistema econômico. Essas medidas, continuando, objetivavam essencialmente o equilíbrio econômico interno e externo em tôrno do café, chegando-se inclusive a queimar grandes quantidades do produto para evitar quedas desastrosas de preço. Alega, ainda, que o regime de exportação de café verde baseado na "quota de contribuição" é o mais recente dêsses mecanismos e perfeitamente ajustado com os objetivos permanentes do Convênio Internacional do Café. A "quota de contribuição" surgiu com a reforma da sistemática cambial introduzida pela Instrução n.º 204, de 13 de março de 1961, da extinta SUMOC, que instituiu taxa livre de câmbio, corrigindo-se as taxas múltiplas até então vigentes. No que se refere ao café, a nova sistemática cambial foi comple-

mentada pela Instrução n.º 205, de 12 de maio de 1961, que instituiu a "quota de contribuição" para impedir um aumento abrupto de renda à cafeicultura, evitando-se assim os seus efeitos inflacionários e o agravamento da superprodução e propiciando ao Govêrno recursos financeiros para a própria defesa interna da cafeicultura. É mais uma apropriação de recursos gerados pela cafeicultura para ser reinvestido direta e indiretamente na própria cafeicultura e não tem por finalidade e nem como efeito determinar o nível de preços internacionais dos cafés brasileiros. Alega que os preços internacionais são determinados pela oferta e demanda das limitações impostas pelo Convênio. Continuando, afirma que, abolindo-se a "quota de contribuição" e eliminando-se o sistema de garantia interna de preços, não haveria retração do preço internacional, que continuaria sustentado pelo contrôle das ofertas, mas causaria uma baixa nos preços internos, permitindo à indústria brasileira de café solúvel aquisição da matéria-prima em melhores condições. Geraria, entretanto, os mesmos problemas que o Convênio justamente procurou resolver. Conclui afirmando que, destarte, não tem caráter discriminatório e não constitui privilégios especiais em favor da indústria brasilera de café solúvel.

Afirmam os Estados Unidos que, somando-se à imposição discriminatória de "quota de contribuição", o Brasil não permite a exportação de certos tipos baixos de cafés quando êsses são adquiridos pela indústria brasileira de solúvel. Tal medida constitui, no entender dos Estados Unidos, medida discriminatória a favor da exportação do solúvel brasileiro pois não permite aos produtores de solúvel norte-americanos o acesso a essa matéria-prima mais baixa e, portanto, menos onerosa. O Brasil, por sua vez, contesta tal assertiva afirmando que não seria lógica nem econômica a exportação dêsses tipos, pois, além de conter menos café por saco por causa da alta percentagem de impurezas e o Convênio fixa a quota por sacos, obrigaria o País a reter e estocar tipos superiores e exportar tipos inferiores. Essa política causaria justamente a depressão dos preços de café no mercado internacional, contrariando um dos objetivos fundamentais do Convênio. Exportando-se em forma de solúvel não causaria tais efeitos depressivos, como demonstram as estatísticas relativas ao café verde brasileiro e de outras origens, e o comportamento de seus preços nos últimos anos, ao mercado norte-americano.

Os Estados Unidos afirmam que as duas medidas governamentais do Brasil, quando tomadas em seu conjunto em relação aos Estados Unidos, representam tratamento discriminatório em comparação com o café verde. Por outro lado, o Brasil considera não discriminatórias as duas medidas e argüi pela improcedência da reclamação dos Estados Unidos.

Outro assunto trazido ao conhecimento da Junta Arbitral foi a questão da alta rentabilidade das indústrias brasileiras de café solúvel, levantada pelos Estados Unidos e contestada pelo Brasil, que forneceu dados e números que revelam a inexistência de tal aludida rentabilidade. Os Estados

Unidos *negaram-se a discutir o problema da rentabilidade das suas indústrias* de café solúvel para efeito de comparação.

Afinal, os Estados Unidos consideram ineficazes a fixação do preço de registro ou preço mínimo do café solúvel, pois inexiste penalidade para *seus infratores. O Brasil, por sua vez, explica que o preço de registro* existe principalmente para fins de contrôle cambial.

Diante *das razões e dos fatos aqui relatados e por tudo que foi exposto* à Junta Arbitral, *ENTENDO QUE*

Não há Violação do Artigo 44

1. A "quota de contribuição" aplicada na exportação de café verde e *inexistente na exportação* de café solúvel não é *discriminatória*, pois não influi na fixação dos preços de cafés verdes ou mesmo do solúvel e não afeta as exportações.

2. A proibição da exportação de café de tipos baixos não é medida discriminatória porque não afeta as exportações brasileiras de café e o Artigo 44 do Convênio, bem como não cria a obrigação de os países produtores fornecerem café verde de qualquer tipo, às indústrias dos países consumidores, pelo preço vigente no seu mercado interno.

3. Não foi comprovada a existência de qualquer dano às indústrias americanas de café solúvel, decorrente das medidas aplicadas pelo Brasil em suas exportações. A comprovação do dano é indispensável para que se possa apurar e fixar em que medida se devem corrigir os efeitos do alegado tratamento discriminatório.

4. Admitida, por mera hipótese, a existência de discriminação, a medida corretiva deveria ser de natureza dinâmica em função de fatôres econômicos variáveis inerentes a um produto industrializado e da mesma natureza deveria ser a contramedida. Assim sendo, entendo que a aplicação de "quota de contribuição", ou ônus equivalente sôbre a exportação do café solúvel brasileiro, não teria razão de ser.

5. Pretender igualar o preço da matéria-prima para as indústrias dos dois países, como pretendem os Estados Unidos, seria condenar o Brasil a fechar a sua nova e inexperiente indústria, pois esta não teria nenhuma condição competitiva, dada a desigualdade do estágio do desenvolvimento em que se encontram os referidos países. O fechamento dessa indústria contrariaria a própria razão de ser do Convênio, ameaçando a sua existência. É evidente que é absurdo pretender-se a igualdade de condições entre as indústrias dos dois países; daí a necessidade, pela eqüidade, de tratamento diferente.

Além disso

1. A "quota de contribuição" não tem a natureza de impôsto de exportação e não causa os mesmos efeitos. (V. Parecer do Prof. Rubens Go-

mes de Souza e Verbatim Records, Records/14, de 20 de fevereiro de 1969, pág. 5 e seguintes).

2. A "quota de contribuição" constitui receita destinada a fazer face às despesas decorrentes da própria política cafeeira. É com parcela dos seus recursos que o Brasil retém quase oitenta por cento do "carry over" mundial do café (EB-751/69, de 13-2-69, da OIC), valendo dizer que êsse País é o que suporta maior ônus do Convênio.

3. A exportação de tipos baixos causaria uma redução ponderável no preço médio das exportações de café verde e provocaria uma diminuição da receita cambial do país exportador, e nenhum Membro poderá ser obrigado a tomar medida que lhe cause tal detrimento.

4. É do conhecimento da Junta que a indústria de café solúvel dos Estados Unidos pràticamente não emprega café verde brasileiro na produção de seu solúvel e, assim mesmo pelo aspecto de quantidade utilizada, a proibição de exportação de tipos baixos pelo Brasil não é discriminatória.

5. É tão variada a opção na aquisição de café verde dos mais diferentes tipos e preços para as indústrias do café solúvel dos Estados Unidos, que elas se tornam independentes em relação ao café do Brasil, e, isso, sem se considerar os chamados "negócios especiais", que, por se desconhecerem os seus preços, constituem modalidade indesejável de comercialização.

6. O preço do café verde é fixado em função da oferta, que está limitada pelo próprio Convênio, não sofrendo qualquer influência da "quota de contribuição".

7. A fixação do preço de café solúvel brasileiro no mercado dos Estados Unidos independe da existência ou não da "quota de contribuição", pois êsse mercado é dominado por reduzido número de grandes organizações, constituindo-se pràticamente num oligopsonio. O café solúvel do Brasil não tem condições de atingir o consumidor final, sendo meramente um produto "intermediário".

8. A existência de diferentes índices de extração de solúvel dos cafés "arábica" (Brasil) e dos "robustas", e sendo êste empregado tão-sòmente pela indústria dos Estados Unidos, daria a essa indústria uma real vantagem no que se refere ao custo de matéria-prima, se prevalecesse a pretensão dos Estados Unidos.

9. O fechamento de algumas emprêsas nos Estados Unidos não é devido às exportações de café solúvel do Brasil. Não ficou demonstrado, perante a Junta, a relação de causa e efeito, entre êste fato e as exportações do solúvel brasileiro.

10. A exportação do café solúvel do Brasil não afetou a exportação de café "robusta" para os Estados Unidos, conforme comprovam as estatísticas apresentadas à Junta, e nem afetou o seu preço.

Diante do exposto concluo com meu voto, de acôrdo com o estabelecido no Artigo 44 (2) (f) e (g):

(f) "Com base em tôdas as informações a seu dispor, a Junta Arbitral determinará, três semanas após a sua constituição, se, e em caso afirmativo em que medida, existe tratamento discriminatório."

(g) "As decisões da Junta Arbitral sôbre tôdas as questões, sejam de fundo ou de procedimento, serão tomadas, se necessário, por maioria de votos."

Não existe tratamento discriminatório, de acôrdo com o disposto no parágrafo (1) do Artigo 44 do Convênio Internacional do Café de 1968, em função da queixa apresentada pelo Govêrno dos Estados Unidos contra o Govêrno do Brasil.

Paulo Egydio Martins

Londres, 28 de fevereiro de 1969

TERZO MONDO

rivista trimestrale di studi, ricerche e documentazione sui paesi afro-asiatici e latino-americani diretta da Umberto Melotti

anno III n. 10 DICEMBRE 1970

Sommario

Redazione e Amministrazione:

TERZO MONDO

via G. B. Morgagni 39 — 20129 Milano, Italy

Questo numero: L. 900 - Abbonamenti 1971: L. 3.500 - Offerta special ai lettori di questa rivista: tutti gli arretrati completi 1968, 1969 e 1970+abbonamento 1971 lire 9.500 - Versamenti sul ccp 3/56111 intestato a **Terzo Mondo**

Abonnement/Subscription/Suscripciòn: U.S. $ 6 - Un exemplaire/Singles copies/Numero avulso: U.S. $ 2 by bank or money orders.

A SITUAÇÃO DO COBRE NO CHILE

Embaixador Héctor Correa Letelier *

Quero agradecer a honra que novamente foi conferida ao Embaixador do Chile, de comparecer frente a êste seleto auditório. No ano passado, tive a oportunidade de fazer uma exposição geral sôbre diversos aspectos do nosso país e temi ter abusado da paciência dos que me escutaram. Êste ano, entretanto, limitar-me-ei a algumas considerações de ordem geral sôbre o Chile para analisar, posteriormente, um aspecto da política econômica seguida pelo nosso Govêrno em relação ao cobre, riqueza fundamental do nosso país e elemento básico no mundo industrial moderno.

Preferi dar especial enfoque ao cobre porque, se bem que o Brasil não seja um produtor de importância, é, todavia, um grande consumidor. Parece-me, porém, que, na exposição que se segue, há certos elementos fundamentais que constituem uma filosofia do tratamento que os países subdesenvolvidos devem dar a suas riquezas básicas. O Brasil já deu um exemplo com o petróleo, elemento importantíssimo de sua economia. Atualmente, o Peru está atravessando uma etapa básica. O Chile, repito, está fazendo o mesmo com o cobre. E, se nos voltarmos para o Terceiro Mundo, veremos uma preocupação comum em aproveitar as demandas crescentes do aumento da população e das exigências peremptórias de um melhor nível de vida.

Na reunião extraordinária da CECLA (Comissão Econômica Latino-Americana), realizada em nível ministerial, em maio último, em Viña del Mar, por feliz iniciativa do Brasil, a unanimidade dos países latino-americanos — por isso se chama Consenso Latino-americano — proclamou o princípio fundamental "do direito soberano de cada país de dispor livremente dos seus recursos naturais."

Compreendo que devemos conciliar êsse direito com o dos investidores estrangeiros. Mostrar como o Chile vem procedendo sôbre êste aspecto, é um dos objetivos desta palestra.

---

* Discurso pronunciado pelo embaixador do Chile, na Escola Superior de Guerra, em setembro de 1969.

Considerações Gerais

Quero apresentar aos senhores alguns dados básicos sôbre o Chile, que são necessários para que se possa formar uma visão de conjunto.

O Chile Continental tem 741.767 km². É menos do que a décima parte do Brasil. Antártica é a zona compreendida entre os meridianos 53 e 90 de longitude Oeste e tem aproximadamente 1.250.000 km². O Chile Continental tem 4.270 km de longitude e se estende desde o paralelo 17°30', na fronteira com o Peru, até o paralelo 56º, no Cabo de Hornos, excluindo o mar adjacente. A largura média do país é de 180 km.

O Chile tem quatro regiões perfeitamente distingüíveis: A *Zona Norte* — é predominantemente desértica. Há agricultores sòmente em alguns vales transversais, de onde pequenos rios fornecem a água necessária. Pràticamente não há chuvas. Nela se concentra uma grande parte da riqueza mineral. Há pesca abundante em suas águas esfriadas pela corrente de Humboldt, que afeta o clima de todo o país.

A Zona Central é agrícola, pecuarista e industrial. Há chuvas sòmente no inverno. Em conseqüência, a irrigação dos seus campos é artificial, utilizando a água dos rios que descem da Cordilheira dos Andes, alimentados pelas neves que se derretem no inverno. O clima é temperado.

A Zona Sul é agrícola e pecuarista e tem madeira em abundância. O clima vai se tornando mais frio e chuvoso na medida em que a zona é mais meridional.

A Zona Austral é parcialmente agrícola, fundamentalmente pecuarista e madeireira. Há abundância de peixes e mariscos. No extremo sul se encontra o petróleo. O frio é constante durante todo o ano.

Como dado curioso, o Chile tem uma ilha polinésica, a Ilha de Páscoa ou Rapa Nui, situada a 3.760 km da costa, com uma superfície de 180 km². Atualmente, Páscoa já é um centro de atração turística, estando ligada a Santiago por via aérea, na rota para Tahiti. Ademais, um grande hotel de primeira classe está sendo construído.

A população do Chile é estimada em 9.500.000 habitantes. Há uma grande unidade racial e o setor aborígene é de 2% do total. 70% da população vive nas cidades e os 30% restantes, no campo. Calcula-se que, na atualidade, 90% da população está alfabetizada.

A receita nacional bruta está calculada atualmente em 671 dólares por habitante por ano.

Quando o Presidente Frei assumiu o govêrno, em 1964, expressou que era fundamental estimular o desenvolvimento econômico que dera suficienee base aos planos de promoção social que se propôs, tais como a reforma agrária, o desenvolvimento educacional, a habitação popular, etc., (e aos quais não me referirei nesta ocasião por falta de tempo).

O Presidente compreendeu que, se bem que a agricultura e a indústria tenham possibilidades de aumento no Chile, êsse aumento se opera lenta-

mente. Daí, ter dado sua especial atenção ao cobre, como "viga mestra" de intensificação econômica imediata.

Como se sabe, o cobre é um dos metais mais antigos que a humanidade conhece. Crê-se que começou a ser usado no último período da idade da pedra. No Egito, foram encontradas armas e ferramentas de cobre em tumbas de cinco mil anos antes de Cristo. 3.800 anos antes de Cristo era explorada uma mina de cobre no Sinai. Na época moderna, o uso do cobre é intenso, *especialmente na indústria elétrica.*

Nos últimos quinze anos, o consumo mundial se duplicou. Em 1968, a produção de cobre refinado foi de 3.705.000 toneladas métricas, o que significa um aumento de 12% em relação ao ano de 1967.

Por outro lado, o auge industrial que vive a humanidade e o temor de conflitos bélicos produz um aumento dos preços do cobre. A guerra do Vietnã pode ser considerada como a causa de uma demanda de 200.000 a 300.000 toneladas a mais.

Em conseqüência do desequilíbrio entre a produção e a demanda, bem como da inexistência de substitutos descobertos até a data, o preço do cobre sofreu um aumento e se mostra firme: na Bôlsa de Metais de Londres o preço médio líquido obtido pela denominada *Gran Minería de Chile* foi de 48,35 cts. por libra em 1967, 51,74 cts. por libra em 1968, e 60,8 cts por libra no primeiro semestre de 1969. Atualmente, por causas pròvàvelmente transitórias, o preço está excepcionalmente elevado. No início do mês *em curso (setembro de 1969), o preço estava por volta de 75 cts.* de dólar a libra.

Recursos Mundiais

As estatísticas geológicas indicam que as reservas atualmente conhecidas significam 256 milhões de toneladas *m. de cobre fino.* No ritmo atual de consumo, o cobre se extinguirá em pouco mais de 60 anos. Porém, como o aumento se intensifica, teme-se que as reservas atualmente conhecidas se esgotem em menos de um quatro de século. Entretanto, deve-se ter em conta que, pròvàvelmente, serão descobertas novas jazidas e, ademais, mediante os avanços tecnológicos, se explorarão minerais de baixíssimo teor (lei) que hoje são anti-econômicos. Mas a verdade é que tudo indica que a vida do cobre, *como* metal básico, *tem* uma limitação *no* tempo futuro.

As reservas hoje conhecidas estão assim distribuídas:

América do Norte	*Toneladas*
Estados Unidos	35 milhões
Canadá	9 milhões
Outros	1 milhão
Total	45 milhões

América do Sul

Chile	81,8	milhões
Peru	15	milhões
Outros	1	milhão
Total	97,8	milhões

África

Congo	20	milhões
Zâmbia	25	milhões
Outros	3	milhões
Total	48	milhões
União Soviética	35	milhões
Europa	22	milhões
Ásia	7	milhões
Austrália	1	milhão
Total Mundial	256	milhões

É importante observar agora que essas reservas, expressadas em toneladas de cobre fino, não dão uma imagem completa e característica das próprias jazidas. Nos Estados Unidos, as reservas são exploradas em ritmo intenso há muitos anos e baixaram de qualidade: contêm uma média de 0,8%, ou seja, 8 kg de cobre fino por tonelada de metal.

Por outro lado, as jazidas latino-americanas exploradas durante menos tempo e com menor intensidade, contêm entre 1,3% e 1,8% de cobre. As do Congo e de Zâmbia são ainda mais ricas, contendo entre 2 e 4%.

É óbvio que é mais lucrativo explorar minas de alto teor, e que, na atualidade, estão em países onde a mão-de-obra é notòriamente mais barata.

Disso se conclui que o Chile tem quase a terceira parte das reservas de cobre do mundo.

Aproveitamento das Reservas

Há outro dado que demonstra a situação desfavorável em que se encontram os países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos. Esta é a proporção que existe entre a exploração do cobre e suas reservas:

País	*Produção anual*	Reservas (ton.)	*Proporção*
EEUU	1.400.000	35.000.000	4,0%
URSS	900.000	35.000.000	2,8%
Chile	650.000	81.800.000	0,8%
Zâmbia	630.000	25.000.000	2,5%
Congo	350.000	20.000.000	1,7%
Canadá	500.000	9.000.000	5,5%

Em outras palavras, é evidente que os países em vias de desenvolvimento, à exceção de Zâmbia, não estão aproveitando devidamente suas riquezas e que se impõe, como um imperativo, intensificar sua produção. Êsses países estão alicerçados sôbre uma grande riqueza atual que, com o correr do tempo e em conseqüência do avanço tecnológico, poderá perder, em grande parte, o seu valor no mercado mundial. Urge, portanto, aproveitá-la imediatamente.

Antecedentes da Mineração do Cobre no Chile

Em nosso país há uma diferença entre Grande, Média e Pequena Mineração. Integram a Grande Mineração aquelas emprêsas que produzem mais de 75.000 toneladas anuais. Até o início do mandato do Presidente Eduardo Frei, eram totalmente norte-americanas. A Pequena Mineração é composta de emprêsas cujo capital não excede aproximadamente, a quantia de US$ 150.000 e que não estão constituídas como sociedades anônimas. São chilenas. As demais emprêsas constituem a Média Mineração. São também chilenas.

O tratamento tributário para essas diferentes emprêsas não é o mesmo. Em 1968 a Grande Mineração produziu 519.000 toneladas e a Média e Pequena Mineração 139.000 toneladas (subiu 39% em dois anos).

Importância Econômica do Cobre para o Chile

O total das receitas nacionais de todo o cobre, durante o ano de 1968, foi de US$ 462.443.000. Isto inclui custos de produção, novos investimentos, impostos sôbre utilidades, impôsto adicional e participação fiscal nas sociedades mistas.

Para se poder avaliar a importância desta cifra, basta assinalar que o total da exportação de bens, durante o ano de 1968, foi de US$ ...... 915.500.000.

Ademais, devo salientar que nos anos anteriores à administração Frei, o endividamento nacional era em média de US$ 200.000.000 por ano. Entre 1965 e 1968, esta cifra foi reduzida a US$ 65.000.000. É evidente que êsse endividamento deverá desaparecer, caso não se queira comprometer o futuro do país.

Tributação do Cobre

Devo explicar ainda, que a receita fiscal de impostos sôbre a grande Mineração é considerável e à caixa fiscal representou, em 1968, US$ .... 170.900.000. A tributação é alta. A Andes Cooper Co. paga 50% de impostos sôbre seus lucros, a Chile Exploration Co., 58.7% e a Sociedade Anónima El Teniente, 50%.

O Futuro do Chile

Por outro lado, um estadista deve olhar para o futuro e, no caso do Chile, deve supor que o excepcional preço do cobre não pode manter-se indefinidamente. Com êstes antecedentes, o Presidente Frei traçou sua política do cobre, cujas finalidades são as seguintes:

1) Duplicar a produção de cobre em 5 anos, até alcançar 1.200 ton. de produção em 1971.
2) Triplicar a refinação de cobre no país, elevando as cifras de 278.000 a 700.000 ton.
3) Intervir no comércio internacional do cobre.

Para realizar a política anterior, o Presidente Frei tomou em abril de 1966, uma decisão fundamental: vender nosso cobre ao preço do Mercado de Londres.

Isto requer uma prévia e breve explicação: durante muitos anos houve dois preços para o cobre: um que se chamava "Producers Price", isto é, "preço de produtores", que vigora nos Estados Unidos da América do Norte e era, em 1966, de 42 cts por libra de cobre. (Atualmente oscila em tôrno de 48 cts. a libra). Paralelamente, existia o "London Price", isto é, o preço da Bôlsa de Metais de Londres que, em abril de 1966, era de 62 cts. de dólar por libra. Já vimos que a média do ano passado (1968) foi de 51,54 cts. por libra e que, no início dêste mês, era de 74,81 cts. por libra.

A decisão foi tomada após profundas reflexões. Era possível haver represálias de setores internacionalmente poderosos. Além disso, corria-se o risco de perder alguns clientes. Por último, seria estimular, ainda mais, a busca de substitutos do cobre, considerando que uma parte importante da produção, como era a chilena, se venderia a preço mais alto.

Entretanto, um estudo profundo levou o Govêrno à conclusão de que o Mercado de Londres respondia a uma realidade permanente, que era conseqüência do equilíbrio entre a demanda e a oferta de cobre e que, além disso, a diferença de preço que o Chile perdia não favorecia sempre aos consumidores, destino que muitas vêzes ficava nas mãos de intermediários. Felizmente, os fatos nos deram a razão e desde essa data, abril de 1966, o Mercado de Londres tem-se mantido mais alto do que o norte-americano.

Como dado ilustrativo, quero assinalar que, durante 1968, a produção da Grande Mineração de cobre, que foi de 520.000 tons., se vendeu da seguinte forma:

Na Europa:	368.000 tons.
Nos Estados Unidos da América:	94.000 tons.
No Chile:	23.000 tons.
Em outros mercados:	15.000 tons.

Comercialização do Cobre

Antes de explicar o processo mesmo de chilenização do cobre, quero referir-me muito suscintamente à absoluta necessidade de intervir, tanto quanto o permitem nossas fôrças, no mercado internacional do cobre. Já desde administrações anteriores, se advertiu sôbre esta necessidade. Foi criado o organismo público adequado, que hoje se chama Corporação do Cobre e que, entre outras atribuições, tem a de intervir no comércio internacional do cobre, na regulação de seus preços e na manutenção e ampliação de seus mercados..." As Companhias produtoras, portanto, há mais de 14 anos não são livres nem para vender sua produção, nem para fixar os preços. Agora devem seguir as instruções do atual Departamento do Cobre.

Por outro lado, e com respeito à produção e comercialização do cobre, devo recordar que, em 1967, foi constituído o *Conselho Intergovernamental dos Países Exportadores de Cobre*, "CIPEC", integrado pelo Chile, Congo, Peru e Zâmbia. Seus objetivos são de estimular a expansão da indústria, harmonizar as decisões e políticas dos países membros, trocar informações e assessorar-se mùtuamente. Em sua organização há uma Conferência de Ministros, que se reúne a cada dois anos; uma Junta Diretora dos delegados de cada país membro, que se reúne semestralmente, e um Escritório de Estudos de Cobre, que é o órgão permanente, com sede em Paris.

Nosso Govêrno está satisfeito com o funcionamento dêsse organismo e lhe presta todo seu apoio.

Incremento da Produção

Para duplicar a produção de cobre era necessário aumentar os investimentos. Aqui surgiram duas tendências durante a campanha presidencial de 1964. Os partidários da candidatura marxista do Senhor Salvador Allende propugnavam, simplesmente, a nacionalização de tôdas as companhias de cobre. O Presidente Frei propiciou a "chilenização do cobre", mediante a celebração de contratos de sociedade entre o Estado do Chile e as ditas Companhias.

As razões que determinaram a decisão de "chilenizar", e não "nacionalizar", foram de que os pagamentos das correspondentes indenizações comprometeriam uma parte substancial dos recursos públicos e privados e que se tornaria impossível de efetuar, ao mesmo tempo, os vultuosos inves-

timentos necessários ao aumento da produção. Por último, o Chile não dispunha de pessoal técnico altamente especializado que requer o complexo trabalho da produção do cobre.

Como se Realizou a «Chilenização»

O mais importante passo foi dado com uma companhia filial da Kennecott, denominada Braden Copper Company, proprietária de uma importante mina situada no interior do país e cuja produção anual se aproxima de 165.000 ton. Em virtude do acôrdo, foi constituída a Sociedad Minera El Teniente, da qual o Estado possui 51% das ações, cabendo à Braden Copper Company os 49% restantes. O capital é de US$ 160.000.000. Concordou-se em ampliar os investimentos num total de US$ 230.241.000. Até 30 de dezembro de 1968 já se havia investido US$ 90.577.000. A realização dos trabalhos prossegue ràpidamente e o total do investimento deverá estar completado em maio do próximo ano. Devo assinalar que um dos aspectos mais importantes dêsses investimentos consiste no deslocamento da população trabalhadora desde o coração da Cordilheira dos Andes, a 2.100 metros, até a planície central em Rancagua. Trata-se de 2.678 casas com um custo total de US$ 26.000.000. Diàriamente, os trabalhadores vão da cidade à mina por moderníssima estrada, que constitui uma gigantesca obra de engenharia, atravessando montanhas e precipícios. Ademais o custo do transporte da produção diminuirá consideràvelmente.

Uma segunda sociedade, a Compañia Minera Andina, foi organizada entre o Govêrno do Chile e a Cerro Pasco Corporation. O primeiro é minoritário, com 25% do capital. A uma inversão de US$ 157.000.000, corresponde, a 31 de dezembro de 1967, a realização de US$ 64.211.000, ou seja, 40% do total.

Uma terceira sociedade foi criada, a Compañia Minera Exótica, entre o Estado do Chile, que terá 25% e a Anaconda, entidade norte-americana, que tem 75%. O investimento projetado é de US$ 38.000.000. Ao findar o ano passado, tinham sido investidos US$ 26.825.000.

A Anaconda não Aceita Associar-se com o Govêrno do Chile

Êsse plano de "chilenização" do cobre, porém, como vimos, que foi aceito pela Kennecott, proprietária da Braden Copper, não o foi pela Anaconda, poderosa sociedade norte-americana que opera no Chile através de suas duas filiais: a Chile Exploration Company, dona da maior mina a céu aberto do mundo, num lugar denominado Chriguicamata, e a Andes Copper Minery Company, proprietária dos minerais de El Salvador e Potrevilles, na província de Atacama. Aceitaram sòmente ampliar sua capacidade de produção. Assim como a primeira, se obrigou a investir US$ 99.107.000, dos quais, até 31 de dezembro, já estavam incorporados US$ 69.204.000.

Por sua vez, a Andes Copper Company se obrigou a investir US$ 10.304.000, investimento que está pràticamente realizado (US$ 9.502.000 em 31 de dezembro de 1968).

A importância das sociedades filiadas à Anaconda é enorme, uma vez que sua produção foi, em 1968, de 340.000 tons., isto é, um pouco mais da metade de tôda a produção de cobre do Chile.

A Nacionalização da Anaconda

O Presidente da República, em sua mensagem anual ao Congresso Nacional, de 21 de maio último, destacou os benefícios alcançados pelo país no seu programa de "chilenização" do cobre e propôs da necessidade de estendê-lo à Anaconda que, até o momento, como se viu, resistia ao programa.

Disse, como argumento fundamental de sua decisão, que "é dever do Chile velar pelos seus legítimos interêsses em matéria de recursos básicos porque não há nenhuma nação que possa progredir hipotecando sua capacidade de decisão nas áreas mais importantes de sua economia". Em outras palavras, do cobre depende, de forma definitiva, a economia do país e, por conseguinte, seu desenvolvimento social e político. É indispensável que as decisões fundamentais sôbre o mesmo fiquem em mãos chilenas.

Por outro lado, o alto preço do cobre teve grande influência na posição presidencial. Disse o Presidente: "Nos últimos anos os preços mundiais do cobre passaram por uma alta constante. No primeiro momento pensou-se que correspondia a situações transitórias, produto, principalmente, de acontecimentos internacionais. Posteriormente, viu-se que esta situação passou a ser estável. Isso obriga o Govêrno a revalorizar a participação do Estado nos benefícios desta atividade vital para o país".

As Negociações e o Acôrdo com a Anaconda

A poucos dias do discurso presidencial, os representantes da Anaconda viajaram para o Chile. As negociações foram realizadas com grande sigilo entre os representantes de ambas as partes e, quase três semanas depois, o Presidente da República dirigiu-se à Nação, anunciando o resultado das gestões que culminaram no que se chamou "uma racionalização pacífica", isto é, um acôrdo entre o Estado do Chile e a Anaconda.

As bases do acôrdo são as seguinte:

1) Serão constituídas duas sociedades mineradoras chilenas, para as quais serão transferidos os ativos e os passivos da Chile Exploration Co. y Andes Mining Co. (Filiais da Anaconda).

2) O Estado chileno compra imediatamente 51% das ações que significam essa cota do capital social. Os 49% restantes — é facultativo — podem ser comprados a partir de 30 de dezembro de 1972.

3) As novas sociedades começam suas operações em 1.º de janeiro de 1970, porém o Estado chileno participa em 51% das utilidades de ambas as filias da Anaconda a partir do 1.º dia do presente mês de setembro.

4) O preço de compra de 51% é o valor de contribuições de ambas as emprêsas cuja reavaliação compete à Corporación del Cobre e à Dirección de Impuestos Internos. Êste valor de contribuições dos 51%, sujeito à dita reavaliação, é de, aproximadamente, 212 milhões de dólares. O preço será pago em 24 quotas semestrais, isto é, num prazo de 12 anos.

Não se paga quota a dinheiro. A primeira quota deverá ser integralizada em 30 de junho de 1970.

5) O Govêrno do Chile tem a opção, isto é, a faculdade de comprar os 49% restantes das ações. Esta opção pode ser efetivada a partir de 31 de dezembro de 1972 e no prazo de nove anos.

Para poder comprar êstes 49% do capital, deverá ter pago 60% do preço da primeira quota (51% do capital social).

O preço de compra das ações que representam os 49% está relacionado com a rentabilidade dessas ações, depois de deduzidos os impostos e a participação no sobrepreço, e se pagará no prazo de doze anos a contar da data em que se termine de pagar o preço dos 51% e com juros de 6% anuais.

Em outras palavras, há um prazo máximo de 24 anos para a compra do total das filiais da Anaconda.

Devo explicar que esta era a única forma de poder se chegar a um acôrdo sôbre o preço dos 49% restantes. Se o negócio nessa época fôr próspero, paga-se mais. Senão, paga-se menos. Há, nos acôrdos, uma fórmula matemática para determinar o preço. (Multiplica-se o lucro por 8 ou 6, seguindo a data da compra).

6) A administração, as vendas e a direção das novas sociedades serão realizadas de acôrdo com a política determinada pelos seus diretórios, nos quais o Estado do Chile terá maioria (4 a 3).

7) Durante um prazo mínimo de três anos estabelece-se com a mesma Anaconda um contrato de assessoria. Isto tem por objetivo evitar qualquer deterioração da produtividade e da eficiência, assegurar a marcha normal da emprêsa, completar os planos de expansão a que me referi e, muito especialmente, preparar adequadamente o pessoal chileno que substituirá, progressivamente, o pessoal norte-americano que trabalha na referida emprêsa. Pela assessoria se pagará um honorário de 1% das vendas, livre de impostos, com um limite de 60 centavos de dólar por libra.

8) Os planos de expansão e de novos investimentos continuarão até seu término total.

9) Os impostos de renda atuais continuarão em vigor.

10) O Govêrno do Chile obtém maior participação nos altos preços do cobre. Para tal, as novas emprêsas reconhecerão à Corporación do Cobre, como dividendo preferencial e garantido, uma porcentagem do maior preço que se obtenha na venda do cobre, quando o preço exceda de quarenta centavos de dólar a libra dentro dos custos atuais. Esta participação adicional vigora desde 1.º de junho do presente ano e será de 54% para o preço entre 40 e 41 cts., participação que irá crescendo gradualmente até 70% para o preço de 50 cts. e mais, deduzindo-se o impôsto de renda sôbre a soma assim determinada.

Esta participação no sobrepreço deve estender-se por lei ou por acôrdo às demais emprêsas. Se assim não ocorrer, será devolvida à Anaconda a soma percebida por esta determinação.

11) As novas sociedades se obrigam a abastecer normalmente a indústria nacional, do cobre que seja necessário.

Quero ressaltar a importância da maior participação no alto preço do cobre. Antes dos acôrdos, a receita fiscal proveniente da produção de cobre das filiais da Anaconda, calculada por exemplo a um preço de 50 cts., de dólar por libra, representava US$ 98.800.000. Com os acôrdos realizados, essa receita subirá a US$ 184.000.000 anuais. Isto significa que o preço de compra pode ser pago com uma parte das maiores receitas que se obtém pelo Estado em virtude dos acôrdos estabelecidos.

Vantagens do Procedimento Seguido

Quero repetir as palavras com que o Presidente Frei prestou contas à nação, pelo rádio e televisão:

"Um processo de nacionalização que tivéssemos levado adiante unilateralmente e em forma conflitiva, teria significado um profundo transtôrno político de ordem internacional, graves restrições, ainda que transitórias, e também prejuízos quanto ao caudal de nossos créditos ou investimentos estrangeiros, indispensáveis para o desenvolvimento do país; e o que é mais sério, teria pôsto em perigo os programas de expansão da indústria no momento em que todos os investimentos estão atingindo os níveis mais elevados.

Assim mesmo, é necessário considerar que do bom andamento da produção do cobre dependem importantes recursos fiscais e de moeda estrangeira que determinam as condições do nosso comércio exterior."

Mais adiante, disse: "Estou certo de que esta fórmula de transferência de *investimento estrangeiro* para a *propriedade nacional, sem transtornos*, sem violências inúteis, será um exemplo e um modêlo que pode abrir um amplo caminho nas relações entre as duas Américas e uma nova perspectiva para a defesa da soberania de nossos povos.

Responsabilidade de um Govêrno e de um País

O Govêrno do Chile e nosso povo estão conscientes de que assumiram uma grave e séria responsabilidade. Assim o disse o Presidente Frei em sua mensagem à nação chilena:

"Pronunciar a palavra nacionalização é fácil e pode ser uma boa bandeira de agitação. Todavia, realizar uma política de nacionalização requer uma atitude como nação, uma contínua decisão, um alto nível de trabalho e de inteligência.

A independência econômica, como a política, não se alcança só com palavras, mas com trabalho, esfôrço e superação em todos os níveis. Temos exemplos incontestáveis de esforços nacionalizadores que se realizaram no caos e que levaram diversos países ao atraso e à confusão por longos anos.

Hoje o Chile dá um passo igualmente transcendente, sem correr nenhum dêsses riscos e retrocessos. Devemos então aproveitar intensamente nossa oportunidade".

O BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INTRAZONAL

Embaixador Maury Gurgel Valente *

Em conseqüência da política de saneamento econômico adotada pelo Govêrno revolucionário, a economia brasileira conseguiu, no final da década de 60 e também no corrente ano, recuperar-se da recessão ocorrida de 1963 a 1966. Essa recuperação, que permitiu, em 1969, um crescimento do produto interno bruto da ordem de 9%, foi resultado de um deliberado esfôrço governamental e privado e se apoiou essencialmente em bases internas, o que por si só demonstra a viabilidade, em têrmos nacionais, de um projeto de desenvolvimento brasileiro auto-sustentado.

Êsse fato, longe de significar opção pelo alheamento do Brasil em relação à comunidade internacional, levou a economia brasileira a maior abertura para o mercado mundial e à busca de fatôres adicionais de dinamismo tecnológico e melhor composição de preços, em determinados casos.

Salutar embora para a economia brasileira, não deve essa tendência ser interpretada como única alternativa para um país de perto de cem milhões de habitantes e que dispõe, portanto, de mercado consumidor cujo potencial cresce dia a dia graças à política de modernização econômica de nossas regiões deprimidas.

Com efeito, o Govêrno brasileiro está atualmente empenhado num vasto programa de acelerada integração nacional. Êste programa abrange desde os planos rodoviários de interligação do grande espaço brasileiro até a superação dos desníveis sócio-econômicos através da participação da fôrça de trabalho no esquema de poupança nacional, tornando-a um protagonista maior do nosso esfôrço de desenvolvimento interno.

Na verdade, a participação de todos no produto nacional, a criação de estímulos para melhorar a remuneração dos trabalhadores, o incremento

---

* Discurso pronunciado pelo embaixador Maury Gurgel Valente, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em Montevidéo.

de poupança individual são preocupações constante do Govêrno do Presidente Garrastazu Médici, refletida no Plano de Integração Social.

Não há necessàriamente incompatibilidade lógica entre a execução dêste programa e a integração latino-americana, pois pode estabelecer-se verdadeira complementariedade entre a preparação de condições para uma fase mais ambiciosa a nível zonal e a conquista daqueles objetivos nacionais. Com efeito, temos que realizar um avanço na aproximação entre os países-membros sem postergar a solução das disparidades e dos desníveis internos. Possuindo a maior área-problema do ocidente — o Nordeste brasileiro — o Brasil enfrenta uma problemática de integração entre suas regiões geo-econômicas. A magnitude dêste problema interno constitui mais um desafio, que enfrentamos com otimismo, do que um enigma. A economia brasileira não se esgota no tratamento dêstes problemas nacionais. Ao contrário, sua vitalidade acarreta necessàriamente um maior dinamismo no comércio internacional, e especialmente nas trocas, no âmbito latino-americano.

De qualquer maneira, o dinamismo da economia brasileira, e seu entrosamento no comércio exterior, tem-se feito sentir também de modo significativo no mercado da ALALC. Em relação à Zona de Livre Comércio, o Brasil participou não apenas nas exportações mas também, e, principalmente, em têrmos de importações, que obedeceram a um movimento progressivo nos últimos anos. Convém lembrar que as importações brasileiras provenientes da ALALC atingiram os seguintes índices, que atestam um ritmo crescente de compras: 1966 — US$ 167 milhões; 1967 — US$ 226 milhões; 1968 — US$ 278 milhões; 1969 — US$ 291 milhões. Êsses dados comprovam que a expansão do intercâmbio brasileiro motivou, durante o período de maior crise da ALALC, um aumento da participação das importações zonais em US$ 124 milhões, que equivale a um aumento de 74% em relação ao ano tomado como base.

Não obstante êste acréscimo, o comportamento das exportações para a Área, no mesmo período, foi menos significativo. Logrou, entre 1966 e 1969, subir de apenas US$ 72 milhões, que equivalem a 34% em relação ao ano base.

A conclusão é de que, apesar do dinamismo da economia brasileira nos últimos anos e do intenso esfôrço governamental de incrementar as exportações, permanece o déficit que o Brasil vinha tradicionalmente acumulando com a Zona.

É bem verdade que êsse saldo negativo ficaria reduzido em 1970 se comparássemos os números relativos ao comércio brasileiro com a Zona no primeiro semestre dêste ano (US$ 136 milhões de exportações e US$ 146 milhões de importações) aos dados referentes a idêntico período do ano anterior (US$ 105 milhões de exportações a USr$ 145 milhões de importações). A manter-se a tendência observada no segundo semestre de cada ano, o déficit do Brasil com a Área deveria, no final de 1970, estar reduzido a US$ 10 milhões. É inegável, entretanto, que essa projeção tendeu a mover-se regressivamente contra o Brasil, após a reforma tarifária argentina, cujo

impacto já se fêz sentir sôbre as exportações de vários itens brasileiros. É importante assinalar que a estimativa das conseqüências dessa reforma do país amigo sôbre as exportações brasileiras, revela que se encontram comprometidas, senão já prejudicadas, exportações brasileiras de produtos que, em 1969, alcançaram naquele mercado cifra superior a US$ 80 milhões, incluindo não apenas produtos tradicionais no intercâmbio dos dois países como também itens incorporados à balança comercial entre Brasil e Argentina por fôrça de recentes negociações.

Apesar dêsses fatos, que sublinham a verdadeira expressão do incontestável interêsse que o Brasil sempre teve na ALALC, o Govêrno brasileiro, no início desta nova década da Associação, reitera sua confiança nos princípios consagrados no Tratado de Montevidéo, desde que cumpridos a contento por tôdas as Partes Contratantes.

A Delegação do Brasil na ALALC assinala que, no momento em que renova sua fé nesse esquema de cooperação comercial, não deseja dramatizar o significado do déficit que o Brasil tem acumulado com a Zona. Ao ver do Govêrno brasileiro, o resultado contábil adverso do intercâmbio de um país com os demais pode ser compensado por outras vantagens que derivariam do estrito cumprimento do Tratado e do fortalecimento do espírito de colaboração entre as Partes. A eventual ocorrência de déficits em sua balança comercial com a Zona tem sido sempre canalisada pelo Brasil dentro do contexto mais amplo do intercâmbio regional, cuja expansão progressiva, retomada em 1969 e mantida em 1970, é o objetivo fundamental do Tratado. Essa posição brasileira se justifica pela convicção de que não seria factível tentar avançar para formas mais íntimas e ambiciosas de integração sem prèviamente consolidar e incrementar, segundo os compromissos assumidos, a base comercial em que deve assentar-se o processo.

Nesse espírito o Govêrno brasileiro convida a um maior enfrentamento com a realidade os arquitetos que pretendem construir o edifício comum da integração, sem antes estabelecer-lhe alicerces concretos. Êsses alicerces estão na tessitura de interêsses recíprocos. O Brasil pode, assim, orgulhar-se de haver sempre assumido uma posição construtiva na ALALC, sem procurar restringir artificialmente suas compras na Área.

Nossa construtividade evidencia-se nas diversas etapas da vida da Associação, quer na busca de fórmulas novas para o prosseguimento do esfôrço multilateral tarifária de libertação, quer na compreensão para com os problemas específicos de cada país. Dentro dessa linha de comportamento, o Govêrno brasileiro apoiou as várias idéias surgidas para dinamizar a Associação entre as quais se pode mencionar o projeto de concessões temporárias, sazonais, por quotas e mistas. Colaborou no aperfeiçoamento de mecanismos de interêsse comum. Participou das várias rodadas de negociação tarifária, seja em listas nacionais e especiais seja em acôrdos de complementação. Procurou sempre compreender as dificuldades das Partes Contratantes e tentou encontrar-lhes superação.

Os resultados de nosso intercâmbio com a Zona são a melhor prova da atitude de colaboração que tem caracterizado a postura brasileira na ALALC. Durante a primeira década de execução do Tratado de Montevidéo, o Govêrno brasileiro guiou-se pela convicção de que essa abertura valeria ser mantida, na esperança de encontrar, nas demais Partes Contratantes, a recíproca de um mesmo espírito de cooperação e compreensão indispensáveis à obtenção de resultados mùtuamente vantajosos.

Já o exercício de reavaliação da primeira fase da Associação, que se iniciou em 1969 e prosseguiu em 1970, despertou no Govêrno brasileiro preocupações ao verificar que não tem encontrado, para solucionar seus problemas, a correspondência de boa-vontade que lhe seria lícito antecipar. O Brasil jamais pleiteou resolver questões comerciais em detrimento do interêsse das demais Partes. Não obstante, permanece sem solução, depois de oito anos de tentativas e a despeito das características especiais e justas de que se reveste o pleito, o único problema em relação ao qual se viu o Govêrno brasileiro forçado a solicitar retirada de concessão e a aplicar cláusula de salvaguarda, com o objetivo de recompor uma situação de anterior equilíbrio.

Ainda ontem, apesar de todos os esforços da Delegação brasileira para que se desse cumprimento aos dispositivos da Resolução 103 (IV), preferiu-se, nesta mesma Comissão, ignorar as normas vigentes da Associação e desconhecer a justeza do pedido brasileiro. Assim, a mesma norma jurídica cuja inexistência em 1963 fôra alegada para impedir a retirada de concessão pretendida pelo Brasil é agora paradoxalmente violentada numa tentativa de frustrar o nosso pleito, configurando-se claramente dois pesos e duas medidas.

Também nesse período, coerente com suas diretrizes, esforçou-se o Brasil para manter seus compromissos com relação às vantagens negociadas e o exemplo mais marcante dessa atitude está na reposição, por iniciativa própria, das margens de preferência afetadas pela reforma tarifária empreendida em 1966.

No atendimento dos reclamos específicos de outras Partes Contratantes, o Govêrno brasileiro procurou ampliar suas listas de vantagens não extensivas, apoiando inúmeras iniciativas dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e de mercado insuficiente. Aplaudimos, com êsse objetivo, a formação do Pacto Andino, na esperança de que, na medida em que resolvesse a problemática *sui-generis* do grupo sub-regional, também servisse para o fortalecimento da ALALC como um todo. O Govêrno brasileiro crê em que a unidade da Associação deve ser mantida a fim de que apóie as reivindicações latino-americanas em face do mundo desenvolvido, evitando que falácias teóricas que nos desviem do verdadeiro endenderêço extrazonal de nossas justas postulações no âmbito mundial.

A Delegação brasileira na ALALC deixa claro que os princípios e propósitos reiterados nesta oportunidade permanecem válidos na medida em que se registre correspondência por parte de todos os países-membros. Neste

momento em que o Govêrno brasileiro avança com êxito o caminho do desenvolvimento auto-sustentado, impõe-se um equacionamento de seus interêsses globais, inclusive aquêles referentes à Associação.

A Delegação do Brasil solicita, assim, a atenção das demais Representações para a necessidade de que se dividam entre tôdas as Partes as responsabilidades dêsse empreendimento para que se evite o risco de que, concentradas em apenas alguns parceiros, passem a significar para as gerações futuras, em têrmos de integração nacional um excessivo custo social.

Em suma, ao analisar a evolução do intercâmbio intrazonal, o Govêrno brasileiro considera que seu incremento global é um fato positivo incontestável, pois beneficia a região como um todo e fortalece as bases da integração. Dêsse prisma de análise, o Govêrno brasileiro também considera que o déficit de sua balança comercial com a *Zona* dá o *testemunho* concreto de sua real contribuição a essa tarefa comum, e, apesar dos ônus que êsse sacrifício representa como carga adicional a seus magnos problemas internos, tem aceito com tranqüilidade a permanência dessa situação desfavorável, por acreditar que se pode conseguir o reequilíbrio das vantagens mediante o esfôrço conjunto de tôdas as Partes. Para isso contamos com que volte a imperar nesta Associação um clima de compreensão e boa-vontade efetivamente comuns e recíprocos.

CAFÉ: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA *

O café é o principal produto do comércio internacional, depois do petróleo. Cêrca de 20.500.000 pessoas nos 41 países produtores participantes do Acôrdo Internacional do Café dependem do café para viver e na América Latina o produto provê o sustento de cêrca de 11.500.000 pessoas.

Em 1968 a comercialização do café rendeu US$ 2,3 bilhões para os países produtores do mundo. Esta cifra representa 16,3% do total do comércio exterior dos principais países plantadores da América Latina, 16,8% da África e 2,1% da Ásia e Oceania.

Em 1968 os Estados Unidos compraram aproximadamente 25.378.000 sacas (de 132 libras cada) de café, isto é, 45,4% do total de café exportado, alcançando US$ 771.590.000 ou 68% e o da África e outras áreas, US$ 367.990.000.

Êstes dólares obtidos pelo café proporcionaram entre 25 e 81% do rendimento total das exportações de 14 países da América Latina e África, e foram utilizados em grande parte pelos países cafeeiros para suas compras nos Estados Unidos.

Por exemplo, o montante recebido pelo Brasil, US$ 369.813.000, em 1968, correspondeu a 52,4% das compras realizadas nos Estados Unidos, no valor de US$ 705.071.000.

As vendas de café da Colômbia (US$ 162.314.000) para os Estados Unidos representaram 51% dos US$ 318.370.000 que êste país dispendeu na compra de produtos estadunidenses.

A Guatemala recebeu dos Estados Unidos US$ 35.075.000 ou 38% dos US$ 92.918.000 que gastou nesse país.

Na África, a Etiópia recebeu US$ 43.280.000, isto é, 93,5% dos US$ 46.289.000 de suas compras nos Estados Unidos.

O café da Tanzânia obteve US$ 9.126.000 dos Estados Unidos, ou 71% dos US$ 12.859.000 que comprou neste país. Quênia gastou US$ ...... 19.685.000, dos quais 46% ou US$ 9.108.000 representados pelo valor do café que vendeu aos Estados Unidos em 1968.

---

* Dados fornecidos pelo World Coffee Information Center.

As análises apresentadas a seguir, salientando o significado do café para as economias dos principais países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, em 1968, abrangem Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamáica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Venezuela; Angola (Província de Portugal), Burundi e Ruanda, Camerum, Congo (Brazzaville), Congo (República Democrática), Costa do Marfim, Daomé, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Malgaxe, Sierra Leoa, Tanzânia (República Unida), Togo, Uganda, Índia e Indonésia.

O café criou 20.500.000 empregos nos Países Produtores do mundo.

AMÉRICA LATINA		ÁFRICA e ÁSIA	
Bolívia	25.000	Angola (Prov. Portugal)	550.000
Brasil	6.000.000	Burundi e Ruanda	300.000
Colômbia	2.000.000	Camerum	350.000
Costa Rica	190.000	Congo (Brazzaville)	25.000
El Salvador	350.000	Congo (Rep. Democ.)	450.000
Equador	400.000	Costa do Marfim	1.700.000
Guatemala	450.000	Daomé	25.000
Haiti	460.000	Etiópia	800.000
Honduras	200.000	Gabão	25.000
Jamáica	15.000	Gana	25.000
México	600.000	Guiné	25.000
Nicarágua	170.000	Índia	400.000
Panamá	70.000	Indonésia	550.000
Paraguai	25.000	Libéria	25.000
Peru	135.000	Nigéria	100.000
Rep. Dominicana	390.000	Quênia	450.000
Trinidad e Tobago	25.000	Rep. Centro-Africana	25.000
Venezuela	300.000	Rep. Malgaxe	780.000
		Rep. Unida de Tanzânia	700.000
		Serra Leoa	50.000
		Togo	75.000
		Uganda	1.400.000

PAÍSES LATINO-AMERICANOS PRODUTORES DE CAFÉ

Dados de 1968

Bolívia (População 4.680.000)

Exportações totais	US$	153.000.000
Exportações para os EUA		30.049.000
Importações dos EUA		54.775.000
Exportações totais de café (est.)		2.000.000

Exportações de café para os EUA		602.000

Bolívia pagou 1,1 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Brasil (População 88.209.000)

Exportações totais	US$	1.896.000.000
Exportações para os EUA		669.639.000
Importações dos EUA		705.071.000
Exportações totais de café		797.300.000
Exportações de café para os EUA		369.813.000

Brasil pagou 52,4 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Colômbia (População 19.825.000)

Exportações totais	US$	520.000.000
Exportações para os EUA		264.030.000
Importações dos EUA		318.370.000
Exportações totais de café		352.000.000
Exportações de café para os EUA		162.314.000

Colômbia pagou 51 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Costa Rica (População 1.634.000)

Exportações totais	US$	176.000.000
Exportações para os EUA		88.262.000
Importações dos EUA		73.845.000
Exportações totais de café		55.200.000
Exportações de café para os EUA		14.238.000

Costa Rica pagou 19,3 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

El Salvador (População 3.266.000)

Exportações totais	US$	210.000.000
Exportações para os EUA		44.508.000
Importações dos EUA		60.593.000
Exportações totais de café		93.600.000

Exportações de café para os EUA		28.242.000

El Salvador pagou 46,6 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Equador (População 5.695.000)

Exportações totais	US$	210.000.000
Exportações para os EUA		89.928.000
Importações dos EUA		97.778.000
Exportações totais de café		34.500.000
Exportações de café para os EUA		17.154.000

Equador pagou 17,5 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Guatemala (População 4.864.000)

Exportações totais	US$	215.000.000
Exportações para os EUA		70.971.000
Importações dos EUA		92.918.000
Exportações totais de café		76.000.000
Exportações de café para os EUA		35.075.000

Guatemala pagou 37,7 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Haiti (População 4.671.000)

Exportações totais	US$	36.000.000
Exportações para os EUA		26.386.000
Importações dos EUA		23.970.000
Exportações totais de café		14.000.000
Exportações de café para os EUA		3.844.000

Haiti pagou 16,0 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Honduras (População 2.413.000)

Exportações totais	US$	183.000.000
Exportações para os EUA		82.640.000
Importações dos EUA		74.568.000

Exportações totais de café		21.000.000
Exportações de café para os EUA		16.250.000

Honduras pagou 21,8 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas a êsse país.

Jamáica (População 1.913.000)

Exportações totais	US$	219.000.000
Exportações para os EUA		137.725.000
Importações dos EUA		146.034.000
Exportações totais de café		890.000
Exportações de café para os EUA		7.576

México (População 47.276.000)

Exportações totais	US$	1.232.000.000
Exportações para os EUA		893.419.000
Importações dos EUA		1.333.734.000
Exportações totais de café		78.600.000
Exportações de café para os EUA		63.931.000

México pagou 4,8 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Nicarágua (População 1.824.000)

Exportações totais	US$	157.300.000
Exportações para os EUA		49.968.000
Importações dos EUA		61.969.000
Exportações totais de café		22.700.000
Exportações de café para os EUA		10.404.000

Nicarágua pagou 16,8 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Panamá (População 1.372.000)

Exportações totais	US$	95.000.000
Exportações para os EUA		78.463.000
Importações dos EUA		134.650.000
Exportações totais de café		900.000
Exportações de café para os EUA		402.000

Panamá pagou 0,3 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Paraguai (População 2.231.000)

Exportações totais	US$	47.000.000
Exportações para os EUA		12.330.000
Importações dos EUA		25.106.000
Exportações totais de café		2.000.000
Exportações de café para os EUA		1.083.000

Paraguai pagou 4,3 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Peru (População 12.772.000)

Exportações totais	US$	866.000.000
Exportações para os EUA		328.297.000
Importações dos EUA		195.446.000
Exportações totais de café		32.200.000
Exportações de café para os EUA		22.855.000

Peru pagou 11,7 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

República Dominicana (População 4.029.000)

Exportações totais	US$	163.000.000
Exportações para os EUA		156.164.000
Importações dos EUA		113.711.000
Exportações totais de café		19.400.000
Exportações de café para os EUA		15.331.000

A República Dominicana pagou 13,5 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Trinidad e Tobago (População 1.021.000)

Exportações totais	US$	466.000.000
Exportações para os EUA		215.415.000
Importações dos EUA		61.498.000
Exportações totais de café		2.800.000
Exportações de café para os EUA		1.587.000

Trinidad e Tobago pagou 2,6 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Venezuela (População 9.686.000)

Exportações totais	US$	2.900.000.000
Exportações para os EUA		949.577.000
Importações dos EUA		651.036.000
Exportações totais de café (est.)		9.000.000
Exportações de café para os EUA		7.782.000

Venezuela pagou 1,2 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

PAÍSES AFRICANOS PRODUTORES DE CAFÉ

Angola (Portugal) (População 5.632.000)

Exportações totais	US$	250.000.000
Exportações para os EUA		76.892.000
Importações dos EUA		36.665.000
Exportações totais de café		121.900.000
Exportações de café para os EUA		71.673.000

Angola pagou 100 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Burundi e Ruanda (População 3.406.000 e 3.405.000)

Exportações totais	US$	30.000.000
Exportações para os EUA		19.765.000
Importações dos EUA		2.142.000
Exportações totais de café		22.300.000
Exportações de café para os EUA		19.439.000

Burundi e Ruanda pagaram 100 por cento dos produtos que compraram aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Camerum (População 5.562.000)

Exportações totais	US$	184.000.000
Exportações para os EUA		23.665.000
Importações dos EUA		10.218.000
Exportações totais de café		50.400.000
Exportações de café para os EUA		19.798.000

Camerum pagou 100 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Congo (Brazzaville) (População 920.000)

Exportações totais de café	US$	588.000
Outros dados		n.d.*

Congo, República Democrática (População 16.730.000)

Exportações totais	US$	570.000.000
Exportações para os EUA		41.900.000
Importações dos EUA		50.658.000
Exportações totais de café		42.300.000
Exportações de café para os EUA		11.181.000

A República Democrática do Congo pagou 22.1 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Costa do Marfim (População 4.100.000)

Exportações totais	US$	407.000.000
Exportações para os EUA		79.064.000
Importações dos EUA		12.404.000
Exportações totais de café		150.200.000
Exportações de café para os EUA		58.995.000

Costa do Marfim pagou 100 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Daomé (População 2.500.000)

Exportações totais de café	US$	274.000
Outros dados		n.d.*

Etiópia (População 24.212.000)

Exportações totais	US$	106.000.000
Exportações para os EUA		46.388.000
Importações dos EUA		46.289.000
Exportações totais de café..		61.300.000
Exportações de café para os EUA		43.280.000

Etiópia pagou 93,5 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Gabão (População 480.000)

Exportações totais	US$ n.d.*
Exportações para os EUA	13.949.000
Importações dos EUA	4.306.000
Exportações totais de café	271.000

Não se registram exportações de café para os Estados Unidos em 1968.

Gana (População 8.376.000)

Exportações totais	US$ 308.000.000
Exportações para os EUA	77.682.000
Importações dos EUA	55.945.000
Exportações totais de café (est.)	4.000.000
Exportações de café para os EUA	476.000

Gana pagou 0,85 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Guiné (População 3.795.000)

Exportações totais	US$ 14.700.000
Exportações para os EUA	4.517.000
Importações dos EUA	5.760.000
Exportações totais de café	6.800.000
Exportações de café para os EUA	4.359.000

Guiné pagou 75,7 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Libéria (População 1.130.000)

Exportações totais	US$ 169.000.000
Exportações para os EUA	51.127.000
Importações dos EUA	38.376.000
Exportações totais de café	2.903.000
Exportações de café para os EUA	2.833.000

Libéria pagou 7,4 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Nigéria (População 62.650.000)

Exportações totais	US$ 603.000.000
Exportações para os Estados Unidos	36.342.000

Importações dos EUA		56.153.000
Exportações totais de café		1.100.000
Exportações de café para os EUA		445.917

Nigéria pagou 0,8 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Quênia (População 10.209.000)

Exportações totais	US$	180.000.000
Exportações para os EUA		19.662.000
Importações dos EUA		19.685.000
Exportações totais de café		35.300.000
Exportações de café para os EUA		9.108.000

Quênia pagou 46,3 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

República Centro-Africana (População 1.488.000)

Exportações totais	US$	33.000.000
Exportações para os EUA		12.999.000
Importações dos EUA		378.000
Exportações totais de café		6.000.000
Exportações da café para os EUA		3.200

A República Centro-Africana pagou 0,85 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

República Malgaxe (População 6.500.000)

Exportações totais	US$	116.000.000
Exportações para os EUA		37.414.000
Importações dos EUA		5.977.000
Exportações totais de café		35.600.000
Exportações de café para os EUA		19.960.000

A República Malgaxe pagou 100 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Serra Leoa (População 2.475.000)

Exportações totais	US$	96.000.000
Exportações para os EUA		8.439.000

Importações dos EUA		6.962.000
Exportações totais de café (est.)		3.000.000
Exportações de café para os EUA		635.000

Serra Leoa pagou 9,1 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Tanzânia (República Unida) (População 12.590.000)

Exportações totais	US$	230.000.000
Exportações para os EUA		24.559.000
Importações dos EUA		12.859.000
Exportações totais de café		36.200.000
Exportações de café para os EUA		9.126.000

Tanzânia pagou 71 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Togo (População 1.772.000)

Exportações totais	US$	39.000.000
Exportações para os EUA		276.000
Importações dos EUA		1.742.000
Exportações totais de café		7.500.000
Exportações de café para os EUA		224.000

Togo pagou 12,9 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Uganda (População 8.133.000)

Exportações totais	US$	197.000.000
Exportações para os EUA		51.657.000
Importações dos EUA		3.425.000
Exportações totais de café		102.400.000
Exportações de café para os EUA		49.301.000

Uganda pagou 100 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

PAÍSES ASIÁTICOS PRODUTORES DE CAFÉ

Índia (População 523.893.000)

Exportações totais	US$	1.753.000.000
Exportações para os EUA		312.178.000

Importações dos EUA		715.211.000
Exportações totais de café		24.500.000
Exportações de café para os EUA		5.012.000

India pagou 0,7 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

Indonésia (População 112.825.000)

Exportações totais	US$	658.000.000
Exportações para os EUA		174.490.000
Importações dos EUA		169.204.000
Exportações totais de café		46.000.000
Exportações de café para os EUA		34.919.000

Indonésia pagou 20,6 por cento dos produtos que comprou aos Estados Unidos com dólares derivados de suas vendas de café a êsse país.

(*) n.d. = não disponíveis

RESENHA

BRASIL E PARAGUAI ASSINAM ACÔRDO SÔBRE SETE QUEDAS

O Brasil e o Paraguai assinaram, no dia 18 de novembro do corrente ano, no gabinete do Ministro das Minas e Energia, o contrato para estudo do aproveitamento econômico do potencial hidrelétrico existente entre o Salto de Sete Quedas e a foz do rio Iguaçú, no Rio Paraná.

A Comissão Mista Técnica, formada pela Eletrobrás e pela Administração Nacional de Eletricidade, já contratou os serviços de um consórcio de emprêsas de consultoria, formado pela ELC-Eletro-Consult, da Itália e a International Engineering Co., dos Estados Unidos. Assinaram o contrato o General Amir Borges Fortes, representante brasileiro na Comissão, o engenheiro Mário Bhering, presidente da Eletrobrás e, pelo Paraguai, o engenheiro Enzo Debernardi.

Constituindo o Rio Paraná, no trecho entre Sete Quedas e a foz do Iguaçú, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai as investigações de campo para aproveitamento energético do trecho só poderiam ser realizadas mediante prévio acôrdo entre os dois países. O rio Paraná, que entre o Mato Grosso e Paraná apresenta-se largo e com declive relativamente suave, muda completamente de feição a partir do Salto de Sete Quedas, próximo à cidade de Guaíra, correndo em estreita garganta de formação basáltica. Nas quedas e no trecho de corredeiras, até o Pôrto Mendes, o rio apresenta um desnível de quase cem metros e, de Pôrto Mendes até a foz do Iguaçú, êste desnível aumenta cêrca de vinte metros.

Os objetivos brasileiros e paraguaios foram expressos oficialmente pela primeira vez no acôrdo firmado em 1966, pelos chanceleres dos dois países. Em 1967 foi instalada a Comissão Mista Técnica para orientar a realização dos estudos que fôssem necessários e definir eventual aproveitamento hidrelétrico.

Segundo o presidente da Eletrobrás, Engenheiro Mário Bhering, o estudo deverá se desenvolver por cêrca de três anos e compreenderá quatro etapas. Os dados obtidos serão analisados para permitir a elaboração de um plano de pesquisas e levantamentos complementares, com vistas ao preparo de um inventário completo das possibilidades de aproveitamento do trecho e sugerir as diversas alternativas econômicas das obras a serem realizadas. Os estudos incluem levantamentos aerofotogramétricos, sondagens batimétricas, topografia, etc.

REUNIÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E DO BANCO MUNDIAL EM COPENHAGUE

Realizou-se em Copenhague, na Dinamarca de 21 a 25 do corrente ano, mais uma reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Um dos principais temas debatidos durante a reunião foi o problema do desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo e de suas relações financeiras e comerciais com as nações desenvolvidas do hemisfério ocidental.

De todos os debates durante o encontro, o mais importante, sobretudo no que diz respeito a posição do Brasil, foi travado entre o Senhor Robert McNamara, Presidente do Banco Mundial e o Senhor Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda e chefe da delegação brasileira à conferência.

Disse o Senhor McNamara: "Na verdade, não existem obstáculos que impeçam o atendimento das necessidades de desenvolvimento do mundo. As dificuldades estão na atitude do homem. Ainda persistem em nosso subconsciente os efeitos de suspeitas tribais e de hostilidade. Mas poderá uma sociedade humana sobreviver carecendo do sentido de comunidade?

Falando do problema demográfico, afirmou que no Brasil, por exemplo, menos de 10% das famílias controlam 75% da terra e acrescentou que a diferença de renda per capita entre países ricos e pobres não diminui, mas aumenta.

O ex-Secretário da Defesa dos Estados Unidos insistiu para que os países em processo de desenvolvimento apliquem o contrôle da natalidade.

Respondendo a essas afirmações do Presidente do Banco Mundial, declarou o Ministro Delfim Netto: "O Senhor McNamara exagerou os alcances da explosão demográfica no Terceiro Mundo. Ademais, dedicou 50% do seu discurso à questão demográfica e apenas 10% aos verdadeiros problemas do subdesenvolvimento. Sem dúvida suas teorias revelam uma grande dose de demagogia. Por outro lado, o Senhor McNamara não deu ênfase suficiente a questões como a liberalização do comércio por parte dos países industrializados. O Presidente do Banco Mundial lançou-se em "especulações fortuitas" quando prognosticou que a renda per capita no Brasil no ano 2.000 seria de 500 dólares.

Por outro lado, o Diretor-Gerente do FMI, Pierre Paul-Schweitzer, afirmou à Assembléia da entidade que a falta de estabilidade financeira nos países industrializados "afeta a vida econômica dos países do Terceiro Mundo". Entretanto, advertiu aos países em desenvolvimento, que "devem continuar intensificando seus programas para atingir maior estabilidade". O Senhor Schweitzer voltou a citar o protecionismo dos países industrializados.

Do discurso do Diretor-Gerente do FMI destacou-se ainda os seguintes pontos:

"os aumentos de preços registrados nos países industrializados durante a primeira metade de 1970 foram, em geral, os maiores desde a Guerra da Coréia, há duas décadas".

"do ponto-de-vista do funcionamento do sistema monetário internacional, o problema de maior importância é o causado pelo déficit na balança de pagamentos dos Estados Unidos".

Ao encerrar-se a Assembléia conjunta anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, os países subdesenvolvidos se mostraram animados por promessas de que as nações prósperas considerarão quatro enfoques para ajudá-los a elevar os níveis de vida de seus povos:

1. Será dada maior atenção à luta contra a inflação;
2. Será feito um estudo especial sôbre os problemas de endividamento externo que têm os países subdesenvolvidos.
3. Far-se-á um estudo sôbre a possibilidade de utilizar os direitos especiais de giro para financiar planos de desenvolvimento.
4. Tratar-se-á de elaborar e pôr em prática um plano internacional sôbre seguros para investimentos.

Finalmente, ambos — desenvolvidos e subdesenvolvidos — concordaram, em geral, que uma das necessidades mais prementes é erradicar a inflação nos países industrializados.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO CHILE

O Doutor Salvador Allende, candidato da Unidade Popular, coalisão que une socialistas, comunistas e outras formações de esquerda, venceu as eleições do pleito presidencial no Chile. Todavia, pelo fato de não ter obtido maioria absoluta, teve que aguardar a ratificação por parte do Congresso, conforme estabelece a Constituição chilena, o que ocorreu a 24 de outubro.

Médico da Assistência pública e dos hospitais de Valparaiso, deputado e chefe da campanha de Pedro Aguirre Cerda em 1939 (o primeiro presidente da Frente Popular no Chile), ministro da saúde e administrador das caixas de assistência social operárias em 1942, fundador do partido socialista em 1943, era senador desde 1945, vice-presidente e depois presidente do Senado e presidente da Frende de Ação Popular (FRAP)em oposição à democracia cristã em 1964.

Segundo declarações do Doutor Allende, as linhas mestras do seu govêrno são as seguintes:

"Definimos claramente a política em relação aos capitais estrangeiros. Haverá um setor econômico exclusivamente estatal, o qual compreenderá as emprêsas que já são propriedade do Estado e aquelas que serão nacionalizadas. Compreendo, quanto a esta última referência, as emprêsas que controlam atividades que condicionam o desenvolvimento de tôda a nossa economia. Ao lado disso, haverá um setor misto, onde estarão combinados ca-

pitais do Estado com investimentos privados. O terceiro setor, o maior, será o campo de ação da propriedade privada. Englobará mais de 30.000 emprêsas, e é também aquêle que assegurará o maior número de empregos aos trabalhadores de tôdas as categorias. Nestes dois últimos setores, o capital e a tecnologia estrangeiros serão benvindos, na medida em que o interêsse seja recíproco".

No que concerne aos organismos latino-americanos de desenvolvimento econômico em geral e à OEA em particular, o Doutor Allende pretende ratificar as posições do Chile durante o Govêrno do Senhor Frei, não tendo anunciado intenção de retirar seu país dessas instituições.

Quanto à política exterior, manterá relações diplomáticas e comerciais com tôdas as nações do mundo. No seu programa está o reatamento diplomático com Cuba, China Continental, Vietnã do Norte, Coréia do Norte e República Democrática Alemã. Em relação aos Estados Unidos da América, procurará manter os laços existentes mas exigindo o respeito americano pela autodeterminação de seu país.

O Doutor Salvador Allende foi empossado, como Presidente do Chile, no dia 3 de novembro.

CONFERÊNCIA DOS PAISES NÃO ALINHADOS EM LUSAKA

Realizou-se, na primeira quinzena de setembro, na cidade de Lusaka, capital de Zâmbia, mais uma conferência dos países não alinhados.

A essa conferência, 64 nações estavam representadas através de seus ministros das relações exteriores, presidentes e ministros. Dentre as personalidades mais importantes, podem-se citar o Presidente Joseph Broz Tito, da Iugoslávia, a Primeira Ministra da Índia, Senhora Indira Gandhi, o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, e o Presidente de Chipre, Arcebispo Makários.

Muitos foram os discursos, os temas debatidos e as sanções propostas aos países racistas, sobretudo na África.

Ao abrir o trabalhos da Conferência dos países não-comprometidos, o Presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda acusou "as grandes potências pela violência no resto do mundo", exortando à intensificação da luta contra a segregação racial. "Os que retardam a aplicação da justiça (na África do Sul) e os que impedem as mudanças que permitam o Govêrno da maioria, fazem inevitável violência", declarou Kaunda. E acrescentou: "As potências obtiveram para si a paz armada". Kaunda se referiu, também, à questão no Oriente Médio, defendendo a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, e se mostrando favorável à saída das tropas norte-americanas do sudeste asiático, como única fórmula para se pôr fim à guerra. Condenou ainda veementemente a venda de armas à África do Sul, qualificando como "o maior êrro das potências ocidentais".

Por outro lado, vários oradores defenderam o ingresso da China Comunista nas Nações Unidas.

O Chanceler egípcio, Mohamed Riad, declarou em seu pronunciamento que a República Árabe Unida está decidida a "liberar tôdas as terras árabes, incluindo Jerusalém." Riad elogiou a iniciativa de paz israelense, mas afirmou que a venda de armas a Israel permite êste país a prosseguir "sua política de agressão" contra os árabes.

Em seu discurso, o Imperador Hailé Sellasié tratou, também, do problema do Oriente Médio insistindo na necesidade de se incrementar a ajuda aos movimentos palestinos de libertação. Propôs ainda o boicote aéreo às nações racistas da África.

Uma das grandes ausências notadas, durante a conferência de Lusaka, foi a do Presidente Gamal Abdel Nasser, impedido de comparecer pelo excesso de problemas em seu país. Como se sabe, Nasser foi o maior apóstolo da organização de um bloco de países do Terceiro Mundo, tendo sido, juntamente com o General Sukarno, da Indonésia e o Marechal Tito, da Iugoslávia, o organizador da primeira conferência dos países africanos e asiáticos, na cidade de Bandung, na Indonésia em 1955.

Além das declarações, acusações e sanções e discursos, poucos foram os resultados da Conferência de Lusaka.

XXV ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O DISCURSO DO CHANCELER MARIO GIBSON BARBOSA

No dia 25 de setembro, foi aberto o debate geral da XXV Assembléia Geral da Organizações das Nações Unidas, ano do 25.° aniversário da Organização. Coube ao Chanceler brasileiro, Mario Gibson Barbosa, abrir os debates. Em seu discurso, do qual extraímos os pontos mais importantes, pediu às Nações Unidas que tomem "medidas claras e efetivas" contra a pirataria aérea e o seqüestro de diplomatas. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro destacou que o Brasil sofre atualmente "na própria carne a agonia dêsse drama", referindo-se ao Ministro Conselheiro Aloisio Dias Gomide, seqüestrado no Uruguai e há mais de um mês em poder dos terroristas tupamaros.

Em seguida, o Embaixador Gibson Barbosa reiterou a posição firmada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que em sua última reunião qualificou os atos de terrorismo político como "delitos comuns e crimes de lesa-humanidade".

"Acionando o mecanismo de cooperação, as nações do Hemisfério Ocidental reafirmaram sua decisão de dar maior amplitude ao alcance de seus empenhos comuns para o desenvolvimento e a justiça. Adotaram essa posição positiva, no momento em que os grupos minoritários muito reduzidos, obedecendo cegamente à orientação estrangeira, tentam em vão, utili-

zar as armas do terrorismo para abalar o progresso de seus próprios povos", declarou o Chanceler brasileiro.

Recordando a primeira Assembléia da ONU, em São Francisco, há 25 anos, o Embaixador Gibson Barbosa, que ocupava na época o cargo de acessor da delegação brasileira, disse que oportunamente ocorrerá um retrocesso no que concerne aos ideais e princípios da Organização.

Por isso mesmo, prosseguiu o Chanceler, "tornou-se imperativo trazer de volta ao fôro das Nações Unidas certos problemas que estão claramente dentro de sua competência e são agora discutidos a portas fechadas em diminutos círculos". Mais adiante, sintetizou seu ponto-de-vista: "Enfim, o que o Brasil propõe agora é a reativação diplomática das Nações Unidas".

Quanto ao Conselho de Segurança, o Ministro brasileiro disse que êste órgão carece de poder frente aos conflitos mundiais e "parece que pouco a pouco adota a forma de um departamento público de registros, no qual se arquivam queixas, reivindicações e contra-reivindicações".

Ao todo, cêrca de 70 chefes de Estado e de Govêrno assistiram aos trabalhos dessa Assembléia Geral jubilar; os demais países membros enviaram seus Ministros de Relações Exteriores — ao menos para as primeiras semanas de sessões. Inúmeros temas figuraram na agenda dos debates públicos, entre os quais cabe destacar quatro: Problemas do fundo do mar e do mar territorial, a guerra no Sudeste Asiático, o conflito no Oriente Médio e a melhoria das relações entre Leste e Oeste. Durante a Assembléia, muitos foram os líderes que, a exemplo do Chanceler brasileiro, aproveitaram para fazer uma análise dos resultados e falhas da ONU nestes seus 25 anos de existência.

RENÚNCIA DO PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, FELIPE HERRERA

Após dez anos de extraordinário desempenho na Presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Senhor Felipe Herrera renunciou ao cargo. Sua administração foi marcada, sobretudo, pelo esfôrço no sentido de dar àquele Banco uma estrutura que atendesse aos reais interêsses do desenvolvimento e da integração da América Latina.

Ao deixar a Presidência do BID, o Senhor Herrera dirigiu uma carta de renúncia aos Governadores da Instituição, de cujo texto extraímos os pontos mais importantes:

"Para mim, o BID, em sua primeira década de serviço público regional não só foi um eficaz instrumento do financiamento e da cooperação técnica mas também um fator de amadurecimento de importantes conceitos vinculados com o crescimento e a integração econômica da América Latina, que ao mesmo tempo abriram novas e originais perspectivas no quadro da cooperação interamericana e internacional. Estou convencido de que, atualmente, novas perspectivas se abrem, e por isso mesmo mais difíceis, no con-

texto das motivações assinaladas. No que respeita ao meu país, meus concidadãos expressaram, democràticamente, seus desejos de acelerar o processo. Depois de mais de dez anos de dedicação à causa da compreensão continental, não desejaria estar longe de meu povo na nova etapa de sua evolução histórica que inicia.

Creio que nesse cenário, à luz da minha experiência, estaria em condições de participar das aspirações coletivas, reintegrando-me à minha cátedra universitária e às atividades acadêmicas que exercia no Chile antes de entrar no serviço público internacional.

Espero poder, assim, num plano intelectual, seguir lutando pelos mesmos objetivos que orientaram minha ação nêstes últimos dez anos: construir uma comunidade integrada de nações internacionais, abertas ao mundo, moderna, dinâmica e justa em sua economia e em suas instituições.

*O Senhor Herrera encerra sua carta dizendo do seu permanente e cons-*tante reconhecimento e gratidão pela confiança e apoio outorgados ao Ban*co e ao seu Presidente, durante a frutífera década que então se completa.*

MORTE DO GENERAL CHARLES DE GAULLE

Faleceu, a 9 de novembro, em Colombey-les-deux-Églises, na França, o General Charles de Gaulle. De acôrdo com suas instruções, dadas através de uma carta entregue ao atual Presidente da França, George Pompidou, há 18 anos, nenhuma honra de chefe de Estado deveria lhe ser prestada por ocasião de sua morte. Assim, o General de Gaulle teve seus funerais na maior simplicidade, sendo sepultado ao lado de sua filha, no cemitério de Colombey-les-deux-Eglises. Paralelamente, em Paris, o Presidente Pompidou mandou celebrar uma missa em homenagem ao grande estadista que desaparecera. A essa missa compareceram mais de oitenta chefes de Estado, Reis, Príncipes e personalidades do mundo inteiro.

André Malraux, um dos homens mais chegados a de Gaulle e seu ex-Ministro da educação, relata, no seu livro "Antimemórias", as reflexões que lhe inspirou sua entrevista de junho de 1958, com o seu amigo General Charles de Gaulle;

Creio que o espírito militar agia sôbre êle de uma forma profunda e limitada: o espírito de combate que caracteriza o exército de sua juventude, parecia lhe sugerir métodos de govêrno superiores ao métodos civis. Organizar a ação é a primeira tarefa do homem de Estado, como de Alexandre ou de César.

"Os métodos os mais eficazes neste terreno foram os do Exército e da Igreja, retomados pelos partidos totalitários, e mesmo, num grau menor, pelas grandes sociedades capitalistas e comunistas. Mas Napoleão não governou a França através de seus marechais, êle criou a mais forte administração civil que a França até hoje conheceu. O General de Gaulle, em 1958 como em 1944, queria criar o aparelho que servisse a França na época de paz, como um exército moderno a teria servido na época de guerra.

"Seu pensamento herdara de sua formação militar, outras marcas. Inicialmente, conceber o govêrno como o instrumento de um combate para o desenvolvimento da França. Se êle jamais considerou a França como uma caserna ou um exército, o mesmo não aconteceu em relação aos comissários do Govêrno provisório, depois os ministros, pois os tomava por um estado-maior. Mais tarde, sobretudo, seu colaborador direto, fôsse êle titulado chefe do seu gabinete ou Primeiro Ministro, não passava do chefe do seu estado-maior geral.

"Outro marco militar: a certeza de que uma decisão não deve ser deferida. Porque a presteza faz parte da decisão, mas, sobretudo, porque a decisão histórica é inseparável do momento em que ela foi tomada..."

Esta aptidão à decisão repentina não se opunha às predições, cujo desfecho êle não esperava que do futuro: o apêlo de 18 de junho, a afirmação da fôrça do Exército vermelho no momento em que estava abatido; mais tarde iam se suceder a sua tomada de posição imediata, ao lado dos Estados Unidos, contra o envio de mísseis soviéticos para Cuba — e contra os Estados Unidos, no que respeita ao Sudeste Asiático.

Êle sempre tentou pôr o tempo ao seu lado, ou, diria melhor, de se pôr ao lado do tempo, na medida em que o tempo pudesse colaborar para o sucesso dos seus objetivos.

MORTE DO PRESIDENTE GAMAL ABDEL NASSER

Faleceu, a 28 de setembro, na cidade do Cairo, o Presidente Gamal Abdel Nasser. Sua morte deixa uma grande lacuna política não só no Egito mas também em todo o mundo árabe.

Nasser nasceu em 15 de janeiro de 1918, em Alexandria. Foi estudante no Cairo, onde liderou muitas greves estudantis contra a ocupação britânica. Aos 19 anos, em 1937, entrou para o Colégio Militar. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, estêve em El Alamein e prestou serviços no Sudão. Depois foi professor do Colégio Militar, onde estudara, e fêz o curso de Estado Maior. Em 1948, foi enviado à Palestina, participando da primeira guerra entre Israel e os árabes. Nesse período, escreveu boa parte de seu livro "A FILOSOFIA DA REVOLUÇÃO", editado nos Estados Unidos, em 1955. Principal arquiteto do golpe de Estado que derrubou o Rei Faruk em 23 de julho de 1952, desde então governava o Egito, a princípio como Presidente suplente, a partir da primavera de 1954 como chefe incontestável do poder e de 1956 em diante como Presidente.

Ao contrário de outros líderes dos tempos modernos, Gamal Abdel Nasser sempre ganhou fôrça política depois de experimentar derrotas, chegando ao sucesso através do fracasso. Derrotado na guerra, incapaz de solucionar crônicos problemas sociais dos egípcios e superar obstáculos para realizar seu grande objetivo — a unidade árabe — Nasser, mesmo assim, foi o governante incontestável do Egito durante 17 anos. Na verdade, o

Rais realizou o que nenhum outro líder egípcio conseguiu em 2.500 anos — libertar o Egito da dominação de outros povos.

Internamente, a *praxis nasserista compreendeu teses socializantes* que visavam ao bem-estar social, com ênfase à reforma agrária e uma nova legislação trabalhista. No plano político, o Parlamento foi dissolvido e os Partidos de oposição abolidos sumàriamente.

Inicialmente, a ideologia nasserista influiu em todos os países do Terceiro Mundo e Nasser passou a ser considerado o homem chave dos neutralistas. Suas relações com o Presidente Tito, da Iugoslávia, com quem nunca deixou de fazer consultas, contribuiram para sua colocação no campo dos não-alinhados. Com o tempo sua metas de pan-arabismo o levaram a passar *gradativamente* para a esfera de influência da União Soviética, de quem dependia para o fornecimento de armas e ajuda econômica.

RESENHA DE LIVROS

THE EXTERNAL RELATIONS OF LESS-DEVELOPED COUNTRIES — *BACHMAN, Hans. — New York, Praeger, 1968. 341 p.*

O livro "The External Relations of Less-Developed Countries", de Hans Bachmann, é o resultado dos trabalhos do Departamento para Problemas de Desenvolvimento dos Países Menos Desenvolvidos, cridao em 1963, pelo Instituto Suiço para a Economia Internacional e a Pesquisa de Mercado, do "St. Gall Graduate School for Economic and Social Sciences".

No prefácio, o Autor salienta que êsse Manual de Políticas Econômicas destina-se a ministros de economia, comércio e finanças dos países menos desenvolvidos e para o treinamento de todos os que ocupam cargos de destaque no campo da política comercial, em qualquer nível governamental. O objetivo do livro é o de apresentar os governantes dos países menos desenvolvidos e aos estudiosos dos problemas de desenvolvimento um manual abrangendo as questões e tarefas com que se defrontam êsses governantes no campo das relações externas de caráter econômico e realizar uma descrição e análise das possíveis soluções dêsses problemas.

O livro tem um caráter essencialmente prático. Reúne uma grande quantidade de informações sôbre economia internacional, política externa econômica dos países industrializados e subdesenvolvidos, instituições econômicas internacionais. As observações teóricas limitam-se ao absolutamente indispensável. A matéria é apresentada com clareza e dentro de uma sistemática rigorosa, que obedece à seguinte orientação: a primeira parte introduz as questões a serem tratadas, detendo-se na definição e significação das relações econômicas externas e no papel dos países menos desenvolvidos no mercado mundial; a segunda parte desenvolve o tema das esferas da ação governamental nas relações externas econômicas, abrangendo as atividades governamentais relativas ao comércio exterior, a política comercial e os pagamentos internacionais; por fim, a terceira parte trata das relações externas econômicas como dependentes das políticas econômicas internas.

Ao apresentar os principais tópicos abordados nesse livro, seguímos a divisão em três partes acima mencionada. A seleção dos assuntos focaliza-

dos nêste trabalho levou em conta, em primeiro lugar, sua relevância para a formulação de uma política externa econômica de um país em desenvolvimento; o segundo critério foi o de escolher aquelas questões que se referiam mais de perto aos problemas que o Brasil enfrenta em seu atual estágio de desenvolvimento.

Significação das relações externas econômicas. O Papel dos países menos desenvolvidos

As relações externas de caráter econômico, do ponto-de-vista dos países menos desenvolvidos, compreendem: a) o comércio externo visível e invisível inclusive serviços, como turismo; b) transações de capital; c) utilização da técnica e capacidade administrativa estrangeira. O comércio exterior, que consiste na exportação e importação de bens e serviços traz as seguintes vantagens: pelo aumento de exportação, o emprêgo de fatôres de produção adicionais; a possibilidade de importação de bens essenciais estrangeiros; o incentivo à industrialização pelo processo de substituição de importações. Quanto às transações de capital, as entradas geram um excedente da oferta de bens estrangeiros, direta ou indiretamente disponíveis para fins de investimento. As saídas de capital, ao contrário, geram uma escassez dêsse fator de produção, provocando a diminuição dos investimentos e por conseguinte, do produto nacional. Por fim, quanto ao último item, pode-se dizer que em têrmos de produção a diferença entre países industrializados e subdesenvolvidos reside na diferença de "know how".

Em relação ao papel dos países menos desenvolvidos no mercado mundial, a primeira observação diz respeito à preponderância de relações econômicas com os países industrializados. O intercâmbio de mercadorias entre os países menos desenvolvidos terá maior destaque no futuro, assim que êsses países avançarem no processo de industrialização.

O comércio com os países industrializados oferece aos países em desenvolvimento dois tipos de benefício: o primeiro consiste no pagamento em moeda conversível: o segundo refere-se à disponibilidade para o financiamento do comércio. No entanto, as desvantagens são também consideráveis. A primeira delas é a política protecionista dos países industrializados em relação a seus produtos agrícolas, realizada através de uma elevação artificial da renda no setor agrícola e que traz como resultado a superprodução de alimentos. A tendência à pequena importação de produtos agrícolas é acentuada pela baixa elasticidade renda da demanda de alimentos. A segunda desvantagem é política de tarifas adotada pelos países industrializados — que pràticamente impede a entrada das manufaturas provenientes de países em desenvolvimento. Com efeito, certos artigos produzidos nesses países, embora tenham custos mais baixos, em razão de maior disponibilidade de recursos — certos fatôres de produção —, não conseguem atingir preços competitivos em países industrializados por causa das elevadas tari-

fas de importação que incidem sôbre êles. O terceiro inconveniente são as tarifas discriminatórias decorrentes de associações de comércio do tipo do Mercado Comum Europeu. Êsses acôrdos incrementam o comércio entre os países associados, mas são altamente discriminatórios em relação aos países em desenvolvimento, não associados. Por fim, cabe mencionar a evolução na fabricação de produtos sintéticos, que em muitos casos substituem os similares naturais produzidos pelos países subdesenvolvidos.

O comércio entre nações menos desenvolvidas oferece as seguintes perspectivas: a expansão do processo de industrialização abrirá novos mercados consumidores; os bens antes provenientes de países desenvolvidos poderão ser importados de nações em desenvolvimento; essas nações podem oferecer umas às outras matérias primas mais baratas. O obstáculo ao incremento dêsse comércio, no entanto, está na possibilidade de êsses países virem a produzir o mesmo tipo de bens e passarem a competir entre si.

Esferas da ação governamental. Atividades governamentais no comércio *exterior. A política comercial. Os pagamentos internacionais.*

As atividades governamentais referentes ao comércio exterior compreendem, particularmente, a expansão das exportações, o contrôle das importações, e das transações de capital, o incentivo à utilização de "know how" estrangeiro.

A expansão das exportações depende, bàsicamente, do aumento da produção nacional. Entram aí várias considerações: opção entre o aumento da produção para consumo interno ou para exportação; limite para a exploração dos recursos naturais do país: efeitos do aumento de produção sôbre a balança de pagamentos (se o aumento de produção dependesse de importações o efeito seria o de déficit a curto prazo); adequação da produção às exigências do mercado internacional; redução dos custos de produção; contrôle de qualidade do produto. O aumento das exportações depende, igualmente, da expansão dos mercados consumidores estrangeiros. Isso implica uma cuidadosa investigação sôbre o comportamento dos consumidores estrangeiros, o aumento de população ou renda, e outros fatôres. Além disso, é necessário um contato direito com importadores, consumidores, com vistas à obtenção de informações. Por fim, é preciso desenvolver intensa ação publicitária.

Para Hans Bachmann, as missões comerciais desempenham marcante papel na expansão das exportações de um país. Observa que "as relações exteriores das menores nações em desenvolvimento são quase exclusivamente uma rêde de relações econômicas. Suas relações de política exterior, com exceção das relações com vizinhos estão centralizadas nas Nações Unidas". Para o Autor, o sistema de representação diplomática clássico, "cópia fiel das antigas formas de pensamento político, parece por vêzes algo anacrônico quase tão inútil quanto dispendioso". Êsse ponto-de-vista, extremado, reflete uma realidade: os países do chamado terceiro mundo, em razão de seu pequeno grau de desenvolvimento desempenham um papel político de segunda ordem.

A atividade governamental relativa às importações adquire maior significado nos países em que a industrialização se processa por meio do modêlo de substituição de importações. Nesse caso é preciso ter sempre presente o risco decorrente das medidas de proteção à indústria: as fábricas instaladas sob condições de não competição ficam excluídas do mercado de exportação. Elas se limitam ao mercado interno, freqüentemente pequeno, e o seu malôgro em produzir em economia de escala eleva os custos de produção ainda mais. O govêrno é obrigado a controlar a importação de alimentos, com o objetivo de evitar que os preços internacionais, mais baixos, afetem o nível de preços do setor agrícola. Como na maior parte dos países subdesenvolvidos o setor primário ocupa a maior parcela da mão de obra ativa, uma diminuição da renda na agricultura teria sérias repercussões em tôda a economia.

Os países em crescimento econômico devem explorar integralmente as possibilidades de utilização de capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional. O Autor enumera as possíveis fontes de oferta de capital estrangeiro. Examina o aspecto financeiro, fiscal e econômico das transações de capitais. Arrola os argumentos contrários aos investimentos estrangeiros possibilidade de perda, por parte do govêrno, do contrôle das decisões econômicas; a concorrência em superioridade de condições com indústrias nacionais. Com relação à utilização do "know how" estrangeiro, semelhante discussão é cabível: emprêsas estrangeiras, dotadas de elevado nível técnico e grande capacidade administrativa, prolongam a influência estrangeira na economia nacional e adiam a emancipação do empresariado local. No entanto, salienta Bachmann, que o emprêgo da técnica e da capacidade administrativa de estrangeiros deve ter por finalidade a educação e o treinamento de nacionais para que êstes possam substituí-los. É preciso enfatizar a necessidade de adotar-se essa orientação com respeito à situação brasileira, pois nosso processo de industrialização obedeceu aos ditames da técnica estrangeira e hoje está a solicitar uma tecnologia mais adequada à nossa realidade.

A política comercial deve ser considerada sob dois aspectos fundamentalmente diferentes. Primeiro ela decorre da política nacional autônoma de um país. Segundo ela resulta de negociações e entendimentos entre diferentes países. Do primeiro aspecto dependem a política tarifária e outros tipos de restrição de comércio. Ao segundo estão ligados os vários tipos de relações comerciais, bilaterais ou multilaterais, entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos. Neste ponto, o Autor, após fazer uma minuciosa enumeração — dos diversos tipos de tarifas, seus efeitos e implicações, realiza um não menos minucioso exame das relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Apresenta, também, um rol das principais reivindicações dos países subdesenvolvidos:

1 — Eliminação das tarifas alfandegárias, quotas ou impostos internos incidindo sôbre produtos agrícolas e matérias-primas;

2 — Melhoria dos têrmos das relações de troca entre manufaturas e matérias-primas;
3 — Estabilização dos preços no mercado internacional;
4 — Eliminação dos tributos, tarifas ou quotas incidindo sôbre manufaturas exportadas por países menos desenvolvidos;
5 — Tratamento preferencial em matéria de transporte;
6 — Financiamento do comércio com países industrializados;
7 — Compromisso por parte das nações desenvolvidas de não adotarem práticas de "dumping".

Por fim, os pagamentos internacionais constituem formas de regularização monetária dos movimentos internacionais de bens, serviços e capital. A política de pagamentos internacionais de um país é determinada por sua ordem e política monetárias e depende em grande parte da política dos demais países e de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Quanto à política comercial, não há problemas de pagamentos enquanto o intercâmbio fôr feito com base em moedas nacionais conversíveis. No entanto, êste fenômeno que o FMI chama normalidade, ocorre raramente no intercâmbio comercial de países menos desenvolvidos.

Relações exteriores e evolução interna.

Em último lugar, o livro analisa as relações exteriores de caráter econômico em confronto com a evolução interna nacional. E esta análise do setor externo é levada a efeito considerando as repercussões de dois tipos de evolução interna: a nacionalização e a socialização.

É interessante observar o título da obra: "The External Relations of Less-Developed Countries". Por que a expressão "Less-Developed", em lugar de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento? A razão parece estar no desejo do Autor de abranger em sua análise um maior número de países, desde aquêles que se encontram nos primeiros estágios dos desenvolvidos, até os que se apoximam dos países industrializados. Essa orientação deu à obra uma grande generalidade, tornando as análises, por vêzes, um pouco imprecisas.

O livro é essencialmente prático, contendo uma enorme quantidade de informações sôbre economia internacional, relações comerciais e instituições financeiras mundiais. Êste, aliás, era o propósito anunciado no prefácio do livro. O Autor não revela preocupação em realizar um estudo teórico do subdesenvolvimento e suas implicações internacionais. No entanto, explica satisfatòriamente importantes conceitos de economia internacional, propondo medidas de política comercial de grande valia.

Um dos inconvenientes do caráter prático da obra é o seu empirismo. O livro está, demasiadamente, preso aos fatos. A simples enumeração das possibilidades de ação não fornece elementos suficientes para a formulação de uma política comercial. Muitas vêzes a validade de certas medidas só é verificável dentro de um determinado contexto político, econômico e social.

Apesar de algumas possíveis falhas, o livro contém úteis e importantes informações. É, sem dúvida, um manual de grande valia para diplomatas e funcionários governamentais responsáveis pela formulação da política exterior de um país.

Sérgio Silva do Amaral

AID, TRADE AND DEVELOPMENT: THE RICH AND THE *POOR NATIONS* — *PINCUS, John.* — *New York, McGraw-Hill, 1967. 400 p.*

O problema central na avaliação das economias subdesenvolvidas resulta da multiplicidade de estruturas econômicas dos países do chamado Terceiro Mundo. A diversidade das etapas de desenvolvimento em que se encontram as economias subdesenvolvidas, bem como o sentido do processo de crescimento dêstes países reflete-se, de modo particularmente sensível, ao nível do comércio internacional. Esta característica traduz-se, em têrmos de teoria econômica, na crescente dificuldade de formulação de uma teoria geral do comércio internacional capaz de interpretar sistemàticamente os diversos sistemas de relações que se estabelecem entre os países desenvolvidos e as nações subdesenvolvidas. A dificuldade assinalada é maior nas análises que, permanecendo próximas aos fatos, não conseguem fornecer um ordenamento lógico satisfatório ao grande número de dados e informações conflitantes. A êste primeiro tipo de análise poderíamos chamar de prático-empírico. Outro tipo de enfoque consistiria na avaliação do comércio internacional tendo por base determinados sistemas relações essenciais que, a um nível elevado de abstração, permitiriam a elaboração de modelos consistentes. Poderíamos considerar estas análises do tipo teórico-abstrato.

As análises de John Pincus em TRADE, AID AND DEVELOPMENT situam-se nos dois tipos assinalados. Com efeito, excluindo-se os capítulos iniciais que compreendem especulações vagas a respeito das motivações que condicionam a ajuda externa, os capítulos dois, seis, sete, oito e nove representam análises do tipo prático-empírico, enquanto que os capítulos três, quatro e cinco constituem avaliações do tipo teórico-abstrato. Cumpre assinalar a respeito dêste último enfoque a existência de uma análise histórica, seguida do que John Pincus chama de "visão eclética do comércio e desenvolvimento" e que constitui, efetivamente, a teorização do autor a respeito do problema em estudo.

Segundo John Pincus as nações desenvolvidas tendem a defender princípios e políticas liberais de comércio exterior, uma vez que o fenômeno da deterioração dos preços dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos e a relativa permanência das cotações internacionais dos produtos de exportação das nações desenvolvidas implicaria, em última análise, uma transferência de renda real para êstes países. Outro fenômeno particularmente

relevante na análise do comércio internacional é a tendência à intensificação das transações comerciais no interior do mundo desenvolvido. Na realidade, o comércio entre os países desenvolvidos evoluiu, no período de 1953 a 1963, a uma taxa média de 8,8% ao ano, enquanto que as exportações dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos cresceu, no mesmo período, à taxa média anual de 4,7%. O aumento da participação relativa das manufaturas no total das transações internacionais explica esta tendência. Os Estados Unidos e o Japão são os maiores importadores de produtos originários de países subdesenvolvidos (cêrca de 50% das exportações da América Latina dirigem-se para os Estados Unidos). Observa-se, entretanto, uma redução da participação relativa das importações provenientes do Terceiro Mundo no total das importações americanas. Com efeito, no período 1953 — 1963, esta participação reduziu-se de 27% para 21%.

A identificação em numerosos países subdesenvolvidos entre desenvolvimento e política de industrialização traduz-se, ao nível do comércio internacional, na crescente tentativa de incrementar as exportações de manufaturados. Esta tendência é estimulada pela perda de dinamismo do setor primário — exportador nestas economias, em virtude do reduzido coeficiente de elasticidade renda dos produtos primários. Durante o período de 1950 a 1962 a produção industrial dos países subdesenvolvidos cresceu em 120%, enquanto que nos países desenvolvidos o aumento foi de apenas 80%. Entretanto, no mesmo período, o valor das exportações de manufaturas evoluiu à taxa de 8,1% ao ano, enquanto que a taxa anual de crescimento dos produtos primários foi de 3,1%. Não obstante o maior crescimento da produção de manufaturados nos países subdesenvolvidos em relação ao ocorrido nos países desenvolvidos, a participação relativa dos primeiros nas exportações de manufaturados não aumentou, em virtude de grande parte dêste crescimento ter-se elaborado com base no processo de substituição de importações. Os principais países subdesenvolvidos exportadores de produtos manufaturados são Hong-Kong, Índia, Filipinas, Paquistão, Argentina e Brasil. A participação dos países subdesenvolvidos no total das exportações mundiais de manufaturados é de 4%, enquanto que importam cêrca de 25% do total dos produtos manufaturados.

Os países subdesenvolvidos participam em cêrca de 85% do total das exportações de produtos primários. No período de 1951 a 1962 o índice de preços de produtos primários declinou de 113 para 84. Como o preço dos produtos manufaturados permaneceu relativamente constante, infere-se que os têrmos de troca dos países subdesenvolvidos reduziram-se consideràvelmente no período. Chile, Argentina, Brasil e Colômbia enfrentam sérios obstáculos à expansão de suas exportações. O Chile, dependendo em grande parte das exportações de cobre, vê reduzidas as possibilidades de dinamizar as exportações em virtude da substituição dêste produto por alumínio. A Argentina enfrenta graves problemas de exportação na medida em que a carne e o trigo que exporta devem competir com a produção protegida dos Estados Unidos e da Europa. Finalmente, as acentuadas oscilações de preço

do café prejudicam consideràvelmente o dinamismo do setor externo do Brasil e Colômbia.

Com relação a uma avaliação crítica da parte do livro de John Pincus que caracterizamos como sendo constituída de análises do tipo prático-empírico, a primeira observação seria a inadequação em caracterizar-se o mundo desenvolvido como sendo a "Comunidade Atlântica". Efetivamente a expressão parece-nos bastante imprecisa. Anàlogamente consideramos grave engano a inclusão de Israel entre os países subdesenvolvidos. Na realidade John Pincus não chega a explicitar um conceito de subdesenvolvimento, entretanto, consideramos indevida esta inclusão uma vez que êsse país não apresenta os problemas estruturais do subdesenvolvimento, tais como escassez de capital, carência de mão-de-obra especializada, desemprêgo estrutural, etc. Ora, considerando-se êstes fatos, parece-nos que tal inclusão tem por base uma conceituação de subdesenvolvimento a partir da existência de um elevado grau de dependência da economia, ao funcionamento do setor externo, o que representa, sem dúvida, uma visão parcial do problema.

Na página 71, ao estudar o problema das relações entre coeficientes de importações e crescimento econômico, John Pincus elabora uma análise com base uma conceituação de subdesenvolvimento a partir da existência de um interno. Efetivamente é encontrada uma correlação matemática forte entre duas variáveis. Parece-nos insuficiente a abordagem na medida em que não explica o comportamento das importações no processo de desenvolvimento latino-americano, onde sòmente um estudo do grau de dependência das duas variáveis teria sentido a partir de uma divisão analítica das diversas etapas dêsse processo. Em outros têrmos, a compreensão do probelma só seria possível através do estudo do comportamento das importações na fase inicial de produção exclusiva de bens de consumo não duráveis, na fase de elaboração de bens de consumo duráveis e no estágio posterior de produção de bens de capital.

Com relação ao segundo tipo de análise empreendido (teórico-abstrato), consideramos a primeira parte, em que são estudadas as diversas teorias de comercial internacional, bastante superior à segunda, em que John Pincus apresenta sua teorização própria. Com efeito, a "visão eclética" de Pincus limita-se a uma avaliação sumária de alguns problemas importantes (por exemplo a parte referente a reformas internas e externas, na página 161) e de inúmeros temas irrelevantes para o conhecimento das condições e da estrutura do comércio internacional, tais como o significado dos modelos de programação econômica, a importância de um equilíbrio entre o crescimento do setor primário e do setor secundário, etc.

Em síntese, obedecendo à distinção que fixamos no início do trabalho visando a identificar na obra de John Pincus as análises do tipo prático-empírico e teórico-abstrato, concluímos pela grande superioridade da parte do livro que utilizou o primeiro tipo de enfoque.

Sérgio Augusto de Abreu e Lima — Florêncio Sobrinho

ENGINES OF CHANGE: UNITED STATES INTERESTS AND REVOLUTION IN LATIN AMERICA — *LODGE, George.* — *New York, Alfred A. Knopf, 1970.*

A América Latina atravessa uma fase de ebulição revolucionária contínua e profunda. Negando-se a reconhecer a inadequação de sua política exterior para o continente, os EUA têm seu prestígio e sua posição de liderança ameaçados pelo dinamismo das mudanças que se processam nos países latino-americanos.

As deficiências na rêde de comunicações que — no máximo — ligam as grandes cidades artificiais do continente são os resquícios da ocupação nuclear e periférica do período colonial. A hiperconcentração habitacional nesses núcleos, o crescimento desmedido da população não acompanhado por um proporcional aumento do nível de renda, a carência de capitais e o abandono dos campos constituem alguns dos problemas internos dos países em questão.

Externamente, o comércio se baseia num relacionamento injusto com os países desenvolvidos que oferecem perços vis pelos produtos continentais. Tais bens, além disso, representam o fundamento único de economias primárias e monocultoras voltadas para o mercado internacional e, por isso mesmo, complementares.

A própria estrutura fundiária que impera no campo criou economias frágeis de produtos-reis que competem entre si pelo mercado internacional. A debilidade do quadro econômico é tal que o autor acredita não haver mais solução pacífica para o impasse agrário em que se encontra a América Latina. Assim sendo, qualquer tentativa de solução dos problemas deverá aprioristicamente aceitar uma revolução estrutural econômica e social.

A ausência de instituições verdadeiramente democráticas no continente explica-se em parte pelo vácuo político e social existente. Êste vácuo se configura pela passividade com que 70 a 80% dos latino-americanos assistem às disputas pelo poder que se travam entre um grupo que representa a perpetuação do *status quo* e um outro que constitui a esquerda radical.

As revoluções que tanto têm caracterizado o processo político do continente nada mais são — via de regra — do que simples trocas de chefes-de-Estado pertencentes ao mesmo grupo dominante.

Enquanto nos Estados Unidos a participação no govêrno está aberta a todos os cidadãos, na América Latina os diferentes grupos culturais e étnicos não têm iguais possibilidades.

Naquele país as condições históricas permitiram que a evolução sócio-econômica acompanhasse a criação de um sistema político próprio. As antigas colônias ibéricas, no entanto, importaram formas políticas estrangeiras incompatíveis com sua realidade econômica.

A oposição entre os núcleos urbanos e a situação nos campos contribuiu para garantir o *status quo* e a atração de capitais externos tornou-se função precípua do govêrno. A falta de identidade entre o campesino e o homem

da cidade dificulta a fixação de idéias elementares, como por exemplo, aquela de unidade nacional.

Refletindo esta dicotomia, o populismo e o caudilismo apareceram como formas de exteriorização de uma realidade política que envolve e afeta poucos. Em suma, o problema crucial do continente expressa as contradições inerentes à formação de uma civilização.

A pluralidade de elementos étnicos impede a formação de uma cultura única. Esta, na realidade, nada mais é do que a imposição de valôres éticos do grupo dominante que logrou destruir a cultura autóctone nos primórdios da colonização ibérica.

A valorização do elemento telúrico como fonte de prestígio e poder — que também explica a formação do caudilismo — dificulta a democratização da cultura, vista na maioria dos casos como expansão da escola tradicional.

Nestas condições, o departamento de Veraguas, no Panamá, representa bem a realidade continental. Aí, apesar da atuação do Peace Corps, a cultura de subsistência com base no uso intensivo do fator trabalho, a ignorância e a falta de uma infraestrutura deu margens à formação de movimentos comunistas no seio da sociedade precooperativista.

A partir da observação *in loco* da problemática desta região, o autor conclui que a origem das dificuldades continentais liga-se à falta de motivação, de organização e uma estrutura sócio-política.

Propõe então George C. Lodge 1) agitar a passividade do campesino, 2) motivá-lo, 3) fazê-lo organizar-se, 4) identificá-lo a uma nova liderança revolucionária. Esta, a seu ver, deveria possuir 1) autoridade, 2) comunicação com a massa e acesso ao poder 3) competência e habilidade para importá-lo, 4) sentido de proteção da nova organização e 5) fôrça de vontade. Essas qualidades, o autor as analisa nas fôrças revolucionárias do México, da Venezuela e do Brasil, em D. Hélder Câmara, Celso Furtado, Francisco Julião, etc.

Apesar de os militares serem geralmente entendidos como causa da instabilidade política continental, o autor os vê como resultado desta instabilidade, já que são manobrados pelos civis que detêm a liderança do *status quo*.

Mesmo representando uma oligarquia rival daquela ligada à terra, dividem-se os militares latino-americanos em grupos distintos. Alguns se configuram líderes carismáticos; é o caso de Peron na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, Rojas Pinilla na Colômbia. Outros são revolucionários autênticos, como os partidários de Rômulo Betancourt, os que participaram da revolução mexicana, e os chilenos que permitiram o crescimento das esquerdas no país. Outros ainda, mais recentemente, associaram-se aos tecnocratas. Neste caso alinha o autor os president.s Organía, Anastasio Somoza e Costa e Silva.

De um modo geral os militares só serviram como instrumento de mudança quando representarem grupos revolucionários como os estudantes, os

operários, os camponeses ou determinados partidos políticos. Em si, êles não configuram a revolução. Seu próprio instinto de disciplina fá-los preferir reformas superficiais condizentes com a manutenção da ordem. Sua identificação com os militares dos Estados Unidos, no entanto, de quem dependem tecnológica e materialmente, pode torná-los executores de mudanças *profundas planejadas por Washington.*

A mais importante máquina de mudança que o autor vê no continente é o clero radical. A partir das recentes encíclicas papais, os ecelsiastas passaram a lutar contra as velhas oligarquias de quem sempre foram aliados. O CECLAM (Consejo Episcopal Latino-Americano) e o DESAL (Centro para el desarollo Económico y Social de América Latina) são os órgãos que *reunem as novas tendências.*

A inexistência de uma estrutura pluripartidária efetivamente representativa impede que os governos continentais se apóiem em fôrças opostas. Representando a oligarquia, êstes governos não são instrumentos de mudança, e, quando o são destróem sua base de representatividade, provocando lutas internas que acabam por derrubá-los.

Na *América Latina é necessário diferir comunismo de nacionalismo* revolucionário. Aquêle não encontra eco no continente porque tende a de adaptar ao sistema político vigente. Êste, no entanto, representado por Fidel Castro e tendo "Che" Guevara e Régis Debray por teóricos, é o mais ativo e representativo do momento histórico continental.

Dentre as organizações de trabalhadores latino-americanas, as que reu*nem agricultores podem mais fàcilmente se identificar com as* fôrças da revolução do que as urbanas. Isto porque são heterogêneas e porque não visam a solucionar problemas localizados, mas estruturais.

Teòricamente o melhor instrumento revolucionário de mudança é a emprêsa privada estrangeira. Assumindo os ramos de negócios que envolvem maiores riscos, tendo o capital como fator intensivo e estando preocupada *em inovar técnicas de produção,* tal emprêsa parece disposta a pôr em xeque os valôres tradicionais sôbre os quais se apoiam as economias nacionais.

Afirma o autor que o futuro da América Latina é função das possíveis combinações dos instrumentos de mudança. Lembra ainda que a mudança radical em têrmos de realocação do poder é inevitável. *Assim sendo, tanto mais profunda será a revolução quanto mais forte fôr a oligarquia* nacional.

O interêsse primordial dos Estados Unidos é impedir que essa revolução se faça contra seu poderio, que o comunismo não ameace o continente, e que não se preservem seus aliados militares. Por isso a função atual dêste país é *garantir a independência da revolução face ao comunismo internacional,* sem com isto impedir a ruptura das estruturas tradicionais

O processo revolucionário latino-americano deve ser levado a cabo principalmente pelas fôrças radicais da igreja católica e pelas emprêsas estrangeiras. Nestas últimas reside o campo de ação da política de Washington.

Até hoje a emprêsa estrangeira tem-se aliado às oligarquias para melhor prosperar no continente. É, pois, chegado o momento de romper com êste estado de coisas e dar-lhe papel fundamental na revolução latino-americana, para salvaguardarem-se os interêsses daquele país.

O Presidente Kennedy esperava que a Aliança para o Progresso se tornasse um instrumento de mudança no continente. Na realidade, porém, ela contribuiu para a fortificação das oligarquias e muito se afastou dos grupos progressistas da Igreja no Brasil, na República Dominicana e na Bolíva, por exemplo.

A despeito das intenções de Kennedy os governos latino-americanos usaram os fundos da Aliança para o Progresso para deter a revolução. Exeção, no entanto, ocorreu em Veraguas no Panamá.

Tendo julgado a realidade da América Latina com olhos anglo-saxões, os Estados Unidos acreditaram que os governos continentais estavam realmente interessados em promover o bem-estar público, no que se enganaram. Sòmente os Presidentes Frei, Lleras Restrepo e Betancourt possuíram idéias revolucionárias. Outros como Costa e Silva, Somoza e Onganía são apenas expressões de modernistas com orientação técnica.

Evidentemente, auxiliando as fôrças de contestação das estruturas tradicionais os Estados Unidos entrarão em choque com as autoridades constituídas. Para evitar isso, cabe às Embaixadas dêste país no continente criar novas mentalidades nos chefes-de-Estados mas não desafiá-los.

Ao invés de propor o fim das entidades existentes, o autor propõem a reformulação da Aliança para o Progresso. A Nova Aliança deverá possuir um caráter nitidamente internacional e não americano. Paralelamente, deverá dar a organismos internacionais a função de zelar pelo bom aproveitamento dos fundos de capitais, e promover a integração comercial e econômica do continente. Reforma e revolução são possibilidades para a América Latina; esta porém é inevitável.

Julio Zeiner

SOVIET RELATIONS WITH LATIN AMERICA — 1918-68: A DOCUMENTARY SURVEY — *Ed. Stephen Clissold — Oxford University Press — 1970.*

A história das relações políticas entre a União Soviética e os países latino-americanos foi, até recentemente, a história das relações entre os partidos comunistas da URSS e os dêste continente. Tal fato explica porque as relações de govêrno para govêrno entre a União Soviética e a América Latina foram especiais e difíceis.

O objetivo do livro *Soviet Relations with Latin America — 1918-1968* é de analisar o processo de desenvolvimento das relações diplomáticas a partir do modo como foi realizada a transição das relações diretas, entre partidos, para as relações comerciais, políticas e culturais entre Estados.

A obra foi composta pelo especialista britânico em assuntos soviéticos e latino-americanos Stephen Clissold e está dividida em três partes independentes, além de um capítulo de introdução aos problemas gerais.

Cada uma das partes é constituída de documentos emitidos pelos governos soviéticos e latino-americanos ou de declarações e memorandos internos dos partidos comunistas.

Depois de um exame rápido sôbre as fontes históricas que inspiraram a diplomacia soviética na América Latina, o autor inicia seu estudo pròpriamente dito, analisando o período do Comintern. Nesse período, o que vai caracterizar os primeiros movimentos políticos do nôvo regime com relação à América Latina é o fato de se subestimar a importância política do Continente. Essa visão — mostra o autor — é antiga, remontando a Marx e Engels, que não viam com bons olhos os descendentes dos espanhóis. Paralelamente, um outro fato será preponderante: a falta de definição de uma estratégia política, que é, ora dominada por palavras de ordem revolucionária, ora inspirada pela preocupação de criar, em cada país uma frente popular de apoio à não intervenção dos EUA, Inglaterra e França na URSS. Como conseqüência dessa estratégia hesitante, resultarão, no Brasil, a fracassada intentona comunista de 1935 e, no México, a deterioração das relações diplomáticas, que culminará com o rompimento formal, em 1930, pelo Govêrno mexicano.

Se as relações políticas foram difíceis, as relações comerciais deixaram muito a desejar, pois a maioria dos países latino-americanos temia que um incremento do comércio com a União Soviética provocasse a suspensão de crédito dos governos ocidentais e uma diminuição dos investimentos, especialmente norte-americanos, no Continente.

A terceira parte da obra começa com a Segunda Grande Guerra e continua através do período da "Guerra Fria" e da "Coexistência Pacífica". O autor se detém na análise da exclusão da atitude de hostilidade dos governos latino-americanos para uma posição de simpatia para com a União Soviética. Êste fato acarreta o reatamento das relações diplomáticas rompidas antes mesmo do início da Guerra. Essa fase, entretanto, durará pouco mais de um ano. A partir da "Guerra Fria", haverá não sòmente incidentes diplomáticos como foi o caso do rompimento das relações entre o Brasil e a URSS, em 1946 como também uma deterioração sistemática no sentido da colaboração mútua. Tal apatia subsistirá até 1959, quando da tomada do poder por Fidel Castro: daí em diante, a estratégia soviética lançará diversas ofensivas em direção à América Latina. O Continente como um todo, passará então, a ser reavaliado segundo as novas perspectivas do Kremlin.

Essa transformação, todavia, não se opera sem dificuldades, pois substituirão os mesmos obstáculos que causaram o fracasso da política do Comintern. Em cada país, a diplomacia soviética terá de conciliar os interêsses do Estado soviético, à procura de mercados e influência política, com as ambições locais dos partidos comunistas.

Assim, surge a "Coexistência Pacífica" consubstanciada pela reafirmação de se manter a paz mundial como objetivo prioritário e de se respeitar, em cada país, os governos constituídos. A principal conseqüência dessa evolução será, de um lado, o incremento dos laços comerciais com a maioria dos países latino-americanos (em 1966, dois anos após a ascensão do govêrno anti-comunista do Marechal Castelo Branco, a URSS concederá ao Brasil um crédito de US$ 100.000.000 e ajuda similar ao Govêrno do Presidente Frei, do Chile) e, do outro, um choque crescente com as organizações de partidos comunistas e de esquerda em geral. É essa ambivalência que origina a formação de partidos comunistas revolucionários independentes de Moscou. O autor analisa, também, de que modo repercutiu, na América Latina, a crise sino-soviética e como reagiram os partidos comunistas latino-americanos.

A importância da obra reside no fato de que, sendo, como todo livro político, limitada pela posição ideológica do autor, possue, não obstante, imparcialidade, na medida em que a evolução e a análise são feitas a partir de textos emitidos pelos Governos soviético e latino-americanos e pelos partidos comunistas dêsses países.

AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA: MODERNIZAÇÃO/DESENVOLVIMENTO/DEPENDÊNCIA — *LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Zahar Editôres, Rio de Janeiro — 1970. 205 p.*

No livro *América Latina Contemporânea*, Eulália Lobo defende o pressuposto de que, na América Latina, existe uma continuidade histórica entre os períodos pré-colombianos, colonial, e independente, e de que é válido considerar o hemisfério como uma unidade para estudo conjunto. No período analisado — séculos XIX e XX — o enfoque hemisférico é procedente, desde que a América Latina, integrada na expansão do mercado mundial, está vinculada aos Estados Unidos numa relação de dependência. A autora baseia a análise da dependência no conceito de Fernando Henrique Cardoso: desde que a estrutura sócio-econômica dos países dependentes é diferente daquela dos países dominantes, o seu desenvolvimento será necessàriamente distinto.

A obra contém quatro partes: uma periodização econômica para a História da América Latina nos séculos XIX e XX, em dois capítulos; e dois

outros, descritivos, discutindo a estrutura social e tipologias para o continente.

A primeira parte do livro é o resultado do trabalho pioneiro da Autora, na área de História quantitativa. Comparando os ciclos econômicos observados por Kondratieff, Juglar e Kitchin, nos Estados Unidos e na Inglaterra, com os mesmos ciclos distinguidos por Pompeu Accioly Borges no Brasil, a Autora procura mostrar que êles são semelhantes nos três países: os períodos de prosperidade, crise, depressão e recuperação ocorrem nas mesmas épocas e duram aproximadamente o mesmo tempo. Isto se explica pela importância do setor exportador na América Latina, que relega a sua economia a uma posição dependente.

Dada esta relação de dominação-subordinação, as soluções para o desenvolvimento nos países dominantes não se aplicam aos países dependentes. Os modelos de desenvolvimento já apresentados, não consideram muitas vêzes o fato de que países da América Latina, por serem dependentes, possuem estruturas sócio-econômicas distintas. Modelos baseados no desenvolvimento dos Estados Unidos, onde não houve uma sociedade tradicional se opondo à modernização, não levam em conta o quadro da América Latina, onde se confrontam elementos tradicionais e modernizadores.

A seguir, a Autora examina as características da estrutura social da América Latina: as classes sociais, grupos de pressão e seu interrelacionamento. O capítulo é de fato um resumo de outros trabalhos sôbre êste assunto: não há tentativa da Autora de sugerir seus próprios conceitos analíticos. Entretanto para aquêle que não conhece ainda a bibliografia sôbre estrutura social na América Latina, esta síntese é muito oportuna como uma introdução ao assunto, sobretudo sob o ângulo desenvolvimento-dependência.

No final de seu trabalho, a Autora considera três tipologias da América Latina: a de *Vekemans e Segundo*, a de *Jaques Lambert* e de *Gino* Germani. Cada uma delas utiliza um critério diferente de classificação (sócio-econômico, político e sociólogo, respectivamente), mas os resultados são geralmente semelhantes. As classificações têm valor, uma vez que mostram a complexidade do problema de desenvolvimento na América Latina e sugerem a elaboração de modelos mais flexíveis.

A Autora reconhece que um estudo genérico da América Latina não é suficiente para a compreensão de sua realidade. É necessário para completar a análise do tema desenvolvimento-dependência, um estudo mais detalhado de diferenças regionais, que a Autora promete numa segunda etapa. A originalidade na abordagem do presente estudo garante que essa segunda fase trará também *insights* relevantes para a compreensão da realidade latino-americana.

Simone B. Novaes

AMÉRICA LATINA — ESTRUTURAS EM CRISE — *VELIZ, Cláudio (coordenador). IBRASA, São Paulo — 1970. 291 p.*

Trata-se da tradução de "The Politics of Conformity in Latin America", volume publicado em Londres (1967) pelo Royal Institute of International Affairs. Cláudio Veliz busca uma unidade nos enfoques de oito especialistas em assuntos latino-americanos, prosseguindo na análise que já produziu o utilíssimo "Obstacles to change in Latin America" (Londres, 1965).

Da reunião dos artigos, o Autor chega a um balanço pessimista do resultado das mudanças institucionais na América Latina. Apesar de índices animadores de desenvolvimento industrial em alguns países da região (México, Argentina, Brasil, Chile), as apregoadas reformas institucionais — agrária, fiscal, administrativa — permanecem inativadas. Segundo o Autor, estas transformações estruturais, necessárias não sòmente do ponto de vista ético, mas no interêsse do próprio desenvolvimento econômico, não se realizam em conseqüência do conformismo dos grupos sociais aptos a propulsioná-las. A própria ascenção da classe média, vista alhures como sintoma de democratização de oportunidades sociais, se mostra ilusória em última análise (R. Adams): a distância extrema entre pobres e ricos permanece inalterada. "O grupo médio aparentemente nôvo não passa de uma extensão da classe superior tradicional, tanto em têrmos de posição econômica quanto em têrmos de valôres básicos", (pág. 14).

No exame de participação política dos camponeses na luta pelas reformas institucionais, Hobsbawn verifica que, à exceção de êxitos isolados (Cuba, Bolívia 1952) e de inúmeras tentativas frustradas, a sua atuação permanece ditada pelo poder formal e informal dos donos da terra. Por outro lado, os expressivos contingentes rurais que afluem aos centros urbanos se diluem em contacto com a cidade. Habituado à aceitação da autoridade paternalista do latifundiário, o camponês urbanizado transfere sua lealdade aos movimentos populistas, tornando-se igualmente ineficaz.

Para Henessy, o conformismo se manifesta igualmente entre os estudantes. Para a maior parte dêles, o curso universitário é a garantia da obtenção de um status social mais elevado. Ainda que alguns mantenham na vida profissional a inspiração revolucionária dos dias de escola, a profissionalização leva a maioria à aceitação dos valôres predominantes e à convivência acrítica com o *statu quo*.

Num dos pontos mais altos do livro, José Nun estuda a coalisão militares-classe média, de que resultaram inúmeros golpes de estado na América Latina. Valiosas são suas análises comparativas do caso brasileiro e argentino; do contraste com a experiência chilena; bem como o exame da probabilidade histórica do desenvolvimento na América Latina do modêlo "nasserista". Também dos militares pouco pode esperar-se no sentido de transformar as estruturas dos países latino-americanos, pois a sua tendência

é a de privilegiar antes de tudo os valôres da ordem e da estabilidade, "mesmo ao prêço de métodos repressivos pouco liberais e da suspensão das práticas democráticas" (pág. 18).

Igualmente céticas são as conclusões de Emanuel de Kadt ao estudo da Igreja como agente de mudança social. O Autor resenha as diversas correntes dentro da Igreja Católica no Brasil, até 1965. O artigo é inestimável como reportagem de um período em que a ação social da Igreja se fêz mais intensa no Brasil, através do Movimento de Educação de Base, da Ação Católica e da Atuação do setor do clero classificado de "progressista". Apesar de acreditar que a Igreja pós-conciliar possa realizar muita coisa na transformação da realidade brasileira, E. de Kadt sente que uma tradição secular de paternalismo e obediência hierárquica na Igreja torna ainda predominante a influência daqueles que desejam preservar o *statu quo* social.

Nosso "*continente em ebulição*" *faz com que muitas das análises feitas* há sòmente cinco anos se tornem hoje ultrapassadas. Muito do que traz o livro permanece igual e inalterado; algumas condições hoje se alteraram. Regimes políticos então balbuciantes se consolidaram; portas se entreabrem ao intercâmbio com Cuba; países andinos prenunciam alternativas então imprevisíveis à mudança institucional. "América Latina — estruturas em crise" é entretanto um diagnóstico imprescindível da realidade latino-americana na metade da década de sessenta.

Henrique de Souza Novaes

RIO GRANDE DO SUL AND BRAZILIAN REGIONALISM, 1882-1930 — *LOVE, Joseph L. Stanford, California, Stanford University Press — 1971. 310 p.*

O excelente livro de Joseph L. Love se inclui no rol dos detalhados estudos que, sôbre o Brasil, ùltimamente estão sendo levados a cabo por historiadores norte-americanos. Não é sem uma ponta de surprêsa que o leitor indígena verifica a série de professôres de Universidades dos Estados Unidos, que escrevem sôbre diferentes aspectos da evolução brasileira, alardeando uma riqueza de conhecimentos não muito encontradiça na bibliografia nacional. Esta surprêsa se avoluma, se considerarmos as dificuldades do manuseio da documentação, via de regra em idioma estranho, bem como os obstáculos para identificação dos fatôres componentes de um programa político, econômico e social totalmente diferenciado dos que caracterizam a formação norte-americana. Acrescentem-se a isso os problemas decorrentes da necessidade de estudos *in-loco* e, "last but not least", a perspectiva quanto ao número de leitores prováveis. Êste aspecto econômico que tanto pesa sôbre as vocações dos autores nacionais, deveria agravar-se pelo custo da

edição — no caso do livro de Love exigindo um preço de 10 dólares por exemplar.

Em que pese a tais fatôres negativos, poder-se-ia citar uma bibliografia já volumosa, tôda ela constituída de obras da nova geração de pesquisadores norte-americanos: John F. Dulles Jr., John D. Wirth, Allen W. Johnson, Robert M. Levine, Richard Graham, Thomas E. Skidmore, entre outros.

A explicação dêste fenômeno literário possìvelmente está na formação universitária dos Estados Unidos. De um lado, as exigências de apresentação de teses para o doutorado ("Ph. D"); de outro, as facilidades de ordem financeira, que são postas à disposição dos candidatos. No prefácio de seu livro, Love registra o auxílio recebido do Foreign Area Fellowship Program, que lhe permitiu inclusive uma permanência de 14 meses no Brasil, acrescidos de três meses por conta do Social Science Research Council e do Center for International Comparative Studies da Universidade de Illinois.

O livro compreende um meticuloso estudo da influência do Rio Grande do Sul na evolução do Brasil durante o período 1882-1930. Realmente, vai mais além, inserindo no capítulo final ("Forty years since") um resumo dos principais acontecimentos que conduziram à Revolução de março de 1964.

O tema escolhido por Love é realmente fascinante, mal se compreendendo por que ainda não foi explorado por nossos historiadores, em particular os gaúchos. Com efeito, no período que antecedeu a Revolução de 1930, o Rio Grande do Sul forjou uma estrutura política que o distinguiu singularmente no quadro dos Estados da Federação, colocando-o em preeminência política tal que lhe permitiu dirigir os destinos da nação no longo período getuliano. As raízes desta estrutura foram muito bem apreendidas pelo autor, identificando nas figuras exponenciais de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros os artífices do bloco político que tanto iria influenciar a evolução política brasileira, graças ao movimento vitorioso de 1930, sob a direção de Getúlio Vargas. Há uns dados numéricos citados por Love, que bem documentam essa influência: de 15 de novembro de 1910 a 23 de outubro de 1930, representantes do Estado sulino ocuparam postos nos Ministérios totalizando 18,3 anos, enquanto os mineiros e paulistas não passaram de 16,09 e 12,37, respectivamente. É claro que, a partir de 1930, a participação gaúcha ainda mais se acentuou.

Além dos marcados perfis de Castilhos e Borges de Medeiros, Love destaca com fidelidade os retratos de Getúlio, Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Assis Brasil, Lindolfo Color e, mais recuadamente, Pinheiro Machado, Fernando Abbott, Silveira Martins, Gumercindo Saraiva, Firmino de Paula, Saldanha da Gama, Aparício Saraiva e outros celebrados caudilhos da Revolução de 93.

É igualmente muito bem apreendida a poderosa influência do positivismo na orientação dos chefes políticos gaúchos, não sendo exagêro admitir-se que no velho Partido Republicano Riograndense se tenha localizado

o núcleo mais forte dos remanescentes do movimento responsável pela proclamação da República.

É inevitável que, a um observador estrangeiro, escapem certas nuances do ambiente brasileiro, mais particularmente em Estado de tal maneira característico como é o Rio Grande do Sul, com seu acentuado regionalismo e suas peculiaridades agravadas pela pressão fronteiriça.

Se algum reparo coubesse ao excelente estudo de Love, mencionaríamos que não foi suficientemente aprofundada a influência do fator econômico sôbre o declínio do poder político dos "coronéis". É inegável que êstes representaram — e não apenas os fazendeiros do Rio Grande, mas ainda os senhores de engenho do Nordeste e, principalmente, os plantadores de café de São Paulo e Minas — os verdadeiros barões feudais do Brasil-Império. Com o deslocamento do poder econômico, fugindo do interior para os centros industriais, foi-se aos poucos esvaziando o poder político apoiado na agropecuária. No caso do Rio Grande, seus mais famosos caudilhos, os homens que inscreveram legendas heróicas na história das por vêzes longas e sangrentas revoluções, assentavam seu prestígio em vastas propriedades de criação de gado; por isso mesmo, a grande maioria era oriunda da fronteira, da chamada "Campanha". Ora, uma simples comparação estatística revela que os municípios pecuários — cêrca de um têrço do total do Estado, ao tempo do Império — permaneceram até hoje pràticamente os mesmos em número, enquanto os demais se multiplicaram, numa flagrante demonstração do desenvolvimento econômico das regiões da Serra e do Litoral, com sua agricultura e sua indústria constrastando com a estagnação dos latifúndios da pecuária. A Revolução de 1930 foi o último lampejo do prestígio dos caudilhos, como fonte de poder político, prolongando-se por mais uns lustros no período getuliano, graças à fôrça carismática de um de seus mais notáveis representantes.

Parece de justiça, entretanto, assinalar-se que a obra de Love constitui um excelente subsídio para a história da evolução política brasileira, pois ressalta, com as devidas côres e apoiado em pacientes pesquisas, a influência de poderosa corrente regionalista na formação da chamada República Velha e na sua extinção. Somem-se a êsses méritos a aprimorada técnica do autor, sua exposição em estilo leve, não raro entrecortada de episódios que amenizam a possível aridez da matéria; sobretudo, destaque-se a judiciosa inserção de acontecimentos locais no panorama nacional, permitindo uma clara visão do conjunto pelo enfoque de uma região que nêle representou papel tão preponderante.

H. A. H.

LIVROS

LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

A INDEPENDÊNCIA *na América Latina.* Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1969. 80 p.

AGARWALLA, A. N. & SINGH, S.P., ed. *A economia do subdesenvolvimento;* coletânea de artigos e estudos, selecionados e org. por (The economics of underdevelopment). Trad. de Maria Celina Whately. Rio de Janeiro, Forense, 1969. 502 p.

ALMEIDA, Lourival Nobre de — *A comunidade luso-brasileira* (desafio de uma raça). Rio de Janeiro, Ed. Artenova, Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1969, 48 p.

ALVIM, Décio Ferraz, 1897 — *História das doutrinas econômicas.* Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1970, 118 p.

ANDRADE, Benedito Martins de — Plano siderúrgico nacional; síntese do Relatório do Grupo Executivo da Indústria Siderúrgica. Rio de Janeiro, Ministério da Indústria e do Comércio, 1969. 139 p.

ÁVILA, Fernando Bastos de, SJ — *Introdução à sociologia.* 4 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1970. 320 p.

BOBO, Generoso, pe. *Imagens e paisagens do Vietnã.* Apresentação de Ruy Cirne Lima. Pôrto Alegre, Of. Ed. Escola Graf. Dom Bosco, 1970. 160 p.

BORGES, Ricardo — *Construção econômica da Amazônia.* Belém. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1970, 127 p.

BOTTOMORE, T. B. — *Introdução à sociologia.* (Sociology, a guide to problems and literature). Trad. de Waltensir Dutra, 3 ed. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1970, 283 p.

BRASIL. Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil. — *Bibliografia de história do Brasil.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 99 p.

BRASIL — Países Baixos, acôrdo cultural. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 18 p.

BRASIL. Trado etc. *Brasil-Argentina, convênio de intercâmbio cultural.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 17 p.

BRASIL. Tratados etc. *Brasil-Estados Unidos, acôrdo para a concessão de vistos múltiplos diplomáticos ou oficiais,* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969, 6 p.

BRASIL-Uruguai, convênio cultural. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 15 p.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich, 1883-1938. *Tratado de materialismo histórico.* Trad. rev. por Edgard Carone. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1970. 382 p.

CALIC, Edouard — *O império de Himmler.* (Himmler et son empire). Trad. de Luís Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1970. 663 p.

CAMPELLO, Francisco Barreto, 1888 — *Teoria da quase nacionalidade;* conferência. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969. 31 p.

CARNEIRO, Luiz Orlando — *A responsabilidade da imprensa e a manipulação da informação.* Pôrto Alegre, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, 1970. 13 p.

CARVALHO, Delgado de, 1884 — *Introdução metodológica aos estudos sociais.* 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1970. 360 p.

COSTA, Adroaldo Mesquita da, — A Organização das Nações Unidas, conferência. Rio de Janeiro, Dep. de Imp. Nacional, 1969. 18 p.

DAHL, Robert A. — A moderna análise política. (Modern political analysis) 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1970, 167 p.

DECOUFLÉ, André — *Sociologia das revoluções.* (Sociologie des révolutions). Trad. de Heloysa de Lima Dantas, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 130 p.

DEROGY, Jacques & SAAB Edouard — *Os dois êxodos;* Europa 5707: o êxodo dos judeus, por Jacques Derogy; Palestina 1948: o êxodo dos árabes, por Edouard Saab. (Les deux Exodes). Trad. Vera Neves Pedroso, Antônio Telles e Jorge Pontual. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1970. 132 p.

DUQUE, Hélio — *A guerra do café solúvel.* Pref. de Noênio Spinola. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1970. 158 p.

EUA. Presidente Richard Nixon — *A política externa dos Estados Unidos na década de 1970;* uma nova estratégia para a paz. Rio de Janeiro, Serviço de Imprensa da Embaixada dos Estados Unidos da América, 1970. 50 p.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo — *O problema nacional do potássio.* Aracaju, 1969, 65 p.

FISCHER, Ernst & Marek, Franz — *O que Marx realmente disse.* (Was Marx Wirklich Sagte). Trad. de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 174 p.

FONSECA, Haroldo Erichsen — *O Exército Brasileiro e o desenvolvimento Nacional.* Fortaleza, Imp. Oficial, 1969. 23 p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo — *O Congresso e a Constituição.* Brasília, 1970. 50 p.

FURTADO, Celso — *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, Lia Ed., 1970. 374 p.

FURTADO, Celso e outros — *Inflação e desenvolvimento;* textos básicos sôbre as economias subdesenvolvidas, por Celso Furtado, Ignácio Rangel, Octávio Gouveia de Bulhões, Luiz Carlos Lessa, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Thweatt e Kanitz. Wener Baer. Petrópolis, Ed. Vozes, 1970. 317 p.

GALVÊAS, Ernane — *O Brasil e a integração da América Latina:* conferência. Rio de Janeiro, Banco Central do Brasil, 1970. 12 p.

GEORGE, Henry — *Progresso e pobreza;* investigação sôbre a causa das crises econômicas e do aumento da miséria com a expansão da riqueza: *o remédio. (Progress and poverty)*. Trad. do *original inglês por* Américo Werneck Júnior, e ed. brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1970. 439 p.

GEORGE, Pierre — *Geografia da U.R.S.S.* (Géographie de l'U.R.S.S.). Trad. de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 122 p.

GEORGE, Pierre — *Panorama do mundo atual* (Panorame du monde actuel) Trad. de Pedro de Alcântara Figueira, e ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 225 p.

GOMES, Cirilo Folch, OSB. — *A Igreja e a democracia*. Rio de Janeiro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Secretariado Regional Leste-1. 1969. 19 p.

GUERRAS *entre nações hispano-sul-americanas.* Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1968. 77 p.

GUILLAUMAUD, Jacques — Cibernética e materialismo dialético. (Cybernétique et matérialisme dialectique). Trad. de Juvenal Hahne Júnior e Guilherme de Paula. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970. 172 p.

HISTÓRIA *econômica e administrativa do Brasil.* 16 ed. rev. e atual. São Paulo, Ed. Atlas, 1969. 198 p.

JAMES, Preston E. e outros — *Geografia humana nos Estados Unidos* por P. James, E. Taaffe, A. Pred. e outros (Geography and American environment) Trad. de Luiz Cláudio de Castro e Silva. Rio de Janeiro, Forum Ed., 1970. 285 p.

JORDÃO NETTO, Antônio — *As migrações internas para o Estado de São Paulo; principais constatações e sugestões de uma pesquisa*. São Paulo, Universidade Católica, 1969. 58 p.

KAHN, Herman & WIENER, Anthony J. — *O ano 2000;* uma estrutura para especulação sôbre os próximos trinta e três anos, por ... com contribuições de outros membros da equipe do Hudson Institute (The year 2000). Trad. de Raul de Polillo, Pref. de Roberto de Oliveira Campos. 4 ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1970. 508 p.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire — *Estratégia militar e desarmamento.* Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1970. 323 p.

LIMA, Alceu Amoroso — *A imprensa a serviço do desenvolvimento*. Pôrto Alegre, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, 1970. 18 p.

LIMA, Flamarion Barreto — *Evolução política dos países sul-americanos de origem espanhola*. Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1968. 99 p.

LINS, Ivan — *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. Pref. de Afrânio Peixoto. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 387 p.

LODI Carlos — *População, alimentos, urbanização;* o drama do mundo atual visto por um urbanista. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1969. 534 p.

LOBO, Roberto Haddock — *Geografia econômica*. 5 ed. São Paulo. Ed. Atlas, 1970. 389 p.

MARINHO JÚNIOR, Ilmar Penna — *Petróleo, soberania & desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1970. 476 p.

LeMAY, Curtis E. & SMITH, Dale O. — *USA em perigo;* pelo General Curtis E. LeMay e o Major-General Dale O. Smith. Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1970. 322 p.

MEDINA, Ruben — *Desnacionalização; crime contra o Brasil?* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1970. 161 p.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque — *Curso de direito internacional público*. Pref. de M. Franchini Netto. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1970. 2v. 858 p.

MELLO, Mário Vieira de — *Desenvolvimento e cultura*. O problema do estatismo no Brasil, 2. ed. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1970. 275 p.

MENEZES, José Rafael de — *Filosofia social do desenvolvimento*. Recife. Faculdade de Ciências de Administração, 1969. 203 p.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando, 1912 — *Pontos de economia Internacional*. 2.ª ed. São Paulo, Sugestões Literárias, 1970. 402 p.

MONTORO, André Franco — *O direito de participar no desenvolvimento*. São Paulo, Universidade Católica, 1969. 22 p.

NORTON, A. L. — *A história do povo inglês*. (Q people's history of England) Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 483 p.

NICHOLSON, Norman L. — *Breve geografia regional de Canadá*. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1967. 266 p.

OLIVEIRA, Benedito de — ed. *Cinqüentenário do Presidente Bernardes;* 1919-1969. Presidente Bernardes. 1970.

OS ESTADOS UNIDOS *no banco dos réus;* Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, presidido por Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre, Vladimir Dedijer; Estocolmo, Copenhague. Trad. e org. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970, 480 p.

PACHECO, Renato José Costa — *O Brasil e a futura confederação mundial* (e outros ensaios). Jerônimo Monteiro, Escola de Artes Gráficas, 1970. 44 p.

PAZ, Ury — *Guerra relâmpago;* a luta de Israel pela sobrevivência (The shorstest war, 1967). Trad. de Antônio Luiz Figueiredo. São Paulo. V.G.T., Impres (1970) 179 p.

PEREIRA, Luiz — *Ensaios de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo. Ed. Pioneira, 1970. 158 p.

PERROUX, François — *O capitalismo* (Le capitalisme). Trad. de Gerson de Souza. 2 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

PESSOA, Mário — *Política internacional e trópico;* conferência. Apresentação de Gilberto Freyre. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 43 p.

PIERSON, Donald — *Teoria e pesquisa em sociologia.* 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1970. 338 p.

PINTO, Luís de Aguiar da Costa — *Sociologia e desenvolvimento;* temas e problemas de nosso tempo. 3. ed. rev. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 332 p.

PINTO, Luiz de Aguiar da Costa, 1920 — *Desenvolvimento econômico e transição social*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970. 156 p.

PRADO JÚNIOR, Caio, 1967 — *Dialética de conhecimento*. 5 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969. 2v. 825 p.

RAMOS, Graciliano, 1892-1953 — *Memórias do cárcere.* Pref. de Nelson Werneck Sodré, 6. ed. São Paulo, Martins, 1969. 2v. 309 p.

RAMOS, Graciliano — *Viagem* (Tchecoslováquia e URSS). (obra póstuma). Pref. de Jorge Amado. 4 ed. São Paulo, Martins, 1970. 195 p.

REFORMA, revisionismo e oportunismo. Trad. de Lívio Xavier. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, *1970. 229* p.

ROBOCK, Stefan H. & SOLOMON, Leo M., ed. *Desenvolvimento internacional em perspectiva;* coordenação de ... Trad. de Rubens Stuckenbruck. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 259 p.

ROCHE, Jean. — *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul). Trad. de Emery Ruas. Pref. de René Poirier. Pôrto Alegre, Ed. Globo, 1969. 2v. 806 p.

ROCKFELLER, Nelson Aldrich — *As condições de vida nas Américas;* relatório de uma missão presidencial dos Estados Unidos ao hemisfério ocidental. Rio de Janeiro, Distr. Record, 1970. 148 p.

RODRIGUES, José Honório — *Aspirações nacionais; interpretação histórico-política.* 4. ed. rev. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970. 243 p.

RUY, Affonso — *A primeira revolução social brasileira*. Com pref. do Prof. Hélio Vianna. 3. ed. Rio de Janeiro, ed. Laemmert, 1970. 218 p.

SANTOS, Joel Abílio Pinto dos — *Roteiro para os estudos da história do Brasil*. Santa Maria, Ed. Pallotti, 1970. 21 p.

SCHWENHAGEN, Ludwig — *Antiga história do Brasil;* (de 1 100 A.C. a 1500 D.C.) tratado histórico. Introdução e notas de Moacir C. Lopes. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, 1970. 149 p.

TRATADO *sôbre utilização e uso do espaço cósmico.* Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1969. 19 p.

TIGRID, Pavel — *A primavera de Praga.* (Le printemps de Prague). Trad. de Sérgio de Queiroz Duarte. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, em co-ed. com a Ed. Laudes, 1968. 277 p.

TODQUEVILLE, Alexis de, 1805-1859. *Democracia na América.* (Democracy in America). Trad. de João Miguel Pinto de Albuquerque. Ed. condensada para o leitor moderno por Richard D. Heffner. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade, 1969. 364 p.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira, 1915 — *Interpretação da realidade brasileira;* introdução à história das idéias políticas no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympo, 1969. 350 p.

TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915 — *O caso do socialismo;* à margem da "Populorum progressio". Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1970. 287 p.

VALLADÃO, Haroldo — *Direito internacional privado;* em base histórica e comparativa, positiva e doutrinária, especialmente dos estados americanos; introdução e parte geral. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1970. 579 p.

VELIZ, Cláudio — *ed. América Latina — estruturas em crise;* coordenação de Cláudio Veliz. (The politics of conformity in Latin America). Trad. de Gilberto B. Oliveira. São Paulo, Ibrasa, 70. 293 p.

VICTOR, Mário — *A Batalha do petróleo brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 405 p.

WEBER, Alfred — *História sociológica da cultura.* (Kulturgeschichte als Kultursociologie). Trad. de M. E. Costa da Fonseca e M. M. Duarte Sequeira. São Paulo, Mestre Jou, 1970. 576 p.

WEBER, Max, 1864-1920. Ciência e política; Duas vocações (Wissenschaft Als Beruf; Politik Als Beruf). Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. Pref. de Manoel T. Berlinck. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970. 124 p.

WEISSKOPS, Kurt — *A agonia da Tchecoslováquia.* (Agony of Checoslovaky). Trad. de Aldomar Conrado. Rio de Janeiro, José Alvaro 1970. 298 p.

LIVROS PUBLICADOS NO ESTRANGEIRO
Assuntos Políticos e Jurídicos

THE CHALLENGE OF WORLD POVERTY: A WORLD ANTI-POVERTY IN OUTLINE. Gunnar Myrdal. New York: Pantheon Bobks, 1970, 518 p. Myrdal examina e critica a maioria das teorias tradicionais sôbre a pobreza no mundo. Utiliza análises sociológicas e conceitos econômicos para propor suas próprias soluções.

ALLIANCE POLITICS. Richard E. Neustadt. New York: Columbia University Press, 1970, 167 p. — *Um dos estudos mais completos sôbre a OTAN e algumas das crises que atravessou. O autor analisa as relações dos Estados Unidos com a Inglaterra durante a crise de Suez e do affaire Skybolt.*

THE IMPARTIAL SOLDIER. Michel Harbottle. New York: Oxford University Press (Royal Institute of International Affairs), 1970, 210 p. — Um relato importante das experiências do autor, como membro das "Fôrça de Paz" da ONU (Chipre, 1966-1968).

AUTHORITARIAN POLITICS IN MODERN SOCIETY. Ed. por Samuel P. Huntington and Clement H. Moore. New York: Basic Books, 1970, 533 p. — Quinze cientistas políticos estudam o desempenho dos sistemas políticos unipartidários face ao desafio de mudanças sócio-econômicas.

MARSHALL IN CHINA. John Robinson Beal. Garden City: Doubleday, 1970, 385 p. — Afirma o autor que Marshall quase logrou, em 1946, uma coalisão entre Comunistas e Nacionalistas. Numa primeira ocasião, Chiang Kai-Shek, se recusou, numa segunda a rejeição veio dos Comunistas.

DIE AMERIKANISCHE STRATEGIE: ENTSCHEIDUNGSPROZESS UND INSTRUMENTARIUM DER AMERIKANISCHEN AUSSENPOLITIK. Por Ekkehart Krippendorff. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1970, 495 p. — Análise muito pessimista da política externa americana na década de 60. O autor conclui que, para preservar o sistema capitalista, os Estados Unidos tolerariam um nível elevado de repressão política e chegariam até mesmo à guerra nuclear.

THE CRISIS OF DEVELOPMENT, Lester B. Pearson. New York: Praeger (Council on Foreign Relations), 1970, 117 p. — O autor foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Internacional, criada pelo Banco Mundial. Preconiza o aumento da ajuda econômica aos países em desenvolvimento, no interêsse das próprias nações desenvolvidas.

MAN'S POWER: A BIASED GUIDE TO POLITICAL THOUGHT AND ACTION. Kalman H. Silvert. New York: Viking, 1970, 163 p. — Um estudo provocante dos limites entre coerção e liberdade no universo político do homem.

MAN'S FREEDOM. Andreas G. Papandreou. New York: Columbia University Press, 1970, 71 p. — Três ensaios pregando a não intervenção das grandes potências nos problemas internos de outros países.

THE ORIGINS OF THE COLD WAR. Lloyd C. Gardner, Arthur Schlesinger, Jr. and Hans J. Morgenthau. Waltham (Mass): Ginn-Blaisdell, 1970, 122 p. — As opiniões dos três autores sôbre as origens da Guerra Fria apresentam, no conjunto uma posição entre a teoria revisionista e a tradicional.

WESTERMENN LEXIKON DER GEOGRAPHIE. Ed. por Wolf Tietze. Brunswick: Georg Westermenn Verlag, 1968-69, 2v. — Dois primeiros volumes de uma enciclopédia geográfica, escrita por uma equipe de espe-

cialistas de várias partes do mundo. Informação atualizada, enriquecida por mapas, dados estatísticos e bibliografias.

Assuntos Militares, Técnicos e Científicos

NATO: THE TRANSATLANTIC BARGAIN. Harlan Cleveland. New York: Harper and Row, 1970, 204 p. — Análise inteligente e pragmática da evolução da aliança entre os Estados Unidos e os países europeus da NATO.

POLITICS AND THE COMMUNITY OF SCIENCE. Joseph Haberer. New York: Van Nostrand Reinhold, 1969, 337 p. — Estudo das relações entre govêrno e ciência, em diferentes épocas e situações políticas. Os estudos da Alemanha e do caso Oppenheimer são o ponto alto.

OPERATION OVERFLIGHT. Por Francis Gary Powers e Curt Centry. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970, 375 p. — O vôo de Powers sôbre a União Soviética e sua detenção. A parte mais instrutiva é a narração do treinamento dos pilotos U-2 e o que aconteceu depois da libertação de Powers.

DEUTSCHLAND UND JAPAN IM ZWEITEN WELTKRIEG. Bernd Martin. Göttingen: Musterschmidt, 1969, 326 p. — Análise exaustiva da aliança g.rmano japonêsa na Segunda Guerra. O autor desvenda as dificuldades da aliança, mesmo no momento de seus maiores sucessos.

DISSENT IN THREE AMERICAN WARS. Samuel Eliot Morison, Frederick Merk and Frank Freidel. Cambridge: Harvard University Press, 1970, 104 p. — Medida da resistência à guerra, na opinião pública americana, em três conflitos: a guerra de 1812, guerra contra o México e contra a Espanha.

REVOLUTIONARY WAR IN WORLD STRATEGY 1945-1969. Robert Thompson. New York: Taplinger, 1970, 171 p. — Estudo das operações de guerrilha nos últimos 25 anos, termina com uma defesa entusiasta da intervenção americana no Vietnã.

ONE MORNING IN THE WAR: THE TRAGEDY AT SON MY. — Richard Hammer. New York: Coward Mocann, 1970, 207 p. — A tragédia de My-Lai, para o autor, é um desdobramento lógico da guerra do Vietnã.

THE BOMB AND THE COMPUTER: WARGAMING FROM ANCIENT CHINESE MAPBOARD TO ATOMIC COMPUTER. Andrew Wilson. New York: Delacorte Press, 1969, 218 p. — Levantamento dos usos e abusos da teoria dos jogos nas análises de estratégia nuclear. Acessível ao leitor não especializado.

THE TECHNOLOGY GAP: U.S. AND EUROPE. New York: Praeger. 1970, 158 p. — Êste simpósio chega à seguinte conclusão: o "gap" tecnológico entre os Estados Unidos e a Europa não decorre do desnível no plano do conhecimento, mas da pouca utilização do conhecimento já obtido, por parte dos europeus.

SAIGON, U.S.A. Alfred Hassler. New York: Richard W. Baron, 1970, 291 p. — O autor preconiza a criação no Vietnã de uma terceira fôrça entre Saigon e o Vietcong.

THE FORGOTTEN FLEET. John Winton. New York: Coward-McCann, 1970, 433 p. — Esfôrço de preencher um vazio na historiografia da Segunda Guerra: o papel da Marinha Britânica no Pacífico.

SPACE: A NEW DIRECTION FOR MANKIND. Edward B. Lindaman. New York: Harper and Row, 1969, 158 p. — Lindaman, antigo Diretor de Contrôle do projeto Apolo, tenta demonstrar os benefícios que a exploração espacial trará à humanidade.

SCIENCE, LOGIC, AND POLITICAL ACTION. Marcus C. Goodall. Cambridge: Schenkman, 1970, 141 p. — Tentativa de erguer uma ponte entre política e ciência.

Problemas Econômicos e Sociais

DEVELOPMENT ASSISTANCE IN THE SEVENTIES: ALTERNATIVES FOR THE UNITED STATES: Robert E. Asher. Washington: Brookings Institution, 1970, 248 p. — Faz sugestões concretas em favor da continuação dos programas de ajuda e da modificação dos têrmos de intercâmbio comercial.

ECONOMIC GROWTH IN JAPAN AND THE USSR. Angus Maddison. New York: Norton, 1969, 174 p. — Estudo do crescimento econômico em duas áreas diferentes. Contém esboços históricos, uma condensação de dados e explicações convincentes.

DOLLAR DIPLOMACY MODERN STYLE: CHAPTERS IN THE FAILURE OF THE ALLIANCE FOR PROGRESS. Simon G. Hanson. Washington: Inter-American Affairs Press, 1970, 189 p. — Crítica rigorosa da Aliança para o Progresso. O autor a acusa de intervenção nos países latino-americanos, de confundir o interêsse público com o privado e de usar o dinheiro do contribuinte para indenizar investidores americanos.

INTERNATIONAL ECONOMIC RELATIONS. Ed. por Paul A. Samuelson. New York: St. Marein's Press, 1969, 281 p. — Trabalhos apresentados no terceiro congresso da International Economic Association.

THE MULTINATIONAL CORPORATION IN THE WORLD ECONOMY: DIRECT INVESTMENT IN PERSPECTIVE: Ed. por Sidney E. Rolfe and Walter Damm. New York, 1970, 169 p. — Conferência sôbre investimentos, estuda sobretudo o caso dos Estados Unidos.

THE ROLE OF POPULAR PARTICIPATION IN DEVELOPMENT. Ed por David Hapgood. Cambridge: M.I.T. Press, 1969, 22 p. — O Congresso Americano sugeriu à AID que, nos planos de desenvolvimento, procurasse estimular a participação das populações beneficiadas. O livro divulga a opinião de vários especialistas na discussão do modo de executar a recomendação.

RESOURCE FLOWS TO LESS-DEVELOPED COUNTRIES: FINANCIAL TERMAS AND THEIR CONSTRAINTS. Clive S. Gray. New York: Praeger, 1969, 305 p. — O sucesso da ajuda externa depende da maneira como os recursos são transferidos e das condições impostas pelos exportadores de capital.

MONEY AND THE BALANCE OF PAYMENTS. Tibor Scitovsky. Chicago: Rand MacNally, 1969, 188 p. — Exame das fôrças do mercado e das dificuldades que encontram em todo o mundo.

POUR UNE MONNAIE EUROPÉENE. François Garelli. Paris: Éditions du Seuil, 1969, 155 p. — A moeda comum européia pode ser estabelecida antes de que os países estejam prontos para uma fusão política e econômica.

THE ABOLITION OF POVERTY. David Horowitz. New York: Praeger, 1969, 178 p. — O Governador do Banco de Israel adverte sôbre a necessidade de um aumento substancial da produção e o consumo em todo o mundo.

BACKWARD AREAS IN ADVANCED COUNTRIES. Ed. por E. A. G. Robinson. New York: St. Martin's Press, 1969, 474 p. — Estudo comparativo da experiência de alguns países capitalistas e socialistas.

Os Estados Unidos

ROOSEVELT: THE SOLDIER OF FREEDOM. James MacGregor Bruns. New York: Harcourt, Brace and World, 1970, 722 p. — Segundo o autor, algumas das vacilações de Roosevelt no delineamento da política externa contribuem para o advento da guerra fria.

SEIZE THE TIME. Bobby Seale. New York: Random House, 1970, 429 p. — História dos Pantera Negras, escrita pelo seu Presidente. Êste livro cheio de amargura ensina muito sôbre a Revolução Negra nos Estados Unidos.

THE ANTI-COMMUNIST IMPULSE. Michela Parenti. New York: Random House, 1970, 333 p. — O anti-comunismo como causa dos erros na política externa americana.

THE INTELLIGENCE ESTABLISHEMENT. Harry Howe Ransom. Cambridge Harvard University Press, 1970, 309 p. O melhor estudo das agências do serviço secreto dos Estados Unidos.

AMERICA AND THE WORLD: FROM THE TRUMAN DOCTRINE TO VIETNAM. Robert E. Osgood e outros. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1970, 434 p. — Simpósio na Universidade John Hopkins sôbre a política externa dos Estados Unidos.

PAX AMERICANA: IMPERKAIA IDEOLOGIA. A. N. Iakovlev. Moscowizdatel'stvo Molodaia Gvardiia, 1970, 368 p. — Crítica marxista do papel dos Estados Unidos como "polícia do mundo". Kissinger, Rostow e Dean Acheson são particularmente atacados.

JUDGMENT ON NUREMBERG. William J. Bosch. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1970, 272 p. — *O julgamento de Nuremberg visto como um "teste" para os conceitos básicos de Direito,* política e moralidade de todos os povos.

MILITARISM, U.S.A. J. A. Donovan. New York: Scribner, 1970, 288 p. — Um ex-funcionário naval afirma que "a América tornou-se uma nação agressiva e militarista".

O Hemisfério Ocidental

MODELS OF POLITICAL CHANGE IN LATIN AMERICA. Ed. por Paul E. Sigmund. New York: Praeger, 1970, 338 p. — Nove países selecionados para estudo de três modelos de mudanças: revolucionária, militar e constitucional-democrática.

THE NEW LATINS: FATEFUL CHANGE IN SOUTH AND CENTRAL AMERICA. Georgie Anne Geyer. Garden City: Diybleday, 1970, 340 p. — Mudança social e psicológica na América Latina. descritas em primeira mão pelo autor.

DEATH OF A REVOLUTIONARY: CHE GUEVARA'S LAST MISSION. *Richard Harris. New York: Norton, 1970, 219 p. — Relato da vida do* chefe revolucionário, numa pespectiva favorável à revolta armada.

CRISIS IN BRAZIL. Octavio Ianni. New York: Columbia University Press, 1970, 244 p. — Tradução do importante livro de Ianni: "colapso do populismo no Brasil".

THE ECONOMY OF BRAZIL. Ed. por Howard S. Ellis. Berkeley: University of California Press, 1969, 408 p. — Quatorze economistas brasileiros e americanos oferecem interpretações da economia brasileira depois da Segunda Guerra.

THE DILEMA OF A MINISTATE: ANGUILLA. William J. Btisk. Columbia: University of South Carolina, Institute of International Studies, *1969, 93 p. — Territórios minúsculos podem causar sérios problemas* internacionais: o relato do caso de Anguilla, e o impasse que continua.

Europa Ocidental

DONE THIS DAY: THE EUROPEAN IDEA IN ACTION. Oliver Crawford. New York: Taplinger, 1970, 399 p. — Estudo histórico da atuação do Conselho da Europa e defesa da criação de uma Federação Européia.

EURATLANTICA: CHANGING PERSPECTIVES OF THE EUROPEAN ELITES. Daniel Lerner e Norton Gorden. Cambridge: M.I.T. Press, *1969, 447 p. — Análise de mudanças de atitudes nas elites francesas,* alemã e inglêsa entre 1955 e 1965. Segundo os autores, estas elites "passaram da idealogia para o pragmatismo, do nacionalismo para o transnacionalismo do paroquialismo para o pluralismo".

EUROPE'S WOULD BE POLITY: PATTERNS OF CHANGE IN THE EUROPEAN COMMUNITY. Leon N. Lindberg e Stuart A. Scheingold. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970, 314 p. — Exame da Comunidade Européia e de suas possibilidades de transformação. Livro sistemático e às vêzes bastante técnico.

OLD WORLD; NEW HORIZONS: BRITAIN; EUROPE, AND THE ATLANTIC ALLIANCE. Edward Heath. Cambridge: Harvard University Press, 1970, 89 p. — Conferências do Primeiro Ministro inglês sôbre problemas de seu país e da Europa.

PEACE IN EUROPE: EAST-WEST RELATIONS 1966-1968 AND THE PROSPECTS FOR A EUROPEAN SETTLEMENT: Karl E. Bimbaum. New York: Oxford University Press, 1970, 158 p. — Estudo dos esforços de líderes do Este e Oeste para desenvolver um clima de détente na Europa.

FRENCH SOCIALISTS IN SEARCH OF A ROLE, 1956-1967. Harvey G. Simmons. Ithaca: Cornell University Press, 1970, 313 p. — Declínio da doutrina socialista na França, desde que Guy Mollet se juntou à campanha pela retirada do Suez.

INSIDE THE THIRD REICH: MEMORIES — ALBERT SPEER. New York: Macmillan, 1970, 596 p. Memórias repletas de revelações, escritas por um dos mais íntimos colaboradores de Hitler. Contém um balanço crítico e muito pouco ideológico do Terceiro Reich.

AFTER HITLER: A REPORT ON TODAY'S WEST GERMANS. Jürgen Neven-du Mont. New York: Pantheon Books, 1970, 319 p. — Entrevistas com 42 cidadãos de Heidelberg. Sua conclusão: "Encontrei muito pouco espírito cívico e iniciativa social que são comuns no mundo anglo-saxão".

LE FACTEUR JUIF DANS LA POLITIQUE ÉTRANGÈRE DU III REICH (1933-1939). Eliahn Ben Elissar. Paris: Julliard, 1969, 521 p. Abertura de novos arquivos alemães possibilita um exame mais completo do tratamento aos judeus na Alemanha Nazista.

TRIESTE, 1941-1954: THE ETHNIC; POLITICAL, AND IDEOLOGICAL STRUGGLE. Bogdan C. Novak. Chicago: University of Chicago Press, 1970, 526 p. — Natural de Trieste e agora cidadão americano, êste professor de História escreve sôbre os problemas vividos pela região entre 1941-54.

Europa do Leste e União Soviética

UNDERSTANDING THE RUSSIANS: A CITIZEN'S PRIMER — FOY D. KOHLER. New York: Harper and Row, 1970, 441 p. — A longa experiência dêste diplomata americano possibilita uma visão lúcida da história e a natureza do Estado Soviético.

CHANGE IN COMMUNIST SYSTEMS. Ed. Charles Johnson. Stanford: Stanford University Press, 1970, 368 p. — Doze especialistas tentam

definir, identificar e medir a transformação política e econômica de quatorze países comunistas. O esfôrço principal é o de criar modelos teóricos que melhor expliquem o desenvolvimento dos países socialistas.

EASTERN EUROPE: POLITICS, REVOLUTION, AND DIPLOMACY. Henry L. Roberts. New York: Knopf, 1970, 324 p. — Reunião dos ensaios escritos pelo autor desde 1951, sôbre a historiografia, política e diplomacia dos países socialistas.

LE GRAND TOURNANT DU SOCIALISME. Roger Garaudy. Paris: Gallimard, 1970, 315 p. — O livro herético de Garaudy, fazendo revisão das crises no mundo comunista.

RUSSIA: HOPES AND FEARS. Alexander Werth. New York: Simon and Schuster, 1969, 325 p. — Publicação póstuma da história da União Soviética desde a Segunda Guerra.

WILL THE SOVIET UNION SURVIVE UNTIL 1984?. Andrei Amalrik. New York: Harper & Row, 1970, 93 p. — Visão apocalíptica do futuro da União Soviética. Publicado sòmente no estrangeiro, valeu processo e condenação do autor.

RUSSIA AND NATIONALISM IN CENTRAL ASIA. Teresa Rakowska Harmstone. *Baltimore: Jahns Hopkins Press, 1970, 325 p.* — O Tadzhikistão entre 46 e 56. A Política das nacionalidades na União Soviética e a reação dos povos da Ásia Central.

THE JEWS IN SOVIET RUSSIA SINCE 1917. Ed. Lionel Kochan. New York: Oxford University Press, 1970, 357 p. — A situação dos judeus russos desde a Revolução Socialista.

DAS ROTE WIRTSCHAFTSWUNDER. Fritz Schenk. Stuttgart: Seewald, 1969, 247 p. — Os sucessos do planejamento central na República Democrática Alemã.

GESCHICHTE DER BALTISCHEN STAATEN. George von Rauch. Stuttgart: Kohlhammer, 1970, 224 p. — História dos Estados Bálticos desde sua independência, até sua ocupação em maio de 1940. O autor é professor de História na Universidade de Kiel.

THE ESSENTIAL TITO. Ed. Henry M. Christman. New York: St. Martin's Press, 1970, 197 p. — Coletânea dos principais discursos e artigos do Presidente da Iugoslávia.

AUFSTAND FÜR DIE TSCHECHOSLOWAKEI. Wolfgang Venohr. Hamburg: Wegner, 1969, 372 p. — Relato extenso de um levante antialemão, na Eslováquia, em 1944.

THE HUNGARIAN PEOPLE'S REPUBLIC. Bennett Kovrig. Baltimore: John Hopkins Press, 1970, 206 p. — Uma das monografias de uma série que trata da "integração e desenvolvimento comunitário entre os países socialistas do leste da europa".

THE GREEK TRAGEDY. Constantine Tsoucalas. Baltimore: Penguin, 1969, 207 p. — Um advogado grego, vivendo agora no exterior, apresenta os componentes históricos do golpe militar de 1967.

EDUCATION FOR COMMUNISM: SCHOOL AND STATE IN THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ALBANIA: John I. Thomas. Stranford: Hoover Institution Press, 1969, 131 p. — Estudo do sistema escolar da Albânia, baseado em fontes do próprio país.

Oriente Médio

THE SECOND ARAB AWKENING. John Kimche. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1970, 288 p. — Política das grandes potências em relação à Palestina e ao Egito. A pesquisa é original e resulta do envolvimento pessoal do autor na região.

LA PENSÉE POLITIQUE ARABE CONTEMPORAINE. Anouar Abdel-Malek. Paris: Éditions du Seuil, 1970, 378 p. — Coleção de artigos, declarações e ensaios apresentados nos últimos cinqüenta anos. Contém

LA PENSÉE POLITIQUE ARABE CONTEMPORAINE. Anouar Abdel-Malek enriquece mais o conjunto.

ARMY OFFICERS IN ARABE: POLITICS AND SOCIETY. Eliezer Be'eri. New York: Praeger, 1970, 514 p. — História política de alguns países árabes, escrita por um autor israelita. Origens, motivações e sucessos dos militares na sociedade árabe.

THE UNITED AND THE PALESTINIAN PEOPLE. Michael E. Jansen. Beirut: Institute for Palestine Studies, 1970, 215 p. — Retrospecto da questão Palestina com críticas à política americana, que é acusada de pró-zionismo e contrária aos palestinos.

BETWEEN THE ROCK AND THE HARD PLACE. Paul Jacobs. New York: Random House, 1970, 155 p. — Como o autor fracassou na tentativa de organizar uma conferência entre árabes e israelitas em nome de "Center for Democratic Institutions".

THE CHATHAM HOUSE VERSION AND OTHER MIDDLE-EASTERN STUDIES. Elie Kedourie. New York: Praeger, 1970, 488 p. — O autor classifica as interpretações sôbre o Oriente Médio, contidas nas publicações do Royal Institue of International Affairs, como superficiais, excêntricas e doutrinárias. Toynbee é muito visado.

Sul e Sudeste da Asia

THE FULCRUM OF ASIA: RELATIONS AMONG CHINA, INDIA, PAKISTAN, AND THE USSR: — Bhabani Sen Gupta. New York: Pegasus, 1970, 383 p. — Teoria prática das relações internacionais entre as quatro nações, detendo-se no estudo das relações entre a política externa e o desenvolvimento interno.

PEACEFUL TRANSITION TO COMMUNISM IN INDIA: STRATEGY OF THE COMMUNIST PARTY — Victor M. Fic. Bombay: Machiketa

Publications, 1969, 478 p. — Técnicas do Kremlin para levar a Índia para a esfera comunista. Análise da divisão do Partido Comunista da Índia e da tentativa de aplicação de táticas maoistas.

GANDHI: THEORY AND PRACTICE Ed. S. C. Biswas. Simla: Indian Institute of Advanced Study, 1969, 635 p. — Trabalhos de um seminário de 1968 para discussão da doutrina sócio-econômica e política de Gandhi.

VINH LONG. Harvey Meyrson. Boston: Houghton, 1970, 220 p. — Estudo da guerrilha no delta do Mekong.

THE PEASANTS OF NORTH VIETNAM. Gérard Chaliand. Baltimore: Penguin, 1970, 244 p. — O camponês do Vietnã, sua opinião sôbre a guerra junto com uma explicação sócio-econômica de sua resistência.

MALAYAN FEDERALISM 1945-1963. B. Simandjuntak. New York: Oxford University Press, 1970, 181 p. — Como o sistema federativo foi introduzido na Malaia.

A SHORT HISTORY OF INDONESIA. Ailsa Zainu'ddin. New York: Praeger, 1970, 299 p. — Supervivência da tradição nos dias do presente. Ênfase no nacionalismo e independência.

Leste da Ásia e Oceano Pacífico

PARTY LEADERSHIP AND REVOLUTIONARY POWER IN CHINA. Ed. por John Wilson Lewis. New York; Cambridge University Press, 1970, 422 p. — Doze especialistas americanos e inglêses num debate sôbre o sistema político da China. Discutem a organização do poder, as mutações ocorridas dentro do Partido Comunista e as conseqüências da Revolução Cultural.

THE SECURITY OF CHINA: CHINESE APROACHES TO PROBLEMS OF WAR AND STRATEGY. Arthur Huck. New York: Columbia University Press, 1970, 93 p. — Visão que têm os chinêses dos outros povos do mundo e como encaram ameaças políticas e militares ao seu país.

CHINA'S CULTURAL LEGACY AND COMMUNISM .Ed. por Ralph C. Croizier. New York: Praeger, 1970, 313 p. — Seleção de ensaios e documentos de fontes diversas, analisa a atitude comunista diante da arte, história, filosofia, religião, linguagem e literatura.

PSYCHOLOGICAL RESARCH IN COMMUNIST CHINA: 1949-1966 — Robert Chin e Ai-li S. Chin. Cambridge: M.I.T. Press, 1969, 274 p. — Um grupo de psicólogos e sociólogos investigam o estado da pesquisa psicológica na China, e sua repercussão social e política.

REVOLUTION AND CHINESE FOREIGN POLICY: PEKING'S SUPPORT FOR WARS OF NATIONAL LIBERTATION. Peter Van Ness. Berkeley: University of Califórnia Press, 1970, 266 p. — Interpretação

chinesa da experiência revolucionária do país e como aplicaram os resultados na luta contra governos da Ásia, África e América Latina.

THE KUOMINTANG: SELECTED HISTORICAL DOCUMENTS, 1894-1969, por Milton J. T. Shieh. Jamaica: St. John's University Press, 1970, 434 p. — O Sub-secretário-Geral do Koumintang examina a história do Partido de 1894 a 1969.

JAPAN IN POSTWAR ASIA — Lawrence Olson. New York: Praeger, 1970, 202 p. — Evolução da política japonesa na área depois da guerra.

FROM THE LAND OF LOST CONTENT: THE DALAI LAMA'S FIGHT FOR TIBET. Noel Barber. Boston: Houghton, 1970, 235 p. — História da revolta de 1959 no Tibet. Entrevistas com o Dalai Lama e sua mãe.

POLITICS AND FOREIGN POLICY IN AUSTRALIA: THE IMPACT OF VIETNAM AND CONSCRIPTION. Por Henry S. Albinski. Durham: Duke University Press, 1970, 238 p. — Interrelação da política externa com a política interna da Austrália.

África

PROTEST AND POWER IN BLACK AFRICA. Ed. por Robert I. Rotberg e Ali A. Mazrui. New York: Oxford University Press, 1970, 1.274 p. — Seleção de ensaios focalizando formas de protesto político, religioso, econômico, militar e ideológico na África.

SOLDIER AND STATE IN AFRICA: A COMPARATIVE ANALYSIS OF MILITARY INTERVENTION AND POLITICAL CHANGE. Ed. por Claude E. Welch, Jr. Evanston: Northwestern University Press, 1970, 320 p. — Coleção de ensaios sôbre problemas militares no Dahomey, Alto Volta, Congo, Gana e Argélia.

THE AFRICAN EXPERIENCE: VOLUME I: ESSAYS. Ed. por John N. Paden e Edward W. Soja. Evanston. Northwestern University Press, 1970, 655 p. — Africanistas expõem uma introdução geral aos problemas do continente.

THE SUDAN: A SOUTHERN VIEWPOINT. Oliver Albino. New York: Oxford University Press, 1970, 132 p. — Um exilado escreve uma História do conflito norte-sul no Sudão. Em sua opinião, a paz sòmente será atingida com a divisão do país em dois estados soberanos.

MUSLIM BROTHERHOODS AND POLITICS SENEGAL. Por Lucy C. Behrman. Cambridge: Havard University Press, 1970, 224 p. — Origens do poder de líderes religiosos tradicionais no Senegal e seu relacionamento com os partidos políticos.

THE CAMEROON FEDERATION: POLITICAL INTEGRATION IN A FRAGMENTARY SOCIETY. Willard R. Johnson. Princeton University Press, 1970, 426 p. — Estudo sôbre integração e desenvolvimento na República dos Camarões.

PLANNING PROCESSES: THE EAST AFRICAN CASE. Rolf E. Vente. New York: Humanities Press, 1970, 233 p. — Planejamento econômico e implementação das decisões no leste da África.

FREEDON AND SOCIALISM/UHURU NA UJAMA. Julius K. Nyerere. New York: Oxford University Press, 1970, 422 p. — Discursos e artigos do presidente da Tanzânia entre 1965 e 1967.

RWANDA AND BURUNDI. René Lemarchand. New York: Praeger, 1970, 562 p. — Intepretação histórica da revolução e mudança social nestes dois países.

DE LÉOPOLDVILLE À KINSHASA: LA SITUATION ÉCONOMIQUE ET FINANCIERE AU CONGO EX-BELGE AU JOUR DE L'INDÉPENDANCE. Shafix-G. Said. Brussels: Centre National d'Étude des Problèmes Sociaux de l'Industrialisation en Afrique Noire, 1969, 262 p. — Funcionário dos serviços de assistência técnica da ONU, o autor participou em suas operações no Congo. Aqui estuda as dificuldades econômicas e políticas surgidas na época da independência.

BIBLIOGRAFIA SÔBRE PRODUTOS DE BASE
Açúcar

CARLI, Gileno — *Diagnóstico da crise açucareira;* Série de artigos publicada no "Diário de Pernambuco"... Rio de Janeiro/Gráfica PN/1965. 47 p.

CARNEIRO, Wilson — Investimentos, rentabilidade e solvência na Indústria açucareira. *Brasil açuc.*, 56 (3/6): 6-25, set/dez. 1960.

COSTA FILHO, Miguel — A antiga indústria açucareira de Barra-Lagoa. *Brasil açuc.*, 55 (1): 11-14, Jan. 1960; 55 (2): 43-46, fev. 1960; 55 (3) 12-15, mar. 1960; 55 (4): 6-9, abr. 1960; 55 (5) 6-9, maio 1960; 55 (6): 13-15, jun. 1960.

HALLMANS, M.G.W. — *A review of recent developments in the world sugar market,* 1960-1965. London, International Sugar Council, 1966, 109 p.

JENKS, Leland Hamilton — *Our Cuban colony:* a study in sugar. New York, Vangard Press/C.1.982/ 341 p.

NOTES on selected export commodities on the African region: grains, sugar and beverages, coffee, cocoa, sugar, tea... *Economic Bulletin for Africa,* Ethiopia, ONU, 1 (1): 34-54, jan. 1961.

PROBLEMS of individual commodities and international commodity action. *Commodity Survey,* Geneve, ONU, 1968.

PRODUTIVIDADE na indústria açucareira. *Desenv. e Conj.*, 3: 45-60, mar. 1960.

THE WORLD Sugar Economy Structure and policies v.1 — National sugar economies and policies. v.2 — The world picture/London/ International Sugar Council, 1963. 2v.

Algodão

ACÔRDO internacional do algodão /s.n.t./ 81f.

AMEIDA, Sérgio Cardoso de — *Comitê Consultivo Internacional de algodão;* reunião especial para estudo de planos de promoção e pesquisas *R. Merc.*, 16 (174): 5-8 fev. 1965.

BANCO NOROESTE DO BRASIL S.A., Fortaleza — *Algodão nordestino — mercado nacional*. Fortaleza, 1969. 87f. mimeogr.

CONSUMO mundial de algodão. *R. Merc.*, 16 (177): 3-4, maio 1965.

CUSTO de produção arbóreo, zona do Seridó, Rio Grande do Norte. Fortaleza, 1969. 44f. mimeogr.

DANTAS, Garibaldi — A campanha mundial contra o algodão. *Dig. econ.*, 22 (187): 73-5, jan/fev. 1966.

DECLINIO do consumo do algodão no Brasil. *R. Merc.*, 16 (180): 43-44, ag. 1965.

DUARTE, Moacyr — *Crise do binômio algodão-gado na economia potiguar*. Natal, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, 1969. 36 p.

EXPORTAÇÃO de algodão. *Conj. econ.*, 19 (10): 77-86, out. 1965.

FRAGA, Constantino Carneiro — Grandeza, retraimento e consolidação da colonicultura paulista. *Agric. São Paulo*, 13 (1/3): 1-15, jan/fev 1966.

HORNBECK, Bernice M. — *Cotton and manmade fibers compittion in Japan*. Washington, Gov. Print. Off., 1966, 55 p. ilust.

INTERNATIONAL COTTON INSTITUTE — *Program, projets and budget*, 1967. Washington, 1966. 72 p. ilust.

LEVANTAMENTO dos estoques de algodão em pluma no Estado de São Paulo. *R. Merc.*, 16 (176): 23-4, abr. 1965.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de — A região do Seridó. *Dig. econ.*, 156: 62-77, nov/dez. 1960.

MERCADO algodoeiro; melhoram as perspectivas. *Conj. econ.*, 11: 63-7, nov. 1960.

MOVIMENTO da indústria algodoeira de fiação do Estado de São Paulo. *R. Merc.*, 16 (176): 16-8, abr. 1965.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina — *Produtividad de la mano de obra en la industria textil algodonera de cinco paises* latino-americanos. 399 p. (NU.E/CN. 12/219. Publication n. 1951. II. G.2)

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina — *The textile industry in Latin America...* New York, 1963 (NU.E/CN. 12/623)

PANORAMA internacional do algodão. *R. Merc.*, 16 (182): 3-4, out. 1965

PERSPECTIVAS do mercado algodoeiro. *Conj. econ.*, 6: 71-8, jun. 1960

PESQUISA sôbre principais produtos agrícolas; côco-da-Bahia, algodão, banana, fumo, farinha de mandioca. Recife. 1968. 23 p. mimeogr. graf. mapas tab.

1.ª MEDIÇÃO direta de produtividade na indústria de fiação de algodão e fibras artificiais. Rio de Janeiro, Centro Nacional de produtividade Industrial 1969. 29f. mimeogra.

PRODUÇÃO de algodão paulista por fibras-safras de 1958 a 1965. *R. Merc.*, 17 (188): 27, abr. 1966.

ZISCHKA, Anton — *A guerra Secreta pelo algodão.* Pôrto Alegre /etc/ Globo, 1936. 203 p.

Borracha

BRAGA, Silvio — *Borracha* /São Paulo/ Fulgor/ 1960/ 148 p.

BRASIL. Superintendência da borracha. *O atual sistema do mercado da borracha no Brasil.* Rio de Janeiro /s. ed., 1969/ pagin. irregular. mimeograf.

BRASILIA — Acre a "rodovia da borracha" *Conj. econ.*, 19 (7): 67-9, jul. 1965.

COSTA, José Marcolino Monteiro da & CAPELA, José das Neves — demanda de borracha no Brasil. *O&C*, 10 (4): 27-32, abr. 1966

COUTINHO, Nelson — A COPERBO, sua origem, dificuldades e perspectivas. *Brasil açuc.*, 68 (4): 15-25, out. 1966.

FABRICAÇÃO de borracha sintética — um empreendimento prioritário para o Nordeste. *Desenv. e Conj.*, 8: 39-48, ag. 1960

FERREIRA, Cosme Alves — *Porque perdemos a batalha da borracha.* Manaus, Ed. Govêrno do Estado do Amazonas /1965/ 37 p.

FUNDAÇÃO para desenvolvimento industrial do Nordeste, Recife — *Artefatos de borracha — Camel back — uma oportunidade de investimento.* Recife, 1968. 5f. mimeogr. tab.

LUDEMIR, Bernardo — Vamos produzir borracha sintética. *Obs. Econ. e finanç.*, 291: 32-33, maio 1960

MERCADO da borracha no Brasil. *B. mens. Comiss Exec. Def. Bor:* 1-11, jan/set 1966

MERCADO da borracha no Brasil — possibilidades industriais. *Desenv. e Conj.*, 6:51-57, jun. 1960

NOVA política da borracha visa estimular iniciativa particular. *Int. agric.*, 2 (3): 27, dez. 1966

Cacau

BAHIA. BÔLSA DE MERCADORIAS E VALÔRES. *Safra agrícola de cacau do estado da Bahia — maio 1949/abril 1950* — Bahia/Impr. Glória/. 1950.

BAHIA. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO — *Recuperação da lavoura cacaueira e pavimentação de estradas da zona sul,* 1958 (Desenvolvimento econômico regional. 4).

BAHIA. INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS — *A zona cacaueira* /Salvador/ Liv. Progresso /1960/

BAPTISTA VIEIRA, José Augusto — O cacau e o comércio exterior do Brasil. *Rev. do Serviço Público,* Rio de Janeiro, DASP, 1 (3/4): 117-111, mar./abril, 1948

BAPTISTA VIEIRA, José Augusto — Exportação de cacau em 1947. *Rev. Serv. Public.,* Rio de Janeiro, DASP, 2 (3/4): 177-78, jul/agô. 1948

BERRY, Sara Shephers Sweezy — *Cocoa in Western Nigeria, 1890-1940.* A study of an innovation in developing economy/Ann Arbor, Mich, Univ. microfilms/ 1967. 267 p.

BINOMIO decisivo: café e cacau (transcrito do Boletim informativo de março de J. E. de Souza co., inc. de New York) *B. inf. Inst. Cacau Bahia,* 43: 5-9, mar. 1959

BONDAR, Gregório — *A cultura do cacau na Bahia.* São Paulo, Empr. graph. da "Revista dos tribunais", 1938 206 p. ilust, mapas, est. (Bahia Instituto do cacau. Boletim técnico, 1)

BONDAR, Gregório — *Fatôres adversos e moléstias do cacau na Bahia* Bahia, Livraria Duas Américas, 1938. 94 p. ilust. (Bahia, Inst. do Cacau, Boletim técnico n.º 2, Série Pragas e Moléstias)

CACAU — Bastante favoráveis as perspectivas. *Conj. econ.,* 5: 37-44, maio 1959

CACAU — Reduz-se o consumo mundial. Conj. econ., 4: 55-62, abr. 1961.

CRISE da lavoura cacaueira *Conj. econ.,* 5: 25-29, maio 1957

FUNDAÇÃO COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONOMICO, Salvador — *Recuperação da lavoura cacaueira e pavimentação de estradas na zona sul.* Edição conjunta com a comissão de planejamento econômico /Salvador/ Progresso/ 1958/ 184 p. ilust.

INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA BAHIA, Salvador — *A zona cacaueira /Salvador/* 1960. 237 p. ilust. (Bahia. Universidade. Publicações)

A POLITICA do cacau. *B. CPE,* 5 (6): 1-4, fev. 1960

POSIÇÃO do cacau brasileiro no mercado mundial. *Conj. econ.,* 7: 35-43, jul. 1958

RESULTADOS da Conferência Internacional do café. *Conj. econ.,* 3: 1-6, mar. 1958

SANTOS, Milton — *Zona do cacau;* introdução ao estudo geográfico. 2.ª ed. (rev.) São Paulo, Comp. ed. nacional /1957/ 125 p., ilust. (Biblioteca pedagógica brasileira. Ser. 5: Brasiliana, v. 296)

SEMENZATO, Geraldo — *Um município da zona cacaueira da Bahia, aspectos de sua situação agrária* — /Salvador/ Instituto de Ciências Sociais /1962/ 162 p. ilust.

TAVARES, José Bérbert — *Sistemas de crédito conjuntural na lavoura cacaueira* (um capítulo síntese sôbre a investigação econômica na zona cacaueira no Estado da Bahia. /s.1., s. ed., 1.949/ 10f. num. ditografado

VASCONCELOS, Aldrovando de — Evolução da produção cacaueira bahiana, suas perspectivas. *B. Ind. Inst. Cacau Bahia*, 53: 3-9, jan. 1960

WICKIZER, Vernon Dale — *Coffee, tea and cocoa;* an economic and political analysis. Stanford, Stanford University press /c. 1951/ 597 p. mapas, tab., graf., diagr.

Café

ALVES, Paulo Rodrigues — Por uma nova política do café. *Comércio & Mercados*, 2 (9): 26, maio 1968

BANCA NAZIONALE DEL LAVORO, Roma — *Il caffé, produzione e comércio.* 3.ª ed. /Tivoli, A. Chicca, 1960/ 381 p. ilust.

O BRASIL ante a produção cafeeira da África. *R. Merc.*, 118: 12-14, jun. 1960

BRASIL. Instituto Brasileiro do Café — *Produção brasileira de café segundo as zonas fisiográficas e os municípios* — período 1963/64 a 1966/67. Rio de Janeiro, 1968. 43f. mimeogr. (Boletim Dep. Econômico, 5, abril 68, n.º esp.)

BUREAU PANAMERICANO DO CAFÉ — *O café e o consumidor norte-americano* New York, 1964. 58 f. ilust. Multilith.

O CAFÉ continua problema. *Carta econ. bras.*, 5: 16-22, maio 1965

CAFÉ — nova política de valorização; *Conj. econ.*, 13 (12): 25-30, dezembro 1959

CAFÉ: problemas atuais. *Desenvolv. e Conj.*, 9 (12) 63-72, dez. 1965.

CAFÉ — ritmo das exportações e política comercial. *Conj. econ.*, 20 (7): 15-20, jul. 1966

O CAFÉ — *Sint. Pol. econ. e soc.*, 7 (26): 85-93, abr./jun. 1965

CAMARGO, Felisberto de — Economia cafeeira africana. *B. Superint. Serv. Café.* 400: 14-25, jun. 1960 /Relatório apresentado à Junta Administrativa do IBC/

CAMARGO, Felisberto de — Implicações da economia africana no Café do Brasil. *R. Cons. Nac. Econ.*, 3: 122-39, maio/jun. 1960

CHACEL, Julian Magalhães — O café na formação da renda nacional. In: Brasil. Instituto Brasileiro do Café. Departamento Econômico. *Curso de economia cafeeira* /Rio de Janeiro/ 1962. t. II p. 378-395.

CONFERENCIA INTERNACIONAL do CAFÉ, Rio de Janeiro, 1958 — *Organização Internacional do café: convênio constitutivo e documentos básicos.* /Rio de Janeiro/ Jornal do Comércio, 1958. 123 p.

CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE CAFÉ DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do chefe da delegação do Brasil, Embaixador Sérgio Armando Frazão.* v. 1. Relatório — anexos 1 a LV: Projeto de convênio a longo prazo /s. 1., s. ed./1962. 102 p.

COSTA, Emília Viotti da — *Da senzala à colônia.* São Paulo, Difusão européia do livro /1966/ 497 p. ilust.

DELFIM NETTO, Antônio — Apreciação preliminar da política do café para 1960/61. *Dig. econ.*, 155: 125-140, set/out. 1960

DIAS, Rubens Araújo — A posição do Brasil no Mercado Mundial de café *Agric. São Paulo*, 12 (5/6): 31-7 maio/jun. 1965

DUQUE, Hélio — *A guerra do café solúvel.* Rio de Janeiro, Ed. Leitura 1970. 158 p.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ — 1945/1946. *Mens. est.*, 164:39-42, fev. 1965

FARACO, Daniel Agostinho — *Café: uma política* /Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro do Café /s.d./ 61 p.

FERNANDEZ, Carlos Henrique — El café como factor de desarrollo economico. *Desarrollo econ.*, 2 (2): 36-39, 2.º Trim. 1965

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Departamento econômico. Programa de formação de pessoal — Curso de economia cafeeira. /Rio de Janeiro, Fogliatin, Arts Gráficas/1962. 2 vol.

KRUG, Carlos A. — *Ensayo mundial del café*/World coffee survey/ (Version castellana preparada por Agricultura de las Americas. Kansas city, Missoury) Agricultura de las Americas /1965/ 162 p.

MONT'ALEGRE, Omer — Política de produtos de base. *Jurídica*, 31 (95): 683-97, out/dez. 1966

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina — *Coffee in Latin America;* productivity problems and future prospects. A report prepared under the Joint Programe of the Economic Comission for Latin America and the Food and Agriculture Organization of the United Nations, Mexico, 1958

PRIMEIRO ciclo de conferências sôbre café. Promovido e patrocinado pelo Banco do Comércio do Café S. A., Rio de Janeiro, Graf. Muniz, 1962 277 p.

PRODUÇÃO exportável de café do Brasil. *Anu. est. Café*, 1-74, 1965; 1-83, 1966

PRODUCTOS primarios — *The Economist;* edition para America Latina: 38-39, 8 mar. 1968

ROCHAC, Alfonso — *Diccionario del café* /Mexico, Oficina Panamericana del Café, 1964/ 490 p. ilust.

A SAFRA de café e perspectiva da economia cafeeira. *Desenv. e Conj.*, 5: 37-49, maio 1960

SANTOS, J. O. — Une experience concluante dans le secteur des produits de base: l'accord international sur le café — l'assainissemente d'un Marché particulièrement sensible grâce à la cooperation réaliste des producteurs et des consommateurs. *Revue Soc. études expans.*, 224: 104-109, jan./fev. 1967

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CAFÉ, São Paulo — *Panorama da indústria do café solúvel no Brasil.* São Paulo, Emprêsa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1968. 32 p.

SITUAÇÃO e perspectivas da produção de café em São Paulo /Síntese de pesquisa mais ampla da FAO/CEPAL/IBC/S.A./ *R. Cj. econ.*, 4: 3-69, 1960

SIVETZ, Michael — *Coffee processing technology*. Westport, Conn., The AVI publishing compagny, 1963. 2v.

TOSELLO, André — Aspectos da indústria do café. *B. Centro Trop. Pesq. Tecnol. Alim.*, 6: 12-9, abr. 1966

Carne

ACERBONI, Argentino V. — *Organizacion del estudio del mercado de carnes y cereales en la post-guerra*. Montevideo, Consejo interamericano de comercio y producion, 1945 16f. num.

CARNES — boas perspectivas de exportação. *Conj. econ.*, 10: 63-71, outubro 1960

CRUZ, Paulo Fróes da — O problema da carne. *Brasil — Oeste*, 16: 20-22, ag. 1957

DOWELL, Austin Allyn & BJORKA, Knute — *Livestock marketing*. Ist ed. New York, London, Mc Graw-Hill, 1941. 534 p. fot., mapas, plantas.

FRANTZ, Jacob — Pecuária de corte e indústria de carne. *Est. soc.*, 9: 70-88, out. 1960.

LOPES, Augusto de Oliveira — O Brasil no mercado internacional de carnes. *Obs. econ. e financ.*, 272: 56-65, out. 1958

MARTINS, Eduardo Silveira — Carne (produção e mercados) *R. Cons. Nac. Econ.* 4/6: 232-250, jul./dez. 1960

TRINDADE, Estácio Correa de — Considerações em tôrno do Plano Salte, setor alimentos, carnes e derivados. *Rev. Serv. Público*, Rio de Janeiro, DASP, 1 (3): 19-23, março 1952

Cobre

AMERICAN INSTITUTE OF MINING AND METALLURGICAL ENGENNEERS. Committee on reduction and refining of copper... *Copper metallurgy*. Sponsored by the Rocky mountain fund... New York, 1933. 740 p. ilust., diagr.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Rio de Janeiro. Departamento econômico... *Mercado brasileiro de metais não ferrosos* — 1946/1967... Rio de Janeiro, 1963. 50 p. ilust.

CRISE do cobre. *Conj. econ.*, 12: 53-55, dez 1967

FONSECA, Justo Pinheiro da — As condições atuais e possíveis no País para o desenvolvimento da indústria minero-metalúrgica do cobre. *Eng. Miner. e Metal.*, 26 (154): 224-226, out. 1957 (Conferência pronunciada na Associação Brasileira de Metais, em junho de 1957)

MAMALAKIS, Markos & REYNOLDS, Clark Winton — *Essays on the Chilean economy/...* Homewood, Ill., R. D. Irwin, 1965
PARSON, Arthur Barrette — *The porphyry coppers* — 1 st. ed. New York 1933. 581 p. ilust (incl. ret. mapas), diagr.
PRODUTOS primários — The Economist; edição para América Latina, 38-39, 8 março 1968

Estanho

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Rio de Janeiro. Departamento econômico... *Mercado brasileiro de Metais não ferrosos* — 1946/1967... Rio de Janeiro, 1963. 50 p. ilust.
CESAR, Nirceu da Cruz — Estanho: o metal político. *Rev. banc. bras.*, 287: 18-28, nov. 1956
CONSEJO INTERNACIONAL DEL ESTAÑO. *Segundo informe del Consejo Internacional del Estaño, 1957-1958*. La Haya, Wijland y Leiteritz, 1958. 24 p. ilust.
MARTINS, Roger — O estanho e seus associados na África. *Eng. Miner.* e Metal, 26 (152): 75-78, ag. 1957.
NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente. *Tin ore resources of Asia and Aústralia.* New York, 1964 58 p. ilust. (Mineral resources development series, 23)
PRODUZIMOS, finalmente, todo o estanho de que o Brasil precisa. *Rev. Clube Milit.* 150: 90-94, 1958.

Ferro

O BRASIL na vanguarda da corrida siderúrgica. *B. SUMOC*, 6 (11): 49-50, nov. 1960.
MAIOR contribuição da CSN à economia nacional. Volta Redonda supera metas entregando mais aço ao Brasil. *Obs. econ. e finan.* 290: 49-56, abr. 1960.
OFERTA e procura de ferro e aço. *Conj. econ.*, 3: 41-48, mar. 1960.
PROBLEMAS da produção e exportação de minério de ferro. *Desenv. e Conj.*, 7: 23-30, jul. 1960.
PROBLEMS of individual commodities and international commodity action. *Commodity Survey*, Geneve, ONU, 1968.
RIBEIRO, Paulo Leite — O Brasil e o mundo na política de minérios de ferro. *R. banc. bras.*, 331: 35-36, jul. 1960.
WITTUR, G. E. — *Canadian iron ore industry*, 1963. Ottawa, Mineral Resources Division (1964) 98 p.

Petróleo

ABUNDÂNCIA de petróleo no mundo. *Conj. econ.*, 9: 81-84, set. 1960.

ALFONSO, Juan Pablo Perez — *Petróleo jugo de la tierra.* Caracas, Editorial arte, 1961. 90 p.

ALNASRAWI, Abbas Abdul — Karim — *Financing economic development in Iraq*; the role of oil in Middle Eastern economy. New York (etc) F. A. Praeger (1967) 188 p.

ARANIBAR ALVARES, Uberfil — *Contabilidade petrolera.* La Paz, Ed. Don Bosco, 1963. 224 p. ilust.

ARGENTINA. Leis, decretos ,etc. *Dominio y jurisdiccion del subsuelo.* Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral, 1960. 220 p.

ARGENTNA. Universidad Nacional del Litoral. Faculdad de ciências juridicas y sociales. Instituto de derecho constitucional — *Tres problemas nacionales. Santa Fé* (Imprensa de la Univ.) 1959. 123 p.

BAPTISTA, Cesar. O — Exportaciones y importaciones petroleras de Mexico. *Com. Exterior*, 4: 225-229 abr. 1962.

BARRAN, D. H. *O petróleo como fonte de energia.* Rio de Janeiro, Shell Brasil S. A. (1970) 15 p.

BARROSO. Geonísio — Lisongeira a posição do Brasil na pesquisa e lavra do petróleo. *R. Caixa Econ. Fed. R. Janeiro,* 27: 9-14, 2 trim. 1960.

BERREBY. Jean-Jaques — *Histoire mondiale du petrole.* Paris, Editions du Pont Royal (1961) 272 p. ilust. mapas.

BERREBY. Jean-Jaques — Le pétrole en question. *Politique étrangère,* 29 (1): 62-73, 1964.

BETTANCOURT, Romulo, *pres. da Venezuela — Venezuela: política y petróleo.* México-Buenos Aires, Fondo de Cultura economica (1956) 887 p.

BONOMI, Enrico — L'industrie pétrolière et le développement économique des pays nouveaux. *Civilizations,* 14 (3): 183-8, 1964.

BRASIL — Conselho Nacional do Petróleo — *Legislação do petróleo.* Rio de Janeiro, Britânica, 1964. 488 p.

BRASIL — Ministério do Planejamento e coordenação Econômica. EPEA — *Petróleo. Diagnóstico preliminar e infra-estrutura (energia)* Rio de Janeiro, 1966. 128 p. tab. desd.

CASTRO, Júlio — Lucha por el petróleo paraguayo. *Pol. Intern.*, Buenos Aires, 11: 18-22.

O' CONNOR, Harvey — Los sovieticos enfrentan al cartel del petróleo. *Polit. internac.*, Buenos Aires, 40: 17-26, 1963.

O' CONNOR, Harvey — *O petróleo em crise.* (World crises in oil) Rio de Janeiro, Zahar (1962) 457 p.

O' CONNOR, Harvey — *World crisis in oil.* London, Elek Books (1963) 433 p.

COUTINHO, Lourival & SILVEIRA, Joel — *O petróleo do Brasil: traição e vitória.* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1957. 552 p.

CUARANTE, J. C. — Pétróle et Sidérurgie dans l'économie argentine. *Rev. Soc. études et d'expansions,* 199: 14-18, jan.-fev. 1962.

A DISTRIBUIÇÃO de petróleo e derivados — setor capital de nossa política petrolífera. *Desenv. e Conj.* 7: 41-50, jul. 1960.

EGYPTE — industrie pétroliere étatisée. *L'Observateur du Moyen Orient et de l'Afrique,* 7 (9): 19, março 1963.

ESCOBARI LUSICANQUI, Jorge — *Brasil y el petróleo boliviano* (actualizacion de los tratados de 1938) La Paz, Dirección Nacional de informaciones, 1961. 231 p.

FRONDIZI, Arturo, *presidente da Argentina — Petróleo y nacion.* Buenos Aires, Transicon, 1963 — 180 p. ilust.

FRONDIZI, Arturo, *presidente da Argentina — Petróleo y Política;* contribucion al estudio de la historia económica argentina y de las relaciones entre el imperialismo y la vida política nacional. 2 ed. Buenos Aires, Raigal (c. 1955) 412 p.

GUATEMALA — Leis, decretos, etc. *Código de Petróleo.* Código de Petróleo decreto n.º 345. 3 ed. Guatemala. C. A., Ministério de Economia y Trabajo, 1957. 119 p.

GUATEMALA, Leis, decretos, etc. *Código de Petróleo,* Regulamento del Codigo de Petroleo, decreto n.º 445, 2 ed., Guatemala, Ministério de Econmia, 1956. 120 p.

GUILHERME, Olympio — *Roboré;* a luta pelo petróleo boliviano. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1959. 352 p.

GUIMARÃES, Archimedes Pereira — *Pesquisas de petróleo no Brasil* (até 21 de janeiro de 1939) Belo Horizonte. (Impr. Univ. Fed. Minas Gerais) 1966. 126 p. ilust.

GUPTA, Raj Norain — *Oil in the modern world.* Alhahab, Kitab Maham 1963, 170 p.

A HOLANDA e o petróleo. *Cron. Holanda,* 34.

INDÚSTRIA e comércio de petróleo e derivados. *Conj. econ.,* 10: 73-81, out. 1960.

INDÚSTRIA do petróleo. *Conj. econ.,* 22 (8): 65-81, ag. 1968.

ISSAWI, Charles Philip & YEGANEH, Mohammed — *The economics of Middle Eastern oil.* New York, F. A. Praeger (1962) 230 p. ilust.

KUWAIT. Ministry of finance and industry. General oil affairs department — *The oil of Kuwait, facts and figures.* 2nd. Kuwait, General Oil affairs department, 1965. 71 p. ilust.

LEITE, José de Ribamar Teixeira — Os gazes liquefeitos de petróleo e seu futuro no Brasil. *Rev. Serv. Público,* Rio de Janeiro, 3 (1): 29-30, 1950.

LEMOS, Horácio — Aspecto da indústria do petróleo na América do Sul. *Def. nac.,* 552: 125-128, jul. 1968.

LENCZOWSKI, George — *Oil and state in the Middle East.* Ithaca, New York, Cornell University Press, 1960. 279 p.

LEWINSOHN. Richard — O petróleo do Saara revoluciona a política de energia européia. *Dig. econ.*, 151: 7-12, jan.-fev. 1960.

LYAUTEY, Pierre — *Le duel en Orient*, Paris, Plon (1957) 232 p.

MAINGUY, Maurice — *Le petrole et l'Algerie*, Paris, Cérf. 1958.

MAINGUY, Maurice — Le pétrole en Extrême-Orient. *Politique étrangère*, 34 (1): 57-72, 1969.

MANGABEIRA, Francisco — *Imperialismo, petróleo, Petrobrás.* Rio de Janeiro, Zahar (1964) 210 p. ilust.

MARIACA BILBAO, Enrique — *Mito y realidad del petroleo boliviano.* La Paz, Editorial Los Amigos del Libro, 1966, 538 p.

MENEZES, *Antônio Justino Prestes de* — *Petróleo e seus produtos*, derivados petroquímicos e inseticidas (condições de trabalho e insalubridade) (Rio de Janeiro) Serv. de Documentação do MTPS, 1961. 104 p. ilust.

MERCADAL, Jacinto — En Argélia hay Petróleo. *Rev. Polit. Intern.*, 75: 7-34, set.-out. 1964.

MOCH, P. — La concurrence du pétrole soviétique dans le Marché Comun. Rev. Soc. études et d'expansion, 199: 93-96, jan.-fev., 1962.

MARINHO JUNIOR, Ilmar Penna — *Petróleo, soberania & desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1970. 476 p. (Coleção depoimento)

NAÇÕES UNIDAS. Departamento de assuntos econômicos e sociais. *La recherche du pétrole.* Besoins en capitaux et méthodes de financement. New York, Nations Unies, 1962. 35 p. ilust.

NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Negócios Econômicos e Sociais — *Exploracion petrolera;* necessidades de capital y métodos de financiación. Nueva York, 1962. 35 p. (NU. E/3580/Rev. 1. Pub. n. 62.II.B.3)

ODELL, Peter R. — *Geografia econômica do petróleo* (An economic geography of oil — Rio de Janeiro, Zahar (1966) 252 p. ilust.

ODELL, Peter, R. — Oil and state in Latin-America. *Intern. Affairs*, 40 (4): 659-73, 1964.

OIL first Century: papers given at the centennial seminar on the history of petroleum industry. Harvard business school, November 13-14, 1959. 147 p.

PAIVA, Glycon de — Reavalização das possibilidades petroliferas do Brasil. *Carta mens. Cons. Tec. Conf. Nac. Com. — SESC. Probl. nac.*, 63: 9-24, jun. 1960.

PASSOS, Gabriel de Rezende — *Estudo sôbre o acôrdo de Roboré* — São Paulo — Fulgor (1960) 270 p.

PEIXOTO, João Baptista & Peixoto, Walter — *Produção, transporte e energia no Brasil.* Rio de Janeiro, (Biblioteca do Exército).

PENROSE, Edith Tilton — The large international firm in developing countries; the international petroleum industry. Lon, G. Allen and Unwin (1968) 311 p. ilust.

PETRÓLEO; fatos e programas. *PN*, 417: 18-19, 14 mar. 1960.

PETERSEN, Harries — Clichy — *Petróleo: hora Zero.* Lima (Iberia) 1964. 368 p.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A., Rio de Janeiro — *O mundo fabuloso do petróleo.* Rio de Janeiro, 1968. 36 p. ilust., mapas.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A., Rio de Janeiro — *Petróleo: Legislação básica* (Rio de aJneiro, 1965) 75 p.

PROGRAMA estratégico de desenvolvimento 1968-1970. vol. 2: energia; petróleo, gás combustível. Rio de Janeiro, 1968. 208 p. tab. desd.

A REFINAÇÃO do petróleo poderosa fonte de economia de divisas. *Desenv. e Conj.*, 4: 49-58, abr. 1960.

RESULTADOS da indústria e comércio do petróleo e derivados. *Conj. econ.*, 5: 73-80, maio 1960.

RESULTADOS da indústria do petróleo. *Conj. econ.*, 22 (11): 53-67, nov. 1968.

ROBERTSON, Charles L. — *The emergency oil lift to Europe in the Suez crisis.* Indianapolis, etc. Bobbs-Merril (1965) 45 p.

SILVEIRA, Fidelis Chaves — *O petróleo no Brasil e na América Latina.* Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 1969. 68 p. est., graf., tab. (Curso de preparação).

SILVEIRA, Joel & COUTINHO, Lourival — *História de uma conspiração* (Bolívia, Brasil e petróleo) Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1959, 223 p.

VARGAS MACDONALD, Antônio — *Hacia una nueva poltica petrolera.* Mexico, Editorial Promocion, 1959. 158 p.

VELKIN, J. & MEZENTZEV, V. — *Eletricidade, energia atômica e petróleo.* Rio de Janeiro, Laemert, 1970. 155 p. (Série cultura popular).

VICTOR, Mário — *A batalha do petróleo brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 405 p. (Retratos do Brasil 72).

WEBB, S. J. — Nigéria as an oil producer. *New Commonwealth*, 11: 716-717, nov. 1960.

Trigo

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, Rio de Janeiro. Departamento de operações internacionais — *Os acôrdos do trigo e o BNDE 1955-63.* Rio de Janeiro, 1963. 43 f. ilust. mimeogr.

BAYMA, Antônio da Cunha. *Trigo.* Rio de Janeiro, Serv. informação agrícola, 1960. 2 v. ilust.

FREITAS, Luiz Mendonça & DELFIM NETTO, Antônio de — *O trigo no Brasil* (S. Paulo) Ed. da Ass. Comercial de S. Paulo, 1960. 1750. ilust.

HAVESY, Paul de — *World wheat planning and economic planning in general.* London, New York, etc. Oxford University Press, 1940. 912 p. ilust.

LUCIO, Antônio — A batalha do trigo em Santa Catarina e sua influência econômica e social. *Rev. do Ser. Público*, Rio de Janeiro, 4 (3): 34-7, 1952.

MONTEIRO, Agostinho — Política do trigo. *Dig. econ.*, 152: 100-114, mar-abr. 1960 .(Palestra realizada na Confederação Nacional do Comércio).

NAÇÕES UNIDAS. Comissão econômica para América Latina — *Possibilidades de expansion de la produccion triguera en el BRASIL:* Santiago, 1957. 215 p.

PROBLEMS of individual commodities and international commodity action. *Commodity Survey*, Geneve, ONU, 1968.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto de estudos e pesquisas econômicas. *Anáse estatística das séries de produção agrícola do Rio Grande do Sul. Trigo.* Pôrto Alegre, Graf. da Univ. do Rio Grande do Sul, 1960. 59 p.

SCHILLING, Paulo — *Trigo.* Rio de Janeiro (Escola Técnica Nacional) 1959, 78 p. (Recursos naturais do Brasil).

SCHILLING, Paulo — *Trigo. O trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul.* O acôrdo do trigo norte-americano — Perspectivas da triticultura gaúcha. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p. (Recursos naturais do Brasil, 36).

SCOBIE, James R. *Revolution on the pampas; a social history of Argentine wheat, 1860-1910* Astin, Texas, Institute of Latin American Studies. University of Texas Press (c. 1964), 206 p. ilust.

VASCONCELOS COSTA, José Antônio de — Problemas do trigo. *Rev. Serv. Público*, 4 (3): 25-9, 1949.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

●

CONSELHO DE DIREÇÃO

Prof. *Lourival Gomes Machado*, da Universidade de São Paulo
Prof. *Milton Soares Campos*, da Universidade de Minas Gerais
Prof. *Nélson de Souza Sampaio*, da Universidade da Bahia
Prof. *Victor Nunes Leal*, da Universidade do Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL

Prof. *Orlando M. Carvalho*, da Universidade de Minas Gerais

●

ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 3.00
PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 1,50

●

PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS — BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA
DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

ÚLTIMOS NÚMEROS que podem ser encontrados à Praia de Botafogo, 186 - Grupo B.213/217.
Tel.: 246-9542

43/44 — II UNCTAD
45/46 — Bacia do Prata
47/48 — O Fundo do Mar
49/50 — As Nações Unidas
51/52 — Produtos Básicos



Próximo número
53/54 — Temas Militares (1º semestre 1971)